

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA BRASILEIRA

RODRIGO SILVA TRINDADE
rodrigo.trindade@usp.br

**Vozes da imprensa: Machado de Assis e a rede de cronistas nos inícios da
República**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2022

RODRIGO SILVA TRINDADE
rodrigo.trindade@usp.br

**Vozes da imprensa: Machado de Assis e a rede de cronistas nos inícios da
República**

VERSÃO CORRIGIDA

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Hélio de Seixas Guimarães.

São Paulo
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

T832v Trindade, Rodrigo Silva
Vozes da imprensa: Machado de Assis e a rede de cronistas nos inícios da República / Rodrigo Silva Trindade; orientador Hélio de Seixas Guimarães - São Paulo, 2022.
213 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Literatura Brasileira.

1. Literatura. 2. Literatura Brasileira. 3. Crônica. 4. Crônica literária. 5. História do Brasil. I. Guimarães, Hélio de Seixas, orient. II. Título.

Nome: TRINDADE, Rodrigo Silva

Título: Vozes da imprensa: Machado de Assis e a rede de cronistas nos inícios da República

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Letras.

Aprovado em: 31/08/2022

Banca Examinadora

Profa. Dra. Lilia Moritz Schwarcz

Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento:

Assinatura:

Profa. Dra. Lúcia Granja

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr. Michel Riaudel

Sorbonne Université

Julgamento:

Assinatura:

*Para Vilma, Raimundo e Phelipe.
Para Jout.*

AGRADECIMENTOS

À Universidade de São Paulo, da qual sou aluno desde 2004, dividido entre os edifícios da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e as arcadas da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Devo à educação pública todas as oportunidades que tive na vida.

Ao Instituto Federal, de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, por me oferecer as melhores condições para o desenvolvimento desta pesquisa. É, para mim, uma honra compor o quadro de docentes dessa instituição.

À Sorbonne Université, que me recebeu para o período de estágio doutoral. Minha estadia na instituição foi fundamental para o amadurecimento e desenvolvimento desta pesquisa.

Aos meus pais, Vilma e Raimundo, que me ofereceram tudo que puderam e nunca deixaram de me apoiar. Ao meu irmão, Phelipe, que partilha comigo das experiências de uma vida inteira.

À Júlia, que esteve comigo durante esse período. Sua inesgotável empatia e sua escuta interessada foram fundamentais nos últimos anos.

Ao Hélio, querido orientador, a quem devo a minha jornada como pesquisador. Tive a felicidade de contar com sua direção precisa, seu rigor acadêmico e profunda generosidade desde a primeira aula no curso de Literatura Brasileira, na graduação, até o presente momento.

À professora Lúcia Granja, cuja obra inspirou sobremaneira este trabalho. Agradeço especialmente por ter acompanhado o desenvolvimento da pesquisa ao longo do tempo.

Ao professor Michel Riaudel, que me recebeu calorosamente em Paris e generosamente possibilitou que eu participasse ativamente das atividades acadêmicas. Sua dedicação à literatura e à cultura brasileiras é inspiradora.

Aos amigos machadianos, que contribuíram para tornar essa caminhada mais leve: Fernando Borsato, Tiago Seminatti, Flávia Catita, Ana Carolina Sá Teles e Luciana Schoeps.

Aos amigos Mariana Keller, Leandro Bessa, Leandro Viegas, Lara Bourdin, Jessica Assard, Gabriela Ferreira, Welison Lopes, Tamires Heredia, Renata Heredia e Júlia Costa, que me possibilitaram uma estadia aprazível longe de casa.

Aos amigos Thiago Corrêa, Eduardo Remédio, Daniel Grilli, Marcellus Santana, Richard Maguim, Anderson Almeida, Leonardo Crispim, Vandrê da Silva, Liliane e Leonardo Sommermeyer, Bruno Lima e Erick Paulino, que foram presenças fundamentais ao longo desses anos.

A Deborah Sweeney e Dayane Arena pela leitura preciosa deste trabalho.

Il faut être trois pour apprécier une bonne histoire: un pour la raconter bien, un pour la goûter et un pour ne pas la comprendre. Car le plaisir des deux premiers est doublé par l'incompréhension du troisième.
(Alphonse Allais)

RESUMO

TRINDADE, Rodrigo S. Vozes da imprensa: Machado de Assis e a rede de cronistas nos inícios da República. 2022. 213 f. Tese (Doutorado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Esta tese investiga a série de crônicas “A Semana”, publicada por Machado de Assis na *Gazeta de Notícias*, entre abril de 1892 e fevereiro de 1897, considerando o diálogo estabelecido com a imprensa de seu tempo. Durante os quase cinco anos de existência da rubrica, o escritor recolheu sua matéria de discussão das distintas seções dos jornais do Rio de Janeiro, promovendo, sobretudo, fecundo diálogo com as crônicas de seus pares. Essa rede de cronistas se caracteriza por compor, através de procedimentos mais ou menos similares, um painel da sociedade brasileira nos inícios da República. Nesse sentido, a voz de “A Semana” se constitui em diálogo com as demais vozes da imprensa, produzindo importantes reflexões sobre a cena política; o sentido dos discursos; os interesses em competição na sociedade; o agendamento, o enquadramento e as posições encampadas pelos periódicos cariocas; além de problematizar o papel da imprensa no fomento ao debate público.

Palavras-chave: Machado de Assis; Crônica; Literatura e Jornalismo; História Literária.

ABSTRACT

TRINDADE, Rodrigo S. The voices of the press: Machado de Assis and the network of chroniclers at the beginning of the Republic. 2022. 213 f. Tese (Doutorado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

This dissertation investigates the “A Semana” chronicle series, published by Machado de Assis in the *Gazeta de Notícias* newspaper from April 1892 to February 1897, taking into consideration the dialogue engaged with the press at the end of the 19th-century ending. During the almost five years of this section, the writer selected his topics of discussion from the different newspapers’ sections in Rio de Janeiro and promoted a fruitful dialogue with the other chroniclers. This network of chroniclers is defined by composing, through procedures relatively comparable, a panel of Brazilian society at the beginning of the Republic. In this way, the narrator of “A Semana” is constituted by the dialogue with the voices of the press, reflecting on the political scene; the meaning of discourses; the dispute over individual interests; the agenda setting, the framing and the political stances taken up by the newspapers on Rio de Janeiro; besides discussing how the press fosters public debate.

Keywords: Machado de Assis; Chronicle; Press and Literature; Literary History

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Frontispício do periódico <i>ZP</i> , 31 dez. 1879	45
Figura 2 — Rubrica “Alcindo Guanabara”, <i>DN</i> , 22 de fevereiro de 1894	48
Figura 3 — Folhetim “A Semana Passada”, <i>DN</i> , 24 abr. 1892	53
Figura 4 — Página 2 da <i>GN</i> , 2 jul. de 1883, com destaque para a rubrica “Balas de estalo”, assinada por Lélío, pseudônimo de Machado de Assis	56
Figura 5 — Frontispício da <i>GN</i> , 13 ago. 1889, com destaque para a rubrica “Bons dias”, de Machado de Assis	57
Figura 6 — Frontispício do <i>DN</i> , 01 out. 1894, com ênfase na rubrica “A Semana Passada”, de Alcindo Guanabara	58
Figura 7 — Frontispício de <i>OP</i> , de 19 fev. 1894, com ênfase nas rubricas “Notas da Semana” e “Revolta Restauradora”	94
Figura 8 — Publicação na seção “A pedidos”, em <i>OP</i> , de 19 de fevereiro de 1894	104
Figura 9 — Publicação na seção “A pedidos”, no <i>DN</i> , 21 de fevereiro de 1894	105
Figura 10 — Anúncio publicado na seção “A pedidos”, no <i>JC</i> , 8 jul. 1892	128
Figura 11 — Anúncio publicado na seção “A pedidos”, no <i>JC</i> , 8 jul. 1892	129
Figura 12 — Frontispício da <i>RI</i> , fev. 1893, com ilustração dedicada à demolição do cortiço “Cabeça de Porco” <i>RI</i> , fev. 1893	156
Figura 13 — Rubrica “Queixas do povo”, publicada no <i>JB</i> , 5 dez. 1894	165
Figura 14 — Telegrama publicado na <i>GN</i> , em 13 abr. 1893	170
Figura 15 — Rubrica “Frontões e Book-Makers, publicada na <i>GN</i> , em 15 jan. de 1895	182

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Periódicos

Diário de Notícias – DN

Gazeta de Notícias – GN

Jornal do Brasil – JB

Jornal do Commercio – JC

O Album – OA

O Paiz – OP

O Tempo – OT

O Zé Povinho – ZP

Revista Ilustrada – RI

Romances de Machado de Assis

Esau e Jacó – EC

Quincas Borba – QB

SUMÁRIO

1. Introdução	12
2. Os dois inícios de “A Semana”: 1892 e 1894	17
2.1. A República sob o símbolo de Tiradentes	24
2.2. O cronista retorna em uma segunda-feira	68
3. Entre bombas e broquéis, a República dos cronistas	82
4. O lugar da crônica na economia dos periódicos	109
4.1. Uma máquina de analisar discursos	112
4.2. O não-assunto como tema	123
4.3. O espaço do contraponto	131
4.4. O pé atrás com as notícias	166
5. Porosidade e projeção	175
5.1. O viés literário	176
5.2. O debate público	188
6. Conclusão ou o cronista se despede do leitor de “A Semana”	195
7. Referências bibliográficas	202
Periódicos	202
Obras de Machado de Assis	202
Obras sobre a Crônica, Machado de Assis, e a Crônica de Machado de Assis	203
Obras gerais	208
8. Apêndice	212

1. Introdução

São quase cinco anos da história do Brasil vividos e interpretados pelo já então mais célebre escritor do país. O intervalo entre 24 de abril de 1892 e 28 de fevereiro de 1897, período de publicação da série de crônicas “A Semana”, no jornal *Gazeta de Notícias*, compreende o governo dos presidentes Floriano Peixoto e Prudente de Moraes, além da administração provisória de um vice-presidente, Manuel Vitorino. O período abriga alguns dos conflitos mais relevantes da história brasileira, como a Revolta da Armada, a guerra civil federalista e as incursões militares contra o arraial de Canudos.

A série machadiana “A Semana” está inscrita, portanto, em uma quadra histórica de instabilidade social e política que concorda com um período de franco desenvolvimento do jornalismo, sendo este em grande parte responsável por dar o tom dos debates instalados na esfera pública, ainda que sempre sob a vigilância implacável do governo de turno. Em sua coluna, Machado de Assis se debruça sobre matérias frívolas e graves com a mesma desenvoltura, produzindo reflexões sobre seu tempo e sobre os discursos de seu tempo. Essa parte da obra do escritor está situada entre a publicação de *Quincas Borba* e *Dom Casmurro*, tendo entre elas a produção do volume de contos *Várias Histórias*, em 1896.

O cronista de “A Semana” não é mais o homem das ruas como já havia sido no princípio de sua carreira jornalística no *Diário do Rio de Janeiro* ou como quando acompanhava *in loco* as sessões plenárias do Senado e as estreias de peças teatrais, conforme aponta Jean-Michel Massa (2009, p. 242). Trata-se de um leitor absorto em seu gabinete rodeado pelas mais distintas publicações que circulavam no Rio de Janeiro em seu tempo.

Nesse momento de maturidade, Machado de Assis parece ter depurado sua visão sobre o papel do jornal. É sabido que nos anos de juventude, enquanto muitos escritores se ressentiam do modelo de escrita comercial em prejuízo da liberdade criativa, o aspirante a poeta Joaquim Maria celebrava o aspecto civilizatório da imprensa em um país recém-independente (MASSA, 2009, p. 193).

Em “A Semana”, o escritor tem como substrato principal de sua escrita o modo como a imprensa selecionava, reportava e desdobrava os fatos do período. Seu trabalho ganha forma a partir de um gesto reflexivo que pode ser verificado na catalogação de material reproduzido pelas folhas diárias, o que muitas vezes se reflete na constante manifestação de enfado com o noticiário; na recuperação de temas já abandonados pelas publicações e na busca por novos elementos passíveis de comentário; em suma, nas idas e vindas pelas páginas de uma quantidade

relevante de periódicos. O escritor parece colocar em operação um mecanismo crítico-reflexivo ao examinar com lupa a linguagem, a estrutura e os conteúdos levados a público nas páginas dos jornais.

O olhar aparentemente dispersivo e flutuante que parece caracterizar as crônicas pode ser compreendido como recurso retórico visando a aproximação com o leitor — expediente já ensaiado nas séries anteriores e bem executado na ficção. Contudo, também é preciso considerar o fato de que essa característica guarda relação importante com a complexidade do suporte ao qual a crônica está integrada. O jornal apresenta uma distribuição de rubricas extremamente variadas cujas fronteiras não são de fácil distinção, considerando a convivência muito próxima entre as seções. Sendo assim, a coabitação dessas distintas vozes dentro de cada periódico e entre as distintas publicações constitui um regime discursivo muito próprio.

Historicamente, a crônica brasileira é resultado da mescla entre a seção de variedades e o espaço do folhetim, herdado da matriz francesa, conforme assinala Marlyse Meyer (1998, pp. 113-114). De acordo com a autora, haveria no caso brasileiro a peculiaridade de a crônica absorver vasta gama de assuntos provenientes do espaço que lhe deu origem, qual seja, o rodapé do jornal. As décadas de 1880 e 1890 marcam o deslocamento da crônica do *bas de page* para as colunas do corpo do periódico, modificando a natureza desse texto e moldando o novo formato da crônica-coluna.

É recorrente nos diferentes jornais da época a tendência de fixar colunas hebdomadárias destinadas a comentar os fatos da semana. Nenhuma delas, entretanto, foi tão longeva e regular quanto a de Machado de Assis, notadamente a mais perene série de textos da imprensa carioca no final do século XIX. Algumas dessas séries duravam menos de um semestre e, entre as que ultrapassavam essa barreira, publicavam-se com longos intervalos entre um texto e outro. Ainda assim, como veremos, há séries que se constituem em importantes referências para o estudo do gênero no fim do século XIX.

Entendemos que tal movimento assume características bem particulares na coluna fixa machadiana. Nela, o cronista pouco entusiasmado com o papel exercido pela imprensa na sociedade passeia pelas páginas dos jornais refletindo sobre o agendamento, o enquadramento, a linguagem e o ritmo das pautas. Os anos de experiência permitiam a Machado de Assis enxergar na complexidade do suporte jornalístico uma boa chave de leitura para compreender a turva realidade brasileira, entregando ao leitor um comentário cheio de lacunas sobre o cenário político.

Ao tratar sobre a crônica machadiana, Sidney Chalhoub informa que sendo o gênero imerso na indeterminação e na incerteza do presente, sua existência depende diretamente de

interlocução “com outros textos, discursos, gestos. Nutre-se dos fatos do momento e busca interferir em seu curso”. (2009, p. 235) Por sua vez, em sua investigação sobre o gênero na obra machadiana, John Gledson (ASSIS, 1996) observa como traço recorrente a alusão do cronista a diversos periódicos. O crítico interpreta esse movimento como um traço estilístico de Machado de Assis. Lúcia Granja (2018) afirma tratar-se de expediente comum entre os colaboradores dos periódicos no final do século XIX, o que compõe um traço integrador entre os cronistas em exercício no Rio de Janeiro e pode ser verificado a partir da leitura de textos de colaboradores de outros jornais.

Nesse sentido, Machado de Assis não era o único em seu tempo a desenvolver o exercício do comentário semanal. Cronistas dos mais diferentes periódicos do Rio de Janeiro também executavam essa tarefa, valendo-se de expedientes técnicos com certo grau de semelhança. Grande parte das séries publicadas nesses periódicos partilhavam de elementos de composição, como o emprego de ironia ou humor; a transição entre assuntos aparentemente desconexos; a fabulação e, finalmente, a crítica direta ou indireta aos expedientes do jornalismo e ao poder de turno. Havia também crônicas menos complexas, que ainda preservavam características mais próximas do seu passado no folhetim, assim como aquelas que se limitavam a catalogar acriticamente os acontecimentos da semana.

A solução estética dada pelos cronistas em resposta ao conturbado período da história nacional dá forma ao modelo da crônica-coluna fortemente disseminado na imprensa do final do século XIX, que se caracteriza, sobretudo, pela necessidade de absoluta cautela na sua construção, demandando um trabalho artístico de alta sofisticação, que lança mão do humor, do trabalho com o não dito e da fabulação. A tarefa é levada a cabo por cronistas, como Ferreira de Araújo, Domingos Olímpio, Gastão Bousquet, Olavo Bilac, Fonseca Moreira, além de outros autores que publicavam valendo-se de múltiplos pseudônimos.

Tratar das crônicas de Machado de Assis é, de alguma maneira, tratar do processo de reagrupamento desses textos que não foram feitos para durar. É tratar, também, da permanência e atualidade de um discurso que estava, a princípio, fadado a se dissipar nas páginas envelhecidas que hoje repousam nos espaços físicos e virtuais dos centros de memória. Através de divagações despreziosas, o cronista promove, reiteradamente, importantes reflexões, entre elas: a velocidade do tempo, cuja percepção é modificada a cada nova representação de evento histórico; a busca por lentes que possibilitem melhor leitura da realidade; a consciência da existência de intenções ocultas que norteiam as ideias disseminadas na sociedade. Essas inquietações dialogam estreitamente com o ritmo da modernidade, que é, em grande parte, ditado pelos veículos de comunicação.

Nesse sentido, “A Semana” diz algo acerca de seu tempo. A série pode ser tratada na perspectiva de conjunto — como parte de um projeto crítico do autor —, mas também pode ser identificada no jogo de sua instância, na individualidade, como mais um discurso que se apresenta dentre muitos outros no momento de sua publicação.

Esta tese tem como objetivo principal verificar de que maneira a série “A Semana” se relaciona com a rede de cronistas do seu tempo. Ao analisar sistematicamente as crônicas machadianas à luz de um conjunto diverso de crônicas de autores dos periódicos mais relevantes da imprensa do período, pretendemos contribuir com uma interpretação do último conjunto de crônicas de Machado de Assis, publicado na *Gazeta de Notícias*, bem como aportar subsídios para a compreensão do desenvolvimento do gênero crônica nesse momento histórico.

Sem prejuízo de reconhecermos haver uma importante dimensão econômica associada à circulação dos vários periódicos no Rio de Janeiro no final do século XIX, afinal, tratavam-se de empresas comerciais competindo pelas receitas advindas da venda dos exemplares avulsos, assinaturas periódicas e espaços nas seções de anúncios; nosso trabalho destaca o aspecto discursivo das crônicas que, em maior ou menor grau, relaciona-se com a orientação editorial de cada jornal e com o ambiente político da República.

Nossa proposta consiste, portanto, em selecionar entre as séries de crônicas veiculadas em periódicos de grande projeção no Rio de Janeiro, a saber: *Diário de Notícias*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *O País*, aquelas cujos textos efetivamente repercutiam no debate público durante o período de publicação da série “A Semana”. A partir desse exercício de análise comparativa, pretendemos demonstrar que a voz presente na última série machadiana de crônicas se integra à relevante rede de vozes dos cronistas do Rio de Janeiro e se constitui também a partir desse diálogo.

Propomos que Machado de Assis desenvolveu a sua forma oblíqua de tratar dos assuntos, sua técnica de deslizamento temporal, seu modo de seleção, exposição e consequente desnaturalização dos discursos; em grande parte a partir da exploração das muitas possibilidades, posições e contradições presentes na escrita de seus pares.

Considerando esta introdução como a primeira parte do trabalho, na segunda apresentaremos o que chamamos de “Os dois inícios de ‘A Semana’” — capítulo em que situaremos o início da série no contexto das homenagens a Tiradentes em 1892, examinando as especificidades do momento histórico brasileiro no início da República. O acirramento das disputas político-ideológicas ao longo do período levou a *Gazeta de Notícias* à interrupção de suas atividades no fim do ano de 1893, o que nos faz sugerir um reposicionamento estratégico do jornal no seu retorno em 1894 e, conseqüentemente, da escrita de Machado de Assis.

A parte três visa inserir a escrita de Machado de Assis mais especificamente no universo dos cronistas do período. Conduzida de maneira efetiva por homens de letras, os cronistas buscavam harmonizar temas distintos, equilibrando-se entre a projeção dos desdobramentos da Revolta da Armada, a apreciação dos lançamentos literários e as conjecturas sobre as eleições nacionais. Em síntese, nesse capítulo discutiremos qual é o tom que assume a voz do cronista no concerto dos discursos que se proliferam meio atabalhoadamente no periodismo nos inícios da República.

Em seguida, a quarta parte, intitulada “O lugar da crônica na economia dos periódicos”, sistematiza elementos recorrentes nas crônicas de Machado de Assis em face das de seus contemporâneos. Propomos que, em “A Semana” e em outras séries, de modo mais difuso, são marcantes a análise dos distintos discursos de seu tempo; a busca pelo tema miúdo como mote para reflexões de maior amplitude; o estabelecimento da crônica como lugar de contraponto ao expediente jornalístico; e a problematização dos efeitos da modernização verificada, por exemplo, nas reiteradas críticas às informações fornecidas pelas agências de notícias.

No capítulo “Porosidade e projeção”, discutimos o modo como as crônicas de “A Semana” dialogam de maneira mais ampla com a literatura produzida por Machado de Assis e de que maneira o escritor propõe a qualificação do debate público a partir da constatação de que a imprensa estaria negligenciando o dever de fomentar a cidadania nos primeiros momentos da República. Ainda nessa seção, além das crônicas, também analisaremos três contos em que os expedientes de escrita parecem coincidir: “Ideias de canário”, “Jogo do bicho” e “Pílades e Orestes”.

Encerramos o estudo buscando alinhar a problematização desenvolvida ao longo do trabalho, reconhecendo como ponto de fuga a própria despedida que Machado de Assis desenvolve em sua última crônica da série, no ano de 1897, e no seu breve retorno em substituição a Olavo Bilac no ano de 1900. Nelas, o escritor parece destacar as ideias que orientaram seu trabalho.

Finalmente, com esta tese esperamos desenvolver questões que possam, para além de confirmar ou relativizar nossas hipóteses, estimular o surgimento de novas interpretações para as crônicas machadianas. Inobstante a limitação quantitativa do nosso objeto de estudo, mas considerando o alcance da discussão mobilizada neste trabalho, também esperamos contribuir para o estudo do gênero crônica na literatura brasileira.

Antes de passarmos adiante, uma última notícia de ordem prática. Como o objeto do nosso trabalho consiste, principalmente, nas crônicas publicadas nos periódicos, as transcrições foram realizadas respeitando o modo como foram apresentadas originalmente, de modo que

fizemos a atualização ortográfica para evitar o estranhamento do leitor. Contudo, são preservadas as grafias dos nomes dos periódicos, bem como a pontuação auferida da fonte primária, respeitando o ritmo e a fluidez dos textos no modo como foram estabelecidos pelos seus autores.

Nos casos das crônicas machadianas em que as cópias dos jornais disponibilizadas pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional apresentaram alguma ilegibilidade ou mutilação, saneamos a questão a partir do cotejo com a edição de “A Semana” preparada por John Gledson em (ASSIS, 1996), no periódico Machadiana Eletrônica (**Machadiana Eletrônica**. Vitória: Ufes, v. 1, n. 2, Jul-dez 2018 e v. 4, n. 8, Jul-dez 2021) e, em último caso, com a obra completa em quatro volumes da Editora Nova Aguilar. (ASSIS, 2015)

2. Os dois inícios de “A Semana”: 1892 e 1894

No dia 12 de junho de 1892, Domicio da Gama, diplomata e colaborador da *Gazeta de Notícias*, endereça de Paris ao Rio de Janeiro uma carta a Machado de Assis, cuja primeira metade é reproduzida a seguir:

Meu caro mestre,
A leitura da *Gazeta de Notícias* tem-se tornado para mim um prazer desde que o Senhor começou a escrever nela a crônica semanal. Interessa-me tanto a vida fluminense, que leio tudo o que daí vem (tão mal arranjado de roupas em geral!). Imagine com que simpatia leio os seus *cavacos* tão engraçados e finos. Rio, sabe? Rio-me sozinho (eu vivo sozinho) às vezes desde a primeira frase. A de hoje fala de Tiradentes, o idiota glorificado. Eu assinei uma mensagem ao Sampaio Ferraz, que não li. Foi por ser agradável aos moços que me pediram isto. Era sua glorificação do Tiradentes, dizem-me os amigos, escandalizados, que idiota. Para ser digna do herói... Parece-me que fiz mal. Agora ando-lhe com ódio ao alferes. Seria capaz de escrever o tal artigo de que o *Senhor* fala na sua crônica tão chistosa (...) (ASSIS, 2011, pp. 15-16)

Essa mensagem é o primeiro registro epistolar acerca das reações suscitadas pela crônica de Machado de Assis. Depois dela, é possível detectar em distintos espaços manifestações sobre a sua série de crônicas semanais, iniciada em 24 de abril de 1892. A carta é o registro de Domicio da Gama, ilustre leitor do periódico que declara, apesar do pouco tempo de existência da série, já estar habituado ao texto semanal. É certo que o cronista estava atento às respostas dos leitores ao seu texto hebdomadário — conhecia muito bem o veículo para o qual escrevia e, sobretudo, dominava o ofício de cronista, haja vista o farto material produzido nos periódicos até aquele momento.

O autor experimentou muitos formatos de crônicas antes da sua chegada na *Gazeta de Notícias*. Iniciou sua carreira com a descrição de tipos nas “Aquarelas” e praticou a crítica teatral na “Revista de Teatros”, ambas em *O Espelho* (1859-1860); dispôs-se a dissertar sobre os fatos do cotidiano em “Ao Acaso” e “Comentários da Semana” no *Diário do Rio de Janeiro* (1861-1862 / 1864-1865), em que criava índices — espécie de guia aos leitores sobre os temas dos quais trataria — passando subitamente de um assunto a outro, à moda de José de Alencar; explorou a cena literária e artística do Rio de Janeiro quinzenalmente na “Crônica” de *O Futuro* (1862-1863) e deu vida ao Dr. Semana na *Semana Ilustrada* (1865/1876).

Também não era a primeira vez que Machado escrevia para as páginas do então mais popular jornal do Rio de Janeiro. Nele, entre os anos de 1883 e 1888, o experiente e consagrado

escritor havia publicado as séries de crônicas *Balas de Estalo*, *A+B*, *Gazeta de Holanda* e *Bons dias!*, além de grande número de contos.

Contudo, o autor de *Helena* resistiu ao primeiro convite para escrever no jornal fundado por Ferreira de Araújo e Elísio Mendes. A oportunidade de juntar-se aos colaboradores da *Gazeta de Notícias* já havia aparecido bem antes, em 1876, por meio da intermediação do acionista Ramos Paz:

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1876.

Meu caro Paz.

(...)

A resposta é a que eu já receava dever dar-te. São tantos e tais os trabalhos que pesam sobre mim, que não me atrevo a tomar o folhetim da “Gazeta”. Dize de minha parte ao Elísio que me penaliza muito a resposta; tu e ele são dois amigos velhos, que sempre achei os mesmos e de quem só tenho agradáveis lembranças.

Crê no

Teu do Coração

Machado de Assis. (ASSIS, 2011, p. 127)

Ao tempo dessa recusa, Machado de Assis tinha uma colaboração regular, porém mais espaçada na revista *Ilustração Brasileira* (1876-1878), sintetizando as notícias da quinzena e, em seguida, do mês, dividindo-as em pequenas seções nas “História de Quinze Dias” e “História de Trinta Dias”. Ainda houve oportunidade para substituir Carlos de Laet na produção das extensas “Notas Semanais”, de *O Cruzeiro* (1878).

A *Gazeta de Notícias* era, nesse momento, um periódico respeitado, de viés literário e vanguardista, com colaboradores de prestígio como Olavo Bilac, Coelho Neto, Ramalho Ortigão e Eça de Queirós; além, é claro, do próprio Machado de Assis. O jornal modernizou-se na passagem do Império para a República, reservando lugar aos prospectos de companhias novas, além de expandir e diversificar sua parte comercial, com relevante espaço para os anúncios e as publicações a pedidos. Cumpre-nos tecer alguns comentários a respeito das origens desse periódico fundamental para a compreensão do desenvolvimento da imprensa brasileira antes de passarmos à descrição das especificidades da última série de crônicas de Machado de Assis.

A segunda metade do século XIX foi prolífica no desenvolvimento de jornais no Rio de Janeiro. Todos eles, entretanto, figuram como espécies de herdeiros do expediente praticado pelo *Jornal do Commercio*, fundado em 1827. É ele que inaugura no Brasil o formato tido como padrão na imprensa brasileira, que se estende até os anos 1870. Atento aos anseios do leitorado por informação, o corpo editorial define o modelo que basicamente divide o jornal em três setores: bloco de notícias, transcrições das sessões parlamentares e anúncios.

Ao final desse período, o jornalismo brasileiro paulatinamente efetua a transição de um modelo retórico fundamentalmente baseado nas seções de opinião para um de viés narrativo e, sobretudo, informativo. As polêmicas de opinião via de regra passam para o espaço dos anúncios a pedidos. É importante ressaltar, entretanto, que esse aspecto informativo ainda não era dotado da velocidade da comunicação verificada a partir da segunda metade do século em diante. A limitação de recursos para obtenção de notícias que extrapolassem os limites do Rio de Janeiro de alguma maneira influencia os periódicos a investir no noticiário local, muitas vezes permeado por elementos sensacionalistas — o que atraía a atenção de seu público.

No Brasil, o desenvolvimento da imprensa tem como marco decisivo a criação da *Gazeta de Notícias*, em 1875. Ela já nasce em um cenário bastante consolidado da imprensa carioca, em que a palavra jornal necessariamente reporta ao referido *Jornal do Commercio*. Machado de Assis comenta sobre a criação do jornal no seu vigésimo aniversário:

(...) Outra festa, não propriamente a primeira em data ou lustre, mas em interesse cá da casa, foi o aniversário da *Gazeta de Notícias*. Completou os seus vinte anos. Vinte anos é alguma cousa na vida de um jornal qualquer, mas na da *Gazeta* é uma longa página da história do Jornalismo. O *Jornal do Commercio* lembrou ontem que ela fez uma transformação na imprensa. Em verdade, quando a *Gazeta* apareceu, a dous vinténs, pequena, feita de notícias, de anedotas, de ditos picantes, apregoada pelas ruas, houve no público o sentimento de alguma cousa nova, adequada ao espírito da cidade. Há vinte anos. (*GN*, 04 ago.1895)

A crônica trata, inicialmente, do retorno de Rui Barbosa de Londres para o Brasil e compara o evento com a repercussão da festa do centenário de morte de Basílio da Gama. A suposta competição ensaiada no texto entre o prestígio do ministro do Governo Provisório e o do renomado escritor, cede espaço no último parágrafo à menção ao aniversário da *Gazeta de Notícias*. Nele há a lembrança de que o *Jornal do Commercio* celebra a data em sua edição, o que parece honrar a direção do jornal aniversariante.

Machado de Assis salienta que o jornal em que escreve nasce com uma proposta despretensiosa, mas que ainda assim modifica o cenário da imprensa no Rio de Janeiro pelo tom do seu conteúdo e pelo baixo custo de sua aquisição. Valendo-se do humor e da referência a um grande nome da literatura — Balzac — sugere que o periódico deveria receber como presente flâmulas confeccionadas por jovens moças antes que completos seus trinta anos.

A relevância da *Gazeta de Notícias* é destacada pelo cronista à medida que este compara os efeitos produzidos na sociedade por qualquer publicação ordinária ao final de vinte anos de existência em comparação com os da folha conduzida por Ferreira de Araújo findo o mesmo período. A referência ao testemunho publicado no *Jornal do Commercio* permite prevenir a

coluna de Machado de Assis da acusação de suspeita nas palavras elogiosas dirigidas ao veículo de imprensa no qual trabalhava desde 1883.

A *Gazeta de Notícias* nasce com uma proposta parecida à do *Le Petit Journal*, fundado na França, em 1863. Ferreira de Araújo, a exemplo de Polydore Millaud, tinha faro comercial, apostava na publicidade e nos baixos preços da publicação, assim como em nomes de peso para assinar suas páginas. Talvez a publicação de Ferreira de Araújo tenha sido a maior ousadia da imprensa brasileira do século XIX, sobretudo porque é o periódico que inaugura a venda de exemplares avulsos nas ruas da capital do Império, dando ao leitor a possibilidade de despender menos recursos para ter acesso à publicação, uma vez que boa parte da população não dispunha do privilégio de manter uma assinatura anual.

Os jornais, nesse período, já são dotados de um ritmo mais intenso. A ampliação das linhas férreas e o aprimoramento dos serviços dos Correios permitem que os impressos cheguem a espaços mais distantes, contribuindo para a ampliação significativa na quantidade de leitores. A população paulistana, a propósito, também se servia dos jornais vindos “do expresso do Rio” (BARBOSA, 2010, p. 118) no início da noite.

O público leitor não correspondia, necessariamente, à cifra de tiragem dos jornais, considerando a prática cultural de reprodução oral das notícias — e o conseqüente debate acerca delas: o compartilhamento dos jornais e a afixação dos mesmos nas portas das redações produziam um fluxo relevante de transeuntes nos edifícios em que se localizavam os jornais. Os jornalistas passaram a ser figuras populares, objetos de admiração. De acordo com Barbosa (2010, p. 132): “No carnaval, os cortejos das sociedades e dos ranchos dirigem-se às redações, dando vivas aos jornalistas. Nas datas importantes e nos momentos de crise, observa-se o mesmo movimento”.

O contexto histórico que envolve a produção de “A Semana” é terreno fértil para o experiente cronista, dada a efervescência do cenário nacional e a convivência com eventos de grande repercussão nas páginas dos periódicos fluminenses, tais como a segunda Revolta da Armada, a guerra civil federalista e a guerra de Canudos. É esse, também, o momento de grande debate em torno do sistema financeiro no Brasil, sobretudo no que tange ao incipiente mercado de capitais e às ruidosas relações entre Estado, companhias abertas, investidores e cidadãos; todas elas desgastadas pelos efeitos do Encilhamento.

A honrosa coluna reservada no espaço do editorial do jornal e deslocada para depois da seção “Telegramas” a partir de julho de 1894, certamente demandava do cronista a emissão de opinião incisiva sobre as grandes questões nacionais; entretanto, o histórico das contribuições

de Machado de Assis para os periódicos revela certa aversão do escritor ao comentário direto, distinguindo-se sempre pela versatilidade no uso de seu espaço.

Ainda assim, o expediente do qual Machado de Assis lança mão na sua escrita semanal possui pontos em comum com o dos demais cronistas de sua época, mas definitivamente não se confunde com o deles. Dessa maneira, cada escritor, ao seu modo, desenvolve uma forma específica de cativar o leitor nos seus espaços de escrita.

A despeito do apelo natural produzido pelos assuntos considerados mais relevantes na ordem do dia, tais como economia e política, Machado de Assis faz de seu espaço hebdomadário uma tribuna de convivência entre os grandes temas da semana e um cardápio de variedades, como os *fait divers*, metafísica, comentários de anúncios, notas de falecimentos, vultos da nação, tragédias, incidentes locais, etimologia, ciência, loteria, história, casos criminais, teatro, além, é claro, de considerações acerca da própria crônica.

Sobre o gênero, pondera Antonio Candido:

Ao longo deste percurso, foi largando cada vez mais a intenção de informar e comentar (deixada a outros tipos de jornalismo), para ficar sobretudo com a de divertir. A linguagem se tornou mais leve, mais descompromissada e (fato decisivo) se afastou da lógica argumentativa ou da crítica política, para penetrar poesia adentro. Creio que a fórmula moderna, onde entra um fato miúdo e um toque humorístico, com o seu *quantum satis* de poesia, representa o amadurecimento e o encontro mais puro da crônica consigo mesma. (CANDIDO, 1992, p. 15)

Ao tratar sobre o percurso da crônica no Brasil, Antonio Candido destaca o movimento transicional que parte do comentário sério, preponderante em meados do século XIX, para a fabulação desprentensiosa que se consolida no século XX, especificamente representada pelas figuras dos cronistas Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos e Rubem Braga. A respeito da crônica machadiana, Candido atribui características de “artigo leve” (1992, p. 16).

A observação sobre o texto de Machado de Assis é inequivocamente pertinente, sobretudo se aplicada à produção de “A Semana”. O crítico parece localizar a crônica machadiana numa posição imediatamente anterior à “fórmula moderna”, o que, provavelmente, já engendrava muitas das características da produção dos cronistas do século passado. Importa observar que a leveza que o cronista da *Gazeta de Notícias* concede às crônicas dessa série é decisiva para a boa recepção que ela teve pelo público e pelos seus pares, também cronistas. Considerando a longevidade da publicação, em comparação com a brevidade das rubricas contemporâneas, “A Semana”, de Machado de Assis, consolida-se como um dos grandes marcos do gênero na imprensa.

Antes da série iniciada em 1892, a última produção hebdomadária de Machado de Assis tinha sido publicada entre 1888 e 1889 na própria *Gazeta de Notícias*, jornal no qual Machado de Assis era prestigiado e com cujo editor, Ferreira de Araújo, tinha boas relações. Dentre os motivos para que ele tenha se silenciado, um deles é bastante notório: com efeito, o governo republicano, no seu formato jacobinista, militarizado e de viés autoritário, poderia inspirar duplamente o temor no cronista, uma vez que fiscalizava severamente as redações dos periódicos e as repartições públicas — ambos espaços frequentados por ele.

O escritor é discreto na sua comunicação privada. Pouco fala a respeito de temas polêmicos, mesmo quando se dirige à sua própria família. Ainda quando atacado, Machado de Assis parece delegar tacitamente a sua defesa ao círculo de intelectuais do qual é notável membro. A carta do cunhado, Miguel de Novais, enviada durante as agitações que culminaram na posse de Floriano Peixoto, consigna essa percepção:

Lanhelas, 22 de julho de 1891.

Meu caro Machado de Assis,
 Uma carta sua ou da Carolina é sempre motivo de festa nesta casa – se elas são tão raras!
 (...) Apesar de se terem passado fatos tão extraordinários nesse país, o meu amigo é de tão extraordinário laconismo quando escreve, que nem uma só palavra me diz em referência a esses fatos. Não lhe seguirei o exemplo – e o que terei a dizer-lhe deste infeliz país, é tudo quando há de mais desagradável. Não me lembro de uma época semelhante! (...) (ASSIS, 2011, p. 7)

Há, em grande parte da correspondência machadiana disponível ao público, uma deliberada opção do correspondente por não emitir opiniões sobre questões delicadas que pudessem prolongar demasiadamente o debate com seu interlocutor. Tal cuidado parece ser extensível à sua produção cronística, na qual é mais possível confundir a voz do narrador dos textos com a do autor das crônicas. Aliás, essa linha interpretativa é a que norteia os estudos de John Gledson, para quem as opiniões do homem Machado de Assis podem ser identificadas através de seus textos, sobretudo em suas séries de crônicas. (GLEDSON, 2003, p. 296)

A proposição de John Gledson é tentadora. Com efeito, a crítica de substrato intencionalista produzida pelo estudioso é iluminadora para os estudos machadianos, mas não é possível desconsiderar que o desenvolvimento de um tipo de narrador para cada conjunto de crônicas que produz. Estabelecendo posicionamento diverso, Sidney Chalhoub, pondera que é necessário considerar o aspecto ficcional das crônicas de Machado de Assis. De acordo com ele, “a complexidade dos movimentos dos narradores ficcionais em primeira pessoa das

crônicas não é necessariamente menor do que a de seus correlatos nos romances ou contos” (2009, p. 235).

Ao se debruçar especificamente sobre a série “A Semana”, Mariana da Silva Lima (2021) considera essas duas perspectivas tão apropriadas quanto antagônicas. Para isso, a pesquisadora sugere a necessidade de analisar caso a caso a performance do narrador que conduz as crônicas. Ela destaca a grande liberdade experimentada por Machado de Assis nessa última série de crônicas, permitindo que o autor apresente narradores distintos a cada semana.

Seu estudo também sugere que Machado de Assis faz um uso vacilante da primeira pessoa na sua última série de crônicas: quando os fatos comentados evocam memórias pessoais do escritor, seria em nome próprio que ele falaria; ao passo que quando trata de assuntos que mobilizam menos os seus afetos, o cronista assumiria uma voz mais próxima da de Brás Cubas ou Bento Santiago, por exemplo, configurando a existência de um narrador ficcional.

Nós consideramos que os narradores das crônicas machadianas, a despeito de serem mais ou menos aproximados da pessoa de Machado de Assis, assumiriam determinada perspectiva sobre o material apresentado pelos jornais, assinando, inclusive, de maneiras diferentes em cada período. M-AS, Gil, Dr. Semana, Manassés, Eleazar, Lélío, João das Regras, Malvólio e Boas noites, para citar apenas algumas das firmas apostas ao final de cada série ao longo da carreira, não seriam apenas formas de omitir a autoria de Machado de Assis — o que em muitos casos era de conhecimento público — mas a de determinar a coerência de determinado tom empregado nas crônicas. Dessa forma, apesar das crônicas serem produzidas por Machado de Assis, ponderamos que a sofisticada construção textual empreendida pelo autor seria mediada por um narrador que reúne características próprias.

A série “A Semana”, por sua vez, única não assinada pelo cronista, seria conduzida por um narrador que modaliza sua relação com o autor empírico a depender da conveniência do momento. Nesse último conjunto de crônicas machadianas, a coerência não se depreenderia, portanto, da posição do narrador em relação à pessoa de Machado de Assis — que desta se aproxima ou se afasta segundo a conveniência da reflexão empreendida —, mas do gesto crítico direcionado aos discursos que circulam em seu tempo e levados a público, sobretudo, pelas páginas dos periódicos.

2.1. A REPÚBLICA SOB O SÍMBOLO DE TIRADENTES

Em abril de 1892, durante o governo de Floriano Peixoto, período no qual o escritor retorna ao ofício de cronista da *Gazeta de Notícias*, o Brasil passa por grande instabilidade política e muitas incertezas na área econômica. O marechal, à época, era tratado por parte da mídia como vice-presidente da República em exercício, dado o dispositivo constitucional que asseverava a necessidade de realização de novas eleições no caso de renúncia do presidente eleito antes de serem cumpridos dois anos de mandato.

A tarefa de Floriano Peixoto, portanto, era a de convocar eleições para a sucessão de Deodoro da Fonseca, que renunciara ao cargo em novembro de 1891, na esteira dos eventos da primeira Revolta da Armada. O vice-presidente recusou-se a promover novo pleito eleitoral e se estabeleceu no cargo, disparando, com esse ato inconstitucional, uma sucessão de conflitos dentre os quais se destacam a guerra civil federalista e a segunda revolta da armada. A alcunha “marechal de ferro” deriva dos métodos bastante violentos empreendidos na contenção dessas revoltas e nos expedientes intimidatórios dirigidos aos opositores de sua administração.

Dessa maneira, é natural que o já cauteloso Machado de Assis desenvolva crônicas pouco inclinadas a qualquer polêmica. Ao contrário, sua pena parece estar a serviço da promoção de reflexões pouco fixadas no calor do momento, resultando em material a ser digerido pelo leitor de forma paulatina, mas nem por isso menos prazerosa. Assim se inicia o primeiro parágrafo da crônica de estreia de “A Semana”:

Na segunda-feira da semana que findou, acordei cedo, pouco depois das galinhas, e dei-me ao gosto de propor a mim mesmo um problema. Verdadeiramente era uma charada, mas o nome de problema dá dignidade, e excita para logo a atenção dos leitores austeros. Sou como as atrizes, que já não fazem benefício, mas *feira artística*. A coisa é a mesma, os bilhetes crescem de igual modo, seja em número, seja em preço: o resto, comédia, drama, opereta, uma polca entre dois atos, uma poesia, vários ramalhetes, lampiões fora, e os colegas em grande gala, oferecendo em cena o retrato à beneficiada. (...) (GN, 24 abr.1892)

O primeiro trecho da crônica é uma evocação da memória, já distanciada em seis dias do domingo, dia de publicação da crônica na *Gazeta de Notícias*. O narrador se apresenta como um indivíduo afeito a desafios mentais. A questão que proporá é problematizada na sua própria expressão: ao recusar-se a utilizar o termo “charada”, preterido por “problema”, o cronista atribui à preocupação com o leitorado mais austero a sua escolha lexical.

O narrador relata um episódio pessoal supostamente vivido na semana anterior, interrompendo sua narrativa para discutir questões de vocabulário. A digressão dá ensejo para que o cronista lance mão de procedimento célebre de seus narradores: a figuração do leitor. O expediente de supor um interlocutor “austero” para o qual a escolha lexical mais elevada da

palavra “problema” em substituição ao termo “charada” — popular nos jornais — possa ser mais adequado, enseja uma ação sub-reptícia, qual seja, a de falar de si mesmo.

Portanto, dentre muitas das características do cronista, a primeira que apresenta ao leitor é a preocupação com a forma de construção do texto, sendo cada expressão, objeto de reflexão. No primeiro parágrafo de “A Semana”, o leitor é confrontado com uma das principais preocupações do cronista: a da distância que separa a linguagem de seus sentidos. Machado de Assis é reconhecidamente um escritor avesso ao uso de linguagem enfática e vazia de significação, e problematiza esse expediente em seus textos. A inserção do termo mais “austero” na sua escrita ao lado daquele que melhor exprimiria o significado desejado coloca em confronto os modos objetivo e empolado de escrever.

Maria Nazaré de Lins Soares, ao observar procedimentos próprios dos narradores dos romances machadianos, observa a característica que julgamos se estender ao narrador de “A Semana”:

Adotando o partido estético de levar o narrador a analisar e criticar a própria linguagem no ato da narração, Machado de Assis facultava-lhe a possibilidade de chamar a atenção para o lugar-comum ou ênfase que poderíamos apontar em sua fala. Antecipando seu juízo crítico ao do leitor real ou do leitor que traz dentro de si, o romancista compensa o que poderia haver de inaceitável na expressão. (SOARES, 1968, p. 50)

A exemplo do que ocorre especialmente nos narradores de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Esau e Jacó*, em “A Semana” o traço estilístico da análise da própria narração enquanto esta se desenvolve permite ao cronista acusar a própria precariedade do seu discurso, conseguindo, com isso, estabelecer uma relação mais próxima — até mesmo de certa cumplicidade — com o leitor.

Prontamente o leitor é tomado pelo braço e convidado a embarcar numa espécie de bastidor da produção da crônica. O cronista anuncia com aparente trivialidade que a seleção de palavras em seu texto não é banal e antecipa a problemática que estará presente nos distintos episódios explorados ao longo do texto.

Vimos que a crônica não traz qualquer formalidade de apresentação da série ou considerações acerca do objetivo da coluna, mas que em apenas um parágrafo estabelece o tom da conversa com o seu leitor. O cronista prescinde do introito, comum às séries de seus pares, no qual os escritores encontram ensejo para estabelecer o pacto de leitura com seu público.

O narrador do primeiro início de “A Semana” é um pouco mais contido nas suas ousadias para com o público. Esse narrador tem um pé menos fincado nos eventos do presente que comenta, deslizando continuamente a sua escrita do comentário para as reminiscências, o

que provavelmente seja a principal distinção da última série de crônicas de Machado de Assis em relação às que já havia produzido anteriormente. Essa característica se acentua ainda mais quando seu texto é cotejado com os dos cronistas de outros periódicos, como veremos mais adiante.

Há, portanto, uma caracterização indireta de si mesmo em face de seu suposto público, sendo o narrador dotado de um éthos mais informal. Contudo, é interessante perceber que, apesar de haver a substituição de um termo em detrimento do outro, os dois estão presentes na crônica, lado a lado. Ao comparar-se com as atrizes que substituem o termo “benefício” por “festa artística”, o narrador alerta sobre uma de suas facetas: a do indivíduo para quem a pompa da linguagem não é capaz de mascarar conteúdos simplórios.

O aposto enumerativo que explica a comparação do narrador às atrizes reforça a preocupação com os sentidos dos termos na escrita do cronista. “Benefício” ou “festa artística”, na economia do texto, designariam exatamente a mesma coisa. A partir dessa perspectiva, o espírito do tempo apreendido pelo narrador e iluminado em sua crônica consistiria na necessidade de dar trajes novos a velhas práticas sociais. Isso se verifica sobremaneira no período de escrita da série.

É possível sugerir que em “A Semana” o narrador modaliza seu discurso submetendo a matéria comentada não apenas às impressões causadas em seu tempo, mas compreendendo os fatos e os discursos numa perspectiva histórica. Se a linguagem de uma época se sobrepõe à de outra, desenvolvendo camadas de significados e visões de mundo, o experiente cronista, munido de um arcabouço de referências e consciente da quadra histórica em que está inserido, deposita no colo do leitor um complexo texto no qual o presente imediato do discurso jornalístico se submete à reflexão crítica.

De algum modo, ao compartilhar questões de composição textual, o cronista ilumina a leitura de sua coluna e dá indícios ao leitor de que o texto apresentado talvez não deva ser lido de maneira apressada. Nesse diapasão, embora não se apresente diretamente, sobretudo por não apor assinatura ao texto, o “novo” colaborador da *Gazeta de Notícias* fala de si e de sua escrita. Os episódios que se seguem encaminham gradativamente o leitor ao tema da semana, qual seja, Tiradentes:

Tudo pede certa elevação. Conheci dous velhos estimáveis, vizinhos, que esses tinham todos os dias a sua festa artística. Um era Cavaleiro da Ordem da Rosa, por serviços em relação à guerra do Paraguai; o outro tinha o posto de tenente da guarda nacional da reserva, a que prestava bons serviços. Jogavam xadrez, e dormiam no intervalo das jogadas. Despertavam-se um ao outro desta maneira: “Caro major!” — “Pronto, comendador!” — Variavam às vezes: — “Caro comendador!” — “Aí vou, Major”. Tudo pede certa elevação.

Para não ir mais longe. Tiradentes. Aqui está um exemplo. Tivemos esta semana o centenário do grande mártir. A prisão do heróico alferes é das que devem ser comemoradas por todos os filhos deste país, se há nele patriotismo, ou se esse patriotismo é outra cousa mais que um simples motivo de palavras grossas e rotundas. A capital portou-se bem. Dos Estados estão vindo boas notícias. O instinto popular, de acordo com o exame da razão, fez da figura do alferes Xavier o principal dos Inconfidentes, e colocou os seus parceiros a meia razão da glória. Merecem, decerto, a nossa estimação aqueles outros; eram patriotas. Mas o que se ofereceu a carregar com os pecados de Israel, o que chorou de alegria quando viu comutada a pena de morte dos seus companheiros, pena que só ia ser executada nele, o enforcado, o esartejado, o decapitado, esse tem de receber o prêmio na proporção do martírio, e ganhar por todos, visto que pagou por todos.

(...) Entretanto, o alferes Joaquim José tem ainda contra si uma coisa, a alcunha. Há pessoas que o amam, que o admiram, patrióticas e humanas, mas que não podem tolerar esse nome de Tiradentes. Certamente que o tempo trará a familiaridade do nome e a harmonia das sílabas; imaginemos, porém, que o alferes tem podido galgar pela imaginação um século e despachar-se cirurgião-dentista. Era o mesmo herói, e o ofício era o mesmo; mas traria outra dignidade. Podia ser até que, com o tempo, viesse a perder a segunda parte, dentista, e quedar-se apenas cirurgião. (...) (GN, 24 abr. 1892)

A coluna inaugural, publicada em 24 de abril de 1892, faz referência ao centenário de morte do símbolo da conjuração mineira. O mesmo tema é retomado na crônica de 22 de maio, à qual a carta de Domício da Gama parece se referir mais diretamente. O primeiro mês da série revela grande interesse do cronista pelo alferes que se tornava, à época, objeto de culto da República, ao mesmo tempo que a construção de sua figura como grande vulto nacional era objeto de discussão nas páginas da imprensa.

Já existe, em face dos cronistas de seu tempo e mesmo em comparação com crônicas anteriores de sua própria lavra, um visível salto: a capacidade de realizar transições harmônicas entre um assunto e outro. Não há interrupção abrupta de um raciocínio ou sinais gráficos seccionando o texto em blocos. Paulatinamente e de maneira muito sutil, o cronista chega ao assunto do qual deseja tratar com mais vagar. Na crônica de estreia, o tema central não é anunciado no primeiro parágrafo — o que se tem é uma conversa aparentemente despreziosa proposta pelo cronista, que levemente toma o leitor pelo braço e o conduz, por meio de historietas, texto adentro.

O segundo parágrafo se conecta ao primeiro pela reflexão acerca do sentido das palavras, mas agora já existe a fabulação de uma partida de xadrez entre dois homens de idade avançada: um detentor da comenda de “Cavaleiro da Ordem da Rosa” e outro com a patente militar de major. Obviamente, o cronista chama atenção para a irrelevância dos homens que, a despeito dos títulos que detêm e do tom elevado com que se dirigem um ao outro, são apenas dois senhores alijados do serviço público praticando uma atividade recreativa que tem como propósito ocupar o tempo na fase de aposentadoria.

Mais definidora, contudo, é a frase que abre e fecha o parágrafo: “Tudo pede certa elevação”. Essa afirmação recupera diretamente a característica da “austeridade”, apresentada no primeiro parágrafo. Assim, o cronista incorpora na sua escrita a exploração da linguagem enfática que parece querer criticar ao longo de toda a crônica. John Gledson (2018) aponta que Machado de Assis, embora seja monarquista liberal, é também admirador do alferes símbolo da inconfidência mineira, tornado herói pelos republicanos. Isso posto, assumimos (e a leitura da crônica confirma) que não é para a figura do herói republicano que o cronista direciona o seu olhar crítico, mas à apropriação do símbolo da conjuração mineira pela República.

O fato de Tiradentes ser um personagem conhecido da história brasileira pré-independência dava à República uma amplitude temporal que remetia não apenas ao novo regime, mas à identidade nacional, potencializando a sua elevação ao *status* de herói do Brasil. Sua direta associação ao Cristo da mitologia bíblica, favorecida pela sua atitude de não-violência, o sacrifício público e a traição do qual fora vítima, fortaleceram a relação entre as duas figuras. Em face de tudo isso houve um investimento do regime republicano que visava a mobilização dos afetos da população: “A falta de envolvimento real do povo na implantação do regime leva à tentativa de compensação, por meio da mobilização simbólica” (CARVALHO, 2008, p. 52).

Lilia M. Schwarcz e Heloísa Starling observam a necessidade de o regime republicano estabelecer os seus próprios símbolos, bem como as suas próprias festas nacionais em substituição às referências do Império:

(...) o dia 1º de janeiro celebraria a “fraternidade universal”, 13 de maio, “a fraternidade dos brasileiros”, 14 de julho, “a República”, e 21 de abril “os precursores. Neste último caso, tratava-se de consagrar a figura de Tiradentes, o único rebelde condenado à morte durante a Conjuração Mineira de 1789 (...)
A partir desse momento, a imagem do novo herói ganharia a iconografia política, que se apropriou de Tiradentes não só como símbolo revolucionário: o mártir que se sacrificou pela República. (SCHWARCZ; STARLING, 2018, pp. 318-319)

Dessa forma, o novel governo mobiliza uma dimensão simbólica que visa revestir de republicanismo toda a história do Brasil. Machado de Assis detecta essa pretensão elevada do regime. Embora o cronista de “A Semana” seja considerado um escritor “elegante” por seus admiradores do período e até mesmo por seus detratores, a crônica como gênero não exige do escritor muitas formalidades. Ao contrário, seria o trato com o corriqueiro em linguagem cotidiana o seu ofício semanal. A elevação, contudo, não se verifica especificamente na voz do

cronista, mas na dos personagens que cria e nas atitudes que empreendem. A grandiloquência na fala, portanto, contrasta com a pequenez de seus atos e a irrelevância de suas ideias.

O cronista deixa entrever em que nível a elevação seria bem-vinda. Em vez do tratamento formal despendido pelos dois militares reservistas para quem as patentes consistem em meros adornos em face das suas vidas, o que mereceria certa elevação seria o sacrifício de Tiradentes e a sua memória, estes “mais que um simples motivo de palavras grossas e rotundas”. Nesse sentido, a noção de patriotismo do cronista parece ir de encontro à dos republicanos, que à época celebravam a figura do mártir, buscando apontar para o jogo meramente retórico em que repousa o culto cívico à figura do alferes, cuja figura é adaptada à nova forma de governo, comodamente aclimatada a um suposto anseio do povo brasileiro.

Em seguida, ao tratar dos festejos da data, o cronista abandona o comentário direto e volta a tratar do tema de maneira colateral, sugerindo que, com o passar dos anos, a expressão pela qual Joaquim José da Silva Xavier se tornou conhecido poderia ser substituída por “cirurgião”, agradando àqueles que guardavam alguma reserva em relação ao alferes. Nesse momento, a crônica penetra em um nível bastante complexo: o da necessidade de adequar o mito aos anseios do povo. Fosse quem fosse Tiradentes, isso importa menos do que a sua capacidade de adaptação à realidade brasileira cem anos após a sua execução. O cronista está tratando, nesse sentido, de política na sua forma mais pragmática, discutindo o que seria esse patriotismo à maneira republicana.

Dessa maneira, o narrador incorpora o éthos dos que se aprazem em proferir as tais palavras grossas e rotundas, revestindo antigas práticas com uma capa nova. Ele parece, de maneira bem humorada, prever que o sucesso da data cívica depende, necessariamente, do gesto de dignificar o ofício praticado pelo herói da inconfidência, como se a rebeldia contra a coroa portuguesa, por si só, não fosse suficiente para garantir a admiração popular. De acordo com o argumento do cronista, é na forma de construir o personagem, convertendo-o de simples tiradentes em respeitável cirurgião, que a República garantiria a admiração popular.

A crônica prossegue:

Há muitos anos, um rapaz — por sinal que bonito — estava para casar com uma linda moça — a aprazimento de todos, pais e mães, irmãos, tios e primos. Mas o noivo demorava o consórcio; adiava de um sábado para outro, depois quinta-feira, logo terça, mais tarde sábado; — dois meses de espera. Ao fim desse tempo, o futuro sogro comunicou à mulher os seus receios. Talvez o rapaz não quisesse casar. A sogra, que antes de o ser já era, pegou o pau moral, e foi ter com o esquisito genro. Que histórias eram aquelas de adiamento?

—Perdão, minha senhora, é uma nobre e alta razão; espero apenas...

—Apenas...?

—Apenas o meu título de agrimensor.

—De agrimensor? Mas quem lhe diz que minha filha precisa do seu ofício para comer? Case, que não morrerá de fome; o título virá depois.

—Perdão, mas não é pelo título de agrimensor, propriamente dito, que estou demorando o casamento. Lá na roça dá-se ao agrimensor, por cortesia, o título de doutor, e eu quisera casar já doutor . . .

Sogra, sogro, noiva, parentes, todos entenderam esta sutileza, e aprovaram o moço. Em boa hora o fizeram. Dali a três meses recebia o noivo os títulos de agrimensor, de doutor e de marido.

Daqui ao caso eleitoral é menos que um passo; mas, não entendendo eu de política, ignoro se a ausência de tão grande parte do eleitorado na eleição do dia 20 quer dizer descrença, como afirmam uns, ou abstenção como outros juram. A descrença é fenômeno alheio à vontade do eleitor: a abstenção é propósito. Há quem não veja em tudo isto mais de ignorância do poder daquele fogo que Tiradentes legou aos seus patrícios. O que sei, é que fui à minha seção para votar, mas achei a porta fechada e a urna na rua, com os livros e ofícios. Outra casa os acolheu compassiva, mas os mesários não tinham sido avisados e os eleitores eram cinco. Discutimos a questão de saber o que é que nasceu primeiro, se a galinha, se o ovo. Era o problema, a charada, a adivinhação de segunda-feira. Dividiram-se as opiniões; uns foram pelo ovo outros pela galinha; o próprio galo teve um voto. Os candidatos é que não tiveram nem um, porque os mesários não vieram e bateram dez horas. Podia acabar em prosa, mas prefiro o verso:

Sara, belle d'indolence,

Se balance

Dans un hamac... (*GN*, 24 abr.1892)

Em seguida, o narrador envereda para a fabulação. Um jovem noivo adia o matrimônio porque preferiria, ao se casar, poder usufruir do título de doutor. O início da historieta dá conta de uma questão temporal muito cara à construção da crônica. Ao escolher a construção “Há muitos anos”, o episódio é inserido num passado indefinido que traz ares de atemporalidade, cuja relevância permaneceria para as questões que se apresentam no texto.

Admoestado por sua sogra para que desse celeridade aos trâmites do casamento, o noivo se abraça a um aparente preciosismo que pode representar um profundo incremento no estabelecimento de suas relações sociais. O capital simbólico do qual disporia ao ser investido dos títulos de agrimensor e, por consequência, doutor, poderia garantir benefícios de toda ordem para ele e para a sua nova família. Partidários de tais convenções, os pais da noiva compreendem os repetidos adiamentos da data do matrimônio e consentem com o período de espera.

Como é típico dos narradores machadianos, o dessa crônica parece elencar uma sucessão de episódios questionando a relevância da linguagem grandiloquente e enfática. Todo discurso elevado é impiedosamente movido a um patamar rebaixado: o herói alferes, os noivos, os jogadores, a eleição. Às cenas nas quais se verifica a inserção de linguagem alta e formal são acrescidos elementos que as devolvem ao rés do chão — movimento que parece dialogar bastante com a informalidade com que se tratam os assuntos no gênero crônica.¹

¹ Imagem construída por CANDIDO (1992, p.13) em ensaio que perscruta as origens do gênero crônica no espaço do folhetim. O autor faz referência à coluna posicionada na parte inferior da página do jornal, na qual várias experimentações formais eram realizadas.

A escolha dos pequenos episódios narrados na crônica compõe uma espécie de quadro temporal totalizante. O passado distante representado no episódio do jovem noivo, o passado recente recuperado com a imagem dos dois oficiais aposentados, o presente dos festejos de Tiradentes e das eleições e a projeção de futuro da república pela pretendida afirmação das datas cívicas e pelo destino da sociedade a partir da escolha de seus representantes políticos, dão os contornos de certo tipo de sociedade.

A sofisticada teia de elementos construída pelo escritor conduz a conclusões tão interessantes quanto diversas — afinal, embora diga que não está tratando de política, Machado de Assis se debruça sobre ela nos sentidos amplo e estrito. O primeiro, no que diz respeito ao travamento das relações sociais que se baseiam em convenções de toda ordem e o último, na conformação das relações institucionais sob as quais é conduzida a sociedade e para as quais, em tese, seria importante a participação popular.

A ausência dos eleitores na eleição para senador realizada no dia 20 de janeiro é um símbolo do que trata o cronista. Se a palavra escolhida é “descrença”, como querem uns, é possível afirmar que o sistema político, bem como a representatividade oferecida pelos candidatos, é colocada em xeque e leva a população a desinteressar-se da política tal como mecanismo de criação de soluções para demandas coletivas.

Havia cinco candidatos à substituição do senador João Severiano da Fonseca, que renunciara meses antes: Aristides Lobo, Barão de Ladario, Rodrigo José da Rocha, Ferro Cardoso, Carlos de Laet e Quintino Bocaiuva. O primeiro, republicano de primeira hora, que já havia sido Ministro do Interior de Deodoro da Fonseca, sagrou-se vencedor com 1468 votos dentre os 3112 eleitores que compareceram às urnas. Embora já fosse esperada a vitória do jurista e ex-deputado federal, espantou a ausência dos eleitores: à época, na capital federal, 28.062 cidadãos estavam aptos a votar.

A fraude também era marca registrada das eleições. Como afirma Lilia Moritz Schwarcz, “uma das formas de garantir a estabilidade da República se dava “pela manutenção de um processo eleitoral em que, a despeito dos mecanismos políticos que tentavam controlar as disputas locais, as fraudes continuavam frequentes”. (2019, p. 81) Toda sorte de estratégias era utilizada para, até mesmo, impedir a realização do pleito em algumas seções. A respeito disso, a *GN* noticia:

Deixou de haver eleição, por falta de comparecimento de mesários ou dos eleitores, em 29 seções das diversas freguesias acima mencionadas.
Em algumas seções as respectivas mesas funcionaram, apesar de não estarem completas. (*GN*, 21 abr. 1892)

A notícia lacônica registrada no dia seguinte ao pleito deu ensejo a diversas reações, que vão desde as rubricas sem assinaturas até as crônicas dos dias posteriores. Esse dado causou espécie a vários jornalistas. O editorialista da *Gazeta de Notícias* atribuiu a ausência dos cidadãos à própria natureza do governo:

(...) o direito de voto é incompatível com a feição que tem tido e tem o nosso governo. Urnas e espadas não foram feitas para andar juntas, e, ou há de predominar o sufrágio, quaisquer que sejam os seus defeitos, ou o país tem de ser dirigido pela força armada, dando ao seu governo o caráter do mais genuíno militarismo.

Se querem que o povo vote e que o seu voto seja, não uma ficção, mas uma realidade que produza todos os seus efeitos, coloquem a vida nacional no seu verdadeiro eixo, dando ao povo o seu governo, e restituindo a força armada às suas nobres e legítimas funções.

Enquanto não se fizer isso, as lamúrias pela abstenção são muito parecidas com as chamadas lágrimas de crocodilo. (*GN*, 22 abr. 1892)

A *Gazeta de Notícias* estabelecia posicionamento crítico em relação aos rumos da República e à maneira com que Floriano Peixoto, que ainda ostentava o posto de vice-presidente, conduzia a política nacional. Contudo, mesmo os jornais alinhados ao governo do marechal possuíam no seu quadro de cronistas alguns que comentavam com menos reservas o assunto. Em “Reminiscências”, José Fino, pseudônimo de Coelho Neto, comentou:

Houve eleição a semana passada e parece que uma semana em que há eleição só com isso está cheia a transbordar.

Desta vez, porém, não foi precisamente assim; a eleição encheu... de decepções, isso sim.

Chocha, fria, essa eleição senatorial foi quase uma novidade no gênero.

Chegou a ter pilhéria o pleito de 20. Quem leu a especificada notícia d’*O Paiz* teve ensejo de conhecer exatamente a proporção entre o alistamento e o comparecimento, e, ao quarto ou quinto colégio mencionado já estaria rindo antecipadamente ao conhecimento dos Algarismos (...) (*OP*, 25 abr. 1892)

Os números dos votantes teriam, por si, o potencial de arrancar risos dos leitores do jornal. Na hipótese de isso não ocorrer naturalmente, o cronista induz o movimento. Nos dois primeiros parágrafos da rubrica, o narrador estabelece o descompasso entre a expectativa de assuntos suscitados pelo evento e o que se observa na prática. Em vez de comentar a euforia que, naturalmente, um pleito produziria na sociedade e os debates advindos das candidaturas, o observador do evento declara a sua decepção.

No texto, o caminho escolhido para registrar o desapontamento é o humor, irmanando, assim, narrador e leitor numa espécie de melancolia. Aparentemente, a solução de tratar o tema a partir da pilhéria tem por escopo, além de cativar o leitor com um texto leve, questionar a legitimidade de um processo cujos resultados teriam sido insatisfatórios. Afinal, o senador eleito não estava referendado pela maioria do público apto a votar.

Tal foi o tom da sugestiva rubrica “Humorismos”, assinada por J. Guerra:

O homem não faz neste mundo senão ter saudades do passado, aborrecimento do presente e temor do futuro.

Anteontem, vendo desertas as urnas, e lendo a indiferença e o tédio no semblante daqueles que, obedecendo a algum compromisso, iam depor a sua chapa, com que saudades me lembrei dos belos tempinhos das eleições a cacete, sopapo e clavinote!

Os olhos se me umedeceram ao recordar-me das *leições* na igrejinha da minha terra, uma terrazinha levada da carepa, benza-a Deus! Ao passo que se aproximava o grande dia da votação, os espíritos iam-se exaltando, e os dois partidos, *maniçoba* (conservador) e *pinguelo* (liberal), armavam-se até aos dentes para a disputa do pleito. E note-se, ali não havia neutros e ninguém tinha o direito de não se envolver em política. O cristão que não fosse *maniçoba* havia de ser por força *pinguelo*, e vice-versa. Quem não se declarasse por um ou por outro era perseguido por ambos. Eu era *maniçoba* convicto, apesar de ter uma dúzia de anos, e votava um ódio mortal aos *pinguelos*, nunca soube por quê. (*OP*, 23 abr. 1892)

A reflexão que relaciona o homem, o tempo e a memória, anuncia o início da crônica de J. Guerra. O registro da lembrança é definido como saudade, de maneira que o passado estaria vinculado à afetividade, podendo distrair o indivíduo dos problemas existentes nos eventos que ficaram para trás. A reflexão saudosista relaciona as três perspectivas temporais, privilegiando o passado em detrimento do presente e do futuro, uma vez que a eles seria reservado, respectivamente, aborrecimento e temor.

Ao estabelecer esse raciocínio, o cronista aponta o descaso com que os eleitores encararam as eleições senatoriais e aciona a sua memória recuperando um período de efervescência política nos tempos do Império. Segundo o cronista, o período de “cacete, sopapo e clavinote” teria sido bem mais interessante do que a indiferença manifestada pelos eleitores cariocas no período republicano.

O cronista denuncia, sob pretexto de uma suposta saudade, a violência impingida à população pelos grupos políticos que compunham o bipartidarismo na monarquia liberal de D. Pedro II. Depreende-se do relato que as práticas políticas não se davam na arena de discussão pública de maneira civilizada, mas dividiam severamente a população em dois polos que tinham o propósito de destruir, cada um o seu oposto.

No período, o sistema eleitoral estava sob a égide da constituição de 1824 em que, basicamente, o direito ao voto se baseava na renda, diferentemente das práticas estabelecidas a partir da constituição republicana de 1891, em tese mais democrática, garantindo, por exemplo, o voto universal masculino. A representatividade continuava comprometida e dava azo às famigeradas práticas do curral eleitoral e voto de cabresto.

Na crônica, a referência à igreja como local de votação supostamente imparcial não garantiria a lisura do processo eleitoral. Expedientes como intimidação direta, uso da máquina

pública e eliminação dos adversários eram comuns. Não obstante, o estabelecimento do contraste entre a efervescência das eleições no Império e a apatia na eleição republicana não seria suficiente para estabelecer um juízo de valor. Afinal, em qual cenário a política seria tratada em alto nível? J. Guerra não responde diretamente, mas deixa entrever que, em ambos os períodos, a sociedade não se beneficia dos mecanismos políticos. No primeiro, a política encaminha para a guerra civil e no segundo, os cidadãos seriam indiferentes a ela.

É sobre essa indiferença da população somada aos vícios das instituições que se debruça Machado de Assis na sua crônica de estreia: a confrontação dos termos “descrença” ou “abstenção” é objeto de interesse do cronista. Tomando a descrença como uma sensação involuntária do indivíduo, que mais se deve ao modo como ele enxerga as instituições que o representam, e a abstenção como um gesto de voluntário boicote ao processo eleitoral, o cronista sinaliza que, possivelmente, a tecnicidade jurídica do segundo termo não corresponda à realidade dos fatos. Boa parte dos eleitores, possivelmente, sequer tenha se dado conta da necessidade de votar, considerando o abismo, sobretudo comunicacional, que separava o povo do seu governo.

Portanto, é através da discussão dos significados dos termos que o narrador retorna ao problema apresentado no primeiro parágrafo da crônica e que conecta todos os elementos apresentados ao longo do texto. Afinal, a existência da data cívica em honra a Tiradentes fortalecia a noção de patriotismo do povo brasileiro? Uma resposta possível é dada pelos fatos: a abstenção do eleitorado na eleição seja por um gesto deliberado, por mero desinteresse ou por causas externas, como a desorganização na realização do pleito ou a fraude eleitoral.

Faz-se mister perceber que a condução da crônica dada sempre pela dicotomia entre dois termos, em hipótese alguma tem como objetivo levar o leitor a inclinar-se a um ou a outro, mas o de despertar a possibilidade de uma terceira resposta, esta bem mais complexa do que qualquer escolha. A precedência do ovo à galinha ou vice-versa como charada — ou problema — que dá os contornos do texto é, ao fim, uma forma de indicar ao leitor que não é possível satisfazer-se com alguma resposta de base binária. No próprio relato do narrador, revelou-se que é possível, inclusive, obter um voto para o galo que até então sequer havia se apresentado como possibilidade.

Sempre haverá um terceiro olhar possível para uma questão que se coloca arbitrariamente a partir de duas perspectivas. Ao final, justifica-se até o fato de a política não ser levada a sério pela ausência dos responsáveis por colher os votos dos eleitores, o que poderia fazer referência à fraude eleitoral. Talvez a mais popular de todas as charadas em língua portuguesa, muito reproduzida e pouco refletida também denuncie, no plano do discurso, o

desgaste de determinadas formas de apresentar as questões sociais. A originalidade da inserção do galo na composição do problema também recupera a leveza com que o cronista prefere conduzir a sua escrita.

Talvez seja possível depreender a questão central da crônica na seguinte passagem: “A prisão do heroico alferes é das que devem ser comemoradas por todos os filhos deste país, se há nele patriotismo, ou se esse patriotismo é outra coisa mais que um simples motivo de palavras grossas e rotundas”. O texto parece conduzir o leitor à conclusão de que a celebração e o culto patriótico à imagem de Tiradentes consistiriam, no limite, em exercício retórico gratuito, vazio, carente de sentido, em cuja formalidade se esgotava toda a homenagem. Dessa maneira, é a própria definição do patriotismo que o cronista busca levar o leitor a refletir.

É esse o ambiente do Brasil nos inícios da República. A arena de debates se estabelece em bases muito frágeis para se exigir qualquer seriedade dos processos políticos e da convivência coletiva. As instituições, desacreditadas, tentam, pela aparência, compensar a falta de sentido dos seus símbolos. O próprio sufrágio, como marca do sistema republicano, é esvaziado do seu objetivo fundamental, que é a inserção do povo nos processos de escolha, dando a este a sensação de estar incluído no debate público. Os periódicos denunciam e o cronista faz troça do esvaziamento das seções eleitorais por falta de mesários, o que configuraria fraude eleitoral.

Ora, se mesmo nos ritos sazonais da política o indivíduo já seria indiretamente silenciado, isso significa que no cotidiano da política ele jamais terá direito à voz. Nesse sentido, é possível verificar o descolamento entre o suposto legado patriótico deixado aos brasileiros no culto cívico a Tiradentes e a realidade da vida política do país. O cronista parece atento a esse movimento, fazendo troça das instituições e oferecendo ao seu leitor a possibilidade de se colocar diante da sua própria condição.

O final da crônica é um tributo ao poeta Victor Hugo, com três versos do poema “Sara la baigneuse”², das *Orientales*. A referência à preguiçosa camponesa Sara, deitada em uma rede, absorta no seu desejo de ter acesso a luxos enquanto suas companheiras realizam o trabalho braçal na colheita, parecem ser centrais na crônica machadiana. Sobre a rede, Sara se movimenta, mas não se desloca; há continuidade e repetição no vai e vem da peça de repouso embora, invariavelmente, retorne para os pontos originais.

² Sara, bela em sua indolência / Se balança / Numa rede... (Tradução nossa).

É possível que o cronista relacione a repetição desse movimento sem deslocamento com as ideias que circulam na sociedade brasileira e em suas instituições. Nessa perspectiva, o narrador teria identificado nos discursos de seu tempo uma evolução do léxico, mas na prática os vícios permaneceriam os mesmos. As palavras mudam, variam, substituem-se, mas designam as mesmas práticas. A rigor, os discursos podem ser alterados, mas giram em falso, uma vez que a essência das ideias permanece. Contudo, o cronista escolhe não registrar em sua crônica o final do poema, em que Sara é despertada de seu torpor pelo grupo de camponesas indignadas com a indolência da companheira:

(...)
 Et cependant des campagnes
 Ses compagnes
 Prennent toutes le chemin.
 Voici leur troupe frivole
 Qui s'envole
 En se tenant par la main.

Chacune, en chantant comme elle,
 Passe, et mêle
 Ce reproche à sa chanson:
 — Oh! la paresseuse fille
 Qui s'habille
 Si tard un jour de moisson!³ (HUGO, 1882, p. 165)

A crônica também oscila: como “Sara, la baigneuse”, leve e descompromissada, ainda assim, em algum momento, passa por um centro no qual é possível repousar e estabelecer equilíbrio, embora nunca com estabilidade absoluta porque, logo em seguida, retorna ao seu balanço. O cronista impulsiona e registra esse movimento, aponta as instabilidades e as revela ao leitor.

Mais uma vez Machado de Assis desestabiliza a lógica binária inserindo um terceiro elemento. Entre um narrador que se confunde com o autor ou dele se afasta totalmente, pode

³ E enquanto isso dos campos
 As suas companheiras
 Tomam todas o caminho.
 Eis o seu grupo frívolo
 Que passa
 De mãos dadas.

Cada uma, cantando como ela,
 Passa e mistura
 Esta censura à sua canção:
 - Oh! a indolente donzela
 Que tão tarde se veste
 Em dia de colheita! (Tradução nossa).

haver uma terceira figura que analisa esse movimento; entre um texto ancorado no aspecto referencial ou totalmente dedicado à fabulação pode haver um movimento que desliza entre as duas dimensões.

A primeira crônica de “A Semana” apresenta de maneira discreta o seu *modus operandi* — espécie de guia da forma como pretende tratar dos assuntos extraídos das páginas dos jornais. Há nela, colocada em funcionamento, a mescla de humor, gravidade, conexões harmônicas entre temas aparentemente desconexos, fabulações, reflexões sobre a relevância das coisas e sobre os significados mais profundos das palavras e referências à literatura, passando, desse modo, pelo máximo de graus possíveis de inclinação de “un hamac” em movimento.

Algumas hipóteses podem ser aventadas para a inexistência de assinatura ao final do texto. A primeira delas é que, tendo o histórico de colaborador do periódico, seria desnecessária a aposição de qualquer nome como assinatura da crônica, uma vez que ele já seria conhecido de todo o público, como comprova a correspondência passiva do escritor em que seus interlocutores fazem referência a “A Semana”. Outra provável explicação seria o ambiente politicamente conturbado e de perseguição política que cercava a produção intelectual e da imprensa na capital da República, obrigando o escritor a estabelecer uma posição defensiva em parte do governo ditatorial que se estabelecia no Brasil.

Como última possibilidade já apresentada por Lúcia Granja (2018), considerando a posição que ocupava no corpo do jornal, qual seja, a primeira coluna da primeira página da edição de domingo, é factível que sua crônica tenha sido inicialmente concebida para operar como espécie de editorial do jornal, o que dispensaria a marca de autoria. Não obstante, independentemente da escolha pelo texto sem assinatura, estilisticamente sua coluna carrega as marcas da pena machadiana, sobretudo a capacidade de inverter a perspectiva dos fatos que se lhe apresentam, esvaziando a urgência do grande tema, igualando-o ou rebaixando-o em importância diante das pequenas ocorrências que o circundam.

O procedimento machadiano na escrita das suas crônicas é, em regra, de fundo expositivo. A imensa gama de assuntos dos quais o cronista trata são trazidos ao leitor considerando o modo como eram veiculados na sociedade. A curadoria que Machado de Assis realiza desses discursos permite que eles sejam expostos de maneira destacada, promovendo um processo de desnaturalização. Isso ocorre não apenas quando a crônica da semana é dedicada a assuntos de maior gravidade, mas também quando o narrador passeia livremente pelas páginas dos periódicos.

É possível verificar que o cronista dá pistas do seu *modus operandi*:

Eu, quando vejo um ou dois assuntos puxarem para si todo o cobertor da atenção pública, deixando os outros ao relento, dá-me vontade de os meter nos bastidores, trazendo à cena tão somente a arraia-miúda, as pobres ocorrências de nada, a velha anedota, o sopapo casual, o furto, a facada anônima, a estatística mortuária, as tentativas de suicídio, o cocheiro que foge, o noticiário, em suma. (*GN*, 10 jul. 1892)

Levantar temas que escapam ao olhar do grande público parece ser também uma das novidades que Machado de Assis traz para a crônica de “A Semana”. É preciso notar que na série imediatamente anterior — “Bons dias!” — o escritor explorava de maneira prioritária a grande cena nacional, dando maior ênfase aos eventos relacionados à abolição da escravatura no Brasil. Na série iniciada em 1892, o cronista não negligencia a matéria política, mas a relativiza de maneira sistemática. A metáfora do palco que explora no trecho é bastante pertinente, remetendo ao início da carreira do escritor nos periódicos, quando utilizava suas colunas para fazer a crítica teatral.

O noticiário no período é tenso e controverso. A república é pródiga em ensejar notícias, seja na capacidade que seus dirigentes têm de produzir conflitos, seja na necessidade de construir e ressignificar símbolos nacionais que ocupam costumeiramente espaço nos periódicos. Em vez de tentar atribuir sentido aos fatos da semana no calor da hora, o cronista maduro observa calmamente a passagem do tempo à medida que captura no detalhe do cotidiano o motivo da sua reflexão. Isso, contudo, não o faz perder de vista os grandes temas, como no caso da notícia da crônica de estreia, que diz respeito a Tiradentes e a eleição senatorial.

A crônica machadiana apresenta uma refinada convivência entre assuntos triviais e o noticiário grave do período, sendo este trazido para uma camada mais profunda do texto, recoberto pelo véu das pequenas histórias do cotidiano. Esse mecanismo consiste em um procedimento machadiano caracterizado pela desconversa, adiando e ao mesmo tempo disfarçando a reflexão sobre as grandes questões trazidas pelos jornais. Através desse expediente, o olhar crítico do cronista é, de alguma maneira, suavizado, evitando, com isso, mobilizar as paixões do leitorado e, conseqüentemente, prevenindo-se de debates ríspidos e represálias.

Os festejos do centenário de morte do vulto nacional também foram tema da crônica de A. G., provável pseudônimo de Alcindo Guanabara no *Diário de Notícias* do mesmo dia. Nesse jornal, ela está posicionada na rubrica “Folhetim”, no pé da página, e declina o título “A Semana Passada”.

Escasso o espólio da semana; escasso, para suplício da crônica...
 E como hei eu de rabiscá-la, se quase não tenho assunto?
 Mas...lá diz o anexim: água mole em pedra dura, tanto dá até que fura... isso mesmo me há de acontecer. Tanto diligenciarei, que, por fim, a tarefa se concluirá.
 Como ao homem ousado a fortuna lhe há a mão, não largarei a pena sem pôr para ali o folhetim, mesmo porque quem não trabalha muito se atrapalha. E depois, vamos e venhamos, mais faz quem pode. Ora, claro está que, se não mente o rifão, a crônica se fará, porque quero e quero.
 E esta! Esquecia-me de que bom princípio metade é e distraí-me citando anexins, ao invés de entrar em assunto.
 Entretanto, mais vale tarde que nunca. (DN, 24 abr.1892)

O texto recupera um dos tópicos recorrentes do gênero: a estratégia metalinguística que se revela na confissão da dificuldade em encontrar os assuntos a serem comentados na coluna. Em virtude de uma suposta falta do que dizer, o cronista socorre-se de provérbios e máximas populares para ocupar o espaço a ele reservado. São seis os parágrafos em que se dedica a esse expediente, iniciando com a imagem de sofrimento e, em seguida, passando por expressões que sugerem uma recompensa ao trabalho do diligente escritor. O que há é a construção da figura do cronista como um trabalhador, cuja persistência no seu ofício resultará no serviço feito — no caso, a publicação da crônica semanal. A reiteração de imagens que aventam um “prêmio” à força de vontade, convoca o leitor a despender uma espécie de solidariedade direcionada ao cronista.

Produzir material para a sua seção quando o assunto é escasso ou espinhoso pode representar um “suplício” para o cronista. A crônica sem o grande (ou os grandes) fatos da semana é, de acordo com essa visão, um material que se produz com a pena e a pena (uma oportuna homonomia) do cronista. A dura tarefa, entretanto, é levada parcialmente a cabo apenas com essa longa introdução. O cronista está ciente de que já escreveu boa parte da crônica apenas se lamentando pela busca do fato que salta aos olhos. “Bom princípio metade é”, afinal de contas. Tudo parece sugerir que o que efetivamente se constrói na crônica é o *éthos* de um narrador galhofeiro que faz troça de suas dificuldades e as compartilha com o leitor.

O problema que se apresenta ao cronista é bastante complexo. Diante dos fatos que são, por vezes, muito fincados no presente imediato, os autores se incumbem da tarefa de dar significação a eles no calor da hora, correndo o risco de se precipitarem e de não conseguirem inseri-los adequadamente na grande cena da qual fazem parte. Talvez, em função disso, os cronistas expõem as intempéries de seu trabalho na tentativa de realizar um exercício metaficcional. Para isso, o leitor é convidado a participar dessas reflexões. Esse *topos*, como veremos mais adiante, é explorado de diferentes maneiras por diferentes autores, aparecendo recorrentemente nas crônicas de Machado de Assis.

Na segunda parte da crônica, A. G. apresenta o assunto do qual efetivamente se incumbem de tratar:

A despeito do mau tempo, estiveram animadas as festas em homenagem a Tiradentes. Não conto nenhuma novidade. Zé Povo sabe disto muito bem, porque foi visto pelas ruas, em traje domingueiro, ouvindo música, sentindo na alma as vibrações produzidas pelos acordes dos belos dobrados das bandas marciais, e assistindo à noite aos espetáculos grátis.

Tudo muito bom, muito divertido, se não fora a impicante chuva que caiu durante todo o dia e toda a noite, impedindo a queima das peças pirotécnicas.

Ora, francamente, festa popular sem fogo de artifício equivale a feijoada completa sem orelha de porco. Em duas palavras: não agrada.

Daí uma certa cara feia de Zé Povo ao entrar em casa, com a mulher e a filharada.

— Ora, meu Deus, chover em dia de festa, sem o fogo se queimar!

E, como essa, outras lamentações, aliás justas, de Zé, à hora do chá com torradas.

Mas...de hora em hora Deus melhora; no dia seguinte os jornais anunciam a transferência do fogo para outra noite. Zé, apenas lê o *Diário de Notícias*, corre pressuroso e radiante a dizer à companheira de gozos e infortúnios:

— Candinha, temos fogo domingo. Está fechado!

(...) Zé está ébrio de contentamento, antegozando o prazer de, no domingo seguinte, com D. Candinha pelo braço e os pequerruchos ao lado, percorrer todas as peças de fogo, ouvindo a cada momento, irromperem do coreto os sons da banda, que toca *Quem comeu do boi?* (...) (DN, 24 abr.1892)

A mal disfarçada estratégia de omitir o evento incontornável da semana é abandonada quando o cronista escolhe enfatizar a frustração de não haver queima de fogos de artifício nos festejos a Tiradentes devido ao mau tempo. O expediente é engenhoso porque, a partir disso, o cronista envereda para a fabulação. O assunto da semana não parece ser o que mais importa na crônica — ao contrário, opera como espécie de pano de fundo para a construção do entrecho protagonizado por Zé Povo, recorrente figura na pena do cronista.

Para todo evento em que se demanda a simulação de uma leitura realizada por um popular, é a esse tipo que muitos cronistas recorrem em seus textos, tratando-se, assim, de uma personagem partilhada pelos homens de letras do Rio de Janeiro. A propósito, o período inicial da República é mais um dos momentos em que se discutiu a identidade do povo brasileiro — o conceito de povo parece ser uma questão para os intelectuais da época, boa parte destes pertencentes aos quadros dos periódicos cariocas.

Com a deposição de D. Pedro II e a consequente substituição da forma de governo monárquica pela republicana era de se esperar que as formas de participação popular sofressem algum incremento. Na República, há um relativo preenchimento do espaço situado entre a antiga elite econômica, representada pelos senhores de terras e proprietários de escravizados, e os trabalhadores submetidos ao regime de servidão e de escravidão. O novo grupo intermediário consistia numa pequena burguesia urbana ascendente, representada pelos profissionais liberais,

funcionários públicos, trabalhadores dos setores comercial, industrial e bancário, que se somaria ao proletariado e ex-escravizados na constituição do que se chamaria povo brasileiro.

De acordo com Nelson Werneck Sodré, “povo é o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive” (2019, p. 45). No que diz respeito à derrubada do Império no Brasil — tarefa considerada pela pequena burguesia como necessária para inserção do Brasil no rol de países que buscava se modernizar em distintos âmbitos — em que pese a participação civil na difusão das ideias republicanas, coube à classe média ascendente, representada pelos militares, levá-la a cabo.

O engajamento político da massa proletária urbana e da grande quantidade de homens em situação precarizada de trabalho no modelo econômico predominantemente agrário brasileiro se deu de maneira complexa e com muito esforço, uma vez que as elites trabalharam para distanciar a maior parte da população da possibilidade de exercer influência sobre o pequeno grupo que assumia o controle da política. Os militares rapidamente propuseram um arranjo com os latifundiários, fazendo com que não houvesse um processo revolucionário de substituição do poder, mas apenas um reagrupamento de forças que preservava a influência da antiga elite proprietária de terras nos mecanismos de tomada de decisão, garantindo, com isso, a manutenção da distância entre a elite dirigente e as classes populares.

O problema que se estabelece, portanto, é o de que a maior parcela da população brasileira não conseguiu tomar parte ativamente no processo que levou à queda da Monarquia e, por conseguinte, não pôde participar da transição do governo. A camada socialmente mais desfavorecida era alijada do processo político, além de ser diuturnamente compelida a empreender seus esforços na busca pela subsistência, enxergando no estado um agente alheio à sua vida.

Assim, apresentando em linhas mais gerais, grande parte do povo tratava-se de um agrupamento de pessoas em que se destacavam as aspirações individuais em detrimento de pautas coletivas — logo, para os analistas da cena política da época como Louis Couty, Sílvio Romero e Gilberto Amado (apud CARVALHO, 2003), haveria um povo esvaziado, ou um não-povo. A pergunta que se apresenta, portanto, para o nosso estudo é: como se apresentava o povo brasileiro no periodismo?

A leitura dos cronistas dos periódicos do Rio de Janeiro é bastante interessante nesse sentido. Sob a pena de A. G., o cidadão fictício, alegoria da gente simples e semiletrada da capital da República, é, paradoxalmente, leitor do *Diário de Notícias* enquanto os fatos de sua vida se dão quase sempre em resposta aos eventos noticiados pelo periódico. Não há, para Zé

Povo, uma leitura crítica dos eventos que o rodeiam, ele é profundamente despolitizado. Seria o povo, no Brasil republicano, um termo totalmente esvaziado de seu sentido?

Na companhia de sua esposa, D. Candinha, e seus filhos, o personagem popular anseia pela possibilidade de ver o espetáculo pirotécnico prometido pela administração pública em homenagem a Tiradentes. Ocorre que, para essa família, pouco importa o motivo da celebração, o que importa é que haja algum evento que possibilite entretenimento e, preferencialmente, que seja gratuito. Zé Povo se informa exclusivamente através do jornal em que sai a crônica. Esse detalhe tanto pode funcionar como publicidade deliberada como pode acrescentar mais um dado a respeito do personagem, para quem a leitura de um periódico já seria o suficiente para as suas demandas. Contudo, o cronista considera a presença da informação nos outros jornais do período.

A construção de Zé Povo dá conta do caráter de espectador do cidadão brasileiro lançado de supetão nas festividades cívicas e difusoras de representação ideológica da República. A passividade diante dos eventos políticos que se atropelam e constituem a população “bestializada” é analisada por José Murilo de Carvalho:

(...) ‘Aqui há povo: há mais que povo: há povos’. Entre os povos, havia o bom e o mau povo: o bom era o brasileiro republicano, nacionalista, florianista; o mau, o estrangeiro, particularmente o português, antinacional, monarquista ou, na melhor das hipóteses, politicamente apático. (CARVALHO, 2001, p. 73)

O historiador apresenta uma visão do povo desejado pelo governo republicano. A despeito de que o cidadão seja, na prática, desconsiderado na condução da administração pública, espera-se que o “bom povo” seja politicamente engajado no apoio ao seu governante da vez e manifeste seu apoio incondicional, ainda que não compreenda muito bem o novel viés ideológico que orienta a elite do período.

A resposta, como veremos em capítulo específico, é decepcionante, mas que já podemos antecipar em poucas linhas. José Murilo de Carvalho sugere que, como reação ao descaso do estado pelo povo que governa e por conta do total distanciamento percebido entre si e a classe mais favorecida, o povo brasileiro acabaria se tornando uma espécie de bilontra, de espertalhão, que dá as costas à política e busca auferir benefícios numa perspectiva bastante individualista. Obviamente devemos modalizar essa leitura, considerando as múltiplas manifestações de participação positiva do povo na política, entretanto para a construção do personagem, ela é útil.

Zé Povo, ao seu modo, não é, efetivamente, um indivíduo atento aos debates políticos travados na esfera pública. Ele corresponde àquela massa de homens livres desprovida de voz

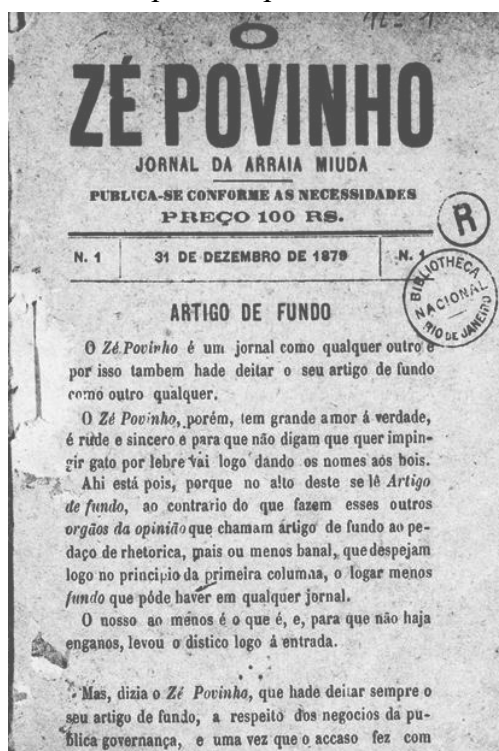
e considerada pela República como facilmente manipulável, para quem não importam os símbolos pátrios, mas os pequenos benefícios que pudessem mitigar um pouco a sua rotina sofrida e destituída de grandes prazeres.

A origem desse personagem remonta às ilustrações de Rafael Bordalo iniciadas em junho de 1875 na revista portuguesa *A lanterna Mágica*. A figura, originalmente chamada de Zé Povinho, consistia em uma figura política avessa à ação, mas com potencial para ser educada, de acordo com Aparecida Mota (1999). Era, contudo, uma personagem que representava uma espécie de cidadania negativa, daí se justifica o sufixo “inho”, “demonstrando sua suposta submissão e apatia frente ao poder” — à época, a monarquia portuguesa (RIBEIRO, 2011, p. 155).

Rafael Bordalo viveu no Brasil entre os anos de 1875 e 1879, substituindo Angelo Agostini na direção artística do periódico *O Mosquito*, trazendo consigo seu personagem. Dos traços camponeses observados na versão portuguesa, o Zé Povinho “brasileiro” adquiria vestimentas de um trabalhador urbano, aclimatando-se à então Corte Imperial. Rapidamente, o personagem se desprende de seu criador, transcendendo, inclusive, os limites da ilustração e passa a figurar — ele e sua variação Zé Povo — no teatro de revista, na crônica, além de, naturalmente, circular como figura do imaginário popular, sempre relacionando-se negativamente com a política.

Para compreendermos a relevância adquirida no Brasil por esse personagem, é importante lermos a caracterização que lhe é feita no periódico que toma de empréstimo seu nome, lançado em 1879. Doravante apresentamos a primeira página em que se destaca o “Artigo de fundo” que esclarece a relação de Zé Povinho — jornal e personagem — com o poder, seguido da transcrição de um trecho:

Figura 1 — Frontispício do periódico ZP, 31 dez. 1879



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

(...)

O Zé é povinho e há de falar como tal.

Se o não quiserem ouvir, ele não há de se queixar, porque a muito graúdo tem acontecido a mesma coisa.

Como político, o Zé não é, nem conservador, nem liberal, nem republicano.

O Zé tem a consciência de que seja qual for o nome que tomem os homens que o governem, ele há de ser o pagador de tudo aquilo que não goza e de que gozam os outros que não pagam como ele.

Por isso o Zé não é, nem conservador, nem liberal, nem republicano.

O Zé é o Zé, é o que os estadistas quando estão de cima chamam Canalha, e quando estão por baixo a Soberania Nacional.

Mas o Zé, porém, conhece-os, já tem calo na canga, por lhe puxar há muitos anos o carro triunfal, e por isso hoje já não se deixa levar por cantigas.

(...) (ZP, 31 dez. 1879)

Já em 1879, dez anos antes da proclamação da República, a figura de Zé Povinho alcança projeção a ponto de dar nome a um periódico direcionado à “arraia miúda” da capital do império brasileiro. Dito de outro modo, o personagem se descola do seu criador e do contexto da sua criação para servir de título a uma folha destinada à classe mais humilde da população. O “Artigo de fundo”, estampado nas suas primeiras quatro páginas, consiste na reiteração do nome do periódico ou na sua forma reduzida: “O Zé”.

O periódico busca enfatizar a sua natureza exclusivamente popular ou o que seus redatores entendem por popular. Todos os parágrafos afirmam um elemento da identidade do personagem que se estenderia ao perfil do jornal. Contudo, o que se revela de maior interesse

para a análise reside na forma de compreender o conceito de “povo”. O editorialista, ao seu modo, busca harmonizar definições que servem tanto à definição da natureza do periódico, de uma certa leitura sobre o personagem “Zé Povo”, bem como à do conceito de povo naquele momento histórico.

No trecho em tela, o articulista afirma que o povo seria dotado de linguagem própria; teria natureza dada a uma certa acomodação; sem posicionamento político estabelecido, a despeito de crer que a classe dirigente sempre teria por mister oprimi-lo, não importando a roupagem ideológica da qual aquela se revestiria e teria consciência do jogo retórico desenvolvido para subjugar-lo. Em síntese, o periódico, com visão bastante otimista do povo, aponta-o como experimentado no mister de resistir ao poder.

Nesse sentido, a leitura do periodista diverge daquela corrente historiográfica inaugurada a partir da célebre observação de Aristides Lobo feita em carta ao *Diário Popular*, em novembro de 1889, que enseja a interpretação segundo a qual o povo brasileiro estaria totalmente alienado das relações políticas estabelecidas no final do século XIX.⁴

Em 1892, portanto, ano inicial das crônicas que são objeto de nosso estudo, Zé Povo é um personagem já bem assentado nos usos dos colaboradores dos periódicos. Compete-nos, contudo, perceber a modalização a que essa figura é submetida nas crônicas em que ele é evocado. No contexto dos festejos da data cívica republicana, a presença de Zé Povo é importante para a criação de uma imagem positiva para o governo, entretanto Zé Povo é trazido por A. G. revestido de um sentido mais complexo, reforçando a sua construção política pelo vetor negativo, movido apenas pelo interesse no programa de entretenimento familiar.

Na perspectiva do governo conduzido pelo Marechal Floriano Peixoto, seria preciso, por meio de uma certa ritualística, converter esse homem essencialmente apático, em um cidadão republicano exemplar. É esse também o tom da crônica publicada na série “Reminiscências”, assinada por José Fino — pseudônimo de Coelho Neto em *O Paiz*: “Do que nós gostamos muito agora é dos divertimentos grátis. Aí está o exemplo nos espetáculos de 21, com que a intendência regalou esse Zé Povo sequioso, farto de pagar tudo no preço da hora da morte” (*OP*, 25 abr. 1892).

Importa para o cronista estabelecer um olhar sobre o homem simples, representante do cidadão médio do Rio de Janeiro, o que revela uma crônica em cuja construção se observa um

⁴ “Por ora, a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula.

O povo assistiu àquilo tudo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada.” (LOBO apud. BASBAUM, 1968, p. 18)

olhar crítico, de alguma maneira comprometido com as camadas mais populares. O humor que se apresenta através da estereotipia revela a alienação da grande população a questões de interesse público, mas que escapam ao seu olhar.

A passagem da crônica de A. G. explicita o mecanismo:

Cousa curiosa que passou, talvez despercebida a Zé Povo: no mesmo dia em que se celebrava o centenário do suplício de Tiradentes, era preso no largo do Paço, bem perto da cadeia velha, onde esteve detido o mártir da conjuração mineira, um pobre diabo que se entretinha a tirar dentes.

Porque lhe dera para ali a mania é o que se não sabe ao certo. Asseguravam uns que outro meio mais condigno não achara ele de comemorar a data de 21 de abril. Para homenagear Tiradentes, diziam que assim ele procedia. Fascinado pela liberdade profissional que nos garante a Constituição, afirmavam outros.

E, por fim de contas, fosse lá por que fosse, o caso é que o *tira dentes* foi parar à detenção.

Ora, isto é demais: ou há liberdade profissional, ou não há. Na hipótese afirmativa, pode ser médico, veterinário, etc., quem o entender; no caso contrário, por que se deixa os espíritos, os curandeiros e os rúbulas medicarem ou advogarem a humanidade?

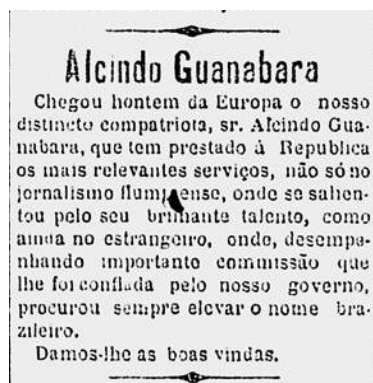
Nada! Isto vai tudo torto... Se a igualdade da lei para todos não é uma utopia, abram-se outros cubículos para uns tantos criminosos que por aí vivem com as costas quentes, enquanto que os desamparados da sorte lá estão a gemer, no interior das prisões, olhos súplices nos advogados que os visitam, à cata de causas e de dinheiro. (...) (*DN*, 24 abr.1892)

Aproveitando-se da inocência e da suposta alienação atribuída a Zé Povo, o cronista elabora uma crítica à criminalização do exercício leigo de determinadas profissões, que não se estende às práticas de curandeirismo e da assessoria advocatícia leiga. As promessas da República, no limite, não se cumpririam com equidade para todos, de acordo com A. G.. Há determinado exercício humorístico nessa passagem, uma vez que a necessidade de exercer a profissão ilegalmente em nome da sobrevivência não guardava relação com a simbologia política de Tiradentes, mas com sua profissão. Tampouco verifica-se que a Constituição exercia fascínio ao indivíduo que provavelmente não a conhecia.

Esse é um dos pontos de distanciamento entre o expediente de A. G. e do cronista de “A Semana”. Ainda que possa se atribuir à crônica da *Gazeta de Notícias* algum posicionamento sobre determinado tema, este não aparecerá de maneira evidente, como na crônica do *Diário de Notícias*. O desdobramento do grande fato do noticiário é bastante distinto. Ainda que o narrador, solidário a Zé Povo, desenvolva uma fabulação, muito facilmente desliza para o comentário direto. Passagens, como: “Ora, isto é demais: ou há liberdade profissional, ou não há...” e “Nada! Isto vai tudo torto...” exemplificam o modo como o cronista assume uma posição contundente diante do tema de grande repercussão. Verifica-se, com isso, que a crônica de algum modo advoga pela massa desfavorecida que ainda não se constitui como povo.

Alcindo Guanabara foi membro da assembleia constituinte que culminou na promulgação da Carta de 1891. Ele pode ser considerado um republicano de primeira hora. Contudo, posicionou-se contra o arbítrio do Marechal Deodoro da Fonseca, mas apoiou o governo de Floriano Peixoto sendo, inclusive, nomeado para superintendente geral de imigração, cargo de estado ocupado na Europa desde o ano de 1893 até as vésperas da eleição legislativa de 1894, quando se elegeu deputado. Sua crônica revela um engajamento ideológico com a República, sendo crítico ao governo que apoia, mas sem afrontá-lo diretamente — o que politicamente lhe favoreceu.

Figura 2 — Rubrica “Alcindo Guanabara”, *DN*, 22 de fevereiro de 1894



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

No final do texto, A. G. desconversa, advertindo ao leitor que não domina totalmente o trabalho que pratica e que, por isso, não deve ser tomado a sério. O procedimento, mais uma vez, não é exclusivo. Nas demais séries do período, declarações de “modéstia” como essa a seguir são observadas: “E... pronto! Dou graças aos deuses, que me proporcionaram a conclusão do último período, sem profundezas de estilo, qualidade que a natureza entendeu dever negar ao cronista domingueiro” (*DN*, 24 abr. 1892).

Também é revelado um certo alívio pela possibilidade de concluir a crônica a despeito de sua declarada incapacidade. Dessa forma, o cronista recupera o início do texto, no qual ele afirma estar submetido a um “suplício” pela ausência de assunto. Assim, o escritor estaria duplamente sujeito a adversidades: de um lado a exógena, uma vez que a semana não lhe traria material suficiente para a execução da tarefa; do outro lado, a sua própria incapacidade de realizá-la, que dificultaria a conclusão da crônica. Por fim, atribui aos deuses, que são tudo e nada, a responsabilidade pelo texto.

O autor se desculpa por sua falta de estilo, como que a pedir para ser aplaudido por seu leitor. Parece ser uma mostra de confiança, considerando que o texto é composto por várias

nuances, tendo nele elementos que vão desde a reflexão direta até a fabulação — esta última uma das matérias-primas da boa literatura. O exercício desse estilo retórico é marca recorrente nos textos dos cronistas seus contemporâneos.

Eximir-se da responsabilidade sobre seu texto é expediente partilhado entre os cronistas do período. Lembremos do trecho em que o cronista de “A Semana”, no seu primeiro texto da série, revela não entender de política. Afirmar o desconhecimento, como veremos a seguir, é uma posição retórica que permite propor uma análise aguda sem o compromisso de sustentá-la no nível pessoal. Cumpre-se ressaltar que esse não é um período em que a imprensa é livre, de maneira que toda atitude deve ser cautelosa e toda crítica dissimulada. Tal procedimento é mantido pelo cronista ao longo de todos os anos da sua série:

Mas, que remédio dou então para fazer todas as eleições puras? Nenhum, não entendo de política. Sou um homem que, por ler jornais e haver ido em criança às galerias das câmaras, tem visto muita reforma, muito esforço sincero para alcançar a verdade eleitoral, evitando a fraude e a violência, mas por não saber de política, ficou sem conhecer as causas do malogro de tantas tentativas. Quando a lei das minorias apareceu, refleti que talvez fosse melhor trocar de método, começando por fazer uma lei da representação das maiorias. Um chefe político, varão hábil, pegou da pena e ensinou, por circular pública, o modo de cumprir e descumprir a lei, ou, mais catolicamente, de ir para o céu comendo carne à sexta-feira. Questão de algarismos. Vingou o plano; a lei desapareceu. Vi outras reformas; vi a eleição direta servir aos dois partidos, conforme a situação deles. Vi... Que não tenho eu visto com estes pobres olhos? (*GN*, 08 dez. 1895)

Há genuíno interesse pelo tema da eleição ocorrida naquela semana, com o nítido propósito de ironizá-la. O cronista afirma que desde há muito tem testemunhado projetos que visam evitar a “fraude e a violência”, dessa forma dizendo, indiretamente, que o pleito do qual trata no calor da hora é caracterizado justamente por esses elementos. Portanto, o apontamento agudo que realiza toma como ponto miúdo a escolha de um senador para a República, mas se expande para toda a história eleitoral brasileira.

Na crônica de 1895, Machado de Assis apresenta uma leitura bastante ácida sobre o modo como as relações políticas se dão nas bordas da lei ou como a própria lei pode ser adaptada aos interesses das classes dominantes, ou “como ir para o céu comendo carne à sexta-feira”. Nesse diapasão, as autodeclarações reiteradas “não entendo de política” e “por não saber de política”, apresentam ao leitor a noção de que, efetivamente, o que se tem no Brasil não é uma política à maneira republicana, mas uma espécie de antipolítica, praticada para favorecer as elites. De qual política o cronista entenderia, nesse caso?

A sugestão absurda de uma lei de minorias que favoreça às maiorias em primeiro lugar ilustra essa percepção. Ora, não é possível marcar a diferença numa política de estado que

favoreça as minorias subvertendo o texto para a representação da maioria. Com isso, o texto lança luz sobre o absurdo do projeto que julga ser inadequado. A suposta inabilidade do cronista em tratar da matéria revela justamente o oposto, ou seja, sua capacidade de avaliar um fenômeno social e auxiliar o leitor na sua compreensão. Em termos de retórica, segundo José Luiz Fiorin, a construção do *éthos* do enunciador se dá de uma maneira específica:

O *éthos* é, no sentido próprio, uma conotação (...)
Em termos mais atuais, dir-se-ia que o *éthos* não se explicita no enunciado, mas na enunciação. Quando um professor diz eu sou muito competente, está explicitando uma imagem sua no enunciado. Isso não serve de prova, não leva à construção do *éthos*. O caráter de pessoa competente constrói-se na maneira como organiza as aulas, como discorre sobre os temas, etc. À medida que ele vai falando sobre a matéria, vai dizendo sou competente. (FIORIN, 2018, p. 70)

A construção que o cronista faz de si, portanto, demanda que o leitor coteje o que se afirma com o que é praticado ao longo do texto. No caso da crônica machadiana, a tendência é a de que o texto revele características distintas das que o cronista atribui a si mesmo. Nisso reside a força da ironia de Machado de Assis. No excerto da crônica, embora o observador da eleição se apresente reiteradamente como inepto para temas de política, apresenta-se como crítico arguto dos muitos momentos em que o império e a República apresentaram suas idiossincrasias. O final do trecho com a repetição do verbo “ver” demonstra que o cronista não é um inocente na matéria que trata.

Na primeira crônica de “A Semana”, em abril de 1892, Machado de Assis marca seu reinício de colaboração para o periódico estabelecendo um novo contrato de leitura com o seu público hebdomadário. O leitor do texto de estreia tem a possibilidade de identificar que a coluna semanal se equilibrará entre a platitude e a análise mais densa. Recuperando algumas de nossas proposições sobre essa série, sugerimos que o protocolo de escrita machadiano, nesse momento de sua colaboração periódica, é construído e reconstruído também levando em consideração os movimentos de seu público, dos seus pares cronistas, do periódico em que o texto do escritor se insere e sobre os quais se debruça.

Um elemento central para a modificação do tipo de crônica produzida nos dois últimos decênios do século XIX nos principais periódicos do Rio de Janeiro é o seu deslocamento do rodapé para o corpo do jornal. A escolha do termo “corpo” para se referir à estrutura principal do periódico que se organiza, de modo a distribuir a mancha do texto na forma de colunas longilíneas, não é aleatória. Ao visualizarmos um periódico da época, o rodapé se apresenta como espécie de apêndice, elemento que acrescenta à publicação, diferenciando-se tanto pela sua forma como pelo seu conteúdo da economia regular do objeto jornal.

Em dezembro de 1896, produzindo um texto que realiza leitura retrospectiva exatamente no espaço do clássico folhetim, sob a assinatura de Fantasio e o providencial título “Rodapé”, Olavo Bilac justifica seu retorno ao folhetim. Valendo-se de um tom nostálgico, o cronista faz interessantes ponderações a respeito da paulatina e decisiva transição do texto antes estabelecido na base do periódico para a sua conformação nas colunas regulares:

Bem haja, velho e clássico rodapé, quem te exumou do óbito injusto, a que te havia condenado a inconstância dos cronistas?

Por alguns anos a fio, o antigo folhetim, desprezioso e singelo, correndo como um riacho modesto, sem espalhafato, ao longo do sopé da folha, foi convertido nessa coisa bárbara, tão bárbara como o nome, que lhe deram, de *folhetim ao alto...*

E ei-lo, esticado e austero, tomando o lugar do artigo de fundo, como ele doutrinando, como ele querendo esclarecer massas e cimentar instituições, como ele ficando despido de graça, turgido de conceitos, enfunado de pretensões.

A preguiça dos cronistas ajudou eficazmente a ambição do folhetim.

O folhetim esticado ao comprido da coluna pode ser breve ou extenso à vontade, sem com isso prejudicar a harmonia da paginação: mas o rodapé tem o dever de guardar proporções fixas, imutáveis, para que a fisionomia do jornal não perca a sua clássica beleza. Para isso, tem o cronista a obrigação de encher o seu número certo de tiras: e, quase sempre, fica ele na situação dolorosa de quem, herdando um palácio de amplas salas majestosas, pergunta a si mesmo, desvairado e aflito, como há de mobiliar aquele vasto mundo com a meia dúzia de cadeiras austríacas que bastavam a mobiliar a sua água-furtada antiga... (*GN*, 1 dez. 1896)

A crônica de Olavo Bilac faz uma nostálgica visita ao período em que o espaço do folhetim era responsável por balancear a sisudez do periódico com o respiro poético da arte da escrita. De início, o narrador do texto se dirige ao próprio espaço do rodapé, considerando-o morto em decorrência da falta de regularidade dos cronistas. Tal declaração estabelece um ponto de vista bastante explícito sobre o apreço que dedica ao texto de pé de página, à mesma medida em que acusa os jornalistas de uma certa negligência na produção nesse espaço.

O primeiro passo nessa transição é o deslocamento físico. O folhetim de rodapé teria sido, inicialmente, apenas trocado de lugar, ocupando a parte alta do jornal. Feita essa transição, o texto gracioso teria sido contaminado pela seriedade do texto de opinião ou do “artigo de fundo”, tornando-se, portanto, pretensioso.

A falta de exercício criativo paulatinamente teria levado o folhetim à derrocada. Ao longo da crônica, o narrador acentua a carga de responsabilidade depositada sobre os cronistas, aos quais, inclusive, atribui a pecha de preguiçosos. A explicação é a de que, para ocupar o espaço do rodapé, os cronistas deveriam ser mais meticolosos no seu mister, uma vez que a conformação espacial seria mais rígida no pé da página do que no corpo do texto.

Com isso, Olavo Bilac deixa entrever em sua escrita a valorização do trabalho artístico que constitui, inclusive, o cerne de sua própria obra. É possível identificar, por exemplo, os

ecos dessa crônica de “Rodapé” nos versos do célebre soneto “A um poeta”⁵. Feita essa consideração, o lamento do cronista também se constitui em um julgamento estético: segundo ele, a categoria de crônica que se origina no corpo do periódico seria inferior à produzida nas tradicionais rubricas de rodapé. Interessa-nos, contudo, perceber que é identificável para um dos cronistas do período que o estilo de crônica desenvolvido nas colunas dos jornais se constitui em uma coisa nova, específica.

Machado de Assis parece se adaptar bem às atribuições do cronista moderno, mas sem deixar de lado o trabalho estético realizado pelos cronistas de folhetim, dos quais Olavo Bilac parece sentir falta. Ainda que ocupe o espaço destinado à coluna mais sisuda, o cronista de “A Semana” desfila sua pena com a graça do folhetinista.

De par com a nossa proposta de verificar as aproximações e distanciamentos entre a crônica de Machado de Assis e as de seus contemporâneos, há, entre a rubrica “A Semana Passada”, do *Diário de Notícias*, publicada no espaço do folhetim aos domingos desde o ano de 1890, e a nova série escrita pelo autor, algumas distinções marcantes. A primeira delas é a de que “A Semana”, como vimos, não ocupa o rodapé do jornal, mas a primeira coluna que corresponderia ao lugar do editorial, podendo responder por ele, em alguma medida.

A crônica de Alcindo Guanabara, por sua vez, ainda não tinha efetuado a transição de forma e conteúdo, preservando um modelo que caracteriza o texto de folhetim. Uma dessas características consiste na divisão dos assuntos em blocos, não estabelecendo pontos de conexão entre eles. Assim a crônica se apresentava no rodapé do jornal:

⁵ A um poeta

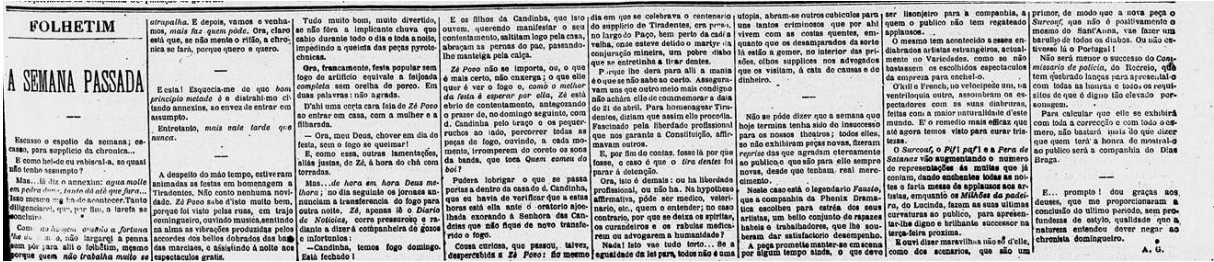
Longe do estéril turbilhão da rua,
Beneditino, escreve! No aconchego
Do claustro, no silêncio e no sossego,
Trabalha, e teima, e lima, e sofre, e sua!

Mas que na forma se disfarce o emprego
Do esforço; e a trama viva se construa
De tal modo, que a imagem fique nua,
Rica, mas sóbria, como um templo grego.

Não se mostre na fábrica o suplício
Do mestre. E, natural, o efeito agrade,
Sem lembrar os andaimes do edifício:

Porque a Beleza, gêmea da Verdade,
Arte pura, inimiga do artifício,
É a força e a graça na simplicidade.

Figura 3 — Folhetim “A Semana Passada”, DN, 24 abr. 1892



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Note-se que os sinais tipográficos — no caso, cinco travessões — marcam a transição entre cinco blocos distintos e bem marcados do texto: considerações sobre a crônica, repetições de adágios populares, comentário sobre os festejos do feriado de Tiradentes, apreciação sobre a semana teatral carioca e, finalmente, conclusão eivada de figuração de modéstia. A estrutura textual de A. G. é bem marcada ou “à moda antiga”. É esse tipo de comparação que Olavo Bilac parece fazer entre a considerada crônica antiga de folhetim e a crônica estabelecida na sua nova forma.

Sobre isso, um cronista assinando com o curioso pseudônimo Braz-Cubas, reflete em sua crônica de estreia em *O Paiz*, no ano de 1895:

(...) No tempo de hoje as crônicas, mesmo semanais, não podem ficar apertadas nos estreitos limites de um burgo ou de uma cidade. O telégrafo nos põe tão perto de tudo e de todos que as crônicas devem ter um acentuado caráter de universalidade e entreter o público com narrativas sobre os costumes do polo (que já foi descoberto como reza um telegrama) ou com descrições sobre a fuga dos *, ou a derrota e submissão da China, como com qualquer escândalo da rua do Ouvidor ou da rua do Mattoso. Coisas da electricidade, bondes elétricos inclusive. (*OP*, 22 abr. 1895)

Nessa perspectiva, o cronista reafirma a relação da crônica com o seu tempo. Ainda que ela seja composta basicamente pelo fragmento da memória do indivíduo em relação ao vivido e ao observado, há uma indissociável conexão entre o gênero e as idiosincrasias do tempo presente, haja vista que aquele está diretamente atrelado ao seu suporte. O jornal, segundo essa leitura, daria conta de apresentar a atualidade ou, melhor dizendo, construir a narrativa da atualidade.

Feitas essas considerações, no aspecto técnico, até mesmo a compartimentalização do texto tende a ser, paulatinamente, abandonada pelos cronistas, à medida que a técnica de transição entre um assunto e outro é aprimorada. É notável a desenvoltura com que Machado de Assis desenvolve esse procedimento. Para tratar desse tema, permitimo-nos uma pequena digressão. Sugerimos que o “embrião” do que viria a ser a série “A Semana” já seria

parcialmente visível na série “Balas de estalo”, produzida na *Gazeta de Notícias*, entre julho de 1883 e março de 1886, cujas crônicas eram irregularmente distribuídas no periódico ao longo da semana.

É nessa série que Machado de Assis começa a adotar a forma direta do texto, sem divisões, seja com sinais gráficos, algarismos romanos ou mesmo avisos de transição; também amplia sobremaneira a quantidade de assuntos discutidos em cada crônica. O texto de “Balas de Estalo”, contudo, como o próprio título sugere, é bastante curto, ocupando aproximadamente dois terços de coluna na segunda página do periódico — e ainda é assinado por um pseudônimo. No caso, Lélío.

Dois anos depois do fim de “Balas de estalo”, especificamente em 5 de abril de 1888, Machado de Assis retorna à *Gazeta de Notícias* para a produção de “Bons dias!”. Nessa série, o escritor, que antes ocupava a página dois do periódico, tem reservada para si a primeira página do jornal, oscilando entre as terças e quintas-feiras. A série perdura até poucos meses antes da proclamação da república, especificamente 29 de agosto de 1889.

No que diz respeito à extensão, as crônicas oscilam entre a brevidade das “Balas de estalo” e a exuberância de “A Semana”. A série “Bons dias!” apresenta textos bastante críticos no que diz respeito aos eventos sociais e políticos que permeiam o fim do segundo reinado, combinando uma atitude incisiva do narrador em relação ao seu leitor e às notícias comentadas com o gesto da galhofa. Estilisticamente, a série adota uma espécie de assinatura cominada com o cumprimento “BOAS NOITES” que finaliza cada texto da série.

Com essa digressão pretendemos demonstrar (e ilustrar) que quando Machado de Assis inicia “A Semana”, em abril de 1892, já teria passado por um processo paulatino no trato com o gênero que compreende, do ponto de vista da localização dentro do periódico: a migração do espaço do folhetim para a parte superior do jornal, da limitação dos caracteres para o exercício de escrita mais extensa, das páginas internas para a primeira página até, finalmente, chegar à primeira coluna; do ponto de vista da estrutura interna do texto: a transição dos blocos de assuntos claramente separados para o texto fluido.

Doravante apresentamos o modo como as crônicas de Machado de Assis anteriores a “A Semana” eram posicionadas na *Gazeta de Notícias* e, a seguir, como o folhetim de Alcindo Guanabara se converte em uma coluna incorporada ao corpo do periódico no *Diário de Notícias*, a partir de 1894:

Há, no formato da crônica de 1894, a exemplo de “A Semana”, um duplo movimento. O primeiro, externo, por conta da migração do rodapé para o corpo superior do jornal e finalmente interno, na eliminação dos blocos de assuntos. Isso é verificável trinta meses depois da crônica que analisamos, ainda posicionada no espaço do folhetim, que agora é destinado à publicação de romances importados da França. Nota-se, inclusive, que “A Semana Passada” deixa de ser assinada, embora não haja nenhum indício, seja ele estilístico ou na leitura do próprio periódico, de que outro autor foi incumbido da tarefa.

Feita essa observação que nos auxilia a iluminar as relações entre cronistas e periódicos, voltemos aos eventos dos festejos de celebração à memória de Tiradentes que tiveram lugar em abril de 1892 sob os olhos de Machado de Assis e Alcindo Guanabara. A rigor, o gesto deliberado de relativizar a grande pauta da semana é mais bem-sucedido na crônica de “A Semana” do que em “A Semana Passada”.

Ainda que o narrador machadiano anuncie diretamente o grande tópico da semana: “Tivemos esta semana o centenário do grande mártir. A prisão do heroico alferes é das que devem ser comemoradas por todos os filhos deste país (...)” (*GN*, 24 abr. 1892); e faça coro a um certo discurso oficial, vai esvaziando a potência desse símbolo ao longo do texto, como que a denunciar discretamente que a celebração exaustiva do símbolo da inconfidência não ultrapassaria a queima dos fogos de artifício.

Paradoxalmente, a crônica de A. G. trata, inicialmente, das festas de Tiradentes, fazendo delas pano de fundo para as desventuras de Zé Povo e sua família. Após a inserção do personagem nas festividades promovidas pelo governo republicano, o caráter episódico da narrativa se desdobra em incisiva crítica social às ações autoritárias e incoerentes do regime.

O cronista da *Gazeta de Notícias* mantém um discurso leve ao longo de todo o texto, ao passo que o do *Diário de Notícias* desliza rapidamente para o comentário direto em tom de protesto, o que poderia suscitar a percepção de que A.G. produzia um texto panfletário. Machado de Assis, por sua vez, parece optar pela manutenção do comentário lateral, pelo distanciamento estratégico em relação aos fatos comentados, pelo questionamento dos consensos e mais ainda: pelo apontamento da farfalha em que se converteu a reunião das vozes diárias da imprensa.

Na crônica de “A Semana”, em 22 de maio, temos:

Este Tiradentes, se não toma cuidado em si, acaba inimigo público. Pessoa, cujo nome ignoro, escreveu esta semana algumas linhas com o fim de retificar a opinião que vingou, durante um longo século, acerca do grande mártir da Inconfidência. “Parece (diz o artigo no fim) parece injustiça dar-se tanta importância a Tiradentes, porque morreu logo, e não prestar a menor consideração aos que morreram de moléstias e

misérias na costa d'África.” E logo em seguida chega a esta conclusão: “Não será possível imaginar que, se não fosse a indiscrição de Tiradentes, que causou o seu suplício, e o dos outros, que o empregaram, *teria realidade o projeto?*”
 (...) (GN, 22 mai. 1892)

O cronista recupera o tema trazido na sua crônica de estreia fazendo troça da volubilidade das opiniões sobre determinado objeto. Tiradentes, que no mês de seu aniversário de morte era reverenciado como grande patriota e tornado símbolo de cidadão pelos próceres da República e pela maioria dos colaboradores dos periódicos, tinha agora a sua participação nos eventos da conjuração mineira, ocorrida no século XVIII, subestimada.

No início do parágrafo, o cronista sugere que há risco iminente de o alferes mineiro converter-se em “inimigo público” em decorrência da quebra na visão hegemônica a respeito da confiança mineira. O revisionismo histórico derivado da ascensão de uma nova corrente ideológica responsável por alçar o inimigo da coroa a herói da República, pode simplesmente devolvê-lo à antiga condição de vilão.

A ironia presente no texto deriva da percepção de que o estabelecimento de consenso entre um pequeno grupo de formadores de opinião é suficiente para a reinterpretção de quaisquer eventos ocorridos em qualquer tempo. Para ilustrar esse movimento, Machado de Assis ficcionaliza a realidade, demonstrando que o registro da história pode reconstruir a realidade ao seu bel prazer.

Machado de Assis observa a falsa simetria existente entre o esquecimento dos “que morreram de moléstias e misérias na costa d'África” e a memória de Tiradentes. Primeiramente, a homenagem aos inconfidentes não impediria a lembrança dos que padecem do outro lado do Atlântico. Além disso, não seria necessário atravessar o oceano para encontrar os que sucumbem de moléstias e misérias, pois em território nacional também os havia, mas foram esquecidos pelo articulista mencionado pelo cronista da *Gazeta de Notícias*.

Passa-se então ao desenvolvimento de um diálogo no qual o narrador sugere ter existido um possível acordo entre D. João VI, então príncipe regente da coroa portuguesa, e Tiradentes, suposto líder dos revoltosos; o que modificaria não apenas a interpretação dos fatos históricos, mas os fatos eles mesmos:

(...) Com outro passo chega-se à prova de que nem ele mesmo morreu; o vice-rei mandou enforcar um furriel muito parecido com o alferes, e Tiradentes viveu até 1818 de uma pensão que lhe dava D. João VI. Morreu de um antraz, na antiga Rua dos Latoeiros, entre as do Ouvidor e do Rosário, em uma loja de barbeiro, dentista e sangrador, que ali abriu em 1810, a conselho do próprio D. João, ainda príncipe regente, o qual lhe disse (formais palavras):
 —Xavier, já que não podes ser alferes, toma por officio o que fazias antes por curioso; vou mandar dar-te umas casas da Rua dos Latoeiros...

—Oh! Meu senhor!

—Mas não digas quem és. Muda de nome, Xavier; chama-te Barbosa. Compreendes, não? O meu fim é criar a lenda de que tu é que foste o mártir e o herói da Inconfidência (...). (GN, 22 mai. 1892)

As vozes da imprensa pretendem ser formadoras da opinião pública, entretanto, ainda que se esforcem para ressoar de maneira uníssona as grandes pautas nacionais, não conseguem estabelecer consensos, como na avaliação do grande vulto da nação que ainda engatinha na forma republicana. Ouvindo de maneira apurada a dissonância desse coro, o cronista contribui, sugerindo um arranjo que dispensa o título de herói e a pecha de vilão dos revoltosos.

Nessa perspectiva, Tiradentes teria sido apenas um homem que consentira com um arranjo da coroa, tendo tido velhice tranquila, com teto e profissão. A data da morte do herói — inventada pelo escritor hebdomadário — é também simbólica, coincidindo com o ano de aclamação de D. João VI como rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. A ironia reside na constatação de que o símbolo da República teria sido produto de um plano arquitetado pela Coroa Portuguesa, cujos símbolos o novo regime tentava de todo modo apagar.

Na construção do fictício diálogo entre o príncipe regente e o alferes, o narrador pretende precisar o momento em que teria sido estabelecido o mito do mártir da inconfidência. Na curta fala de D. João VI, Machado de Assis opera uma fricção entre uma das matrizes narrativas anteriores aos próprios gêneros literários — a saber, o mito, e o discurso histórico.

O mito, como uma das formas simples, tal qual nomeou JOLLES (1976, p. 88), consiste em um texto de matriz oral, um fragmento de narrativas primitivas que ainda não se converteu em literatura, elemento da cultura popular que busca dar resposta e explicação a uma pergunta feita pelo homem ao universo⁶. No caso machadiano, por que o herói alferes converteu-se no que é? Por que sua figura continua em formação e transformação? A resposta que sugere na crônica é a de um arranjo, de uma acomodação da coroa portuguesa à situação em que se encontrava.

Para além de sugerir múltiplos desdobramentos aos elementos relevantes e efêmeros do cotidiano, Machado de Assis parece detectar um desarranjo na interpretação dos fatos que se reproduzem no seu tempo. Rejeitando o comentário direto e, sobretudo, não aderindo ao discurso hegemônico reproduzido pelas vozes do período, o cronista parece detectar uma certa pressa de seus colegas de imprensa na valoração e interpretação dos fatos. A postura errática dos seus contemporâneos, predominante no confuso período, é apontada com leveza.

⁶ O manejo com esses fragmentos de narrativa realizado de maneira sistemática no penúltimo romance do escritor foi objeto de nossa dissertação de mestrado intitulada *Bem-aventurados os que leem: formas simples em 'Esau e Jacó', de Machado de Assis*.

Em vez de tratar diretamente dos fatos, o cronista se debruça sobre as múltiplas narrativas desses mesmos fatos. Acerca disso, comenta Sonia Brayner:

Os anos 80 e 90 encontraram sua política comentada por um observador sem partido, mas hábil na arte de captar a interação de ideias e atos da época, transformando em imagens-matrizes o grande relacionamento de vozes estridentes e reivindicatórias vindas de diversos setores da sociedade brasileira. (BRAYNER, 1992, p. 415)

As imagens-matrizes a que os leitores têm acesso nas crônicas podem consistir na síntese das precipitadas leituras que lhes são apresentadas, captadas pelo *flâneur* das páginas dos periódicos. Machado de Assis é um dedicado leitor das folhas diárias, tendo acesso, com isso, a uma privilegiada visão do espírito da época em que se encontra. O que o cronista oferece, portanto, nas páginas dominicais da *Gazeta de Notícias* não é o que, em princípio, dele se espera, entretanto, ao longo da série se verificará uma profunda adesão dos leitores ao estilo da crônica machadiana.

Nesta tese, a hipótese aventada de que a “A Semana” se apresenta como um observatório distanciado do consórcio de vozes estabelecido na imprensa do Rio de Janeiro encontra amparo na já mencionada crônica publicada em 10 de julho de 1892, distanciada apenas três meses do início da série: “Os fatos, eu é que os hei de declarar transcendentais; os homens, eu é que os hei de aclamar extraordinários.” (GN, 10 jul. 1892).

Se é possível estabelecer uma coerência entre o anunciado e o verdadeiramente praticado, o que se pode verificar na série “A Semana” é uma certa recusa em definir os eventos como sendo uma ou outra coisa. O cronista, desconfiado e com um repositório criativo quase infundável, funciona como filtro do material apresentado pela mídia. Nesse sentido, é esperado que o colaborador hebdomadário não se apresente como mais uma voz harmonizando o coro da imprensa, mas uma que aponta para o seu aspecto artificial e acusa as suas idiossincrasias. Além disso, o cronista a todo o tempo problematiza a impossibilidade de se estabelecer a realidade inequívoca no expediente midiático.

O cronista parece operar em outro registro temporal, mais vagaroso do que o de seus contemporâneos, menos ocupado da sua aparente missão, qual seja, a de fornecer a avaliação sobre os fatos do momento. Sua proposta consiste em apresentar ao leitor um conjunto de elementos que podem levá-lo a refletir sobre as coisas do mundo trazidas pelos jornais. Machado de Assis parecia aproveitar o fato de grande repercussão como pretexto para desferir comentários que ultrapassariam o menu do dia. Vejamos parte desse mecanismo.

Quatro dias após a estreia de “A Semana”, a *Gazeta de Notícias* reportava:

A requerimento da Intendência Municipal, com a presença do Dr. Salvador Benevides, procurador da intendência, e em virtude de mandado do juiz dos feitos municipais, foi ontem, às 5 horas da tarde, demolido o tapamento do chafariz do largo da Carioca, em que devia ser construída a estação central da E.F. Metropolitana. (...) (GN, 28 abr. 1892)

A Empresa Metropolitana consistia em uma das muitas companhias privadas surgiram a partir do processo de abertura econômica iniciada no período do Encilhamento. Uma de suas obras na cidade consistia na instalação de uma Estação de trem que acabou sendo paralisada, sem que o chafariz já existente na área do canteiro de obras fosse demolido ou liberado para a municipalidade. Barata Ribeiro, o intendente da capital da República, gozava da fama de zeloso com os equipamentos públicos e fora instado pelos munícipes a remover os tapumes que comprometiam a circulação na via e no calçamento. Tratava-se, certamente, de um acontecimento que mobilizava as atenções da cidade e poderia acionar a pena dos cronistas dos periódicos.

Na crônica de “Reminiscências”, publicada em *O Paiz*, José Fino reagiu à novidade:

A semana foi de festas com foguetório e musicais. Deu o início a manifestação, popular deveras, à derrubada do Taboado com que a gente há tanto tempo andava a implicar, levantado no largo da Carioca, em torno do chafariz.

Zé Povo, que tinha a pulga atrás da orelha com a tal Metropolitana, gostou que se regalou da decisão da intendência, e fez barulhenta festa ao desmoronamento do estafermo do largo da Carioca.

Espetáculo novo era esse, de uma mutação à vista, sem cordéis nem bastidores.

*

Mas a aparição foi tristemente inesperada.

Em vez de uma apoteose — uma cena de ruínas.

O velho chafariz tradicional reduzido a depósito de terra e cisco, deformado, sujo...

E eis aí em que deu uma empresa, que queria fazer de eletricidade este país de burros.

Foi ela quem deu com os burros n'água.

*

Resta agora saber: quem se encarrega de restaurar o pobre chafariz?

A companhia, que ninguém sabe onde para? A intendência, que satisfaz o reclamado desabafo? O ministério da agricultura, que deve ser responsabilizado pela concessão? Teremos nova campanha a empreender para a conclusão da medida criteriosamente enérgica posta em prática pela intendência?

Virá por aí jogo de empurra ou novo conflito de jurisdição?

(...) (OP, 2 mai. 1892)

Embora não tenha havido notícias nos periódicos sobre as manifestações festivas favoráveis à derrubada dos tapumes, o cronista ilustra a opinião pública com as cores que deseja. É bastante livre para desenvolver o fato a partir da sua própria perspectiva ou gosto, à maneira da ficção. A inserção de Zé Povo na crônica confirma a liberdade poética e personifica a generalização da opinião que julga ou interpreta ser a da população.

A expectativa, porém, parece estar relacionada ao frescor da novidade, ao espetáculo do fato inédito, qualquer que seja ele. O ambiente festivo não deriva apenas da liberação do chafariz à apreciação dos cidadãos, mas da derrota impingida à Companhia que não gozava de prestígio junto à opinião pública. A desconfiança de Zé Povo em relação à empresa é traduzida de maneira abrupta pela voz narrativa que realiza sumariamente o julgamento dos fatos.

Note-se que o salto do primeiro bloco textual para o segundo, separados por uma marca gráfica, realiza a indisfarçada transição entre a perspectiva do personagem e a do narrador. Este parece usar a figura popular para sugerir que boa parte da municipalidade partilha da leitura que faz do evento. Na descrição da cena, a revelação de que o bem público fora deteriorado pela empresa privada rebaixaria a euforia com a qual o primeiro bloco textual tinha sido apresentado ao leitor.

Diante da avaliação incisiva do cronista, resta saber se a posição aderida à administração pública manifestada no texto diz mais respeito às afinidades político-ideológicas do periódico e do cronista com a figura do intendente ou se guarda relação com uma certa resistência ao progresso que atropela os símbolos de uma época, como o antigo chafariz do Largo da Carioca. Ao que parece, o cronista sugere que as pretensões da empresa de “fazer de eletricidade este país de burros” não tinham lastro suficiente para lograr êxito, seja porque o Brasil estaria fadado a permanecer com suas estruturas precárias, seja porque a empresa se constituía muito mais em uma aventura especulativa do que em projeto sério.

O poder público, por sua vez, é acusado de negligenciar as suas atribuições. Se de um lado a administração federal possibilitou a concessão do serviço a uma companhia que não detinha os meios para a sua consecução, do outro é responsável pelos despojos que ela deixou para trás. A cobrança incisiva do cronista revela um texto engajado e diretamente empenhado em detectar os culpados. Note-se que diante do fato apresentado ao leitor, o que se observa é uma vigorosa leitura a respeito dos temas da semana, que se esgota nessa dimensão. O cronista efetivamente entrega o serviço diante do menu que o noticiário lhe apresenta.

O texto é incisivo no plano imediato e tem a pretensão de influenciar decisivamente no debate público. Apesar de sua relevância no tempo em que se insere e de ser objeto de especial interesse para registro do espírito de um tempo, podendo ser útil como documento de uma época, a crônica não parece oferecer muita resistência ao destino final do seu suporte que, após ser lido, é usado “para embrulhar um par de sapatos ou forrar o chão da cozinha” (CANDIDO, 1992, p. 14).

De outro lado há a crônica de “A Semana”, publicada um dia antes, cujo cronista comenta noticiário diversamente de José Fino:

Vês este tapume? Digo-vos que não ficará tábua sobre tábua. E assim se cumpriu esta palavra do Dr. Barata Ribeiro, que imitou a Jesus Cristo, em relação ao templo de Jerusalém. Olhai, porém, a diferença e a vulgaridade do nosso século. A palavra de Jesus era profética: os tempos tinham de cumpri-la. A do presidente da intendência, que era um simples despacho, não precisou mais que de alguns trabalhadores de boa vontade, um advogado e vinte e quatro horas de espera. Ao cabo do prazo, reapareceu o nosso chafariz da Carioca, o velho monumento que tem o mesmo nome que nós outros, filhos da cidade, o nosso xará, com as suas bicas sujas e quebradas, é certo, mas eu confio que o Dr. Barata Ribeiro, assim como destruiu o tapume, assim reformará o *bicume*. E poderá ser preso, açoitado, crucificado; ressurgirá no terceiro minuto, e ficará à direita de Gomes Freire de Andrade (...). (GN, 1 mai. 1892)

A crônica da *Gazeta de Notícias* guarda em relação à de *O Paiz* notáveis diferenças. A primeira delas é a de que naquela não há uma recapitulação exaustiva dos fatos ocorridos na quinta-feira. Faz sentido a ausência de contextualização, uma vez que para o leitor regular dos periódicos, a notícia ainda estaria fresca. É bastante curiosa a relação estabelecida entre as ações do intendente da cidade e a profecia proferida por Jesus Cristo no evangelho bíblico de Marcos.⁷ A desproporção entre a magnitude de um dos eventos e a banalidade do outro é responsável pelo efeito de humor do texto, tendo o taboado do largo do Machado comparado ao templo sagrado da crença judaico-cristã. Nesse sentido, o evento do microcosmo carioca é ironicamente alçado a uma magnitude que não é a dele.

A comparação é explicável. O próprio cronista encaminha a interpretação da crônica refletindo sobre a “vulgaridade” do século. O registro narrativo elevado das escrituras bíblicas projeta o seu sentido para o tempo vindouro ganhando múltiplas interpretações ao longo do século, ao passo que o despacho do intendente carioca dispensa, a princípio, qualquer exercício hermenêutico, dado que é ordinário da administração pública. Entretanto, o texto machadiano perscruta a marcha do tempo que, de acordo com a percepção do cronista, atropela os acontecimentos sem que haja a possibilidade de uma reflexão mais alentada sobre a sua velocidade. O século XIX e suas novidades acabam sendo o objeto dessa crônica. O chafariz do largo do Machado é apenas o ponto de partida.

Com efeito, a alegoria é sustentada durante todo o primeiro parágrafo. Há um tom de desalento ao constatar as ruínas do chafariz promovidas pela empresa. O chafariz, ponto central da cidade, coberto por tapumes que escondiam os danos, tem agora as suas imperfeições

⁷ De acordo com o texto bíblico, no capítulo 13 do livro de Marcos, Jesus Cristo teria dito aos seus discípulos que do templo de Jerusalém “não restaria pedra sobre pedra”. A fala é compreendida na hermenêutica cristã como a predição do cerco do general Tito à cidade de Jerusalém no ano 70, culminando na destruição da construção religiosa.

reveladas, não pela ação do tempo, mas pela suposta necessidade de progresso e modernização, marca do século XIX.

No afã de inserir a capital da República no concerto das sociedades modernas, o projeto da Companhia Metropolitana fracassou ao deteriorar um marco histórico da cidade sem entregar a obra contratada. Restaria agora ao poder público, representado por Barata Ribeiro, reparar os danos promovidos pelo ente privado. Dessa forma, seria o poder público, representando o velho modo de fazer políticas públicas, aquele a quem no limite compete remediar os mal feitos provenientes dos supostos mensageiros da modernidade.

A alusão a Gomes Freire de Andrade, responsável pela consecução de muitas obras públicas no século XVIII, dentre as quais um tanque para lavagem de roupas no largo da carioca, reforça a dicotomia velho-novo. Na alegoria construída pelo cronista, o antigo governador ocuparia a posição de deus, o pai, na trindade da administração pública. Barata Ribeiro, seu descendente simbólico, não seria, nesse caso, um construtor, mas um agente de redução de danos. A consagração pública do intendente no acelerado século XIX viria da pró-atividade em frear o ímpeto destruidor dos conglomerados capitalistas. O cronista não cobra diretamente o prefeito a respeito do reparo no chafariz, mas afirma que ele o fará em nome da sua consagração popular.

Mais uma vez temos uma reflexão sobre o tempo. A crônica, originariamente composta sem pretensões a durar, pondera de maneira indireta sobre a fronteira entre a efemeridade e a posteridade. Nesse sentido, o “vulgar” século XIX parece ser marcado pela velocidade e, com isso, seus acontecimentos não fincam pé na memória dos indivíduos como em outras épocas. O surgimento de novas descobertas, bem como o desenvolvimento de novas tecnologias, atropelam impiedosamente o que fora deixado aos homens em outros tempos.

A ironia reside no fato de que a própria crônica é produto do mesmo século e, de acordo com a marcha estabelecida, também deve ser facilmente esquecida. A crônica machadiana, diferentemente da de José Fino, afirma a sua precariedade, mas aponta também para a efemeridade do discurso que se pretende perene. O tom grave predominante nos jornais se estende aos cronistas que em maior ou menor grau empreendem uma reflexão séria sobre o noticiário. Nesse sentido, tanto a forma de apresentar o noticiário como a leitura realizada pelos comentadores é, sutilmente, objeto de troça do cronista de “A Semana”.

Com isso retornamos ao terceiro bloco da crônica de José Fino. Se nos dois primeiros temos uma fabulação da reação de Zé Povo à retirada dos tapumes, a parte final desliza de maneira abrupta para o protesto sobre as condições do chafariz e desfere uma cobrança direta às muitas partes envolvidas no empreendimento. São seis interrogações que se encadeiam a

respeito da imputação de responsabilidade pela confusão na gestão da obra. A conclusão a que se chega é a de que o cronista considera a empresa a principal culpada pelo insucesso da obra, cabendo à gestão pública ser mais criteriosa na distribuição das concessões.

A crônica de Machado de Assis, por sua vez, problematiza a questão da seguinte maneira:

Mas esse finado tapume faz lembrar um tempo alegre e agitado, tão alegre e agitado
quão triste e quieto é o tempo presente (...)
Só o acionista ficou — o acionista moderno, entenda-se, o que não paga as ações.
Tinham-lhe dito: — aqui tem um papel que vale duzentos, o senhor dá apenas vinte,
e não falemos mais nisso.
— Como não falemos?
— Quero dizer, falemos semestralmente; de seis em seis meses, o senhor recebe dez
ou doze por cento, talvez quinze.
— Do que dei?
— Do que deu e do que não deu.
— Que não dei, mas que hei de dar?
— Que nunca há de dar.
— Mas, senhor, isso é quase um debênture.
— Por ora, não. (...) (*GN*, 1 mai. 1892)

O cronista faz referência ao “tempo alegre e agitado” da política de abertura de mercado do início da República, criando a impressão de que há muito já tinha passado, entretanto os eventos da política do Encilhamento — nome pelo qual ficou conhecido o pacote econômico idealizado pelo ministro Rui Barbosa — ocorreram pouco mais de um ano antes da data de publicação da crônica. O modo como a dimensão do tempo é percebida pelo cronista é coerente com a afirmação recorrente na série de que os relógios correm de maneira mais veloz no final do século XIX.

Esse tempo, contudo, provavelmente não é de saudosa lembrança para o leitor, por quem as consequências econômicas ainda eram sentidas. Para ilustrar a confusa lógica que era observada na economia brasileira, o cronista desenvolve um curioso diálogo entre um acionista “moderno” e um operador do mercado. Na conversa pontuada por muita surpresa, o investidor é surpreendido com a informação de que poderia adquirir papéis de empresas com capital aberto, pagando apenas dez por cento do valor de face, o que contraria o senso comum.

O vocabulário do universo financeiro também é objeto de troça do cronista: ações, debêntures, juros, dividendos; todo esse léxico era conhecido do público leitor, uma vez que esses termos eram repetidos diariamente nas seções de economia, ocupando a primeira página dos periódicos, e nos anúncios “A pedidos”.

O modo como o diálogo é construído serve a explicar, pela paródia, o funcionamento do mercado financeiro no Brasil. Entretanto, mais do que explorar o tema pela chave do humor,

o texto tem o condão de esvaziar a gravidade dos debates travados nas páginas dos jornais, afinal, a terminologia técnica dominada exclusivamente pelos especialistas é rebaixada na crônica, à medida que esta apresenta as idiossincrasias da política econômica nacional.

Ao cabo, o saldo do texto não é facilmente identificável. Em uma primeira camada, o cronista produz o riso. Aparentemente, a regra é fazer troça da pauta séria, extraindo graça dos elementos contidos no austero formato do noticiário. Essa capacidade de rir e de fazer rir é suficiente para dar conta de um dos objetivos fundamentais da crônica, qual seja, o de ser um espaço contrastante à aridez do restante do periódico. O segundo objetivo do texto consistiria na capacidade de o cronista entregar uma visão de conjuntura baseada no noticiário, no limite, o de recolher os fatos trazidos à luz pela imprensa e enquadrá-los numa avaliação maniqueísta.

Contudo, o cronista não executa diretamente esse segundo movimento, o que pode produzir a sensação de que o texto se esgota na sua faceta de objeto de entretenimento — o que, em si, já seria bem sucedido. O leitor menos apressado parece ter a oportunidade de fruir de um texto que, despretensiosamente, sobrevive ao fim do dia. A crônica, no seu estrato mais crítico, não manifesta indignada revolta ou entrega aplausos gratuitos aos personagens da semana, de maneira que os episódios do Largo da Carioca, da capital federal, do país e do mundo são comentados como sintomas de um tempo, especificamente do apressado século XIX, no qual as transformações não obedecem mais a marcha do galope e se alimentam da eletricidade.

Dentre muitos elementos desse período, as “novilínguas”, principalmente aquelas relacionadas ao universo da política e da economia, praticadas nos tempos da República, são comentadas pelo cronista. Machado de Assis dota o seu texto de uma capacidade analítica de modo a produzir uma certa naturalização do discurso que é posto e repostado nas colunas dos jornais. Nesse sentido, ao mesmo tempo que se apropria do discurso corrente, o escritor opera mudança de patamar do registro grave para o jocoso.

O lugar do cronista é o do observador privilegiado. Ainda que sua pena esteja a serviço de comentar os fatos da semana, sua visão não é apaixonada. Ao contrário, interessa-lhe questionar as correntes hegemônicas responsáveis pela veiculação e interpretação dos fatos. Produzindo um texto considerando as especificidades do suporte em que se insere, o narrador passeia descompromissadamente pela matéria bruta da qual sua crônica se alimenta, deixando a sua opinião particular em uma camada tão profunda do texto, que encontrá-la (se é que ela deva ser encontrada) passa a ser a tarefa do leitor. Posicionar-se de maneira direta sobre as questões brasileiras é, além de arriscado, dado o momento histórico, incompatível com o expediente do escritor.

Dessa maneira, o cronista parece cristalizar ao longo da série uma posição que parece recomendar ao leitor: a de guardar reservas sobre tudo o que se apresenta nos periódicos, sobretudo no que diz respeito aos temas considerados graves da sociedade — sujeitos a uma complexa cadeia de interesses nem sempre tão explícitas à população. Em meio à multiplicidade de opiniões difundidas na esfera pública, o cronista de “A Semana” rejeita o uso do megafone e investe na conversa ao pé do ouvido com seu leitor.

No primeiro ano da série, já é identificável que Machado de Assis faz uma leitura particular do presente em que se insere, comentando os eventos reportados pelos jornais e tendo como ponto de fuga a recuperação de memórias do passado para refrear a euforia que normalmente acompanha as grandes novidades. Não obstante, longe de apresentar um tom predominantemente saudosista ou melancólico, o escritor parece deslizar com bastante desenvoltura entre o tempo do império e o da incipiente República, de maneira que a experiência acumulada como testemunha da história serve ao momento presente como espécie de filtro.

Além disso, o cronista parece testar os limites da narrativa híbrida, ensaiando um texto que desliza do comentário à fabulação com bastante naturalidade, procedimento que em parte é empreendido pelos seus contemporâneos, mas sem a agudeza do cronista de “A Semana”. Ainda assim, o narrador, nesse início de série, demonstra estar bastante consciente da necessidade de não desconectar totalmente a sua escrita do lastro que a sustenta, qual seja, o menu diário de supostos recortes da realidade a ele entregue pelos periódicos da república. Nesse exercício semanal, Machado de Assis vai construindo um narrador bastante curioso por explorar elementos da escrita jornalística através das práticas contemporâneas e históricas.

“A Semana”, já nos primeiros textos coloca em operação um maquinário composicional — retomada de referências do tempo passado, humor irônico, transição harmônica entre assuntos desconexos, recuperação do repertório cultural universal, estabelecimento da escrita em camadas demandando um esforço interpretativo dos leitores, o aproveitamento de matéria efêmera como mote literário — que, no limite, desafia as fronteiras do gênero reconhecido por esgotar seu alcance no passado próximo ou no presente imediato. A série avança pelo ano de 1893 e é bruscamente interrompida após a crônica de 26 de novembro.

2.2. O CRONISTA RETORNA EM UMA SEGUNDA-FEIRA

A *Gazeta de Notícias* esteve fechada durante o mês de dezembro de 1893 por conta de uma ordem emitida pelo presidente Floriano Peixoto, em retaliação à postura de oposição ao regime manifestada por alguns periódicos. Efetivamente, apenas *O Paiz*, *O Tempo* e *Diário de Notícias* usufruíam de liberdade de imprensa (QUEIROZ, 1986, p. 22). É preciso destacar, contudo, que essa liberdade advinha das boas relações travadas com o governo. Os eventos da Revolta da Armada servem como pretexto para a declaração de estado de sítio, bem como para as sanções autoritárias impostas pelo marechal aos supostos opositores ao regime. Foram objeto dessa decisão os jornais não declaradamente apoiadores do presidente da República.

O *Diário de Notícias*, florianista, a exemplo de boa parte dos jornais do Rio de Janeiro, mantém diariamente uma seção fixa na primeira página intitulada “A Revolta”, dedicada a distribuir adjetivos desqualificadores aos revoltosos e a celebrar a galhardia das tropas do governo que, segundo o periódico, heroicamente protegem a cidade de vis ataques. De tal modo, a interessante série “A Semana Passada”, levada a público por Alcindo Guanabara parece ser, no período, apenas uma extensão da linha editorial do jornal. Por outro lado, durante o conflito, o cronista se ressentia da impossibilidade de tratar de temas mais leves:

Nós quiséramos variar um pouco o tom destas crônicas, que há dois meses outra coisa não fazem senão falar de tiros, depredações, ataques e disparos da luta fratricida que nos esgota, ameaçando a integridade deste grande e formoso país (...)
Tão bem como o leitor sentimos a pesada monotonia de um velho assunto repisado, e que assunto triste, tão triste que nenhum outro conhecemos mais doloroso e mais lúgubre (...) (*DN*, 13 nov. 1893)

Efetivamente, o narrador inicia a crônica advertindo o leitor de que tratará apenas sobre os eventos da Revolta da Armada naquela semana, embora lamente fazê-lo. O início do texto, como se vê, substitui a tradicional introdução de grande parte dos cronistas que, em semanas “mornas”, convencionais, busca selecionar, entre assuntos repetitivos ou desinteressantes, aqueles sobre os quais se debruçará. Na crônica do *Diário de Notícias*, a monotonia da qual se queixa o cronista não deriva da falta de temas, mas da desolação advinda do ambiente de guerra.

Partilhar de sua lamentação parece ter a capacidade de irmanar, narrador e leitor, num coro uníssono, sugerindo que os cariocas e quiçá os brasileiros estariam unidos no mesmo lado das trincheiras, no caso, a terra firme, contra os vilões embarcados na baía de Guanabara. Há, no discurso dos apoiadores da República, a repetição de um desejo que também acompanhou os monarquistas brasileiros ao longo de todo o período imperial: o da manutenção da unidade

do país. Tendo no horizonte esse objetivo, todos os esforços para a contenção de qualquer grupo revoltoso seriam justificáveis.

O desprezo do cronista pelos oficiais da marinha revoltosos se manifesta na ironia do trecho: “... nunca teremos expressões bastante eloquentes que digam o nosso reconhecimento à magnanimidade dos valentes irmãos que, bem protegidos pela couraça dos seus navios, e a respeitável distância das forças de terra, se comprazem na infável delícia de nos ir matando aos bocadinhos...” (*DN*, 13 nov. 1893).

O cronista, efetivamente, dedica boa parte da crônica a hostilizar a esquadra liderada pelo Almirante Custódio. É preciso observar que, ao colocar a pena a serviço das forças legalistas, Alcindo Guanabara preserva o periódico em que publica sua coluna da antipatia do poder constituído, garantindo, assim, ambiente favorável para a sua escrita. Na ocasião, seria muito difícil produzir um texto que ultrapassasse a barreira da intimidação promovida pelo regime de Floriano Peixoto. O *Diário de Notícias* estava completamente aderido ao governo.

Há, no ambiente dos jornais, a necessidade de se posicionar sobre o grande tema da cidade. Até aquele momento, a última crônica em que Machado de Assis fez referência ao conflito foi publicada em 12 de novembro de 1893. Na ocasião, os cronistas do período lamentavam-se por não poder tratar de outro assunto que não fosse a batalha quase ininterrupta que ocorria no litoral carioca. Nesse sentido, é possível observar um desejo coletivo de produzir textos dinâmicos e interessantes ao público.

Diferentemente do seu colega, Machado de Assis inicia sua crônica sem se lamentar. Em seu lugar, faz do material que lhe é dado uma crônica rica em imagens desoladoras:

Durante a semana houve algumas pausas, mais ou menos prolongadas; mas os tiros comeram a maior parte do tempo. Basta dizer que foram mais numerosos que os boatos. Aquela quadra pré-histórica, em que um tiro de peça, ouvido à noite, era o sinal para consultar e acertar os relógios, não se pode já comparar a estes dias terríveis, em que os tiros parecem pancadas de um relógio enorme, de um relógio que para às vezes, mas a que se dá corda com pouco. (...) (*GN*, 12 nov. 1893)

O cronista de “A Semana” recorre à oposição entre som e silêncio, como se analisasse uma canção, uma ópera ou mesmo um poema, para descrever o ambiente vivido no Rio de Janeiro naquela semana. A crônica faz da ausência de tiros o evento extraordinário, uma vez que a naturalidade do estado das coisas já havia se convertido na distribuição ininterrupta de rajadas. Há, supostamente, um exagero nas linhas de Machado de Assis, o que já potencializa o efeito produzido ao leitor — ele também, indiretamente participante desse cenário de guerra.

Em seguida, o narrador realiza um abrupto rebaixamento da imagem épica que parecia começar a construir, ao ensaiar o início de uma narrativa de guerra e, em seguida, compará-la à frequência dos boatos na cidade. Estabelece com esse procedimento a esdrúxula relação entre elementos ordinários e um elemento extraordinário na vida no Rio de Janeiro, aproveitando-se para dizer que, naturalmente, sua cidade é reconhecida por fazer circular rumores não comprovados sobre fatos de qualquer ordem. O efeito produzido é o de, a despeito da gravidade da realidade experimentada pelos cidadãos, ainda haver espaço para caracterizar a cidade de maneira perspicaz e crítica.

A crônica do início de novembro, sendo coerente com os textos anteriores da série, recupera a imagem do passado da cidade, em que os cidadãos ajustavam seus relógios a partir do tiro oficial da artilharia das forças armadas. A repetição dos tiros por ocasião do estado de guerra em que se encontrava o Rio de Janeiro produz no cronista a sensação de que o tempo presente é mais caótico do que o de suas memórias. O momento da capital republicana produzia análises afoitas sobre um tempo carregado de incertezas no qual, diante dos estrondos da artilharia da marinha brasileira — ou das pancadas do relógio enorme — o cronista atento indica aos seus leitores que o momento talvez mereça ser observado com parcimônia, sem as costumeiras paixões suscitadas pelos acontecimentos extraordinários.

Aproveitando-se do principal evento da cidade, que já dura cerca de dois meses, o cronista recupera a imagem da guerra para discutir os seus desdobramentos na sociedade. Principalmente, aproveita-se do noticiário para mais uma vez enfatizar a necessidade de avaliar os acontecimentos à luz de uma referência histórica ou, ao menos, da recuperação de uma certa memória coletiva. Mais do que isso, observa-se na crônica a recuperação de uma proposição que permeia toda a obra do escritor, qual seja, a de que todos os fatos são passíveis de serem avaliados a partir de interesses individuais e coletivos, invariavelmente, conflitantes. Na obra de Machado de Assis, o raciocínio encontra a sua síntese mais acabada na voz do conselheiro Aires: “Não há alegria pública que valha uma boa alegria particular” (ASSIS, 2015, p. 1216).

Na continuação da crônica, o narrador segue se apropriando do tema da semana para discutir questões desse jaez:

Uma vez descí do bonde, na praia da Glória, para ceder ao convite de um amigo que queria ver o bombardeio. Desci ainda outra vez para escapar a um sujeito que me contava a Guerra da Crimeia, onde não estive, não havendo nunca saído daqui, mas que se ligava à sua adolescência, por serem contemporâneos. Ninguém ignora que os sucessos deste mundo, domésticos ou estranhos, uma vez que se liguem de algum modo aos nossos primeiros anos, ficam-nos perpetuados na memória. Por que é que, entre tantas coisas infantis e locais, nunca me esqueceu a notícia do golpe de Estado de Luís Napoleão? Pelo espanto com que a ouvi ler. (...) (GN, 12 nov. 1893)

Em vez de tratar dos elementos do presente, o cronista recorre à construção “uma vez” — expressão própria das práticas orais, nas quais um enunciador recupera uma memória imprecisa e a narra ao enunciatário já imunizado contra quaisquer testes de veracidade. O recurso, no excerto, produz o efeito de naturalizar a ocorrência dos bombardeios no Rio de Janeiro, rebaixando-o, pela frequência, ao trivial. Se isso ainda não é o suficiente para efetuar a total desconexão de sua crônica do tom grave preponderante na imprensa, o conteúdo do relato tem o poder de fazer rir ou ruborizar o leitor consternado pela gravidade dos acontecimentos.

O bombardeio é revestido do estatuto de espetáculo público sob a pena do cronista. Este produz a impressão de que as cenas de destruição são deslocadas da ordem do evento pontual, portanto, extraordinário, para a inserção no cotidiano da cidade. Quando os bombardeios já são um espetáculo de entretenimento para os cidadãos, isso significa que a narrativa dos acontecimentos da guerra civil recontada à exaustão pelos periódicos já perdeu a potência e que, em face desse enfraquecimento, o relato precisa ser revestido de uma camada ficcional.

O cronista se aproveita dos eventos que assiste na praia da Glória para promover uma reflexão sobre a reverberação dos fatos no plano individual. O personagem aficionado pela guerra da Crimeia deve seu relato ao impacto que as notícias do evento produziram na sua adolescência. O incidente maçante para o cronista dá ensejo a que ele possa justificar seu interesse pelo golpe de estado de Luís Napoleão. Ora, é possível observar que a escolha do personagem histórico não é acidental. O primeiro presidente da França, empossado em 1848, diante do impedimento de concorrer a mais um mandato, promoveu um autogolpe em 1851 e se autoproclamou imperador Napoleão III, cujo reinado perdurou até o ano de 1870.

Aos olhos do narrador, a trajetória do chefe de estado francês parece guardar relações com as aspirações de Floriano Peixoto, feito vice-presidente do marechal Deodoro da Fonseca, que se recusa promover novas eleições após o afastamento do titular da presidência da República. Foi, inclusive, a alegação de ilegitimidade para o cargo um dos motivos para o amotinamento da marinha brasileira que levaria ao conflito que ocupava as primeiras páginas dos jornais do Rio de Janeiro.

Como é perceptível nesse texto, o olhar para o passado é mecanismo fundamental de operação da crônica machadiana. Apesar das idiosincrasias do século, as quais o narrador faz referência semanalmente, seria possível sugerir uma certa repetição de padrões nos eventos históricos. O cronista parece identificar nos indivíduos, do célebre ao anônimo, um princípio ordenador das ações. É possível definir este princípio como interesse, ambição ou busca pela

glória. De todo modo, a partir deles se daria o liame entre o marechal de ferro e o monarca francês.

De acordo com essa lógica, distingue-se na crônica a percepção de que ao mais comum dos homens é possível tomar os acontecimentos da sociedade como pano de fundo para sua história individual. A mesma lógica é compartilhada pelo cronista, que absorve os acontecimentos e dá a eles significado segundo a sua perspectiva. Por que não estender a interpretação e atribuir a Floriano Peixoto e aos revoltosos da marinha a busca inconsequente pelas próprias ambições, o que vai de encontro aos princípios republicanos? Se essa leitura é possível, a crônica de Machado de Assis diverge da de Alcindo Guanabara, por exemplo, porque aquela despe o conflito de toda a dimensão grave e patriótica atribuída pelo cronista do *Diário de Notícias* e pelo próprio periódico em si.

O mecanismo se agudiza:

Mas não quero ir adiante sem lhes dizer o que me sucedeu, quando pela segunda vez desci na praia da Glória, a pretexto de ver o bombardeio. Estive ali uns dez minutos, os precisos para ouvir a um homem, e depois a outro homem, coisas que achei dignas do prelo. O primeiro defendia a tese de que os tiros eram necessários, mormente os de canhão-revólver, e também as explosões de paióis de pólvora. Dizia isto com tal placidez, que cuidei ouvir um simples amador; mas o segundo homem retificou esta minha impressão, dizendo-me, logo que o outro se retirou: — “É um vidraceiro; não quer a morte de ninguém, quer os vidros quebrados.” E o segundo homem, ar grave, declarou que abominava as lutas civis, concluindo que ninguém tinha a vida segura nesta troca de bombardas; ele, pela sua parte, já fizera testamento, não sabendo se voltaria para casa, visto que a existência dependia agora de uma bala fortuita. Gostei de ouvi-lo. Era o contraste judicioso e melancólico do primeiro. Quando ele se despediu, perguntei a um terceiro: “Quem é este senhor? — “É um tabelião”, respondeu-me. (...) (GN, 12 nov. 1893)

A construção irônica sob a qual o cronista analisa o conflito entre o exército, fiel ao governo, e os oficiais da Armada, desvelando os interesses individuais dos quais os periódicos não tratavam, evolui para uma fabulação em que os personagens nitidamente são apresentados como individualmente interessados na continuação do conflito. O vidraceiro e o tabelião, em diferentes níveis, por razão da destruição direta da infraestrutura municipal ou pelo medo do porvir, são diretamente beneficiados pelas mazelas da cidade.

O narrador, deslocando-se do seu lugar de leitor dos jornais para testemunha ocular dos fatos, tem a oportunidade de repercutir as microrrelações sociais que se desenvolvem em torno do conflito. Dessa maneira, ele consegue tanto oferecer uma visão panorâmica dos fatos como criar indivíduos que ilustram o comportamento dos cidadãos em face dos acontecimentos. A riqueza dos personagens que estabelecem interlocução com os cronistas deriva da dissimulação dos seus reais interesses e do escancaramento dos interesses alheios.

A crônica efetua uma observação aguda da complexidade das relações de poder existentes no delicado período. As forças em conflito não se digladiam em nome da coletividade, ao contrário, deixam os cidadãos à própria sorte, e estes, desorientados, buscam auferir algum benefício do cenário de caos. Diferentemente da narrativa construída pelos periódicos, não há heróis e vilões, apenas indivíduos lutando pelos seus próprios interesses. Pairando sobre tudo isso está o cronista com o seu olhar arguto, sem estabelecer posicionamento claro, mas problematizando o espírito do tempo e o comportamento dos homens.

Observa-se aí uma característica da escrita de Machado de Assis, composta em grande medida por construções tripartites, no que diz respeito ao modo de se enxergar o objeto de análise. Não é desprezível no seu texto a presença de três diferentes perspectivas sobre o mesmo objeto de análise, afastando completamente o risco de seu texto se inclinar a posições maniqueístas sobre questões coletivas ou mesmo sobre o microuniverso de suas personagens — reais ou fictícias. Ao relatar um episódio, o cronista apresenta os interesses em competição, não inclinando sua pena para um ou para outro, mas inserindo um terceiro ponto de vista que relativiza e, de quando em quando, explica os demais.

Eventualmente, o olhar responsável por revelar as entranhas dos interesses concorrentes é o do próprio narrador ou cronista. Não obstante, há a inserção de figuras que fazem as vezes de tradutores dos interesses individuais, quando o próprio cronista se desloca para dentro da cena. Na crônica de 12 de novembro o cronista sofisticava esse procedimento: durante o curto período de dez minutos em que contempla os bombardeios na praia da Glória, sucedem-se três personagens que se alternam entre os papéis de portadores de um discurso ambíguo e reveladores das ocultas intenções de outrem, de maneira que ao narrador, feito personagem, só compete assistir ao desfile de discursos enviesados que, ato contínuo, são postos a nu diante de si e dos leitores.

Contudo, a descrição de seu principal cronista não foi suficiente para preservar a incolumidade do jornal para o qual colaborava. Diferentemente de Machado de Assis, os textos de Ferreira de Araújo eram agudos e pouco simpáticos ao governo republicano de Floriano Peixoto, de maneira que duas semanas após a publicação dessa crônica, a *Gazeta de Notícias* foi fechada pela autoridade pública, permanecendo assim até a virada do ano.

No primeiro dia de 1894, *O Paiz* publica uma coluna intitulada “Gazeta de Notícias”:

É com alto prazer que noticiamos o reaparecimento da *Gazeta de Notícias* de cuja camaradagem estivemos por algum tempo privados em virtude de uma proibição policial.

Registrando este fato é-nos grato assinalar mais uma vez as nossas simpatias pelo ilustre colega, cujo redator-chefe, o Dr. Ferreira de Araújo, é um dos mais notáveis

jornalistas desta terra, devotado de inteligência e coração à estabilidade da instituição republicana de que ele foi sempre um brilhante servidor.

Saudando o ilustre colega pelo seu reaparecimento confiamos em que o prestígio da sua opinião servirá de valioso contingente à democracia brasileira, neste instante ameaçada por uma criminosa pretensão restauradora. (OP, 1 jan. 1894)

É simbólica a tentativa de proteger a imagem pública da *Gazeta de Notícias* com o fim de aproximar a proposta editorial do jornal ao regime de Floriano Peixoto ou mesmo de admoestar o seu redator-chefe a alinhar-se com o regime. Proveniente de um jornal declaradamente republicano, não deixa de ser um elogio com tom de aviso. Afinal, caso quisesse manter seu jornal aberto, Ferreira de Araújo deveria adotar uma postura mais cuidadosa do que a que teve em relação aos eventos do ano de 1893.

A Revolta da Armada se aproximava do fim. Floriano Peixoto conseguiria desbaratar os revoltosos apenas em março de 1894, com o auxílio de embarcações contratadas junto a mercenários estadunidenses. A direção da *Gazeta de Notícias*, por sua vez, efetivamente aprendera a lição. Como principal característica dessa mudança editorial, o periódico deixava de fazer a cobertura do conflito sob a rubrica “A Revolta”, presente nas primeiras páginas dos jornais diariamente.

Em carta, o escritor e mais prolífico correspondente de Machado de Assis durante o período, Magalhães de Azeredo, faz referência às sanções sofridas pelo jornal, na esteira das quais ele mesmo é diretamente afetado, sendo obrigado a exilar-se em Minas Gerais.

São João Del Rei, 9 de dezembro de 1893.

Hotel Oeste

Prezado Mestre e Amigo,
Enquanto aí está, nessa hoje perturbadíssima cidade, aborrecendo-se decerto com o ribombo já monótono das granadas, e privado ainda por cima de escrever as suas belas *Semanas*, gozo eu a paz de São João del Rei, onde me relegou um acaso imprevisto. Vim para poucos dias; era o que eu julgava no meu otimismo ingênuo, acreditando que a revolta não pudesse durar muito; e eis-me aqui há mais de dois meses. (ASSIS, 2011, p. 26)

A despeito da intimidade que gozava junto a Magalhães de Azeredo, Machado de Assis, em sua resposta, não faz qualquer menção à guerra civil ou ao fechamento do jornal. Na resposta datada de 14 de janeiro de 1894, o escritor se limita a encorajar o jovem correspondente, aconselhando-o a dedicar-se ao trabalho e a enfatizar suas qualidades literárias. Sobre si e a situação do Rio de Janeiro, o autor de *Quincas Borba* se limita a dizer o seguinte: “Não creia que me possa ver aí, onde eu desejara estar, agora que o verão entrou com todos os seus fornos acesos. Há muito não temos estação tão cálida. Não há sequer a compensação das noites, que

em muitos lugares são mais ou menos frescas. Aqui têm sido insuportáveis (...)” (ASSIS, 2011, pp. 32-33).

Salvo se o motivo pelo qual Machado de Assis desejasse estar ao lado de Magalhães de Azeredo tenha sido disfarçado na sua correspondência e o “calor” e os “fornos acesos” sejam metáforas para balas e canhões, o escritor não se manifesta a respeito do conflito, o que é bastante coerente com a postura discreta que adotou durante toda sua vida.

Embora a crônica de Machado de Assis fosse publicada normalmente aos domingos, a edição da *Gazeta de Notícias* do primeiro dia de 1894, publicada numa segunda-feira, não podia prescindir da coluna de seu principal colaborador. Diante desse contexto, o recomeço da série “A Semana” é extremamente evasivo. Assim se abre o cuidadoso texto:

Sombre quatre-vingt-treize! É o caso de dizer, com o poeta, agora que ele se despede de nós, este ano em que perfez um século o ano terrível da Revolução. Mas a crônica não gosta de lembranças tristes, por mais heroicas que também sejam; não vai para epopeias, nem tragédias. Coisas doces, leves, sem sangue nem lágrimas (...) (GN, 1 jan. 1894)

O início da crônica é uma citação do verso do poema “Quatre-vingt-treize”, de Auguste Barbier, publicado no livro *Iambes*, de 1830, que trata dos eventos ocorridos em 1793, ano em que a Convenção Nacional sentenciou à morte Luis XVI e Maria Antonieta. A memória a que alude diz muito a respeito do pessimismo do narrador em relação ao século XIX — marcado por avanços, é verdade, mas extremamente conflituoso e, sobretudo, belicoso.

A qualificação de ano “terrível”, dado o modo próprio como o cronista trabalha a noção de tempo, ajusta-se perfeitamente ao de 1893, recuperando o ano que passou e sobre o qual não teve oportunidade de escrever durante o mês de dezembro dado o fechamento do jornal. Faz alusão à Revolução Francesa, trazendo para o presente a memória dos desdobramentos de um evento histórico que podem se fazer sentir em menor escala no cotidiano dos habitantes do Rio de Janeiro do final do século XIX.

Mais uma vez Machado de Assis evita se referir diretamente ao conflito que ocupa o noticiário e as rodas de conversa da capital da República, fazendo-o de maneira tangencial. Ainda assim, ocupa-se da crônica e de sua missão no ano que se inicia. Afirma que ela não deve tratar de lembranças tristes, mas de “coisas doces, leves, sem sangue nem lágrimas”, exatamente tudo aquilo que os jornais não trazem nessa data. A afirmação é irônica, considerando que da pena do cronista sai uma definição de crônica que não é espontânea, mas agradável ao poder. Dizê-lo, contudo, não significa executá-lo. O cronista é especialista em abrir um campo enorme de discussão nas camadas mais profundas do seu texto.

De acordo com o pacto proposto no texto, haveria a possibilidade de problematizar um ano inteiro discutindo os eventos de um século, assim como o contrário também seria possível. Uma vez que falar do ano de 1893 não é possível na ocasião, tratar do ano de 1793 parece adequado às suas pretensões. Com as devidas ressalvas de magnitude e especificidades geográficas, o ano terrível para os franceses se repetiria cem anos mais tarde para os brasileiros. Os princípios, contudo, que justificaram a revolução burguesa no velho continente, não são declarados no Rio de Janeiro do fim do século XIX.

O cronista segue fazendo múltiplas referências à literatura do século XIX, executando um relevante contorcionismo retórico. Sua narrativa, naturalmente avessa ao entretenimento puro e simples nos dois primeiros anos da série, ganha ainda mais complexidade:

(...) No banquete da vida, para falar como outro poeta... Já agora falo por poetas; está provado que, apesar de fantásticos e sonhadores, são ainda os mais hábeis contadores de histórias e inventores de imagens.

(...) Imaginemos um homem que haja nascido com o século e morra com ele. Victor Hugo já o achou com dois anos (*ce siècle avait deux ans*); e pode ser que contasse viver até o fim; não passou da casa dos oitenta. Mas Heine, que veio ao mundo no próprio dia 1 de janeiro de 1800, bem podia ter vivido até 1899, e contar tudo o que se passou no século, com a sua pena mestra de humor... Oh! página imortal! Assistir à santa-aliança e à dinamite! Vir do legitimismo ao anarquismo, parando aqui e ali na liberdade, eis aí uma viagem interessante de dizer e de ouvir. (...) (GN, 1 jan. 1894)

O contraste entre o que afirma e o que de fato executa é visto logo em seguida. Há razões para aludir aos poetas Heine⁸ e Victor Hugo não por eles terem testemunhado a totalidade do século que caminha para o fim — o alemão falece em 1856, o francês em 1885 — mas porque utilizam a sua pena para tocar em questões sensíveis à sociedade de seu tempo. Victor Hugo debruça-se sobre os eventos da Revolução em *Les Misérables*, ao passo que Heine questiona o instituto da escravidão no poema *Das Sklavenschiff*, inspiração para Castro Alves no épico *O navio negroiro*.

A escolha dos poetas que produzem no período pós-romântico traz densidade para a proposta da crônica. Como artistas que vivem no século XIX, teriam sido aptos a comunicar as profundas questões do tempo traduzindo-as em imagens perenes. O cronista, por sua vez, tendo a prosa do cotidiano como instrumento de registro da sua época, alarga as suas fronteiras e desafia os seus limites. Apresentar uma possível interpretação para o fim do século parece ser um desafio para o “historiador das coisas leves”:

⁸ O autor comete uma imprecisão histórica. Diferentemente do que é afirmado na crônica, o poeta alemão Heinrich Heine nasce em 13 de dezembro de 1797.

Quanto ao que morre, 1893, não vai sem pragas nem saudades, como os demais anos seus irmãos, desde que há astronomia e almanaques. Tal é a condição dos tempos, que são todos duros e amenos, segundo a condição e o lugar. Se esta banalidade da direita lhe parece cansativa, volte-se o leitor para a esquerda, e ouvirá algum paradoxo que o descanse dela, – este, por exemplo, que o melhor dos anos é o pior de todos. Toda a questão (lhe dirá a esquerda) está em definir o que seja bom ou mau.

Por exemplo, a guerra é má, em si mesma; mas a guerra pode ser boa, comparada com o anarquismo. Se este vier, 1893, tu haverás sido uma das suas datas históricas, pelos golpes que deste, pelo princípio de sistematização do mal. Que será o mundo contigo? Não consultemos Xenofonte, que, ao ver as trocas de governo nas repúblicas, monarquias e oligarquias, concluía que o homem era o animal mais difícil de reger, mas, ao mesmo tempo, mirando o seu herói e a numerosa gente que lhe obedecia, concluía que o animal de mais fácil governo era o homem. Se já por essa noite dos tempos fosse conhecido o anarquismo, é provável que a opinião do historiador fosse esta: que, embora péssimo, era um governo ótimo. (*GN*, 1 jan. 1894)

Finalmente, o cronista passa a tratar do ano que passou. O procedimento de igualar os fenômenos do tempo presente aos já vividos no passado é levado ao paroxismo. O início da análise já apresenta que 1893 não fora tão diferente quanto tantos outros anos que começaram e acabaram. As considerações acabam sendo redundantes e isso mesmo parece ser enfadonho para o narrador que busca saídas criativas para apresentar algo verdadeiramente original ao leitor.

Nesse sentido, lança mão do expediente da relativização que dificulta a compreensão do que foi o ano para o cronista. Se por um lado há a constatação de que todos os anos são bons ou difíceis a depender da perspectiva, há a apresentação de outro paradoxo que afirma a mesma coisa. Na prática, o que a crônica traz é a impossibilidade de se estabelecer uma avaliação definitiva sobre o vivido. Mais uma vez temos Machado de Assis refletindo sobre o tempo e os diversos efeitos que ele produz no homem.

Inobstante, verifica-se a existência de uma avaliação diversa do ano que finda a partir das glórias e insucessos de quem a realiza. Todo ano pode ser bom ou ruim para alguém, e o registro público que fica, ainda que subjetivo, ganha contornos objetivos no espaço da esfera pública. As glórias privadas em detrimento das públicas podem obnubilar a leitura levada a público no discurso jornalístico. Essas considerações, inclusive, já haviam sido armadas nas crônicas de 1893 que tratavam da segunda Revolta da Armada.

Assim, é possível conceber que os interesses dos que detêm a voz e a pena — mutáveis e particulares — podem também elevar-se artificialmente ao patamar de interesse público. No limite, é esse tom que predominará na escrita dos dois últimos romances machadianos, que pode ser sintetizado na reflexão do conselheiro Aires, aposta em seu memorial: “Não há alegria pública que valha uma boa alegria particular” (ASSIS, 2015, p. 1216).

Qualquer coisa, em síntese, poderia ser boa ou má, exceto o anarquismo que o cronista avalia como sendo um dos principais males do fim do século, estando abaixo de qualquer regime ou forma de governo. O escritor resiste ao movimento que recupera fôlego na França entre os anos de 1892 e 1894, contra o qual se posiciona em muitas de suas crônicas. Nesse sentido o cronista está livre para expressar a sua opinião, visto que o movimento anarquista, tido como inimigo da ordem, é também repudiado pelos republicanos que ocupam o poder no Brasil. Contra a República, entretanto, a crônica não pode se posicionar. Daí a escassez de referências da contemporaneidade no corpo do texto.

O processo de composição do texto de reestria é bastante rico: para tratar das questões que assolam o seu lugar e o seu tempo, o cronista lança mão de elementos do passado que dialogam de maneira direta com o presente. Desde a escolha de recuperar os já falecidos poetas europeus, a referência à revolução francesa e Xenofonte até a evocação de Terpsícore, musa da dança na mitologia grega, o objetivo da crônica parece ser o de estabelecer o lugar do gênero em meio aos eventos caóticos discutidos nos periódicos.

Machado de Assis recupera e agudiza interpretações presentes nos primeiros anos da série iniciada em 1892, como a relativização dos eventos históricos segundo a ótica e os interesses de quem os lê, a busca contínua por referências de outro tempo que cooperem para a compreensão do presente, a desconfiança no absoluto e nas novas correntes políticas e de pensamento, e a preferência pela sugestão em detrimento da afirmação.

Podemos verificar outra série de crônicas que reflete sobre o tempo. Em 1894, o *Diário de Notícias* continuava publicando a coluna “A Semana Passada”. A rubrica está em outro formato, mais autônomo, já, de alguma maneira, acompanhando a tendência da crônica de fim de século que sai do lugar do folhetim e sobe para o espaço ordinário da publicação. A primeira edição do periódico traz uma crônica contida, lamentando a manutenção do conflito entre o governo e os revoltosos:

Acabou tristemente o ano que nos trouxe tantas e tão grandes tristezas.

Para os que contavam com o milagroso S. Silvestre, esperando que ele com fecho de ouro encerrasse esses trezentos e sessenta e cinco dias, a decepção foi tão grande que só pode ser compensada pelas mil fagueiras esperanças que nos desperta o ano novo. O fatídico 1893 terminou sem que nos fosse dado o prazer de ver com ele extinta a desgraçada revolta com que lutamos há perto de quatro meses. Verdade é que ele a deixa agonizante, mas seria incomparavelmente melhor que celebrássemos hoje a entrada de 1894 com os hinos triunfais da legalidade vitoriosa, em plena paz e no andamento normal de um grande povo predestinado que caminha francamente, sem encontrar obstáculos, realizando a altíssima missão que lhe foi cometida, como *primus inter pares* no vasto continente da América do Sul.

A República Brasileira é uma criança abençoada, que, mercê dos seus ótimos recursos naturais e do patriotismo e bom senso dos que velam pela sua existência e que são

verdadeiramente dignos dela, porque sabem ser sinceramente americanos, atravessa com impavidez a perigosa crise da detenção. (...) ⁹ (*DN*, 1 jan. 1894)

A crônica se caracteriza por uma certa louvação ao regime republicano. O cronista parece ser a voz da orientação política do periódico, atacando os revoltosos. O procedimento utilizado também não é dos mais sofisticados: há uma frágil construção metafórica que associa o país a uma “criança abençoada” pelas suas potencialidades naturais, além de tutelada por verdadeiros patriotas que garantem a sua sobrevivência e desenvolvimento a despeito de supostas injustas agressões, associadas diretamente aos revoltosos.

O cronista do periódico escolhe produzir um texto ufanista com lado declaradamente estabelecido. O mecanismo é compreensível, dada a especificidade do contexto, mas o texto é emblemático para a representação do período, o que ilustra o cuidado com que Machado de Assis produziu a crônica de reestreia *Gazeta de Notícias*, fugindo do gesto panfletário e evitando indisposições com o regime.

Verifica-se algumas diferenças bastante marcantes entre dois textos veiculados na imprensa no mesmo dia. Uma das crônicas é laudatória; a outra, fugidia, em que o cronista se recusa a assumir uma posição clara a respeito do seu objeto. Cada uma delas parece ter compromissos distintos: uma com o de responder ao seu tempo no calor da hora, outra pensada para discutir os eventos pontuais situados em um recorte temporal mais amplo.

Tanto na crônica de estreia em 1892 quanto na de reestreia em 1894, Machado de Assis assume a tarefa de produzir não apenas o comentário semanal, mas um texto mais denso aos seus leitores. Para isso, realiza escolhas relativamente difíceis. As reflexões propostas em seus textos se dão não apenas em função do menu oferecido pelos jornais, mas a despeito dele. Mais do que ser o objeto da escrita do cronista, o discurso presente nas páginas dos jornais se impõe também como um grande desafio para o escritor, uma vez que a liberdade de sua escrita não é plena — assim como não é, faça-se justiça, a de muitos dos seus contemporâneos.

Para dar conta do seu ofício de maneira satisfatória, o escritor eleva o grau de densidade de suas crônicas colocando-as a serviço de uma análise do tempo e do discurso. Com a desenvoltura que traz de suas experiências anteriores como cronista, Machado de Assis coloca em operação um texto que pode ser lido em múltiplas camadas, que tem na superfície um bom entretenimento, na sessão intermediária uma avaliação sobre o discurso e no estrato mais profundo refinadas considerações sobre os efeitos do tempo na vida dos homens e da sociedade.

⁹ A edição do periódico disponível no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional não permite a leitura dos últimos parágrafos do texto, assim como da assinatura a ele aposta, impossibilitando a identificação da autoria.

Comparando as suas duas estreias, ainda que em 1894 a situação se apresente de maneira mais delicada para o cronista, ele mantém o fio condutor iniciado na primeira crônica de 1892, fazendo ajustes e amenizando os termos. A série avança, mas o princípio crítico que a norteia é mantido, sobretudo se considerarmos que o principal objeto de análise da crônica continua sendo o tempo: “Mas então que é o tempo? É a brisa fresca e preguiçosa de outros anos, ou este tufão impetuoso que parece apostar com a eletricidade? Não há dúvida que os relógios, depois da morte de López, andam muito mais depressa” (*GN*, 25 mar. 1894).

É o que veremos a seguir.

3. Entre bombas e broquéis, a República dos cronistas

A imprensa no Brasil é um reflexo fiel do estado social nascido do governo paterno e anárquico de D. Pedro II: por um lado, alguns grandes jornais muito prósperos, providos de uma organização material poderosa e aperfeiçoada, vivendo principalmente de publicidade, organizados em suma e antes de tudo como uma empresa comercial e visando mais penetrar em todos os meios e estender o círculo de seus leitores para aumentar o valor de sua publicidade do que empregar sua influência na orientação da opinião pública [...]. Nos jornais mais lidos, os anúncios invadem até a primeira página: transbordam de todos os lados, o espaço deixado à redação é muito restrito e, nesse campo já diminuto, se esparramam diminutas notícias pessoais, disque-disques e fatos insignificantes; o acontecimento importante não é, em geral, convenientemente destacado, porque ao jornalista como ao povo, como ao ex-imperador, falta uma concepção nítida do valor relativo dos homens e das coisas; carecem eles de um critério, de um método. A imprensa em conjunto não procura orientar a opinião por um caminho bom ou mau; ela não é um guia, nem compreende sua função educativa; ela abandona o povo à sua ignorância e à sua apatia. Os dois maiores jornais brasileiros, o *Jornal do Commercio* e a *Gazeta de Notícias*, realizam excelentes negócios; têm tantos anúncios que, não lhes bastando a terceira e quarta páginas, dedicam-lhes um suplemento. O *Jornal do Commercio* é uma espécie de *Times* sem virilidade; é o *Times* sem os *leading articles*; um bom repertório de fatos, um conjunto útil de documentos. A *Gazeta de Notícias* é muito diferente; sua impassibilidade não consiste em registrar passivamente os acontecimentos; tem como redator-chefe o dr. Ferreira de Araújo e nisso está a sua força. (LECLERC, 1942, p. 161)

Max Leclerc, correspondente do diário republicano parisiense *Journal des Débats*, esteve no Rio de Janeiro entre dezembro de 1889 e janeiro de 1890 com o propósito imediato de escrever uma série de reportagens a respeito do cenário político e da vida brasileira na transição do Império para a República no Brasil. A visita ainda tinha um segundo objetivo: o de enviar relatórios detalhados à França “sobre as perspectivas econômicas francesas de investimentos no Brasil” (ABRÃO, 2012, p. S118).

Nessa perspectiva, a imprensa brasileira é descrita sob a pena estrangeira com ênfase na lógica mercantil que orientava a sua política editorial em detrimento de um suposto dever de formação de consciência política da população. Segundo o jornalista europeu, grande parte da responsabilidade de desconstruir a apatia do povo engendrada em grande medida pelas práticas alienantes do longo ex-imperador competia à mídia que, por sua vez, ciosa de sua sobrevivência, não desenvolve uma grande discussão sobre os temas da sociedade, mas desloca os holofotes para as suas seções comerciais.

Contudo, o final do excerto traz uma menção elogiosa a Ferreira de Araújo, redator-chefe da *Gazeta de Notícias*, jornal que se destaca em importantes frentes: pelo seu aspecto popular, sendo o primeiro a comercializar o exemplar avulso; pela variedade de seu grupo de colaboradores, composto por grandes literatos brasileiros e estrangeiros; além de desfrutar de

uma relativa independência em face do novo regime constituído. A dinâmica com a qual o jornalista carioca conduzia o seu periódico pode ter sido percebida como análoga à de grandes publicações francesas.

No Brasil do final do século XIX, contudo, o espaço em todos os jornais nos quais as reflexões sobre a ordem do dia são propostas de maneira mais aguda é o da crônica. O contraste existente entre a linguagem irônica e questionadora das colunas assinadas pelos cronistas, seja com seus verdadeiros nomes, seja ocultando-se através de pseudônimos; e o discurso com ares oficiais presente no corpo noticioso do jornal é deveras expressivo.

Esse conjunto de cronistas do período, dentre os quais se destaca Machado de Assis, constitui uma privilegiada leitura da cena narrativa hebdomadária do Rio de Janeiro do período. É possível, com isso, verificar o resultado textual do encontro do escritor-jornalista com o turvo retrato do mundo oferecido pelos periódicos.

O cronista de “A Semana” parece encontrar na sua prestigiada coluna da *Gazeta de Notícias* o espaço adequado para parodiar a maneira difusa da redação jornalística de seu tempo. Dito de outro modo, a percepção de que o jornalismo pátrio carece de critérios para a hierarquização dos acontecimentos a serem destacados nos periódicos — que Max Leclerc atribui a uma falta de “concepção nítida do valor relativo dos homens e das coisas” (1942, p. 161), constituindo certo vício de formação cultural da gente brasileira — é recuperada em Machado de Assis e lhe serve como método composicional de sua escrita.

Nesse diapasão, verificaremos episódios relevantes ocorridos a partir do segundo governo republicano, tomando como fio condutor “A Semana”, de Machado de Assis, enfatizando a sua estrutura metodicamente errante e dispersiva em paralelo com as crônicas de seus contemporâneos, mas que apresentava uma grande preocupação sobre o modo como os discursos se proliferavam na imprensa e na sociedade.

O colaborador de “A Semana” inicia a crônica de 18 de fevereiro de 1894 definindo o ofício do cronista como sendo o de “historiador de coisas leves”. O contexto é o da Revolta da Armada, que deixou o Rio de Janeiro sob tensão durante longos meses. O Brasil presidido por Floriano Peixoto era instável e explosivo, como também foi a natureza do ataque à redação de *O Tempo*, jornal florianista dirigido pelo jurista e deputado federal Frederico Borges, episódio ao qual o cronista alude em seu comentário.

No mesmo dia, os editores de *O Tempo* agradecem em sua primeira página pelo envio de todas as mensagens de solidariedade dirigidas à redação:

Continuamos a receber ontem honrosos e animadores parabéns pelo insucesso do infame atentado de que ia sendo vítima o pessoal do “O Tempo” na noite de 13 do corrente.

A todos agradecemos essa prova de apoio e solidariedade, que mais nos fortalece na nossa missão patriótica. (OT, 18 fev. 1894)

É um dia efervescente na imprensa do Rio de Janeiro. Na mesma edição da *Gazeta de Notícias*, a crônica machadiana é seguida por uma carta de Euclides da Cunha enviada à redação do jornal. Em coluna intitulada “A Dynamite”, o escritor e também oficial das forças armadas condenava a manifestação de um senador da República que, ao se solidarizar com *O Tempo*, admoestava o regime a retaliar as forças de oposição ao governo com igual violência, sugerindo a obtenção de informações junto a indivíduos já presos mediante práticas de tortura e a condenação à morte por fuzilamento. Esse é o ambiente em que o cronista escreve:

Há uma leva de broquéis, vulgo dynamite, que parece querer marcar este final de século. De toda a parte vieram esta semana notícias de explosões, e aqui mesmo houve tentativa de uma. Digam-me que paz de espírito pode ter um pobre historiador de coisas leves, para quem a pólvora devia ser, como os maus versos, o termo das cogitações destrutivas. Inventou-se, porém, maior resistência, e daí o maior ataque, naturalmente, a pólvora sem fumaça, o torpedo, a dynamite; mas, que diabo! basta-lhes a guerra, como necessidade que é da vida universal. A paz universal, esse belo sonho de almas pias e vadias, seria a dissolução final das coisas. Façamos guerra, mas fiquemos nela.

Talvez haja nisso um pouco de rabugem – e outro pouco de injustiça. A anarquia pode acabar sendo uma necessidade política e social, e o melhor dos governos humanos, aquele que dispensa os outros. Voltaremos ao paraíso terrestre, sem a serpente, e com todas as frutas. Adão e Eva dormirão as noites, passearão as tardes; Caim e Abel escreverão um jornal sem ortografia nem sintaxe, porque a anarquia social e política haverá sido precedida pela da língua. Antes do último ministro terá expirado o derradeiro gramático. Os adjetivos ganharão o resto de liberdade que lhes falta. Muitos que viviam atrelados a substantivos certos, não terão agora nenhum, e poderão descer a preposições, a artigos. (...) (GN, 18 fev. 1894)

Há, no primeiro parágrafo do texto, a referência a dois assuntos de grande repercussão no noticiário do início de 1894. Ainda assim, o cronista encontra espaço para um tema extemporâneo: a coletânea de poemas de Cruz e Souza, lançada no ano anterior. Temos armado o mecanismo de dispersão calculada de temas. Efetivamente, o cronista lamenta as explosões ocorridas na cidade do Rio de Janeiro na esteira dos eventos da Revolta da Armada, iniciada em 18 de fevereiro de 1893, bem como a sucessão de atentados à bomba perpetrados por militantes anarquistas ocorridos em profusão na França desde o início de 1892 contra as instituições burguesas, mas o “enxerto” de apreciação literária chama a atenção.

Na semana em que o cronista escreve, o Rio de Janeiro encontra-se em estado de sítio e às vésperas da eleição presidencial. Os jornais dão destaque às investidas da Armada, que têm como principais alvos as forças de defesa na capital republicana e em Niterói, estendendo seus

disparos às instalações de instituições apoiadoras do poder constituído, dentre elas, as de alguns periódicos fiéis ao regime do vice-presidente em exercício.

Discretamente, ladeando tais sucessos na seção “Telegramas”, eram também apresentados os desdobramentos dos ataques de grupos anarquistas na Europa, em cuja última mensagem a agência Havas destacava graves eventos ocorridos na França. A seguir, temos uma síntese da escalada de investidas contra figuras, instituições e estabelecimentos públicos:

O primeiro ato da série a provocar o clima de incerteza é o caso de Ravachol. Este, em março de 1892, torna-se responsável por duas explosões de dinamite em residências de autoridades judiciais. Ele é preso e confessa ter violado sepulturas, estrangulado uma velha e se apossado de seu dinheiro. Em dezembro de 1893 temos a explosão na Câmara dos Deputados, ato praticado por [Auguste] Vaillant. Em fevereiro de 1894, Émile Henry joga bomba no Café Terminus, localizado na Estação de Saint Lazare. (CARONE, 1995, p. 133-34)

Esse é o ambiente que compõe o chamado *fin de siècle* no mundo ocidental, para o qual olhava o homem de letras na capital da República. O cronista vê sua cidade absorvida por um conflito delicado entre distintas facções das forças armadas que pleiteavam o poder no plano local. A seu modo mambembe, o Brasil parecia refletir o espírito conflituoso do tempo.

Face aos acontecimentos, o cronista tematiza a dificuldade de oferecer ao leitor uma coluna mais arejada. Logo, destaca-se na reflexão inicial a aparente incompatibilidade entre o ofício da escrita no ambiente de uma cidade alvejada por tiros de canhões situada na periferia do mundo. A despeito das adversidades ou até mesmo por conta delas, o desafio que o escritor se propõe é o de efetuar a costura entre todos esses elementos que lhe saltam aos olhos.

Ao mobilizar na crônica as imagens de instrumentos de destruição como bombas e dinamite, o “historiador de coisas leves” mais uma vez lança mão de sua técnica estilística de convocar a percepção de alguns conceitos bem assentados no senso comum para, depois, reconstruí-los. Tal movimento pode ser flagrado a partir do emprego do advérbio “naturalmente” no primeiro parágrafo do texto, utilizado para sumarizar o desenvolvimento das tecnologias bélicas e também ironizar a poesia de seu colega das letras Cruz e Sousa.

Seu argumento consiste em posicionar em campos opostos a guerra, como “necessidade da vida universal”; e a paz, que de acordo com o cronista, seria “a dissolução final das coisas”. Essa proposição parece fazer eco à célebre alegoria desenvolvida por Quincas Borba no romance homônimo, publicado em 1891, acerca de duas tribos que se enfrentam à morte pelo direito de colher as batatas do campo¹⁰:

¹⁰ O romance foi originalmente publicado entre 15 de junho de 1886 e 15 de setembro de 1891 no quinzenário *A Estação*. Sua primeira edição em volume é de 1891, a segunda é de 1896 e a terceira, em 1899.

Daí o caráter conservador e benéfico da guerra. Supõe tu um campo de batatas e duas tribos famintas. As batatas apenas chegam para alimentar uma das tribos, que assim adquire forças para transpor a montanha e ir à outra vertente, onde há batatas em abundância; mas, se as duas tribos dividirem em paz as batatas do campo, não chegam a nutrir-se suficientemente e morrem de inanição. A paz, nesse caso, é a destruição; a guerra é a conservação. Uma das tribos extermina a outra e recolhe os despojos. Daí a alegria da vitória, os hinos, aclamações, recompensas públicas e todos os demais efeitos das ações bélicas. Se a guerra não fosse isso, tais demonstrações não chegariam a dar-se, pelo motivo real de que o homem só comemora e ama o que lhe é aprazível ou vantajoso, e pelo motivo racional de que nenhuma pessoa canoniza uma ação que virtualmente a destrói. Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas.¹¹ (QB, 1975, p. 114)

O Humanitismo, formulação pseudofilosófica desenvolvida por Quincas Borba, parece ser resultado de uma superinterpretação tresloucada do personagem a respeito das teorias científicas em voga no final do século XIX, sobretudo do evolucionismo e positivismo. No excerto, com ar professoral, Quincas desenvolve a tese de que a guerra é meio necessário de sobrevivência do mais forte, além de apresentá-la como instrumento de satisfação da fome de Humanitas, espécie de arquétipo de demiurgo na cosmologia sobre a qual a teoria se assenta. É diante dessa explicação que o ingênuo professor Rubião se defronta pela primeira vez com a fórmula retórica da qual lançará mão para dar sentido à série de eventos que o deslocam da realidade de humilde professor de província a herdeiro de enorme fortuna residente na Corte.

O cerne da teoria sugere a resignação dos desfavorecidos e a validação dos vencedores na arquitetura da sociedade. Assim, é possível entrever a presença dissimulada da instância autoral que discute, de maneira sofisticada, dentre muitos elementos, o esforço teórico de distintos campos de conhecimento que, em última análise, convergem para a manutenção do *status quo*. As duas passagens — a da crônica e a do romance — apresentam em comum a afirmação da guerra como ponto incontornável da civilização. Ora, ao longo da história é verificável a ocorrência de conflitos armados, o que em tese justificaria um certo conformismo por parte do cronista ou, ao menos, resignada aceitação do fenômeno. Contudo, o que ocorre nos trechos é uma extrapolação desse olhar na tentativa de apresentar os benefícios decorrentes do belicismo.

No texto de 1894 temos, de um lado, o cronista recuperando a dicção empregada na construção de seu personagem Quincas Borba para estabelecer um olhar irônico, quase cínico, para a situação caótica em que se encontra o Rio de Janeiro, às vésperas do pleito que definiria o próximo presidente da república. Em outra perspectiva, há o estabelecimento de uma relação

¹¹ O capítulo VI, de onde é extraída essa citação, é encontrado apenas nas publicações em livro.

direta entre a luta armada e a ideologia política anarquista, sobre a qual Machado de Assis lança um olhar bastante negativo.

Equilibrando-se entre as pautas nacional e internacional, o cronista recupera uma referência do catálogo literário do ano anterior, mas que ainda ocupava certo espaço na discussão intelectual: *Broquéis*, de Cruz e Sousa. Simbolicamente, essa espécie de escudo resguarda a crônica do trato direto dos candidatos, das campanhas políticas, dos debates estabelecidos na seção “A pedidos”, das reivindicações anarquistas na Europa e dos atentados. É conveniente que essa aparente fuga do assunto se dê por uma via em que o cronista confortavelmente circula: a literatura nacional.

Nesse sentido, Machado de Assis se insere em uma discussão interessante do período, que tinha como cerne a qualidade literária do poeta simbolista Cruz e Sousa. É sabido que o poeta encontrava boa recepção na juventude que acompanhava as novidades literárias vindas sobretudo da França, porém nomes respeitados como Araripe Jr. e Artur Azevedo manifestaram resistência aos versos ditos decadentistas do poeta sulista. Sob o pseudônimo de Cosimo, Azevedo faz sua apreciação de *Broquéis* na coluna “Livros novos”, do próprio semanário que dirige. Destacamos do texto o trecho final:

Reunidos em livro e lidos de uma assentada, como eu os li, os *Broquéis* são incontestavelmente monótonos, porque só ferem uma corda e têm todos a mesma forma endecassílabo; lidos isoladamente, produzirão outro e melhor efeito. Julgue o leitor por si; escolho um soneto ao acaso: (*OA*, Ano 1, v. 38, set. 1893, p. 303)

O autor transcreve o soneto “Primeira Comunhão”¹², vigésimo quarto poema da obra, farto em descrições de imagens associadas a claridade e pureza.

¹² Primeira comunhão

Grinaldas e véus brancos, véus de neve,
Véus e grinaldas purificadores,
Vão as Flores carnavais, as alvas Flores
Do Sentimento delicado e leve.

Um luar de pudor, sereno e breve,
De ignotos e de prônubos pudores,
Erra nos pulcros virginais brancos
Por onde o Amor parábolos descreve...

Luzes claras e augustas, luzes claras
Douram dos templos as sagradas aras,
Na comunhão das níveas hóstias frias...

Quando seios pubentes estremecem,
Silfos de sonhos de volúpia crescem,
Ondulantes, em formas alvadias...

Sobre ele, a única consideração que faz é: “Não entenderam? Nem eu. Mas faz bem ao ouvido, não acham? Contanto que não se leia outro do mesmo gênero logo em seguida” (OA, Ano 1, n. 38, set. 1893, p. 303).

Explicita-se o desinteresse do resenhista pela obra de Cruz e Sousa, além de ficar marcado o gesto de recusa à análise efetiva do livro que apresenta jocosamente aos leitores de sua coluna. O resenhista desprestigia toda a obra apresentando como único e grande defeito justamente o projeto original do autor: publicar um livro de sonetos. No limite, a própria existência da obra é questionada.

Cinco meses após a publicação da coluna de Artur Azevedo, a crônica de “A Semana” permite entrever que as reservas feitas aos poemas de *Broquéis* também eram partilhadas por Machado de Assis. Assim como condenava a nova corrente política que ganhava corpo na Europa do fim do século XIX, o cronista parecia desconfiar das inovações simbolistas, classificadas por ele como “anárquicas”, sobretudo ao contrastá-las com a disciplina e o rigor da maneira parnasiana. Certo purismo linguístico é demonstrado em: “Caim e Abel escreverão um jornal sem ortografia nem sintaxe, porque a anarquia social e política haverá sido precedida pela da língua. Antes do último ministro terá expirado o derradeiro gramático” (GN, 18 fev. 1894).

A ressalva machadiana adere parcialmente a certa corrente crítica de sua época que toma a linguagem no seu sentido representativo mais estrito, de perspectiva realista. É o que sugere José Veríssimo na sua crítica mordaz à obra de Cruz e Sousa: “Os seus sonetos, senão lhes vamos mais fundo que ao sentimento literal, não significam coisa alguma (...) Constam apenas de palavras gramaticalmente arrumadas, sem sentido apreciável, ou tão escuro ou sublimado que escapa às compreensões miseráveis como a minha” (VERÍSSIMO, 1978, p. 228).

José Veríssimo, contudo, desliza sua análise para especulações de natureza pessoal que comprometem sobremaneira a sua apreciação do texto: “[Seus versos] têm a monotonia barulhenta do tam-tam africano. O homem que os fez devia ser extremamente sensível às grandes sonoridades ruidosas. Seu ouvido não seria feito para a música de câmara (...)” (VERÍSSIMO, 1978, p. 229).

Machado de Assis não evoca elementos dessa ordem em sua análise. Em regra, avesso a polêmicas, o cronista se ocupa de baixar o tom da crítica atribuindo sua aversão ao simbolismo à rabugem, à injustiça ou à estação climática. Paradoxalmente, o que se apresenta em seguida é a figuração de um universo cujo centro de força se estabelece pelo abandono das convenções.

Com isso, se com uma mão, supostamente, o cronista estende a bandeira branca aos dois “ismos”, com a outra ele denuncia o caos advindo da “anarquia social e política” (*GN*, 18 fev. 1894), a ser precedido pelo que julga ser os ditames da nova corrente literária que ganha corpo no Brasil.

Assim se apresenta a lógica do absurdo machadiano. É próprio do mister do escritor a conjugação de temas aparentemente distintos. Nesse diapasão, o tratamento que o cronista oferece a eles conduz o leitor em uma teia argumentativa surpreendentemente improvável. Mitologia bíblica, política representativa, aspectos lexicais e considerações sobre a temperatura da cidade coadunam-se numa estrutura quase tão anárquica quanto aquela denunciada pelo cronista. As transições harmoniosas de um assunto a outro, entretanto, iluminam o raciocínio sugerido, possibilitando o estabelecimento de relações de continuidade entre um tópico e outro, resultando em um texto de alta potência significativa.

A crônica parece tratar da inexorabilidade dos ciclos, especialmente porque o cronista se vê às voltas com mais um período de conflito suplantando um curto momento de paz, potencializado pelas idiossincrasias do processo político-eleitoral brasileiro — afinal, o Rio de Janeiro está às vésperas das eleições.

A crônica não apresenta conceitos em competição como guerra e paz. Ao contrário, sugere sua complementaridade; por exemplo, à medida que os instrumentos de defesa são fortalecidos, mais sofisticadas são as tecnologias de agressão. Daqui podemos desenvolver mais minuciosamente a descrição de relevante procedimento machadiano, que consiste em praticar deliberadamente o argumento disparatado, exasperando os questionamentos do leitor.

Desse modo, é possível expor as vísceras dos acontecimentos, ampliar as possibilidades de interpretação dos eventos dados a conhecer ao leitor ou fazê-lo refletir sobre a construção do pensamento hegemônico. Afinal, nada melhor para expor o absurdo de uma determinada visão de mundo do que reafirmá-la categoricamente.

Nessa perspectiva, a camada mais aparente do texto sugere que as únicas contribuições que o cronista poderia fazer seriam a de especular a respeito das consequências de uma estrutura linguística que prescindia das suas regras gramaticais mais elementares — o que explicaria as ressalvas feitas às incursões literárias de Cruz e Sousa — e partilhar com o leitor em tom confessional os dissabores de sua vida no verão da capital.

Há de ser rabugem, creio. Acordei hoje mal disposto. Sei que nada tendes com disposições más nem boas, quereis a obrigação cumprida, e, se estou doente, que me meta na cama. Que me meta na cova, se estou morto. Não, a cova há de ser quente como trinta mil diabos. A terra fria que tem de me comer os ossos, segundo a fórmula, não será tão fria, neste tempo em que tudo arde. Lá mesmo o verão me

flagelará com o seu açoite de chamas. Certo, este final de semana é menos quente que os primeiros dias, graças à chuva de quinta-feira; mas esse dia enganou-me. Pelo ar brusco, pela carga de nuvens, tive esperanças de mais oito de grandes águas, e não vieram grandes nem pequenas. Eis aí explicada a minha rabugem. (...) (GN, 18 fev. 1894)

O cronista figura a imagem de um leitor pragmático, desinteressado no processo composicional da crônica e nos humores do cronista, embora seja efetivamente a alta margem de subjetividade e o aspecto altamente pessoal que caracteriza o gênero. Consciente dessa permissão tácita para a divagação, o cronista dedica-se a reflexões pessoais a respeito dos efeitos do clima, até que, despretensiosamente, amplia seu olhar para considerações éticas, como a percepção de justiça que subjaz a construção de regras — o que imediatamente remete o leitor para alguns dos assuntos já anunciados por Machado de Assis: o anarquismo político e a nova corrente literária.

Ao explorar a metafísica, especulando sobre as calamidades das quais padeceriam até os mortos, o cronista aprofunda a sua reflexão, sugerindo que os ciclos de sofrimento seriam infinitos e que não haveria descanso dos padecimentos da vida sequer para aqueles que a deixaram. Nesse sentido, seu olhar que parecia resignado se inclina para o lúgubre, mas antes que isso venha a ser demonstrado quase graficamente, emulando a forma de um epitáfio, há espaço para que o cronista se queixe da falta de uso do espaço público para a promoção de pautas das candidaturas às vésperas da eleição que definiria o próximo presidente da República.

Podemos verificar que o ambiente bélico e, de certa maneira, o contexto geopolítico mais amplo empresta à crônica ares melancólicos, mas não inviabiliza definitivamente a tarefa do cronista. Contudo, esta precisa mobilizar recursos de seu ferramental estilístico e retórico na produção de sua coluna que fazem da leitura desse texto um exercício de alta complexidade. Afinal, parece claro que o texto ora apresentado não se presta apenas a abrir os trabalhos da *Gazeta de Notícias* na edição nobre do domingo.

Como sabemos, o cronista de “A Semana” integra um grupo de escritores-jornalistas que, cada qual ao seu modo, são responsáveis por promover ao mesmo tempo uma leitura mais panorâmica do noticiário e oferecer ao leitor um refúgio das áridas páginas dos jornais. Nesse início de 1894, Machado de Assis exuberou seu já reconhecido estilo dispersivo, que passa a se configurar como método composicional. A melancolia da crônica se soma com a aversão à polêmica, resultando em um texto mais plangente do que combativo. Essa é a solução encontrada pelo autor de *Quincas Borba* para a apreciação do cenário em que se insere, mas há outras.

Especialmente nesse período delicado de altercação política, o elemento que se apresenta como determinante para o estabelecimento da linha editorial de cada periódico é a sua posição em face do regime de Floriano Peixoto. Como vimos, a *Gazeta de Notícias* tivera suas atividades suspensas no final de 1893 por ter desagradado o poder constituído. Estas eram intensamente vigiadas pelo governo, sobretudo porque Ferreira de Araújo, a despeito de declarar imparcialidade jornalística, emprestava a seu periódico a reputação de “quase criptomonarquista” (GLEDSON, 2018, p. 16).

Esse posicionamento editorial era tido por seus detratores como paradoxalmente anacrônico, dada a sua posição de vanguarda no jornalismo pátrio, destacada pelo desenvolvimento do conceito de imprensa-empresa a partir da sua fundação em 1875, que consistia em um modelo de sustentabilidade econômica ancorado na venda de anúncios e na comercialização de exemplares avulsos em praças de grande circulação; além do desenvolvimento de chamarizes para as suas páginas por meio do destaque de seções literárias, conduzidas por grandes literatos da língua portuguesa.

No campo das ideias, a *Gazeta* também integra a linha de frente no desenvolvimento de uma noção de profissionalização da imprensa, livre de preferências no campo pessoal:

Colocando-se como intermediários possíveis entre o público e a sociedade política, através de textos pretensamente imparciais, objetivos e neutros, os jornais criaram uma autoidentidade peculiar para afirmar cada vez mais como o lugar da verdade. Ao se construírem como intermediários entre o público e a sociedade política, aumentavam ainda mais o seu poder de dominação e participavam do jogo de poder que atingia todas as esferas da vida quotidiana. (BARBOSA, 2010, p. 98)

Não obstante, seria compreensível que um veículo de imprensa com características avançadas para a época se filiasse às ideias republicanas — bastante populares no contexto geopolítico ocidental da época. Discretamente, entre 1888 e 1889, a *Gazeta* ensaiou um movimento nesse sentido, abrindo espaço para articulistas com explícita inclinação republicana, como Silva Jardim, e declarando admiração pela postura moralmente digna dos militares em relação aos antigos detentores do poder na transição do Império para a República, mas não foi muito além disso. Nos anos 90, sua recusa em integrar o coro das vozes florianistas a deixava em posição delicada.

Do outro lado do espectro político, *O Paiz* é um periódico igualmente relevante, com número de leitores similar ao da *Gazeta de Notícias*, mas que prescinde da pretensão de neutralidade. O periódico editado por Quintino Bocaiuva e lançado em 1884, é um exemplo de jornal fiel ao regime republicano na forma florianista, assim como *O Tempo*, criado em 1891.

Na crise militar, deflagrada entre 1893 e 1894, o periódico insuflava diariamente a população contra os amotinados da Armada, condenando suas intenções e seus métodos. Marcello, o cronista das segundas-feiras e provável pseudônimo de Alcindo Guanabara, tem uma inserção bastante relevante na discussão pública do período.

No dia seguinte à publicação da crônica de Machado de Assis, o cronista consigna nas “Notas da Semana”:

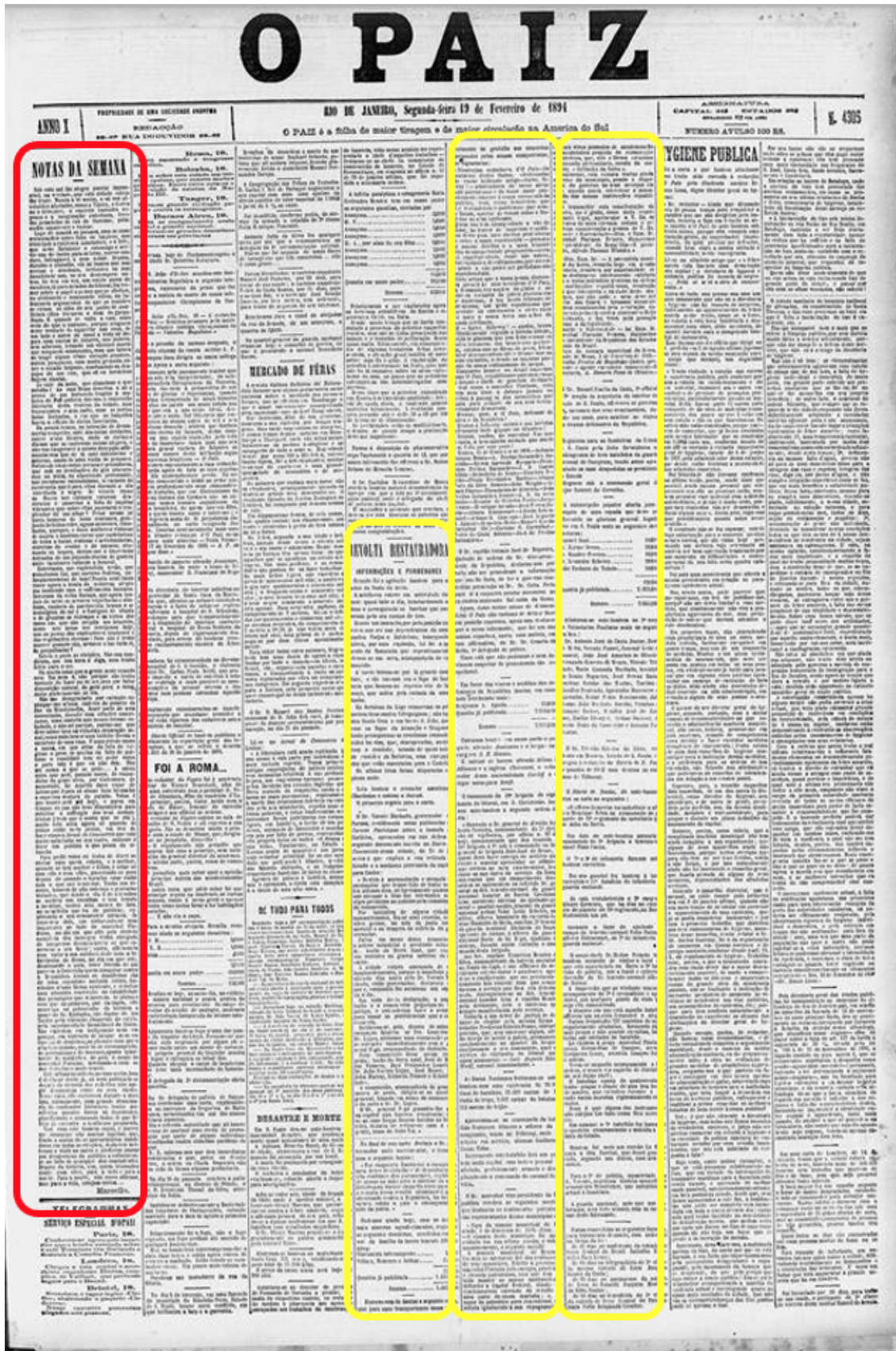
Sob este sol tão alegre parece impossível, na verdade, que esta cidade esteja tão triste. Nunca a vi assim, e só nos arrabaldes afastados, como a Tijuca, a Gávea ou o Silvestre, o espírito encontra repouso e a imaginação entediada, livre dos pesadelos da Rua do Ouvidor, pode enfim espairecer e vadiar. (...)

De vez em vez, um estalo seco de carabina, lá para os lados do litoral, faz tremer sobre o papel a pena que se afadiga, ou alinhando ou somando cifras, ou rabiscando argumentos de que os canhões se ririam se além do seu poder de morticínio eles tivessem o dom da gargalhada. E quando se volta a casa, mais cedo do que o costume, porque ninguém sente vontade de tagarelar nas ruas de um lado e outro do bonde a vista só depara com carros de enterro, uns pobres, sem adornos, levando um obscuro morto que ninguém acompanha, mas que talvez ao longe algum triste coração pranteie, outros pomposos, com muita grinalda sobre o caixão fulgente, conduzindo os despojos de um rico, que só os herdeiros fingem chorar. (...) (OP, 19 fev.1894)

O cronista de *O Paiz* também faz referência ao ambiente bélico da cidade e à desolação que segue às explosões ocorridas nos últimos dias. A primeira imagem marca o contraste entre a alegria sugerida pelo raiar do sol e os efeitos produzidos pelos tiros disparados pela Armada. Observa-se que essa é a grande pauta do período, e o tom adotado para o tratamento do tema revela um posicionamento de condenação à revolta. As inclinações do jornal estimulam o cronista a realizar manifestações incisivas em defesa do *status quo*, contudo, ao considerar que três colunas da primeira página do periódico, na rubrica “Revolta restauradora”, já eram dedicadas diretamente a esse propósito, seria mister inserir o tema com originalidade.

A exemplo do cronista de “A Semana”, Marcello produz um exercício metanarrativo, incorporando figurativamente os efeitos das explosões no processo de escrita. A alegoria dos canhões que ririam dos efeitos da sua destruição sugere a faceta perversa da guerra a ser revelada por aquele que registra o tempo, ou seja, o cronista.

Figura 7 — Frontispício de OP, de 19 fev. 1894, com ênfase nas rubricas “Notas da Semana” e “Revolta Restauradora”



Seu testemunho segue dando ênfase às imagens lúgubres, descrevendo a paisagem das ruas modificadas pela profusão de cortejos fúnebres provenientes de distintas camadas sociais. Daí se observa a tentativa de construção de um imperativo coletivo: os males causados pela guerra não fazem distinção de classes, portanto haveria a necessidade de todos se posicionarem contra ela e, por consequência, a opinião pública teria o dever de enxergar como inimigos da paz pública os marinheiros revoltosos.

Há também a elaboração de determinado contraste entre os bairros menos populosos do Rio de Janeiro e o centro nervoso da cidade, este representado na crônica pela Rua do Ouvidor, lugar onde se discutiam questões de toda ordem e por onde fundamentalmente as notícias circulavam de boca em boca. Nesse sentido, comunica-se um desejo de não tomar pé das desoladoras informações, a despeito de ser, ele, o cronista, colaborador de uma das principais formas de comunicação da sociedade da época.

Marcello parece captar o mesmo ambiente de melancolia que permeia a crônica de seu colega da *Gazeta de Notícias*. Ao modo livre da crônica, opta pela evasão, conduzindo o leitor para os ambientes afastados da cidade, distantes do conflito que o ameaça e que o jornal faz crer que se aproxima cada vez mais da porta de sua casa. Dessa forma, oferece um oásis de serenidade nas áridas páginas do jornal em que escreve.

Um elemento fundamental do gênero partilhado em maior ou menor grau pelos escritores no período em estudo é a construção da conversa trivial. Ainda que os fatos a serem comentados sejam graves, é fundamental que se desenvolva a abertura de um canal de comunicação com o público que estabeleça um pacto de leitura baseado na proximidade. O tom da suposta conversa precisa ser oscilante, em que os elementos graves sejam pontuados por colocações de natureza mais corriqueira. Tanto na crônica de Machado de Assis como na de Marcello verifica-se o apelo ao clima para cumprir essa função.

Nas “Notas da semana”, o cronista insiste em falar sobre as suscitações do verão, a exemplo do que havia feito no início da coluna e, a exemplo do cronista de “A Semana”, faz disso matéria para uma reflexão um pouco mais apurada sobre a vida. Diferentemente, porém, de Machado de Assis, não se queixa dos incômodos causados pelos “estos do verão”, mas ressentido de não poder desfrutá-los, como seria o natural:

Entretanto, que esplêndido verão, que suntuosa luz, que auroras festivas, que languescências de luar! Nunca senti tanto como agora a ironia da natureza alegre em contraste com o sofrimento humano. Invernos da velha Europa, que agora toucais de neve as árvores esgalhadas e abatidas, encheis de pardacenta bruma o ar nostálgico do sol e o fustigais de chuva e de granizo as vidraças e os tetos das casas em que não crepita um braseiro, como nós todos vos invejamos hoje, nós os povos dos esplendores

tropicais e das vegetações eternas! Pois não é triste morrer quando céu, árvores e luz tudo ri, às gargalhadas? (*OP*, 19 fev. 1894)

Ao contrário do cronista de “A Semana”, Marcello parece ter um apreço pela estação, sobretudo pelo modo como ela inspira a alegria através das diferentes luzes do sol, do luar e da aurora. Ressente-se, entretanto, evocando o inverno europeu, que em um cenário tão propício para a vida, a morte pareça ser o destino da população da capital da República. Melhor seria, segundo ele, se a natureza não sorrisse enquanto os homens padecem.

Ainda evocando imagens do entorno, as gargalhadas da natureza fazem coro àquelas outras (perversas) dos canhões que subjugam o Rio de Janeiro. Embora Marcello produza uma crônica orientada fundamentalmente pela tristeza, o riso é evocado ao longo do texto, produzindo o contraste entre o aparente beco sem saída em que se encontra a cidade e o potencial de alegria do qual naturalmente ela é dotada. Verifica-se nessa crônica que o autor valoriza a construção de imagens poéticas para dar contornos pungentes ao cenário de calamidade que assola a cidade e abala seu espírito.

Há, contudo, o elemento mais objetivo da semana que não pode ser deixado de lado na coluna: a eleição. O pleito marcado para o primeiro dia de março é importante na medida em que ele contemplaria as votações de escolha do presidente, vice-presidente e representantes da câmara e do senado. A vitória de Prudente de Moraes para o posto de presidente da República já era dada como certa, o que não diminuiria o aspecto simbólico do acontecimento. Não obstante, a característica do processo que o cronista examina na continuação do texto é a falta de iniciativa de personagens influentes na opinião pública para discutir suas inclinações políticas:

Batem à porta as eleições. Não sou candidato, em boa hora o diga, nem tenho feitio para o ser.

(...) Não me desagradaria por exemplo repimpar-me numa cadeira do palácio da rua da Misericórdia, fazer parte de uma comissão, discutir com citações americanas, uma matéria que nunca tivesse estudado, e não sei por quê, parece-me que deve saber bem na vida essa decoração social, como sabe bem numa *toilette* fresca o escarlate de uma rosa. (...)

Votos é que nunca pedi até hoje, e quem em tempos de paz não teve disposições para solicitar o sufrágio dos seus compatriotas (creio que é assim que se diz), muito tolo seria agora se quando as coisas estão meio pretas, em vez de fazer como o *Jornal do Commercio* que está muito caladinho no seu canto, andasse a dizer em público o que pensa da situação.

Para pedir votos eu tinha de dizer ao eleitor com quem estava, e o melhor, quando se tem mulher e filhos, é estar só com ela e com eles, guardando-se para depois de ter passado o barulho estar então com o que sair vencedor. Tenho um vizinho, homem de alta sabença e provadas virtudes, que desde o dia 6 de setembro se meteu nas encolhas e tem levado a meditar, nestes seis meses de luta, no manifesto que há de publicar, explicando o seu censurável silêncio. Já escreveu dois, um colocando-se com impavidez ao lado do marechal Floriano, no dia em que ele pela derrota completa dos

inimigos tenha abrigado de surpresas desagradáveis os que escrevem a seu favor: outro, afirmando com valor a sua solidariedade com o Sr. Saldanha da Gama, no dia em que este, dominando o país, tiver livrado de um passeio à correção quem conspirar contra a República. Ambos os manifestos são de uma espantosa audácia cívica, burilados numa forma opulenta, e revelam uma absoluta convicção na estabilidade dos princípios que vencerem (...)

Vou com este homem sagaz, e parece que comigo vão muitos sujeitos, que, tendo a mania de se apresentarem candidatos em todas as eleições, desta vez meteram a viola no saco e preferem passar por desgostosos da política a colocarem-se ao lado de qualquer dos combatentes. Depois da vitória, sim, quem triunfar conte com eles, para a vida e para a morte. Para a morte, não posso afirmar, mas para a vida, estejam certos. (OP, 19 fev.1894)

O trecho é marcado por uma sucessão de negativas. Desde o anúncio das eleições até a provocação ao *Jornal do Commercio*, verifica-se a repetição do advérbio “não” por seis vezes, três vezes a ocorrência da conjunção “nem”, além do duplo emprego do advérbio “nunca”. O cronista, pela reiteração da sua recusa do exercício da política institucional, parece jactar-se de também nunca ter desfrutado das inegáveis vantagens auferidas pelos representantes políticos.

Além disso, busca recuperar a imagem de sua posição historicamente mais comedida para compará-la com a daqueles que parecem adotá-la pela contingência da ocasião, afinal seria conveniente abster-se do debate público em função dos tempos de crise institucional e de guerra civil deflagrada.

Nesse sentido, esse texto carrega posicionamento político incisivo, ao contrário do escrito por Machado de Assis no dia anterior. A ironia é explícita no que tange à crítica a determinados setores da sociedade que tomam o cuidado de não se posicionar de maneira veemente a respeito dos desdobramentos da Revolta da Armada, o que parece contrariar o cronista de *O Paiz* — periódico republicano.

O *Jornal do Commercio* é nominalmente apontado como veículo subserviente a qualquer poder instaurado, oferecendo-se como espécie de diário extraoficial do regime da vez. Do seu lugar de folha de tradição do Rio de Janeiro, abster-se de marcar posição em face do conflito que, para o cronista, consiste em tentativa de usurpação do governo constitucionalmente estabelecido, afigurar-se-ia como um acovardamento do órgão de imprensa.

Em determinada medida, seria possível admitir que a própria crônica machadiana pudesse estar inserida no conjunto de manifestações públicas consideradas politicamente anódinas por Marcello, ainda que fosse de conhecimento público o temperamento avesso a embates e polêmicas do colaborador da *Gazeta de Notícias*, bem como a posição de relativa independência que ostenta seu editor.

Inobstante o efetivo engajamento verificável nas “Notas da semana”, seu texto está distante de ser um mero objeto panfletário. Ao contrário, a agudeza partidária se verifica *pari passu* com seu desembaraçado procedimento de construção, em que se destaca o azado artifício da fabulação. É recorrente nas crônicas de Marcello a construção de personagens que simbolizam determinada característica que se queira depurar.

No caso específico, o mencionado vizinho do cronista, “homem de alta sabinça e provadas virtudes” que se encontra recolhido desde o início do conflito em setembro de 1893, é tomado como símbolo das figuras públicas pusilânimes que proliferavam no debate público e oportunamente aguardavam o deslinde da peleja entre as forças militares de terra e de mar para se alinharem imediatamente ao lado do grupo triunfante.

Ao declarar se identificar com esse “homem sagaz”, Marcello ironiza-o e questiona a sua integridade. Com isso, de maneira clara, constrói o arquétipo do adesista de ocasião, para quem as próprias convicções ideológicas se adaptam às conveniências do momento. A consequência do estratégico recolhimento dessa figura seria a do esvaziamento da opinião pública no momento em que o debate político deveria ser estimulado, restando à sociedade um grande vácuo de ideias.

O cronista de *O Paiz* desenvolve os assuntos de maneira progressiva até chegar ao que parece orientar de fato o seu esforço de análise. Em síntese, a posição dúbia e reticente de grande parte da sociedade em tomar um lado por medo das consequências de revelar as suas inclinações. Salientemos que o próprio Machado de Assis realiza essa queixa de maneira bem menos velada no final da sua crônica do dia anterior, ainda que estivesse em posição bastante mais delicada que a de seu colega declaradamente florianista.

Retornando à crônica de “A Semana”, o narrador enfrenta, de maneira bem mais direta, o tema das eleições. Já limitado pelo pouco que lhe resta da coluna, realiza um breve sumário do que enxerga da campanha até aquele momento:

Antes dos legisladores, vêm as eleições, que chegam ainda antes do equinócio. Vêm com os idos de março. Há já candidatos, mas não se sabe ainda quais os candidatos recomendados pelos chefes. Aparecem nomes nos A pedidos, à maneira da terra; mas o ato é tão solene e a ocasião tão grave, que podíamos mudar de processo. Que os chefes digam, que os jornais repitam o que disserem os chefes, para que os eleitores saibam o que devem fazer; sem o que é provável que não façam nada... Deus de misericórdia! Creio que estou ainda mais lúgubre que no princípio; tornemos à morte, às febres, à dinamite; tornemos aos cemitérios, aos epitáfios:

AQUI JAZ
UMA CRÔNICA DA SEMANA
TRISTÍSSIMA,
BREVÍSSIMA.

ORAI POR ELA!
(GN, 18 fev.1894)

No último parágrafo regular do texto, o cronista trata diretamente da campanha eleitoral, apontando para o subaproveitamento do potencial da imprensa na proposição de candidaturas. Esse movimento se verifica no modo de realizar a campanha “à maneira da terra”, que consiste na troca de acusações e ataques nas seções “A pedidos”, sem que qualquer conteúdo programático seja discutido. O cronista também chama a atenção para a verticalização do processo eleitoral, no qual o eleitor parece estar ainda sob a tutela imperial, esperando ter a sua atitude determinada por indivíduos hierarquicamente superiores, denominados apenas por “chefes”.

Nesse sentido, o cronista parece estar de acordo com a interpretação de Max Leclerc (*op. cit.*, p. 161) sobre a deficiente concepção de espírito público predominante entre a população brasileira e que, por extensão, entranhou-se nas instituições. Tais apontamentos podem indicar, na crônica, a percepção bastante apurada de que o povo não seria protagonista dos destinos do país — ao contrário, continuaria subordinado a uma elite dirigente que apenas substituiria as insígnias do Império pelas da República.

Diante da constatação da ineficácia do modelo de discussão política que se verifica diariamente na rubrica “A pedidos”, o cronista expõe o suposto desejo oculto dos grupos dirigentes da República: o de instrumentalizar os canais da opinião pública em função de seus propósitos autoritários. Assim, no lugar da submissão das propostas dos candidatos ao escrutínio dos eleitores, os jornais apenas transmitiriam ao povo as determinações de votos das lideranças partidárias, sem esperar qualquer postura crítica da população.

Nesse diapasão, o cronista denuncia a letargia que verifica na sociedade, cujos membros apenas estariam habituados a seguir determinações de maneira acrítica. Seria preciso que lhes dessem uma ordem, indicar um rumo obrigatório, “sem o que é provável que não façam nada”. Assim, a crônica se desloca do tom melancólico e passa ao da crítica aguda. Depreende-se desse registro uma posição de estupefação diante da apatia social, como se as discussões efervescentes na seção “A pedidos” não encontrassem ressonância nas ruas. Por fim, o cronista avalia que tratar da guerra é ainda menos mórbido do que falar das eleições. Trata-se da última transição que constrói e encaminha para o final disruptivo do texto.

O encerramento da crônica se dá emulando o conteúdo de um epitáfio. O registro lúgubre recupera a atmosfera melancólica que marca a escrita do texto, além de sugerir uma

certa resignação do colunista diante do absurdo do cotidiano e do reconhecimento da impossibilidade de extrair elementos pitorescos da matéria trazida pelas folhas diárias.

Nele temos a presença graficamente destacada do superlativo absoluto sintético em “tristíssima”, “brevíssima”, marcando o tom do desamparo com que se apresenta o texto. Mais do que apenas finalizada como poderia ser num dia comum, a crônica é morta. A intervenção do cronista no espaço público, que poderia ser mais desenvolvida, é interrompida pela morte que invade a cidade e que impede, para além da limitação do espaço na primeira coluna do jornal, a crônica de prosseguir.

A crônica de Marcello, publicada um dia depois, parece dialogar muito de perto com a de Machado de Assis, diferenciando-se dela na medida em que carrega a especificidade de avançar sobre o tema da política de forma mais partidarizada que a do escritor da *Gazeta*. Ora, Alcindo Guanabara era inegavelmente republicano. Ainda assim, é possível especular que muito provavelmente o colaborador de *O Paiz* tenha como referência de leitura a consagrada coluna de domingo.

Muitos dos recursos expressivos que o narrador Marcello utiliza nessa crônica são bastante reconhecíveis pelos leitores machadianos, como os relatos de diálogos entabulados ou presenciados por ele mesmo que ilustram determinadas teses sobre os assuntos em análise; além da construção recorrente de arquétipos; bem como uma certa tendência ao escapismo. O que se observa, com isso, é que determinadas semelhanças entre as crônicas se devem mais a um determinado *modus operandi* do gênero que ganha contornos bem estabelecidos no período do que propriamente com aproximações entre os escritores.

No caso de Machado de Assis, a depuração desses procedimentos serve à construção de grande efeito expressivo também na obra ficcional. O romance *Esau e Jacó*, de 1904, cujo ponto nevrálgico de ação se dá no contexto do golpe republicano em novembro de 1889, apresenta os memoriosos capítulos 49, 61 e 62¹³, nos quais a descrição dos eventos históricos se converte em pano de fundo para a narração das angústias do confeitiro Custódio, que se vê às voltas com a reforma da tabuleta de identificação do seu estabelecimento no cenário da troca de regime de governo.

À certa altura, o pequeno comerciante, amedrontado pela expectativa de conflitos na cidade e sem conseguir antever o deslinde da disputa pelo poder, busca o conselho do conselheiro Aires a respeito da atitude mais prudente a tomar em seu estabelecimento

¹³ Respectivamente intitulados, “Tabuleta velha”, “Pare no D.” e “Tabuleta nova”.

comercial: manter o tradicional nome “Confeitaria do Império” ou substituí-lo por um mais identificado com os novos tempos.

Parcimonioso, Aires sugere algumas soluções intermediárias, como “Confeitaria do Governo”, “Confeitaria do Império das Leis”, “Confeitaria do Catete”, até encontrar a simples solução: “Confeitaria do Custódio”. No calor da hora, como nenhum nome parece plenamente adequado para garantir a incolumidade de sua casa comercial e a dispensa de uma futura pintura, o confeitoiro decide aguardar o esfriamento da questão política.

Dessa maneira, a escrita de Machado de Assis se compõe de um intercâmbio de modos e técnicas que habitam todos os gêneros de escrita aos quais o autor se dedica. Dito de outro modo, não apenas a crônica se apresenta como prática diária de escrita que oferece formas ao romancista, mas também a mão do ficcionista amplifica o potencial expressivo da crônica.

Não obstante, considerando o contexto no qual Machado de Assis produz a sua série, as repercussões de cada rubrica de crônicas nos periódicos se fazem ver nas colunas de outros escritores-jornalistas. Essa porosidade ultrapassa a produção de cada escritor, estendendo-se para um diálogo, velado ou explícito, entre os cronistas. Tal movimento é decisivo na consolidação do gênero tal qual se desenvolve na imprensa da capital da República.

Para dar substrato a essa hipótese, é interessante analisar como os mesmos temas ganham desdobramentos em periódicos e colaboradores distintos. No mesmo período em que os cronistas de “A Semana” e das “Notas da semana” se dedicam às questões eleitorais, a coluna de G.B., exclusivamente dedicada ao tema, adota um tom muito parecido com o da crônica de variedades, de seus colegas.

No texto publicado em 23 de fevereiro do *Diário de Notícias*, que integra a curta série “Teatro Político”¹⁴, os temas destacados do momento são assim tratados:

Estamos a 23 de fevereiro, se não erra o calendário. De 23 a 28 vão cinco dias. Tanto vale dizer que daqui a cinco dias o mês acaba e o martírio dos senhores candidatos principia, nas comoções violentas de uma véspera de eleição. E principia – está bem empregado o verbo – porque não se pode dizer com verdade que os mesmos senhores candidatos estejam passando agora alguns bocados maus; muito ao contrário, este de agora é o período róseo em que as suas esperanças florescem. Ai do homem que não tem esperanças – se é que há algum que não as tenha, o condenado à morte inclusive. Quem não sabe afinal, com dois dedos de experiência do mundo que o melhor da festa é esperar por ela? Esperar é a vida. Quem espera sempre alcança, diz ainda o provérbio consolador. Os pretendentes ao congresso agora, até 1 de março, contam alcançar o que esperam. Deixai-os agora que são felizes. Quantos daqui a seis dias não reconhecerão mais verdade naquele outro anexo frio e triste: quem espera desespera?

¹⁴ A série teve a duração de dois meses, em função do seu enfoque nas questões eleitorais. A coluna publicada diariamente tinha como provável autor o poeta e dramaturgo paulista Gastão Bousquet, colaborador recorrente do *Diário de Notícias*.

Eu gozo a felicidade de possuir um amigo que pelo menos é tão estimável quanto o outro, o Wenceslau da cançoneta. Esse raro homem, – raro porque é um equilibrado, um forte que nunca sofreu de dispepsia nem teve nunca um sonho – emprega admiravelmente as suas horas de ócio, que parecem ser todas as do dia, em decifrar, pachorrento, as charadas mais difíceis e os logogrifos mais impenetráveis, em ler as mais extensas publicações a pedido e os mais minuciosos anúncios de barateiros em liquidação. Pois bem: o meu extraordinário amigo asseverou-me ontem que conseguira contar, até as onze horas e trinta e cinco minutos da noite da véspera, nada menos de duzentos e quarenta e oito cidadãos, cada qual mais patriota, que se propunham a fazer-nos o favor de nos representar na câmara de deputados. (...) (*DN*, 23 fev.1894)

O cronista do *Diário de Notícias* dedica atenção ao processo eleitoral enfatizando as vagas para o legislativo — talvez porque não houvesse efetivamente uma disputa para o cargo de presidente. Ele chama atenção para o fato de que as candidaturas à câmara se multiplicam sem que haja um conhecimento efetivo da plataforma de cada candidato e de suas orientações políticas.

A construção do texto parte da exploração de máximas cujo campo semântico orbitam em torno do verbo esperar e do substantivo esperança: “Ai do homem que não tem esperanças”, “o melhor da festa é esperar por ela”, “esperar é a vida”, “quem espera sempre alcança”, finalizando com o melancólico questionamento “quem espera desespera?”. Etimologicamente, o termo em latim *spēro*, de acordo com o dicionário Houaiss, designa dois caminhos distintos, porém complementares, quais sejam, “contar com” e “ter confiança de que”. Nesse sentido, a espera e a esperança podem indicar o desejo de algo que estaria por vir, bem como a expectativa de uma situação que não se sabe bem qual é, o que justificaria a recuperação do verbo desesperar em seu sentido negativo.

G.B. principia, portanto, o texto, especulando sobre o estado de espírito dos candidatos que se apresentam ao pleito eleitoral na expectativa de virem a ser eleitos e, possivelmente, conjecturando acerca do resultado das urnas. A noção de que o período que antecede o evento tende a ser mais promissor do que a realidade da apuração da votação é apresentada de modo a apresentar as duas faces do mesmo processo: otimismo prévio, no campo da fantasia; e decepção posterior, quando o candidato é defrontado com a realidade.

Em seguida, o cronista desloca a primeira pessoa do plural com a qual inaugura o texto e insere o pronome “eu”, preparando o leitor para o compartilhamento de uma experiência pessoal, como a de um possível eleitor que acompanha o processo eleitoral por meio da imprensa. Essa elaboração é rica, expandindo o potencial expressivo da crônica que se

complexifica com a elaboração de um personagem, Wenceslau da cançoneta¹⁵, descrito como um homem imune à irritação ou ao tédio causado por determinadas seções do noticiário, além de “decifrador de charadas”, o que na economia do texto consistiria na capacidade de compreender a prolixidade do discurso político, revelando os interesses subjacentes dos atores envolvidos no processo.

A descrição feita do personagem é bastante extensa e sugere uma posição do cronista a respeito da contribuição dos periódicos para a qualidade da campanha. Wenceslau, um homem caracterizado como “raro” e “equilibrado” por não sofrer de indigestão e nunca ter tido um sonho, possivelmente uma alegoria que identifica a ausência de respostas afetivas aos estímulos que recebe, possivelmente não espera por nada e não se decepciona; em síntese, um homem frio. É esse cidadão que se constitui no tipo ideal para lidar com o material trazido pelos periódicos.

Esse personagem desfruta de um ócio fundamental para dar conta das seções menos nobres das folhas diárias, como as charadas e logogrifos — que consistiam em desafios mentais voltados para o entretenimento dos leitores; e as publicações a pedido e os anúncios — rubricas comerciais destinadas ao recebimento e difusão de mensagens particulares de opinião e conteúdo publicitário.

O personagem opera como uma espécie de filtro do cronista para temas maçantes, afinal, todo o conteúdo que ocupa papel secundário para o leitor comum é a matéria sobre a qual o amigo Wenceslau se debruça com certo prazer. Nisso reside um sintoma importante para compreender o espírito do período: apenas uma figura que dificilmente seria encontrada na sociedade teria tempo e paciência suficientes para se debruçar sobre todas as candidaturas, que são apresentadas como um conteúdo qualquer das seções secundárias dos periódicos. A partir dessa leitura, é possível constatar um dado já observado nas crônicas de Marcello e de Machado de Assis: a população simplesmente não teria como dedicar energia ao acompanhamento da campanha eleitoral, considerando que esta nada diz a ela.

O cronista apresenta uma galeria de pleiteantes às vagas na casa legislativa. Há tipos interessantes entre o rol esquemático de candidatos, destacando-se aqueles que não estariam totalmente alinhados com o ideário republicano:

Imaginem por exemplo que o sr. Dr. Fulano, sebastianista e suspeito até anteontem, aparece agora a pedir votos, alegando serviços à República e prometendo o apoio mais leal ao governo. Como! — dir-se-á que serviços tem prestado o Fulano à República:

¹⁵ Trata-se de um gênero do cancionero popular da época, que consiste em peça musical ligeira, de assunto leve, com alguma carga de ironia.

Eis que salta pressuroso um amigo do dr. Fulano. Serviços: Prestou-os bons e muitos. O dr. Fulano, monarquista, não aderiu até agora à nova forma de governo — é verdade. Mas afastando-se da política, não perturbando a marcha dos públicos negócios não prestou deste modo os melhores serviços à República?

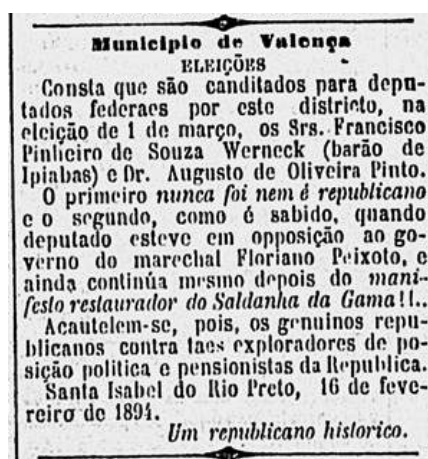
E assim por diante, outros. O Dr. Sicrano, que ninguém tem o prazer de conhecer, esse sempre foi um herói valoroso nos dias mais difíceis da propaganda republicana lá fora em qualquer estado que a boa vontade do eleitor quiser imaginar. Quanto ao dr. Beltrano que se mostrou francamente plebiscitista opositorista e parlamentarista até há pouco e não se dá agora ao trabalho de exhibir o seu programa, não há também razão para que dele se desconfie. Para que dizer quais as ideias que se propõe a defender? Uma desnecessidade, isso! Não precisa dizer coisa alguma. Depois dos acontecimentos de setembro para cá as ideias políticas do sr. dr. Beltrano não podiam deixar de modificar-se profundamente. Não há dúvida de que esta ponderação é assaz forte...

G.B. (DN, 23 fev.1894)

Há três nomes generalizantes descritos na crônica, mas que podem ser agrupados em dois tipos elementares de candidatos para o congresso nacional: de um lado estaria o dr. Fulano, tratado por “sebastianista”. De acordo com Amanda Muzzi Gomes (2008, p. 298), o termo era utilizado no período para caracterizar pejorativamente os indivíduos politicamente inclinados à monarquia, ainda que não militassem deliberadamente por esta forma de governo no país.

A sátira dessa candidatura é feita a partir da consideração de que o único mérito do candidato monarquista seria o de ter-se recolhido à obscuridade durante a transição para a República, não colocando óbices à consolidação da jovem República. Note-se que o gesto do cronista trata de deslegitimar a candidatura de qualquer cidadão que não ostentasse em seu currículo um republicanismo de primeira hora. Críticas dessa natureza também eram encontradas em profusão na seção “A Pedidos” dos periódicos, em que não apenas se apresentavam anúncios de candidaturas, mas também admoestações contra determinados nomes, como vemos a seguir:

Figura 8 — Publicação na seção “A pedidos, em *OP*, de 19 de fevereiro de 1894



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Do outro lado estariam os doutores Sicrano e Beltrano, cujos vícios apontados pelo cronista seriam, respectivamente, o de não ser notoriamente republicano, de maneira que seria impossível verificar a sua militância dada a obscuridade do personagem; e o de pregar um republicanismo levado a efeito no sistema parlamentarista. Dessas críticas se depreende um recorte mais específico do que o cronista espera de um candidato ideal: não basta ser republicano, é preciso que ele o seja na sua versão jacobinista, ou seja, de perfil militarizado e centralizador, como foi o perfil do governo estabelecido pelo marechal Floriano Peixoto.

A construção de um personagem como o dr. Sicrano, caracterizado como um desconhecido e que mesmo assim se apresenta como alguém com serviços prestados à causa republicana, revela o contraste entre o discurso e os fatos observados: o anonimato não o impede de tentar ser visto como alguém relevante. Por sua vez, dr. Beltrano representa a constatação de que é desnecessário sustentar ideias no cenário político brasileiro, dadas as constantes modificações empreendidas por seus atores. No anúncio a seguir, em que Fausto de Aguiar Cardoso apresenta a sua candidatura a deputado federal, abstendo-se de apresentar seu projeto de mandato ao escrutínio público, considerando inútil tal publicidade, está representada um tipo de candidatura tida por A. G. como indesejável:

Figura 9 — Publicação na seção “A pedidos”, no DN, 21 de fevereiro de 1894

Capital federal

AOS SRS. ELEITORES DO 2º DISTRITO
 Candidato a uma cadeira de deputado
 na representação nacional, venho sol-
 citar o vosso apoio.

Republicano e presidencialista, ab-
 stenho-me de formular apparatus
 programmas, cuja inutilidade tem sido
 geralmente demonstrada.

No meio do desanimo que avassala
 o espirito de alguns republicanos que
 sempre se bateram pela forma demo-
 cratica, e do desejo ardente que nutrem
 os imperialistas de fazer resurgir a
 monarchia representativa parlamentar,
 que, depois de quasi oitenta annos de
 exercicio, cahio como um velho muro
 arrastado pelo proprio peso, ao con-
 tacto de um dedo, e a cuja queda o povo
 assistio com o maior indifferentismo—
 não poderia deixar de trazer certa-
 mente o meu concurso, embora dimi-
 nuto, aquelles que lutam pela firmeza
 das instituições republicanas, apoiando
 o governo do marechal Floriano Pei-
 xoto, enquanto se mantiver dentro das
 normas constitucionaes.

Na tribuna e na imprensa, tendo me
 perfeita e claramente desfinido, julgo
 desnecessario acrescentar alguma
 cousa ao que deixei dito, certificando ao
 eleitorado que buscarei mostrar-me
 sempre digno da confiança com que
 me honrar ao pleito que se vai fazer
 no dia 1.º de março.

DR. FAUSTO DE AGUIAR CARDOSO

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Assim, satirizando as candidaturas, a crônica fortalecia a interpretação maniqueísta de que havia pleiteantes ilegítimos à representação popular. Note-se, o bom candidato deveria ser, de acordo com essa percepção, não apenas republicano, mas de inclinação jacobinista. É nesse sentido que o texto de A. G. se distancia do modelo de crônica praticado por Machado de Assis porque, diferentemente deste, o autor parece prioritariamente dar conta da agenda político-partidária do periódico florianista com o qual colabora, tendo em comum com as crônicas semanais de variedades alguns procedimentos de construção, tais como o desenvolvimento de um tom narrativo confessional: “E por aí assim, como ia dizendo quem nos dera que já chegasse esse 1º de março libertador. Porque esta quadra de pedidos de votos é realmente para dar com um homem na praia da Saudade” (DN, 23 fev.1894).

A falta de credenciais que atestem o genuíno republicanismo dos candidatos leva o autor da crônica à falta de confiança no bom desfecho da jornada eleitoral. O tom de desalento se evidencia sobretudo no anseio do cronista pela breve chegada do dia da eleição e, com isso, sua consequente exoneração da tarefa de analisar a cena política.

Não obstante, o ambiente de beligerância desfavorece o estabelecimento de um debate franco e distanciado das imposições dos detentores do poder. Os grandes jornais são cautelosos e nas ocasiões em que tentam se converter em vozes de resistência ao regime devem fazê-lo de maneira oblíqua, como é o caso da *Gazeta de Notícias*, no qual Machado de Assis leva à lume sua “A Semana”.

É, portanto, no contexto desse conturbado mês de fevereiro de 1894 que os cronistas procuram reagir aos acontecimentos de grande repercussão na imprensa, buscando, inclusive, problematizar o modo como esta se insere no debate. Ao seu modo, a crônica machadiana dialoga estreitamente com as “Notas da semana” e guarda relações tangenciais com o “Theatro político”. O *modus operandi* de Machado está em boa sintonia com a posição cautelosa da *Gazeta de Notícias* que, como vimos, tratava-se de uma folha não aderida ao governo de Floriano Peixoto.

Ainda assim, a despeito de cada rubrica apresentar na camada mais aparente um recorte distinto do ambiente político na capital da República, os olhares dos cronistas parecem convergir para um elemento comum: o debate público carecia de um norte, de vozes que efetivamente propusessem a discussão política para fora do restrito núcleo de dirigentes das instituições públicas. Nesse sentido temos um paradoxo, considerando que boa parte dos cronistas integra de maneira mais ou menos direta esse círculo restrito.

Recuperando a emblemática crônica machadiana de 1894 que, em cotejo com as de *O Paiz* e o *Diário de Notícias* orienta a leitura do presente capítulo, após extensa reflexão sobre a Revolta da Armada e a sucessão de conflitos que têm lugar no final do século, o cronista de domingo demanda dos líderes políticos o oferecimento de instruções mais diretas para a população, sugerindo com isso que os cidadãos habilitados para o exercício eleitoral viam na política institucional um elemento alheio às suas vidas, de modo que a legitimação do pleito só se daria de forma imperativa e autoritária, outra face da “maneira da terra”.

Marcello, nas “Nota da Semana”, após construir a imagem de um Rio de Janeiro paradoxal, em que o pano de fundo é desenhado por um clima ensolarado e deslumbrante, contrastando com o pavor produzido pela guerra civil, condena a desfaçatez de determinados candidatos que, recém-saídos da obscuridade, colocam-se à disposição dos eleitores para um assento em alguma das casas legislativas sem integrar devidamente o debate político.

Não obstante, imbuído da necessidade contingente de assinar uma rubrica temporária dedicada inteiramente ao comentário político, A. G. revela com atitude condenatória o advento de um certo republicanismo de ocasião, que se verificaria na tentativa de certas figuras políticas anacrônicas retornarem à cena pública, as mesmas outrora filiadas a correntes ideológicas refratárias aos detentores do poder de turno.

Segundo essa avaliação, a imprensa teria sido incapaz de promover um debate público eficiente em torno do importante acontecimento da jovem República. Seriam as páginas dos periódicos apenas o espaço em que as candidaturas eram apresentadas na sua superficialidade. Ao nos defrontarmos com os debates travados no espaço das publicações pagas, observamos que as queixas fazem certo sentido, considerando que as divergências estabelecidas sobre ideias políticas e candidaturas se davam em nível rebaixado.

Machado de Assis, por exemplo, de maneira mais aguda do que o habitual, acusa em sua crônica que o tema se desenvolve com certo vigor apenas na seção “A pedidos” — espaço do periódico que não está necessariamente submetida a uma orientação editorial: “Que os chefes digam, que os jornais repitam o que disserem os chefes, para que os eleitores saibam o que devem fazer; sem o quê é provável que não façam nada...” (*GN*, 18. fev. 1894). Se, por um lado, esse gesto pode revelar a constatação de que as eleições seriam apenas um protocolo legitimador das vontades da elite dirigente, por outro, acusa a amargura do cronista que não vê a população devidamente estimulada a tomar parte no debate público.

A crônica publicada na semana seguinte a esse comentário, já bem próxima da data do pleito, reforça essa leitura:

Toda esta semana foi dada à literatura eleitoral. Não digo que se discutisse largamente a matéria, mas escreveram-se muitos nomes, surgiram candidaturas novas e novíssimas, organizaram-se chapas e contrachapas, e, desde a circular até à simples indicação de uma pessoa, feita por um grupo de eleitores, por alguns eleitores firmes ou simplesmente pelos eleitores da Gamboa, quase que se não leu outra coisa. Lembra-me que um amigo meu, há anos, querendo ser eleito, teve a ideia singularíssima de recomendar o seu nome nos a pedidos dos jornais (!) com esta assinatura: A aclamação pública. Recolheu dois votos, o meu e o dele.

Não entendo de política, limito-me a ouvir as considerações alheias. Uns notam que os elementos são cabais para uma boa eleição, outros que há tal ou qual desorientação na movimentação, pouca responsabilidade política, inclusões, exclusões, transposições; alguns mais ríspidos falam de um tumulto semelhante à confusão das línguas. Não posso dizer até que ponto a segunda observação é verdadeira, nem se o fenómeno é inevitável. Não distingo bem as palavras na multidão de vozes que estamos ouvindo, mas é o que me acontece com quase todos os cantores italianos ou nacionais. Parte da culpa será da articulação imperfeita; mas é preciso convir que o acompanhamento da música ajuda muito a falta de audiência. Eu por mim entendo as óperas mais pelos gestos que pelas palavras. Os coros então são impossíveis. (*GN*, 25 fev.1894)

O início da crônica apresenta a pauta eleitoral a partir da construção de uma dicotomia entre forma e conteúdo. O cronista acusa os dirigentes políticos e os candidatos de negligenciar as discussões políticas, substituindo-as pela atenção aos aspectos superficiais da liturgia. Para enfatizar esse processo, Machado de Assis recorre, mais uma vez, ao emprego estilístico da enumeração articulada, encadeando a exposição de cada etapa das candidaturas.

Desse modo, o narrador chama a atenção para o aspecto protocolar e burocrático da eleição que, na sua percepção, seria totalmente esvaziado da sua função precípua, qual seja, a de engajar a população na discussão sobre os rumos da República. No lugar disso, haveria o dispêndio de energia e recursos dos ditos “chefes” políticos em direção a uma formalidade que se esgotaria em si mesma.

Feita a apresentação do tema desse modo, o cronista insere no texto a memória de episódio vivido por um “amigo”. Este é frequentemente utilizado nas crônicas para exemplificar determinada situação inusitada verificável na semana sobre a qual o cronista se debruça. A apresentação do episódio é anunciada com um superlativo hiperbólico: o amigo tivera a “ideia singularíssima” de anunciar-se um candidato consagrado pela “aclamação pública”, não obtendo mais do que dois votos. O modo expressivo de José Dias, de *Dom Casmurro*, já verificado no início do parágrafo, em que o cronista relata o surgimento de “candidaturas novas e novíssimas”, produz um efeito humorístico. Esses exageros expressivos enfatizam os velhos expedientes da política nacional colocados em prática na jovem República.

Existe no texto a percepção de que, ainda que se fale muito sobre a eleição, o debate é insípido, infrutífero. A simbologia do povo que vai às urnas e nelas deposita a escolha de seus representantes é reduzida na crônica ao registro do pitoresco. O caso do suposto amigo do

cronista que decide se candidatar a uma vaga no legislativo através de um anúncio na seção “A pedidos”, em que utilizaria a pretensiosa expressão “A aclamação pública”, e é ignorado pelos leitores, dá conta de denunciar a antiguidade do procedimento.

Em seguida, o cronista se posiciona como um leitor trivial das páginas dos jornais, do tipo que afirma não entender de política. As “considerações alheias”, supostamente responsáveis pela formação da opinião do observador da cena política, mais confundiriam do que esclareceriam a sua compreensão. A propósito disso, ao longo dos dois primeiros parágrafos é possível verificar a recorrência de frases dubitativas, de afirmações feitas com algum grau de incerteza, o que confere sinuosidade ao texto: “Não digo que se discutisse...”, “Não entendo de política...”, “Não posso dizer até que ponto...”, “Não distingo bem...”.

O narrador desenvolve a metáfora de uma ópera para amarrar a sua leitura sobre o cenário político, atribuindo à má articulação dos cantores, que podem ser associados às vozes presentes na imprensa, a impossibilidade de compreensão da cena política, não sendo possível distinguir “bem as palavras na multidão de vozes” que ele, assim como o restante da população, estaria ouvindo¹⁶. Ora, ao declarar limitar-se a ouvir as considerações alheias, o cronista estaria sujeito a uma grande dissonância, considerando que as vozes que se multiplicam, histriônicas e desarticuladas nas seções destinadas às publicações pagas, obnubilam a sua compreensão.

No final do segundo parágrafo, ao declarar entender “as óperas mais pelos gestos que pelas palavras”, Machado de Assis entrega ao leitor o modo como compreende a política, buscando superar a retórica utilizada por candidatos e chefes políticos nas páginas dos periódicos e, no lugar de aderir ao debate político insosso travado na seção “A pedidos”, observar o fluxo que justifica cada movimentação desse jaez. No caso específico dessa crônica fica evidente um incômodo do cronista com o lançamento de candidaturas desprovidas de qualquer base programática, lançadas a esmo de acordo com as ambições pessoais e, muitas vezes, tresloucadas, de determinadas figuras anacrônicas, que anseiam desfrutar das benesses do poder.

Nesse sentido, o cronista parece encontrar uma forma elegante de demonstrar seu incômodo com a multiplicidade de vozes tão dissonantes entre si e que parecem dar o tom da cena política da capital, entregando ao leitor dos periódicos um instrumental de análise tão desconjuntado quanto pode ser considerada a esfera pública no Brasil do final do século XIX, período em que a República se estabelecia às cotoveladas e a duras penas. Mas, efetivamente,

¹⁶ No trecho, o verbo “ouvir” pode estar sendo utilizado literalmente, considerando que boa parte dos jornais era lida em voz alta para a parcela da população iletrada no espaço doméstico ou em ambientes de encontros, como cafés e praças.

qual era a função das crônicas na conjuntura do suporte em que se inseriam? Discutamos essa questão.

4. O lugar da crônica na economia dos periódicos

Na última década do século XIX, as duas folhas de maior circulação no Rio de Janeiro eram a *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*. Marialva Barbosa informa que, em 1890, calculava-se a tiragem de 30 mil exemplares diários de cada um desses periódicos (2010, p. 124). O periódico de João de Souza Lage diferenciava-se do de Ferreira de Araújo notadamente pela sua linha editorial mais aderida ao regime, contudo determinados elementos técnicos como: a estrutura tipográfica, a quantidade de páginas e o espaço dedicado a cada rubrica eram muito parecidos entre os dois, o que inclui a distribuição de suas principais seções de crônicas.

O primeiro espaço mais regular dedicado a crônicas em *O Paiz* foi publicado entre agosto e dezembro de 1892, às segundas-feiras, e intitulado “A Semana”. “Notas da Semana”, série posterior, foi esparsamente distribuída ao longo do ano de 1894 e ambas eram assinadas por Marcello. É preciso que se diga, inclusive, que havia um diálogo muito estreito entre as crônicas de *O Paiz* e da *Gazeta de Notícias*.

Essas duas séries, tanto pelos títulos quanto pelo modo de construção, tinham, em tese, objetivos semelhantes aos da publicada por Machado de Assis na *Gazeta de Notícias*, no período. Tratar de maneira mais descontraída os fatos ocorridos da semana anterior também era a razão precípua do cronista de *O Paiz*. Antes delas, a crônica que ocupava o espaço principal do periódico no começo de 1892 era intitulada “Reminiscências”, assinada por José Fino, pseudônimo de Coelho Neto¹⁷. Vejamos uma delas:

Apesar de pouco movimentada, não se pode dizer que foi uma semana fria a que ontem acabou, ou que acaba hoje, se quisermos fazer ao domingo a justiça de considerar um dia tão completo como qualquer outro dos que têm as honras da denominação de úteis.

O patife do verão surgiu-nos com uns trinta e muitos graus, capazes de derreter o miolo mais sólido.

Foram seis dias bufados com todas as veras.

Uff!!... E na eloquência desta exclamação resume-se a semana inteira, com a falta d'água, a eterna calamidade, e todas as calamidades igualmente eternas, que não há conferências higiênicas, nem reuniões sábias, nem discussões calorosas, nem

¹⁷ O pseudônimo José Fino se assemelha ao nome do personagem Josefino, protagonista do romance *O morto*, de Coelho Neto, publicado em 1912, cuja trama se passa em 1893.

pareceres, nem relatórios que exterminem, mal vai começando a levantar a temperatura, nesta boa terra (...) (OP, 10.01.1892)

O próprio Machado de Assis na sua série teceu vários elogios ao colega, como em: “Como não se há de só escrever história política, aqui está Coelho Neto, romancista, que podemos chamar historiador, no sentido de contar a vida das almas e dos costumes” (GN, 11 ago. 1895). Embora haja o comentário ligeiro e a presença de certo humor, via de regra as crônicas se caracterizam por ainda cumprirem estritamente o seu papel de efetivamente revisitar os fatos da semana com um certo rigor. As crônicas de Machado de Assis, por sua vez, transcendem essa tarefa ao enredar o leitor em um jogo discursivo no qual se produzem reflexões de nível mais profundo.

Na crônica da série “Notas da Semana”, da edição de 24 de dezembro de 1894, há um *post scriptum* direcionado a Ferreira de Araújo, diretor da *Gazeta de Notícias*:

Já tarde, quando estava escrevendo as provas deste artigo, soube que na *Gazeta de Notícias* o dr. Ferreira de Araújo envolvera o meu nome numa história de Saltimbancos. Não lhe quero mal por isso.

Outro fosse o Dr. Araújo que envolvesse o meu nome numa história de saltimbanqueiras, classe mais envernizada socialmente, mas muito inferior à outra, sob o seu aspecto moral. A profissão de saltimbanco pode rebaixar, mas não desonra; a outra, sim, enriquece, mas avilta.

Ora, é a esta classe – a dos saltimbanqueiros, que pertencem os jornalistas que inventam na sua folha, concessões de juro a companhias de obras hidráulicas, promovem assim a alta momentânea dos títulos, negociam com vantagem as ações que possuem, e no dia seguinte, [ilegível] desmentem a notícia. (...) (OP, 24 dez. 1894)

A ilação sugerida por Marcello tem como alvo o diretor da *Gazeta de Notícias* em um ponto bastante delicado para o contexto em que se travavam as relações econômicas no Brasil do período. Ao desastrado início da corrida especulativa no Brasil no final do século XIX foi dado o nome de Encilhamento – termo que designa a colocação dos arreios nos cavalos nas provas de turfe.

Tratou-se o Encilhamento de um fenômeno econômico estimulado pelo então ministro da Fazenda, Ruy Barbosa, em 1890, que autorizava bancos espalhados pelo Brasil a emitir papel moeda com lastro na dívida pública federal. Tais instituições eram autorizadas a conceder empréstimos a indivíduos que quisessem desenvolver novos empreendimentos e a distribuir tais ações no mercado. A corrida especulativa teve lugar nas ruas e nos jornais, nos quais as ofertas de ações de futuras instituições eram realizadas.

O resultado disso foi a alta da inflação e o endividamento do governo sem que as tais empresas viessem a existir de fato. A corrida especulativa criou novos milionários, mas também

produziu uma quantidade enorme de pobres e endividados, fazendo com que o Brasil entrasse em grave crise econômica. Olvidando da medida governamental que deu azo a isso tudo, Marcello, em sua crônica, atribui grande parte da culpa aos jornalistas que publicavam tais anúncios e, supostamente, produziam artigos que louvavam o aparecimento de novas empresas — que se verificariam no futuro como fraudulentas.

A troca de farpas entre Ferreira de Araújo e Marcello se estendia por aquele ano. Para compreender as divergências entre os cronistas, é preciso fazer um recuo a vinte dias antes, na rubrica “Flanando”, da própria *Gazeta de Notícias*, em que o diretor do periódico assina L. S.:

Como nestes últimos dias andei muito ontem flanei sentado, lendo os jornais. E nem por isso me diverti menos, e nem por isso vi coisas menos novas e interessantes.

Por exemplo, nas *Notas da Semana*, de Marcello, do *Paiz*:

‘Isto de escrever é muito bom, com efeito, enquanto não cheira a chamusco, como o outro que diz. Num opúsculo que por aí circula, sob o nome de Constituição da República, existe um artigo ou coisa que o valha, afirmando a liberdade de imprensa; mas parece que por descuido do compositor se omitiu a oração subsequente contanto que apoie a política governamental.’

Quer Marcello saber uma coisa? Sem querer passar por mais esperto do que ele, sempre direi que eu tinha dado por esta lacuna da Constituição ali pelos fins de novembro do ano passado, e levei a dar por ela até janeiro deste ano, um mês e dias.

Agora, onde, eu o não entendo de todo é quando Marcello diz:

‘...quando me lembro que, para não infringir os princípios, o marechal Floriano, no dia 6, o melhor que tinha a fazer, era entregar tudo ao Sr. Custódio...’

Esta cá me fica! Então o chefe legítimo da nação, o representante da lei, resistindo a uma revolução, infringiu os princípios...

Se eu escrevesse uma coisa assim, caía-me em cima um batalhão inteiro de...dentistas; mas como Marcello é major, emendado para tenente-coronel, tudo lhe é permitido. (GN, 4 dez. 1894)

Ferreira de Araújo assinava esporadicamente essa coluna, além de outra com maior regularidade, intitulada “Às quintas”, assinada por Lulu Senior (pseudônimo que utiliza em seu próprio jornal), desde 13 de dezembro de 1894. No trecho, o cronista faz menção a um comentário proferido na crônica assinada por Marcello que relativizava a liberdade de imprensa e apoiava, desse modo, o fechamento dos jornais imposto pelo Marechal Floriano Peixoto.

Lulu Sênior ironicamente relaciona o artigo da Constituição Federal, cuja interpretação estrita estabeleceu a sanção a seu jornal, rememorando o período em que o periódico fora fechado por imposição do governo federal. Para Marcello, a postura ditatorial do governo era recomendável em face do estado de exceção que vivia o Rio de Janeiro durante o período da segunda Revolta da Armada, sob pretexto de restabelecer a ordem na capital da República.

A acidez de Ferreira de Araújo ao se referir aos privilégios da patente militar que desfrutava o cronista de *O Paiz* marca as divergências existentes entre os jornais e os cronistas, e também dá o tom do período conturbado em que vivia a sociedade brasileira do período. Com

a tomada do poder pelo Exército em 1889, o governo passou a privilegiar esse setor em detrimento dos civis que, de maneira geral, não deram apoio ao golpe. Em contrapartida, muitos dos conspiradores da República receberam patentes militares como forma de reconhecimento. Esse ambiente revela a tensão existente na imprensa e que repercute no ofício do cronista. O espaço das crônicas pode vir a ser também um espaço de disputa pela hegemonia do discurso.

4.1. UMA MÁQUINA DE ANALISAR DISCURSOS

Parece ser também na vasta rede de discursos do período que Machado de Assis se detém em suas crônicas. Diferentemente das relações muitas vezes diretas estabelecidas nas crônicas de distintos periódicos a respeito das questões locais e nacionais, o escritor de “A Semana” reflete sobre as questões apresentadas pelos jornais de modo aparentemente tangencial, porém, à medida que o leitor penetra nas camadas do texto, a discussão se apresenta de modo mais agudo.

Há, igualmente, um olhar agudo sobre a imprensa, revelando uma preocupação do cronista com o agendamento e o enquadramento que a mídia realiza dos acontecimentos:

Os acontecimentos parecem-se com os homens. São melindrosos, ambiciosos, impacientes, o mais píffio quer aparecer antes do mais idôneo, atropelam tudo, sem justiça nem modéstia... E quando todos são graves? Então é que é ver um miserável cronista, sem saber em qual pegue primeiro. Se vai ao que lhe parece mais grave de todos, ouve clamar outro que lhe não parece menos grave, e hesita, escolhe, torna a escolher, larga, pega, começa e recomeça, acaba e não acaba... (GN, 4 dez. 1892)

No trecho da crônica de 1892, a exemplo de outras da lavra do escritor, o primeiro parágrafo é dedicado, de maneira geral, à produção de um circunlóquio introdutório acerca da seleção do objeto da escrita, que, em síntese, faz ponderações a respeito do próprio mister. A dúvida que o narrador compartilha com seu leitor consiste na dificuldade em selecionar o assunto que seja mais “grave” e, portanto, apto a receber especial tratamento na crônica. A limitação de espaço físico — que, no caso de “A Semana”, corresponde a pouco mais do que uma coluna do periódico — exige do cronista um recorte nos temas, o que demanda algum critério.

Entretanto, tais considerações podem, de maneira bastante contundente, estender-se ao próprio expediente da imprensa. Se, no caso da crônica, existe uma seleção de segundo nível a partir do material já publicado, a responsabilidade do periódico é maior, considerando que os fatos decididamente alijados de suas páginas são simplesmente negados ao seu público.

Nessa crônica, especificamente, o escritor experimenta uma maneira de refletir sobre o noticiário. Como forma de trazer para a fatura do texto a problemática das escolhas que inexoravelmente lhe competem, ele se imbuí da responsabilidade de colocar em cena o processo de seleção dos assuntos presentes nos periódicos, ainda que *en passant*.

Vejamos: “Toda esta semana falou-se na invasão do Rio Grande do Sul (...) chega-me aos ouvidos o clamor dos banqueiros que voltam do palácio do governo, aonde foram conferenciar sobre a crise do dinheiro” (*GN*, 4 dez. 1892). Em seguida, pondera que enfrenta dificuldades para estabelecer a hierarquia dos acontecimentos ao levar em conta que o peso dado a cada notícia também varia de acordo com cada folha:

Bem; atendamos à crise financeira. Mas, eis aqui, ouço a voz do general Pego dizendo que a crise política do sul afeta a todos os Estados, e pode pôr em risco as próprias instituições. Uma folha desta capital, *O Tempo*, pesando palavras daquele ilustre chefe, declara que qualquer que seja o desenlace da luta (se luta houver) “não crê que a federação fique perdida, e com ela a forma republicana”. De onde se infere que depende a República da federação, — ao contrário de outra folha desta mesma capital, o *Rio News*, que acha a República praticável, e a federação impraticável. Eu, sempre divergente do gênero humano, quisera adotar uma opinião, mas não posso, — ao menos, por ora; esperemos que os acontecimentos me deem lugar. (*GN*, 4 dez. 1892)

O cronista expõe as divergências existentes entre duas folhas da cidade a respeito da organização do Estado. Enquanto *O Tempo* considera que no âmbito nacional nem a forma de estado nem a forma de governo seria comprometida a despeito do destino do conflito no Rio Grande do Sul, a posição editorial do *Rio News* pondera que a República é a única forma viável, não afirmando a mesma coisa a respeito da federação. Esta última folha, editada por A. J. Lamoureux, foi publicada semanalmente em inglês, entre os anos de 1874 e 1901, e tinha como público alvo as colônias inglesa e estadunidense residentes no Rio de Janeiro.

Essas questões de análise de conjuntura política, derivadas diretamente do noticiário, têm o seu lugar no sopesamento realizado pelo cronista, considerando que, ao expor as posições conflitantes dos periódicos, o autor atribui diretamente a sua dificuldade à própria inexistência de consenso no universo editorial das diferentes folhas. Nesse sentido, Machado de Assis aponta para um fundamental aspecto do modelo de crônica praticado em seu tempo, derivado das escolhas dos próprios homens de letras. Dito de outro modo, os cronistas são estimulados a não direcionar o seu olhar apenas para o conteúdo do jornal que lhe remunera pela colaboração, mas também comentar o material apresentado por um conjunto mais abrangente da mídia.

Um exemplo desse mecanismo se verifica na crônica a seguir. Publicada em 9 de dezembro de 1894, a crônica de Machado de Assis é iniciada trazendo à cena o grande assunto

da semana: a epidemia de cólera que assolava a região do Vale do Paraíba. A afirmação com a qual abre a crônica encaminha toda a sua leitura:

Tudo tende à vacina. Depois da varíola, a raiva; depois da raiva, a difteria; não tarda a vez do cólera-morbo. O bacilo vírgula, que nos está dando que fazer, passará em breve, do terrível mal que é, a uma simples cultura científica, logo de amadores, até roçar pela banalidade. Uma vez regulamentado, fará parte dos cafés e confeitarias. Que digo? Entrará nos códigos de civilidade, oferecer-se-á às visitas um cálice de cólera-morbo ou de outro qualquer licor. Os cavalheiros perguntarão graciosamente às amas: “V. Ex. já tomou hoje o seu bacilo?” Far-se-ão trocadilhos:

– Que tal este vírgula?

– Vale um ponto de admiração!

Todas as moléstias irão assim cedendo ao homem, não ficando à natureza outro recurso mais que reformar a patologia. Não bastarão guerras e desastres para abrir caminho às gerações futuras; e demais a guerra pode acabar também, e os próprios desastres, quem sabe? Obedecerão a uma lei, que se descobrirá e se emendará algum dia. Sem desastres nem guerras, com as doenças reduzidas, sem conventos, prolongada a velhice até as idades bíblicas, onde irá parar este mundo? Só um grande carregamento, ó doce mãe e amiga natureza, só um carregamento infinito de moléstias novas. (...) (GN, 9 dez. 1894)

O procedimento machadiano de estruturação de sua crônica é bastante paradigmático. O texto se apresenta com uma afirmação genérica sobre um tema pinçado do rol de assuntos da semana, amplia a pauta acrescentando elementos correlatos, retorna para o eixo central e, finalmente, elabora uma fabulação que expande o sentido ordinário do tema e promove uma reflexão filosófica de desdobramentos inesperados. A ilustração desse procedimento já havia, inclusive, sido dada pelo próprio Machado de Assis na série “História de quinze dias”, publicada mais de uma década antes:

Não posso dizer positivamente em que ano nasceu a crônica; mas há toda a probabilidade de crer que foi a coetânea das primeiras duas vizinhas. Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia. Provavelmente começaram a lastimar-se do calor. Uma dizia que não pudera comer ao jantar, outra que tinha a camisa mais ensopada do que as ervas que comera. Passar das ervas às plantações do morador fronteiro, e logo às tropelias amatórias do dito morador, e ao resto, era a coisa mais fácil, natural e possível do mundo. Eis a origem da crônica. (IB, 1 nov. 1877)

Associar a origem da crônica a uma conversa entre vizinhas permite ao autor de “A Semana” enfatizar alguns aspectos do gênero: primeiramente o seu caráter oral e de proximidade entre os interlocutores. No contrato estabelecido entre cronista e leitor, é aceitável que aquele trate dos assuntos de maneira pessoal e baseado em impressões, sensações, descompromissado com os desdobramentos da prosa. Além disso, a imagem explicita a arbitrariedade na escolha dos assuntos que depende, à primeira vista, da subjetividade ou do

estado de humor do cronista, o que perfeitamente pode justificar os silêncios sobre outros temas que não surgem na pauta.

Por fim — e esse parece ser o aspecto estrutural mais importante na textura de uma crônica machadiana — verifica-se na fabulação de origem do gênero a justificativa pela busca de fluidez do trânsito entre um assunto e outro que, embora seja apresentada como “a coisa mais fácil, natural e possível do mundo”, demanda um trabalho árduo de construção. No trecho da crônica há uma progressiva concatenação de ideias que passa da apresentação objetiva das patologias à análise da linguagem que a ela se refere. O bacilo *vibrio comma*, causador da chamada “cólera asiática”, é alvo do comentário de Machado de Assis, que a ele se refere como “vírgula”, relacionando-o à tradução da palavra em inglês e espanhol.

Na hipótese que o cronista apresenta, segundo a qual num futuro pós-epidemia o nome do agente causador da doença seria utilizado em ocasiões que não demandam o jargão científico, a sugestão é a de que mesmo a terminologia mais complexa, quando repetida muitas vezes, tende à banalização. Essa é uma das consequências do esgarçamento de determinados assuntos nas páginas dos periódicos. Dessa maneira, tudo o que sobraria do vocábulo seria um chiste, um trocadilho de pontuação. Como vemos, tudo é uma questão de linguagem nessa crônica.

O cronista avança projetando um cenário em que o homem domina a tal ponto a solução para os seus males que a natureza precisaria lançar mão de novas enfermidades para restaurar o equilíbrio na terra. A terminologia científica também é objeto do olhar arguto do cronista. No trecho “(...) passará a uma simples cultura científica, logo de amadores, até roçar pela banalidade”, o que se observa é um reposicionamento do discurso da ciência, passando do círculo restrito dos especialistas para o cotidiano do indivíduo comum. O que parece se verificar é o questionamento acerca da credibilidade dos discursos que se pretendem absolutos e detentores de uma suposta verdade em si. Na prática, mesmo as falas dos estudiosos compartilhadas nos periódicos pouco traziam de concreto à compreensão da epidemia.

A ironia do cronista chega ao limite de sugerir que no processo de “evolução” da humanidade, a civilização não padeceria das guerras e não teria mais conventos, o que traria por consequência o fim das mortes e o aumento da população disponível para a reprodução, resultando, com isso, na existência de mais homens e mulheres com centenas de anos. Contudo, embora afirme o contrário, o que o cronista parece dizer é que, considerando a história da humanidade, não haveria sequer a necessidade do desenvolvimento de novas doenças para que os homens desapareçam, uma vez que a própria humanidade é responsável pelos seus males.

Efetivamente, os jornais da semana trataram bastante do assunto de maneiras diferentes entre si. A *Gazeta de Notícias* apresenta a carência de informações oficiais a respeito do tema e traz o parecer provisório do diretor do Instituto Bacteriológico:

Comissões de profissionais partiram para as localidades flageladas; há muitos dias que observam os fatos no próprio campo epidêmico, e anunciam-se desinfecções rigorosas e estabelecimento de cordões sanitários.

Como resultado de tudo isto, não tivemos até agora senão umas análises bacteriológicas, das quais se depreende ou se suspeita, a existência do terrível *coma bacillus*. Hoje mesmo inserimos nesta seção a informação de uma autoridade competente, qual a do Sr. Dr. Domingos Freire, que assegura tê-lo encontrado com os seus característicos anatômicos (...)

Por ora guardamos reservas quanto ao nosso juízo, mas não cessamos de recomendar a maior vigilância profilática (...) (GN, 6 dez. 1894)

A análise do especialista, em vez de descrever detalhadamente a patologia, exorta a população a manter-se vigilante e, de alguma maneira, ainda que o intuito seja o de não criar pânico, perpetua a dúvida, cultivando um terreno fértil para especulação. Isso é o que acontece sob a pena do cronista Manuel de Souza, que quatro dias após a manifestação do especialista na imprensa, escreve na sua série “Cousas por aí”, do *Diário de Notícias*.

A rubrica tem duração irregular, com apenas uma coluna no mês de dezembro de 1894, retornando em fevereiro de 1895 e se estendendo até o fim de março daquele ano. Na coluna de estreia, o cronista também se debruça sobre a epidemia que assola a cidade:

Eu já não sei como é que me hei de haver com esse diabo de cólera que está por aí a nos fazer negaças e que afinal nunca chega, nunca aparece, nunca mata. Irra! Isto é na verdade para deixar um homem doido!

Começou o peste, — perdão! — começou a peste ali assim pelo vale do Paraíba, a andar de um lugar para outro, de Rezende para Queluz, de Queluz para o Pirai, de Pirai para Belém, de Belém não sei para onde, uma viagem de filha de Maria Angú. A cousa estava feia, — disse-se desde logo à boca pequena — os casos eram de cólera puro, asiático legítimo, de importação direta. Médicos e mais médicos partiram, foram comissões e vieram relatórios, foram estufas e vieram telegramas. E uns sábios bacteriologistas, de microscópio em punho, viram logo o *bacilus virgula*; outros sábios, entretanto, também de microscópio no olho, achavam que o vírgula parecia mais uma interrogação. Era ou não era o bicho?

Ninguém cá de fora, míseros profanos, sabia a quantas andava ante a indecisão dos mestres da ciência ou do silêncio dos homens do governo.

Mas o mistério rompeu-se afinal. O *Diário Oficial* meteu-se nas entrelinhas das ocasiões solenes, espichou coluna e palmo, mas a palavra do governo apareceu encolhida, no meio dos períodos, como se fosse um mísero *bacilus* envergonhado dentro de uma solução de peptona. Era o cólera, mas o cólera *mostra*; tinha havido diarreias coleriformes, mas era o cólera; sim, era o cólera, mas não era o cólera — queria dizer: não era o cólera como lá pelas outras terras distantes; um cólera levado dos diabos, Ásia legítimo, mas um cólera manso, meio maricas, talvez devido às reclamações da imprensa e às providências das autoridades sanitárias. (...). (DN, 10 dez. 1894)

O cronista assume a postura de um cidadão comum, mobilizado pelas informações desencontradas que aportam os periódicos. Não há qualquer preâmbulo que produza uma apresentação sobre si ou sobre a rubrica, ainda que esta seja a primeira aparição do cronista no *Diário de Notícias*. No lugar disso, há uma reação direta ao tema da semana em primeira pessoa, na qual se verifica um profundo incômodo movido pela expectativa da chegada da epidemia ao Rio de Janeiro, o que, a despeito das especulações, ainda não era verificado na capital da República, onde tinha potencial de produzir grande estrago.

Trava-se na crônica de maneira criativa uma confrontação simbólica entre a ciência, a linguagem da ciência e a linguagem da crônica. Manuel de Souza estabelece um jogo de palavras, aproveitando-se do potencial expressivo do léxico “peste”, que ora se trata de um substantivo utilizado friamente pelos cientistas, no gênero masculino, ora com valor adjetivo se utilizado no gênero feminino. A peste, portanto, não apenas assolaria o corpo dos contaminados como também a mente daqueles que vivem a expectativa da chegada do vírus.

Fenômeno parecido se verifica na apropriação do nome científico da moléstia: o termo em latim *bacillus virgula* abre campo para um comentário acerca da opinião das duas principais instituições responsáveis por dar respostas à população; pela ordem da crônica: ciência e estado. Em primeiro lugar é acusada a hesitação dos especialistas em declarar para a população a natureza da moléstia: a vírgula, na composição do sintagma que nomeia o seu agente causador, em vez de especificar a forma da bactéria, sob a pena do cronista é associada ao sinal gráfico da pontuação que poderia ser substituído pelo da interrogação, afinal, positivamente os especialistas não traziam certezas para a população.

O termo “bacilo”, por sua vez, utilizado para nomear micro-organismos do universo das bactérias, é associado à postura tacaña do governo, este incapaz de dar conta dos questionamentos da população, reduzindo sua comunicação ao mínimo necessário. Observamos, portanto, que sob a pena do cronista, as especulações — que são, rigorosamente, um fenômeno comunicacional — são exploradas naquilo que compete à linguagem. Ou seja, no terreno em que habita a crônica.

A síntese da crônica é a constatação de que as especulações apresentadas pelos periódicos ao longo das semanas anteriores alardearam a população de maneira apressada e desnecessária, afinal, a epidemia asiática que ceifou a vida de milhares de pessoas no seu continente de origem não havia chegado ao Brasil. No último período do trecho que destacamos, a repetição da palavra “cólera” é levada à exaustão, explorando os potenciais expressivos dos quais a palavra poderia ser dotada. As sete vezes que o cronista repete a palavra

conferem ao termo distintos sentidos, cada vez mais reduzido da gravidade com que vinha sendo utilizado pelos jornais.

A despeito de verificar tratar-se do cólera, não se tratava da sua versão mais grave com potencial de dizimar boa parte da população fluminense. Diante disso, o *Jornal do Brasil* adota postura mais apaziguadora, exortando a população a não fazer alarde sobre o tema:

Não tem tomado maiores proporções a epidemia que grassa em vários pontos cortados pela estrada de ferro Central do Brasil.
As providências do governo têm sido enérgicas para impedir a sua propagação. Em breve nos veremos livres desta terrível enfermidade que tão inexplicável terror tem causado em parte da nossa população.
A observância das regras higiênicas já publicadas evitará o seu desenvolvimento. Damos em seguida algumas das medidas tomadas pelo governo (...) (*JB*, 4 dez. 1894)

O *Jornal do Brasil* foi uma publicação surgida em 1891, fundada pelo ex-ministro do Império Rodolfo Dantas. Apresentava-se como politicamente neutro, embora fosse notadamente monarquista. Em dezembro do mesmo ano, Dantas parte para o exílio no sul da Espanha após campanha difamatória iniciada pelo Diário Oficial. O periódico é vendido e passa a ser controlado por Henrique de Villeneuve e, à época do texto, seu redator era Fernando Mendes de Almeida, jurista inclinado ao regime republicano.

Já *O Paiz* enfatiza o tom de cobrança ao governo por informações e providências:

Não vieram ainda a público os relatórios oficiais sobre a natureza da enfermidade que grassa no interior dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, mas a sociedade quase que os pode dispensar, tão sérias e tão formais têm sido as nossas asseverações, com declinação dos nomes dos profissionais incumbidos dos exames e pesquisas, os quais até este momento não nos embaraçaram com qualquer contestação.
Bem ao contrário eles mantêm-se em silêncio que nós reputamos uma confirmação aos dizeres d'*O Paiz*, que ainda desta vez pôde oferecer ao público brasileiro um testemunho valioso do modo pelo qual o serve (...)
Uma coisa, porém, o honrado governo do Dr. Prudente de Moraes permitirá que ousemos estranhar: é que se estejam fornecendo para publicidade, como meio de tranquilizar o público, telegramas oficiais em que se declara bom o estado sanitário de localidades não contagiadas (...)
A palavra oficial provavelmente não nos contestará estas asserções; fica-lhe porém salvo o direito de declarar em telegramas que não há cólera...no Amazonas. (*OP*, 8 dez. 1894)

A resposta do governo parece não dar conta da demanda da sociedade, e os jornais repercutem sua ação de maneiras distintas. O *Jornal do Brasil*, alinhado com os mandatários da república àquela altura, parece tentar diminuir a gravidade do avanço da moléstia. *O Paiz* aponta para as manobras diversionistas da administração pública, que salientam a inexistência da doença em determinadas regiões do Brasil com o propósito de desviar o foco da região que

mais padece da patologia. A *Gazeta de Notícias* enfatiza a carência de informações oficiais e científicas sobre o tema. Nesse sentido, dos três jornais, a *Gazeta* é o que parece declinar da possibilidade de uma tomada de posição incisiva.

A saúde pública é um grande tema dos jornais no fim do século XIX. Com o desenvolvimento da ciência nesse período, muitas enfermidades causadoras de numerosas mortes foram neutralizadas, possibilitando uma maior expectativa de vida da população. Entretanto, a precariedade de iniciativas sanitárias por parte do estado ainda era responsável pela proliferação de muitos males.

Machado de Assis sugere que à natureza compete renovar as moléstias, abrindo espaço no mundo para as novas gerações. A inversão da lógica reside no fato de que se atribui a um elemento que foge ao controle dos homens uma doença propagada justamente porque medidas sanitárias não foram tomadas. Nesse sentido, atribui-se a causas alheias tudo aquilo que se dá justamente pela ação (ou não intervenção) humana.

Machado de Assis parece utilizar o principal assunto da semana para tratar de outros. Efetivamente, não é sobre o tema da imunização dos corpos que o cronista se debruça. A extensão do sentido do termo “vacina” possibilita uma análise aguda sobre o discurso de seu tempo:

Mas a vacina não se deve limitar ao corpo; é preciso aplicá-la à alma e aos costumes, começando na palavra e acabando no governo dos homens. Já a temos na palavra, ao menos, na palavra política. Graças às culturas sucessivas, podemos hoje chamar bandido a um adversário, e, às vezes a um velho amigo, com quem tenhamos alguma pequena desinteligência. Está assentado que bandido é um divergente. Corja de bandidos é um grupo de pessoas que entende diversamente de outra um artigo da Constituição. Quando os bandidos são também infames, é que venceram as eleições, ou legalmente, ou aproximativamente. Com tais culturas enrija-se a alma, poupam-se ódios, não se perde o apetite nem a consideração. Antes do fim do século, bandido valerá tanto como magro ou canhoto.

Assim também as opiniões. A vacina das opiniões é difícil, não como operação, mas como aceitação do princípio. Diz-se, e com razão, que o micróbio é sempre um mal; ora, a minha opinião é um bem, logo...Erro, grande erro. A minha opinião é um bem, decerto, mas a tua opinião é um mal, e do veneno da tua é que eu me devo preservar, por meio de injeções a tempo, a fim de que, se tiver a desgraça de trocar a minha opinião pela tua, não padeça as terríveis consequências que as ideias detestáveis trazem sempre consigo. E porque não é só a tua ideia que é perversa, mas todas as outras, desde que eu me vacine de todas, estou apto a recebê-las sucessivamente, sem perigo, antes com lucro. (*GN*, 9 dez. 1894)

Mais uma vez o cronista estabelece um raciocínio progressivo acerca do tema ao qual se dedica. De acordo com o argumento apresentado, o mesmo mecanismo que permitiria à vacina prevenir os males do corpo poderia ser extensível aos da alma e aos da sociedade. A vacina direcionada à linguagem, por assim dizer, já teria sido inventada no debate público, visto que termos ofensivos começaram a ser banalizados a ponto de não ofender mais aqueles a quem

eram dirigidos: “Está assentado que bandido é um divergente”. Machado de Assis prevê que o movimento tende a se agudizar até o fim do século, rebaixando o patamar em que se estabelece o debate público.

O que se observa é que, de maneira arguta, o cronista aponta para o ambiente fragilmente maniqueísta em que se travavam os debates e que as divergências cada vez mais acentuadas podem perder-se na banalização dos termos. Nesse sentido, parece captar a atmosfera presente no debate público. A relação que o escritor propõe entre a vacina contra um organismo causador de doenças e as opiniões dos cronistas é rica: assumindo que, para o indivíduo, a sua própria opinião é, por princípio, algo positivo e a dos demais um mal, ao estar vacinado contra estas, ele as destitui do seu sentido essencial, restando somente a formalidade do ato. Também se supõe que, ao prevalecer a previsão do narrador, qualquer discussão estaria fadada à inocuidade, uma vez que todos os indivíduos estariam “imunes” às ideias de seus interlocutores.

O cronista de “A Semana” parece olhar com fastio para “desinteligências” como as de Ferreira de Araújo e Marcello, que parecem melindrar-se com a opinião contrária e que pouco trazem de produtivo para a construção de uma esfera pública civilizada e de bom nível intelectual. Nesse cenário, o ato de discutir ideias teria sido substituído pelo de trocar acusações no campo pessoal. Machado de Assis faz troça de discussões dessa natureza e propõe medidas “absurdas” para a sua solução, propondo analogias com os temas que predominam nas páginas dos jornais.

Nesse sentido há um traço de conselheiro Aires que se verifica no cronista da *Gazeta de Notícias*. O tédio à divergência que o personagem demonstra nos dois últimos romances de Machado de Assis parece dar o tom que compõe o discurso presente na crônica. Se palavras com carga tão negativa quando “bandido” e “infames” fariam, nesse universo “vacinado” proposto na crônica, com que ofensas não fossem suscitadas, os debates poderiam se estabelecer de maneira fria e livre das paixões. Ocorre que o mundo em que se insere a crônica é justamente outro, o dos debates acalorados. Daí o narrador, recorrendo a um exercício retórico, sugere que se opere um mecanismo de arrefecimento dos efeitos das opiniões. Contra as intenções civilizatórias da crônica, pesa o fato de que o próprio exercício da retórica nas páginas dos jornais é naturalmente agressivo, restando ao cronista fazer o aproveitamento desses discursos no seu texto.

Não eram raras as discussões entre cronistas de distintos jornais como a que analisamos. O cronista de “A Semana”, por sua vez, dificilmente se insere em debates como o de Ferreira de Araújo e Marcello, embora observe essas discussões e, indiretamente, comente sobre elas em sua coluna semanal. Ao analisá-las, ele não se concentra no aspecto imediato do seu

conteúdo, mas no fenômeno maior, no espírito do tempo — mais especificamente, nas vozes do tempo. Decerto, há crônicas em que seus autores se dedicam a tratar das questões do cotidiano com maior esmero e trabalho textual, na contracorrente da discussão que observamos no início deste capítulo.

Machado de Assis também coloca em operação o seu mecanismo de análise de discursos ao verificar o modo como os periódicos noticiam aspectos fora do escopo da república brasileira. Tomamos como referência um episódio de relativa repercussão no ano de 1895. A crônica do dia 21 de abril de 1895 é iniciada com o evento histórico: “Estão feitas as pazes da China e do Japão” (*GN*, 21 abr. 1895).

A guerra sino-japonesa se deu entre os anos de 1894 e 1895 e consistia numa disputa pela influência sobre a península coreana entre o Japão pós-feudal e modernizado tecnologicamente e a China, de estrutura mais arcaica, porém com mais influência sobre o ocidente. A Coreia teve, no século XIX, um governo vassalo ao chinês, a quem pagava tributos. Com o desejo de expansão do império japonês, a Coreia se apresentava como zona de interesse para aquele país.

Em 28 de março de 1894, um revolucionário coreano aliado dos japoneses foi assassinado pelo exército chinês e levado à capital da península como exemplo. Os japoneses se mostraram diretamente afrontados com a atitude. Na continuação das ações, o governo chinês enviou um destacamento de seu exército para fortalecer o contingente na Coreia. O Japão respondeu com um grupo três vezes maior de soldados que derrotou o exército chinês e encerrou o conflito em 17 de abril de 1895, com a assinatura do Tratado de Shimonoseki, amplamente favorável ao país vencedor.

Diferentemente do cronista de *O Paiz*, Machado de Assis explora com mais atenção uma outra faceta daquela semana. As informações das quais dispunha provavelmente são provenientes de um telegrama publicado na *Gazeta de Notícias*, um dia após a assinatura do tratado:

Shanghai, 17

O tratado de paz entre a China e o Japão está definitivamente assinado.

A China dará ao Japão 200 milhões de faels como indenização de guerra; dar-lhe-á mais a península de Siantsing e a ilha Formosa. Cinco novos portos serão abertos ao tráfico estrangeiro, podendo os industriais japoneses estabelecerem-se em território chinês. (*GN*, 18 abr. 1895)

O início lacônico apenas dá a referência do assunto a ser tratado. Há paz na China e no Japão, e esse é o chão histórico que a crônica tematiza. Desse contexto, uma série de elementos poderiam ser explorados para uma compreensão mais ampla do cenário — o que não é feito.

Os elementos do contexto passam a ser apenas o pretexto para a construção da reflexão que segue. Seria realmente tarefa do cronista dar conta do fim do conflito que se anuncia de maneira curta nas principais folhas da cidade? Na crônica de Machado de Assis, a solução se apresenta de maneira não tão objetiva.

Após o já apresentado e curto parágrafo de introdução, ele recupera uma reminiscência de uma companhia de acrobatas japoneses que teriam se apresentado no Rio de Janeiro, não sabendo ele se no Teatro de São Pedro ou no Provisório — a memória, propositalmente ou não, trai-o vez ou outra. A alusão ao teatro Provisório que fora construído a toque de caixa pela municipalidade e tornou-se permanente, sediando apresentações de artistas provenientes de vários países, representa o grande motor da crônica, que é a reflexão acerca da vontade e sobre como as ações humanas mais efetivas se devem a ela. Com efeito, a palavra “vontade” é repetida cinco vezes ao longo do texto.

A crônica apresenta como o Japão tinha sido tratado por parte do ocidente apenas como um elemento exótico, seja por conta do talento de seus artistas, seja por conta da beleza de seus adornos e da sua arquitetura. O cronista, inclusive, encarna a figura de um admirador dessa cultura nipônica no que tange a elementos estéticos que, por curiosidade, dedica-se a aprender mais sobre questões mais profundas, como o regime político.

Assim, a crônica se divide em duas partes: a primeira para apresentar um Japão pitoresco, repleto de belezas e curiosidades, para, após feita a transição para a segunda parte, trazer a imagem de um país com ambições políticas e pretensões de se tornar um estado com posição de protagonismo no concerto das nações. Não é demais sugerir que existe uma discreta comparação com o Brasil do período, cuja vontade possibilitou, no máximo, a construção de mais um teatro na cidade.

Para o cronista de “A Semana” todos os aspectos da questão sino-japonesa limitam-se a um elemento estético para o público brasileiro; não há profundidade no trato. De alguma maneira se propõe a falar sobre o tema com mais vagar e não apenas realizar a apreciação do fenômeno em si, mas talvez permitir que a vontade que move o Japão possa se estabelecer como um ponto que mereça atenção, não simplesmente para copiá-lo, mas para olhá-lo com mais seriedade e apuro.

Debates dessa natureza são observados, essencialmente, no que Machado de Assis convencionou chamar de “semana cheia”¹⁸, em que a pauta dos grandes acontecimentos, quase

¹⁸ “Eis aí uma semana cheia. Projetos e projetos bancários, debates e debates financeiros, prisão de diretores de companhias, denúncia de outros, dois mil comerciantes marchando para o Palácio Itamarati, a pé, debaixo d’água,

que obrigatoriamente, empurra os cronistas a fazer o comentário de determinado assunto candente, que, supõe-se, seja a demanda de seus leitores. Contudo, para além da natural inclinação dos cronistas aos grandes assuntos, há também riqueza nas semanas cheias de assuntos vazios, nas quais entra em cena o viés crítico de cada cronista. É o que discutiremos no tópico a seguir.

4.2. O NÃO-ASSUNTO COMO TEMA

Há, entre as séries de crônicas contemporâneas a “A Semana”, uma que atravessa o ano de 1893, intitulada “Croniqueta”, assinada por O. D. E. — pseudônimo de J. Osório Duque Estrada, em *O Paiz*. Apesar de já a termos mencionado no capítulo 3, cabe sobre ela um comentário mais alentado. A coluna se caracteriza por tecer considerações a respeito dos temas da semana tendo por característica a de sua escrita se desenvolver em uma espécie de prosa rimada, o que, de alguma maneira, aumenta a complexidade da tarefa do cronista. Ela se diferencia da série “Gazeta de Holanda”, publicada por Machado de Assis na *Gazeta de Notícias* entre novembro de 1886 e fevereiro de 1888, na medida em que esta se compõe de comentários organizados em torno de vinte quadras rimadas.

O título da coluna já se apresenta como despretensioso. Conforme a seção de “Crônica” se anuncia com um sufixo indicador de grau diminutivo, colocando-se abaixo, em nível de importância, às séries do período com pretensões mais sóbrias, a sua voz narrativa se desobriga da função de tratar com seriedade as questões candentes do período, de maneira que tal espaço se aproximaria mais do registro do entretenimento do que propriamente da coluna de opinião.

Para além do aspecto formal do texto, a mais recorrente característica da voz que conduz as rimas na coluna de *O Paiz* é a de iniciar seus textos fazendo uma espécie de comentário mais abrangente dando conta da intensidade com que se desenvolveu o semanário da cidade. Dessa maneira, o texto sempre se inicia anunciando que se tratará de uma “semana cheia” ou se versará sobre uma na qual pouca coisa aconteceu.

No trecho a seguir, o cronista se queixa da mornidão do período e do desafio de escrever hebdomadariamente em face da escassez de assuntos que se lhe apresenta:

Triste cidade, inda pior que a roça, de quem, passando, esta semana zomba! Não há, não houve, nem sequer por troça, um fato grave, escândalo de arromba!

processo Maria Antônia, fusão de bancos, alça rápida de câmbio, tudo isso grave, soturno, trágico ou simplesmente enfadonho. (...)” (*GN*, 9 out. 1892)

Diante disso, que causa tanto horror, figure-se o leitor um caso assim: que eu seja Jack, Jack o Estripador, mas estripando um pobre manequim!
 Por mais esforços vãos que a Musa faça, por mais que aperte e instigue o meu bestunto, não há lugar sequer para a chalaça, não há nada, só há falta de assunto! Eu sei perfeitamente que por isso nunca chora um cronista de mão cheia, pois enchendo com jeito um bom chouriço, sem custo já se faz crônica e meia. Mas o leitor simpático e amigo que pensava talvez ficar freguês, pode as peras querer jogar comigo, sentindo-se roubado desta vez. Porém a coisa assim fica assentada, como história de escusas anacrônica: durante esta semana já passada, bife não pode haver, nem houve crônica. (*OP*, 14 jan. 1893)

O cronista estabelece uma comparação entre o ritmo das novidades da capital e a da província, tomando esta como o lugar em que predomina o tédio e aquela como sendo um ambiente de profusão de notícias. A rigor, a queixa do narrador não se direciona à ausência de um acontecimento, mas à de um grande o suficiente para servir ao propósito de entreter o leitor sem que, necessariamente, sua pena fosse a responsável por mobilizar as paixões do público. Faltaria, efetivamente, o “escândalo de arromba”.

Na impossibilidade de fornecer o assunto que pudesse aprazer o seu público, o cronista rememora episódios recentes com grande repercussão que pudessem substituir a picaria do momento. Ele evoca a figura de Jack Estripador, misterioso assassino que aterrorizou a cidade de Londres no final da década de 80, adaptando-o para a realidade do Distrito Federal, em que bastaria retalhar um “pobre manequim”.

A musa — referência de inspiração para os poetas na antiguidade clássica — também se esforça em vão para fazer o cronista produzir. Assim, em face da reiterada impossibilidade de encontrar temas que pudessem servir ao propósito do texto, é a própria reflexão sobre a escrita que toma o espaço da crônica. Daí podemos depreender importantes informações sobre a percepção geral que se tem sobre o gênero no período.

O. D. E. sugere que o bom cronista não se resente da falta de assunto, sendo talvez o talento individual mais relevante para a consecução de sua tarefa do que o material fático do qual o texto se alimenta. Nessa toada, seria possível sugerir que a ausência de matéria para a escrita seja também um bom tema para que a coluna semanal seja levada a bom termo, de maneira que uma crônica possa ser construída a partir de considerações sobre — pasmemos — a ausência de conteúdo.

Dessa forma, o autor da modesta “Croniqueta” tece comentários preciosos a respeito das raízes do próprio gênero que pratica, inicialmente vinculada a uma narrativa histórica, mas que ao longo do século XIX entrega a sisudez da tarefa ao historiador, desobrigando-se da fidelidade aos fatos ou de determinada pretensão de busca por uma verdade, seja ela qual for. A crônica, nesse sentido, “é ela própria um fato moderno, submetendo-se aos choques da

novidade, ao consumo imediato, às inquietações de um desejo sempre insatisfeito, à rápida transformação e à fugacidade da vida moderna (...)” (ARRIGUCCI JR., 1987, p. 53). E é como um fato moderno que ela se estabelece, desenvolvendo-se como gênero literário autônomo que se apropria dos fatos para dar a eles tratamento estético.

Em última análise, o cronista de *O Paiz*, ao colocar o leitor em contato com uma determinada perspectiva do processo composicional de seu texto, explora um dos aspectos mais relevantes da crônica: o da capacidade de estabelecer uma ponte com o leitor a partir da figuração da intersubjetividade. Para além desse gesto fundamentalmente comunicacional, dado o cuidadoso manejo com a sua forma, o texto hebdomadário se constitui como gênero propriamente literário, em profunda conexão com o suporte no qual se insere, mas tornando-se, paradoxalmente, cada vez mais autônomo em relação a ele.

Nesse sentido, o comentário em tom lamentoso sobre a impossibilidade de escrever seu texto faz parte de uma estratégia retórica do cronista através da qual ele revela a sua percepção sobre importantes elementos constituintes da própria crônica que produz. Contudo, ao afirmar que nada teria a dizer sobre os fatos da semana, aproveita o final de sua reflexão para inserir uma referência sutil: “durante esta semana já passada, bife não pode haver, nem houve crônica”. Ora, o narrador toma o leitor pela mão e despende uma longa reflexão para confessar que não há nada a dizer, mas nesse mesmo movimento insere jocosamente uma questão da ordem do dia, que consiste na crise de fornecimento de carne bovina. *Voilà*, aí está o desejado assunto.

Na crônica de “A Semana”, a exemplo da “Croniqueta”, de *O Paiz*, a suposta falta de assunto enseja, necessariamente, um passeio pelas seções periféricas dos periódicos que sorve com aparente dedicação. O texto machadiano, por sua vez, pode prescindir, ocasionalmente, do conteúdo das primeiras páginas dos jornais e revistas, sendo construído a partir das mais improváveis seções distribuídas no corpo das publicações do Distrito Federal.

Ao longo do presente capítulo, tecemos considerações a respeito da crônica como gênero literário e que, em uma ou mais de suas formas, adquire certa autonomia em relação ao suporte em que se insere. Nesse momento, para a análise do tipo de crônica produzido por Machado de Assis em “A Semana”, interessa-nos discutir qual a ancoragem realizada entre ele e a realidade que se constrói nas páginas dos periódicos.

É comum estabelecer na literatura uma cisão entre a construção literária e determinada realidade que ela emula ou que ela sugere. Basicamente, que mundo é dado a conhecer pelo narrador de um texto, independentemente do gênero a que este pertença? Na ficção de Machado de Assis, por exemplo, é desejável, porém não fundamental para a compreensão da jornada de Rubião, Brás Cubas e Bentinho, que se tenha conhecimento profundo do Rio de Janeiro real —

seja como sede da Corte, seja como capital da República — mas não podemos afirmar o mesmo sobre os comentários semanais publicados nos periódicos, em que os elementos da chamada realidade adquirem maior relevância. A proeminência do aspecto referencial na crônica em face dos demais elementos da construção textual sugerem ao leitor que recupere os elementos referenciais a partir dos quais elas se constroem.

É no instável jogo entre os fatos do mundo trazidos à lume pela imprensa e as reflexões apostas sobre eles que emerge a força do gênero. Se, no caso da ficção machadiana, dado desconhecimento sobre filigranas da sociedade carioca do final do século XIX não comprometem completamente a fruição do enredo, no das intervenções hebdomadárias do escritor essa missão já não seria tão fácil; afinal, para a crônica, os episódios do cotidiano são quase tudo. Ainda assim, no caso de Machado de Assis, o advérbio “quase” precisa ser ressaltado, pois na ausência dos fatos, o narrador apresenta elementos comezinhos que podem ser destacados da sua realidade imediata e compreendidos para além do seu contexto.

A crônica da qual trataremos é emblemática do modo como, a partir do não-assunto, o narrador de “A Semana” fomenta uma reflexão de alta complexidade:

Um dia desta semana, farto de vendavais, naufrágios, boatos, mentiras, polêmicas, farto de ver como descompõem os homens, acionistas e diretores, importadores e industriais, farto de mim, de ti, de todos, de um tumulto sem vida, de um silêncio sem quietação, peguei de uma página de anúncios, e disse comigo:

— Eia, passemos em revista as procuras e ofertas, caixeiros desempregados, pianos, magnésias, sabonetes, oficiais de barbeiro, casas para alugar, amas-de-leite, cobradores, coqueluche, hipotecas, professores, tosses crônicas... (*GN*, 17 jul. 1892)

Há, no excerto, um bom exemplo de exuberância verbal do cronista, possibilitada pelo recurso estilístico da enumeração caótica, dando conta de trazer para o texto o universo babelesco próprio dos periódicos de seu tempo. Os dois parágrafos, para além de ilustrar o fastio demonstrado pelo cronista, dão conta de representar a experiência de leitura dos diários, dividindo-os em duas partes: na primeira delas estaria o grande noticiário, composto pelos acontecimentos em nível global, desastres naturais e acidentes da cena política nacional e local, além das análises econômicas. Há, basicamente, a sugestão de que as notícias veiculadas na parte prestigiosa do jornal estariam distanciadas do cotidiano de seus leitores, o que pode ser verificado na metáfora que sela o primeiro parágrafo: “tumulto sem vida”.

Em seguida, como se já não detivesse a fala, o cronista abre um travessão, permitindo-se declinar da formalidade em benefício da oralidade. A interjeição “Eia” marca a transição da leitura para a segunda parte do periódico, esta tão tumultuada quanto a primeira, porém mais

viva. Basicamente, o cronista trata do conteúdo da seção “A pedidos”, rubrica mais próxima do cotidiano dos leitores.

Naturalmente, a posição ocupada por “A Semana”, estampada na primeira página no jornal, a exemplo das demais seções de crônicas existentes nas folhas de outros periódicos que apresentavam variações do mesmo título — “Crônica da Semana”, “Os sete dias”, “A semana passada”, “Notas da semana” — inclinaria o cronista às seções mais editorialmente trabalhadas da imprensa. Entretanto, Machado de Assis parece conceber a leitura das folhas diárias como uma experiência orgânica e totalizante, incorporando todas as seções em seus comentários, incluindo a parte comercial da publicação.

Essa seção, além da divulgação de produtos e serviços; das manifestações diversas de particulares; dos debates travados direta e indiretamente entre desafetos, cumpria o papel de divulgar mensagens de homens e mulheres em busca de um par, fosse esta união proposta de maneira oficial, na forma do casamento, ou de maneira velada, sob o signo da proteção ou da prestação de serviços domésticos. Na continuação da crônica, Machado de Assis trata de um desses anúncios:

(...) E o meu espírito, estendendo e juntando as mãos e os braços, como fazem os nadadores, que caem do alto, mergulhou por uma coluna abaixo. Quando voltou à tona trazia entre os dedos esta pérola:
 “Uma viúva interessante, distinta, de boa família e independente de meios, deseja encontrar por esposo um homem de meia-idade, sério, instruído, e também com meios de vida, *que esteja como ela cansado de viver só*; resposta por carta ao escritório desta folha, com as iniciais M. R., anunciando, a fim de ser procurada esta carta.” (...) (GN, 17 jul. 1892)

A imagem utilizada pelo narrador é simbólica do modo como se organizam os anúncios. O gesto de colher entre as publicações a pedidos alguma que despertasse a sua atenção tem grande potencial expressivo: o mar em que o nadador recolhe uma pérola pode representar a vastidão da coluna de anúncios dos jornais. Haveria ali toda sorte de publicações destinadas ao esquecimento. Se algo de valor pudesse existir, deveria ser buscado com esmero. O cronista sugere ter feito esse movimento.

Machado de Assis reproduz o anúncio de um periódico na íntegra, ainda que não estabeleça a sua origem, produzindo o efeito de universalizar o teor da publicação, encontrado em qualquer dos jornais da cidade do Rio de Janeiro. Efetivamente, o objeto de sua análise fora publicada na oitava página do *Jornal do Commercio*, nove dias antes da publicação da crônica:

Figura 10 — Anúncio publicado na seção “A pedidos”, no *JC*, 8 jul. 1892

UMA viuva interes-ante, distincta, de bóa familia e independente de meios, deseja encontrar por esposo um homem de meia idade, sério, instruido e tambem com meios de vida, que esteja como ella, cansado de viver só; resposta por carta ao escriptorio desta folha, com as iniciaes M. R., annunciando, afim de ser procurada essa carta.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Ao problematizar esse tipo de anúncio, John Gledson explica que as mulheres normalmente lançavam mão da publicação paga em atitude desesperada por se verem sem recursos para a sua subsistência. O crítico, inclusive, adiciona que, em alguns casos, essa poderia ser uma forma velada de prostituição (ASSIS, 1996, p. 88).

No caso da crônica, o anúncio teria sido remetido por uma viúva de condições econômicas confortáveis, muito provavelmente proporcionadas por laços parentais prévios, seja da primeira família ou do marido falecido, o que pode representar o desejo da viúva de recuperar a sua inserção no seio da sociedade, reservada às mulheres casadas. Rachel Soihet, em seu ensaio *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*, acrescenta que a instituição casamento era mormente desfrutada pelas mulheres integrantes das “camadas mais elevadas da sociedade, para as quais se fomentavam as aspirações ao casamento e filhos, cabendo-lhes desempenhar um papel tradicional e restrito” (2004, p. 368).

Não raro se observavam anúncios em que homens se dispunham a oferecer proteção a mulheres solitárias por meio do oferecimento a uma relação amorosa extraoficial, de lar e alimento em troca de serviços domésticos não devidamente remunerados, ou mesmo sugerindo discretamente um vínculo de reiterada prostituição. A imagem a seguir foi extraída da mesma página em que foi publicado o anúncio aproveitado por Machado de Assis em sua crônica:

Figura 11 — Anúncio publicado na seção “A pedidos”, no *JC*, 8 jul. 1892

MOÇA — Um moço de recursos, deseja auxiliar com quantia mensal, uma de qualquer côr; carta no escriptorio desta folha a A. G. L.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Nesse diapasão, a vida das mulheres pobres — solteiras ou viúvas — era imperiosamente marcada por privações e sua garantia da sobrevivência dependia dos laços sociais estabelecidos no espaço da rua. Com isso, havia alguma autonomia do seu corpo e do seu destino. A mulher casada, por sua vez, era objeto de certa vigilância por parte da sociedade, afinal, o contrato matrimonial estabelecia a troca da liberdade do seu corpo pelas garantias de

sustento e de respeitabilidade no espaço público. Em síntese, nas duas condições, a situação feminina era marcada por restrições.

Na sequência da crônica, o comentarista da semana se dirige diretamente à viúva:

Gentil viúva, eu não sou o homem que procuras, mas desejava ver-te, ou, quando menos, possuir o teu retrato, porque tu não és qualquer pessoa, tu vales alguma coisa mais que o comum das mulheres. Ai de quem está só! dizem as sagradas letras; mas não foi a religião que te inspirou esse anúncio. Nem motivo teológico, nem metafísico. Positivo também não, porque o positivismo é infenso às segundas núpcias. Que foi então, senão a triste, longa e aborrecida experiência? Não queres amar; estás cansada de viver só.

E a cláusula de ser o esposo outro aborrecido, farto de solidão, mostra que tu não queres enganar, nem sacrificar ninguém. Ficam desde já excluídos os sonhadores, os que amem o mistério e procurem justamente esta ocasião de comprar um bilhete na loteria da vida. Que não pedes um diálogo de amor, é claro, desde que impões a cláusula da meia idade, zona em que as paixões, arrefecem, onde as flores vão perdendo a cor purpúrea e o viço eterno. Não há de ser um naufrago, à espera de uma tábua de salvação, pois que exiges que também possua. E há de ser instruído, para encher com as luzes do espírito as longas noites do coração, e contar (sem as mãos presas) a tomada de Constantinopla.

Viúva dos meus pecados, quem és tu, que sabes tanto? O teu anúncio lembra a carta de certo capitão da guarda de Nero. Rico, interessante, aborrecido, como tu, escreveu um dia ao grave Sêneca, perguntando-lhe como se havia de curar do tédio que sentia, e explicava-se por figura: “Não é a tempestade que me aflige, é o enjoo do mar”. Viúva minha, o que tu queres realmente, não é um marido, é um remédio contra o enjoo. Vês que a travessia ainda é longa — porque a tua idade está entre trinta e dois e trinta e oito anos, — o mar é agitado, o navio joga muito; precisas de um preparado para matar esse mal cruel e indefinível. Não te contentas com o remédio de Sêneca, que era justamente a solidão à vida retirada, em que a alma acha todo o seu sossego”. Tu já provaste esse preparado; não te fez nada. Tentas outro; mas queres menos um companheiro que uma companhia. (*GN*, 17 jul. 1892)

Desse trecho em diante é realizado um exercício de análise apurada do anúncio, em que o cronista expande o escopo da leitura especulando sobre os motivos pelos quais a mulher desejaria recobrar a experiência de coabitação. Antes de passar ao exame ele, cuidadosamente, se exclui do rol de possíveis candidatas a dar resposta aos anseios da anunciante.

Em suas considerações dirigidas sempre à viúva, o cronista trata de descartar a possibilidade de que ela esteja movida por anseios econômicos ou mesmo românticos — o que normalmente se observam como elementos motivadores da farta maioria dos anúncios dessa natureza. Ele se ocupa em estabelecer uma série de negativas, reduzindo as possibilidades até chegar a uma só: o tédio. Para enfatizar a sua hipótese, Machado de Assis recorre a uma gradação ternária adjetiva: “(...) triste, longa e aborrecida experiência”. Com esse recurso expressivo muito próprio da escrita machadiana, o cronista produz no trecho o efeito de revestir o substantivo de uma extensa carga negativa, dando a sua especulação um ar irrefutável. Além disso, caracteriza por extensão a sua interlocutora como uma melancólica, enfadada e experiente figura.

Prosseguindo com o exame do anúncio, o narrador trata das características esperadas do futuro companheiro. O candidato a esposo da anunciante deveria ser, em síntese, desprovido de paixões, tal como a própria viúva seria, de acordo com a percepção do cronista. Para chegar a essa conclusão, o narrador ilustra cada predicado esperado dessa figura ainda indefinida com pequenas alegorias que ajudem a traçar seus contornos.

Feitas essas considerações, a atenção se volta à viúva, bem à moda como os narradores machadianos estabelecem distintas formas de se dirigir ao seu leitor. A expressão “Viúva dos meus pecados, quem és tu que sabes tanto?” soa como uma súplica de um narrador que estiliza sua admiração pela suposta sabedoria de vida de seu objeto de interesse. Nesse caso, notemos que o cronista se dirige a uma leitora figurada, ainda que o anúncio efetivamente existisse. Em outro nível, há também os múltiplos leitores da crônica que testemunham o diálogo estabelecido entre o cronista da semana e uma suposta anunciante do jornal concorrente.

A alegoria marítima é renitente. Lançando mão de um procedimento humorístico que alude a uma frase atribuída a Sêneca para tentar definir os anseios da viúva, o cronista assevera que bastava a ela adquirir um remédio contra enjoos — cujo anúncio é passível de ser encontrado na seção “A pedidos” — para seguir a sua vida, ilustrada por uma travessia feita ao longo do mar. Por fim, assevera que a mulher deseja efetivamente uma companhia e não um companheiro.

No jargão militar, o termo companhia representa a tripulação de determinada embarcação, o que é bastante emblemático para a escolha da alegoria machadiana a qual todas as imagens da crônica fazem referência. A síntese possível para a crônica é a sugestão de que importaria menos o indivíduo com a qual a viúva estivesse, desde que não estivesse só, de modo que o cronista colocaria em xeque a própria necessidade de um esposo, lugar que poderia ser ocupado por qualquer espécie de companhia.

Essa crônica ilustra o aproveitamento estético que Machado de Assis faz de um anúncio trivial, colocando em operação os seus vastos recursos estilísticos a serviço não apenas de um comentário corriqueiro para o periódico, mas de uma prática de escrita que contribui para a expansão dos limites já muito vastos da crônica. O escritor coopera para o desenvolvimento do próprio gênero, conferindo à crônica a capacidade de abarcar distintos objetos e a de ser produzida de distintas formas.

Em vários espaços há menções diretas ao estilo de Machado de Assis, como é possível observar na coluna “Humorismos”, do jornal *O Paiz*, assinada por J. Guerra. A ocasião deriva do relato de episódio anedótico em que um médico ilustre teria sido ludibriado por seu criado, um “mulato pernóstico”: “Seu patrão estimava-o bastante, por ser ele inteligente e zeloso, se

bem que um tanto brusco. O leitor há de estranhar que um homem inteligente seja burro. Questão de ponto de vista, como diria o Sr. Machado de Assis” (*OP*, 29 dez. 1892).

Efetivamente, Machado de Assis trabalha com esse tipo de imagens em suas crônicas e também na obra de ficção. Construções do tipo “As coisas têm o valor do aspecto, e o aspecto depende da retina (...)” (*GN*, 22 nov. 1896) não são estranhas aos leitores de Machado de Assis nos dias de hoje e já não eram enquanto produzia sua obra. Esse recurso da relativização tem a capacidade de retirar dos objetos os valores apresentados como hegemônicos. Sob o olhar do cronista, as coisas não são apreciadas aprioristicamente pelo valor de face, mas em função dos interesses que despertam.

Assim, a crônica de “A Semana” se insere em um contexto de maturidade da experiência de Machado de Assis na escrita desse gênero. Esse movimento confirma o diálogo coerente estabelecido pelo escritor nas suas diversas incursões literárias, enriquecendo uma obra já densa e que se inter-relaciona. A série da *Gazeta de Notícias* também parece comportar-se como lugar de inspiração para os outros cronistas do período, servindo como estímulo a que as demais crônicas sejam trabalhadas criativamente e, por que não dizer, também é por elas iluminada.

É possível reconstruir minimamente o percurso dessas relações ao explorar as distintas séries produzidas na imprensa do período. Há, contudo, nos jornais cariocas uma certa irregularidade na distribuição das rubricas. Além das fixas, há colunas *ad hoc* que acompanham a rede de acontecimentos diários e ganham destaque por si. Efetivamente, destacam-se as séries que consistem em uma recolha do material candente da atualidade para que se produza o conseqüente comentário. Nesse mister, é unânime a avaliação de que “A Semana” consiste em grande referência.

4.3. O ESPAÇO DO CONTRAPONTO

Conforme já foi dito neste trabalho, a crônica se consolida como espaço do contraponto à homogeneidade dos discursos presentes nos periódicos brasileiros no fim do século XIX. Olavo Bilac é um dos cronistas que mais diretamente executa a tarefa de chamar a atenção para determinadas impropriedades ou, até mesmo, abusos cometidos pela imprensa. Na seção “Crônica livre”, da *Gazeta de Notícias*, o escritor pondera:

Um abuso de imprensa que passa despercebido, e que é um crime...

Quase não há dia em que os jornais não insiram uma notícia como esta: “Foi preso ontem o menor fulano (e vem o nome por extenso), por ter subtraído a quantia de... da gaveta do Sr. Sicrano, cujo empregado era”.

Porque o abuso é quotidiano e já adquiriu as regalias de uso, ninguém repara nele: e o crime se pratica com toda a alma, com toda a regularidade, com toda a simplicidade, diariamente, sem que uma corrente piedosa de opinião se levante contra essa crueldade inaudita, essa maldade que consiste em perpetuar com um erro de criança, publicando-o, e em transformar uma leviandade infantil em nódoa eterna que se alastra por todo um nome e toda uma vida, inexoravelmente. Ainda ontem, em um jornal do Rio, apareceu a hedionda cousa (...)

A injustiça desse uso, que é enraizado infelizmente na nossa imprensa, sobe de ponto quando o autor da falta é uma criança. Uma criança tem tanta responsabilidade do que faz, quando furta cinco mil réis, como quando deita fogo a uma casa por estar brincando com fósforos ou quebra a cabeça de um transeunte por estar brincando com pedras.

Seria bom que um movimento honesto da imprensa acabasse com isso. O jornal é um instrumento de educação e de justiça; ninguém se faz jornalista para praticar a crueldade e o mal.

Olavo Bilac (*GN*, 17 fev. 1894)

Embora seja um período em que a imprensa pode ser considerada amadora, considerando que a profissionalização do ofício e a teorização mais sistemática a respeito das práticas jornalísticas tenha se dado no século XX, há escritores-jornalistas prestigiados no fim do século XIX que direcionam críticas incisivas aos veículos de comunicação.

Olavo Bilac inicia seu texto utilizando a expressão “Um abuso de imprensa”. A expressão sugere a existência de determinados limites éticos na execução da tarefa de reportar determinadas informações aos leitores. Em seguida, critica um determinado modelo recorrente de comunicação que enfatiza a exposição nominal de crianças infratoras, argumentando que a gravidade do rótulo criminoso impingido aos menores traria consequências mais nefastas à criança do que o próprio delito cometido ao ofendido.

A força do gesto do cronista reside na cobrança de um pacto coletivo entre os periódicos para que se estabelecessem balizas de orientação a fim de refrear práticas desse jaez. Esse posicionamento incisivo revela um escritor plenamente cioso das suas práticas e com visão bastante clara acerca da função social cumprida pela imprensa. Segundo ele, o jornal seria “instrumento de educação e de justiça”, não podendo sucumbir à sanha sensacionalista que teria, talvez, por vias tortas, uma pretensão de atingir as camadas mais populares ou de atingir forçosamente maior público assinante.

A partir dessa perspectiva, parece pertinente recorrer ao célebre ensaio do autor, *O jornal e o livro*, publicado no *Correio Mercantil* em janeiro de 1859: “O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideias e o fogo das convicções” (ASSIS, 2011, p. 49).

Considerando a distância temporal que separa os dois textos, é possível afirmar que a utopia do jovem Machado de Assis vai de encontro à prática jornalística denunciada por Olavo Bilac na década de 90. Segundo a leitura de Machado de Assis, a imprensa teria uma função edificante na sociedade e, por estar imbuída de um nobre papel, deve levar aos seus leitores ideias elevadas. O colunista da “Crônica livre” parece estar iluminado por ideário análogo ao do jovem ensaísta quando cobra uma prática mais ética do jornalismo.

Dito de outro modo, as abstrações de um colaborador do periódico eivado dos ideais da juventude esbarram, anos depois, na constatação de um experiente jornalista decepcionado com os resultados entregues por uma instituição que, concretamente, estaria sonhando à sociedade aquilo que dela se esperava. Não é possível, entretanto, afirmar que Olavo Bilac assiste estoicamente à derrocada moral da imprensa; ao contrário, o cronista convoca seus pares a protagonizar um “movimento honesto” de adequação de suas práticas a um modelo mais ético de jornalismo.

Sem embargo, a prática denunciada por Olavo Bilac não era a única passível de reprimendas, assim como o cronista não estava sozinho na tarefa de monitorar o expediente da imprensa. Houve episódios na década de 1890 que foram emblemáticos nessa seara, sobre os quais alguns cronistas teceram considerações em suas colunas. Uma delas, a “Crônica” de *O Paiz*, apresentou em quatro de seus textos o significativo pseudônimo Braz-Cubas, entre 22 de abril e 6 de maio de 1895.

Em 13 de maio de 1895, apresentando um curioso *post-scriptum*, o cronista justifica a mudança de assinatura, assumindo o pseudônimo de Magriço:

(...) Magriço.

(Ex-Braz-Cubas)

P.S. — Por carta a meu amigo Jovino Aires veio uma reclamação pelo uso do nome de Braz-Cubas assinando esta crônica, por ser pseudônimo de um notável escritor há mais de 14 anos. Sou obrigado a mudar meu nome, porque um cavalheiro fez dele o seu pseudônimo.

É boa! (*OP*, 13 mai. 1894)

O pequeno aviso apresenta elementos relevantes sobre a autoria. Jovino Aires, secretário de *O Paiz*, teria recebido uma correspondência em que se reclamava a propriedade do nome Brás Cubas. Note-se que, nesse sentido, o cronista desconsiderava ou fingia desconsiderar as camadas de mediação presentes no romance machadiano. Nesse sentido, a complexidade da criação de um defunto autor, narrador e protagonista de suas memórias é reduzida a um mero pseudônimo.

A coluna se estende até o fim do ano de 1895. Em algumas semanas, é intercalada por colunas excepcionais assinadas por nomes como Alfredo Varela, Cunha e Costa, Adolpho Caminha. Na primeira da série, iniciada com uma extensa consideração sobre a instituição do matrimônio e do conceito de monogamia que remonta à criação na mitologia bíblica, há uma profusão de temas tratados com bastante leveza e ironia. Essa coluna específica começa com uma alegoria de Adão e Eva e reflete sobre o caráter universal da crônica.

Toda a consideração inicial está a serviço da análise do episódio do crime passionai, conhecido por crime da Rua do Mattoso, que havia repercutido à exaustão na última semana pelos periódicos. *O Paiz*, no dia 18 de abril de 1895, dedica três colunas da sua primeira página a explorar o assunto. O título da coluna: “A revólver – Cena de sangue”. Nela, o periódico se inclina à vertente do jornalismo sensacionalista que explora a curiosidade do leitor por cenas trágicas e mórbidas, ocultando elementos de interesse mais coletivo, não problematizando aspectos sociais, por exemplo, e inclinando-se a uma leitura moralista das circunstâncias do crime.

O enredo do caso é bem romanesco: Antônio Teixeira da Cunha Jr., um bom homem dedicado à família, recebe a denúncia anônima de que sua esposa mantém recorrentes relações extraconjugais em uma hospedaria de baixa reputação, na rua da Carioca, tendo como cúmplice de seus desvios a sua irmã. Descrente, a princípio, o homem passa a desconfiar do comportamento da companheira, que não despense os devidos cuidados com as obrigações do lar e no trato dos filhos.

Em determinado dia, tendo recebido a recusa de sua esposa para ir a um espetáculo teatral e não a encontrando em casa ao chegar do trabalho, o marido força sua criada a revelar a direção para a qual teria ido a suposta adúltera. A resposta: a Rua do Mattoso. O ofendido então toma de seu revólver à gaveta da mesa de trabalho e fica de tocaia esperando a chegada da mulher, que aparece em um coche acompanhada de sua irmã e de mais dois homens – supostamente, o amante de sua esposa e o de sua cunhada. Quando a esposa desce do veículo, ele lhe desfere três tiros, acertando um fatalmente e, em seguida, se entrega à autoridade policial, confessando o crime.

O primeiro bloco da crônica de Braz-Cubas é inteiramente dedicado ao crime da Rua do Mattoso. O cronista faz uma longa digressão sobre o mito da criação do gênesis bíblico, ponderando o porquê das limitações ao número de parceiros que um indivíduo pode ter na sua vida amorosa e concluindo que tudo não passava de uma convenção legal:

O que as santas escrituras não explicam é a incoerência divina ordenando a um tempo a multiplicação e proibindo o pecado, que é o fator principal dessa vulgar operação aritmética. Quer me parecer que houve erro ou omissão do historiador desses tempos brumosos ao reproduzir as palavras do Ditador Supremo.

Mas o pecado ficou sendo afinal de contas uma virtude, que as leis humanas codificaram e as leis divinas sacramentaram tornando a mãe de família o relicário dos sentimentos mais puros. Era preciso, porém, designar, classificar o beijo, o pecado permitido e o não permitido.

A princípio, logo depois da criação, o beijo era mais extensivo – podia ser dado nos olhos negros, nos castanhos, nos verdes e nos azuis, à vontade. Alguns povos continuaram a adotar esta regra. Outros, porém, restringiram-no; o beijo ficou limitado a uma só boca. (*OP*, 22 abr. 1895)

A reflexão é precedida por uma longa digressão acerca da criação e do modo como o arranjo e a convenção dão conta do convívio social com mais ou menos benefícios para um ou outro indivíduo. De todo modo, o que se conclui na crônica é que não há um sentido preexistente às convenções sociais: decisões que modificarão a vida de uma grande coletividade são, no limite, desprovidas de uma significação válida que não apenas uma convenção, como no caso da monogamia, como exposta a partir do comentário sobre o crime que toma as páginas dos jornais naquela semana.

O próprio estatuto da mãe, que assim se torna por conta do pecado que comete, é paradoxal. Por um lado, a maternidade expõe o seu pecado, por outro a dignifica, estabelecendo a partir da assunção desse papel a pureza com a qual será enxergada. A esposa infiel perde o direito a essa segunda característica, uma vez que a relação extraconjugal a despe do manto da santidade. O resultado da infidelidade pode ser enxergado de uma maneira pragmática, segundo o cronista, sendo o assassino um dos principais perdedores. Adelaide, a morta, e Emília, a irmã que escapa, têm destinos distintos, mas a desonra que passa a preceder seus nomes é comum a ambas:

A solução depende dos temperamentos, e fica nestes extremos: Adelaide morta ou Emília divorciada; o marido da primeira com o remorso de um crime e outras coisas que o tiro não lhe tira da cabeça, um processo e talvez o cárcere, ou o marido da segunda, sem o peso do remorso na cabeça e com uma boca de menos em cada, solução muito econômica. Os interessados que escolham. (*OP*, 22 abr. 1895)

De acordo com a lógica estabelecida pela crônica, há um vencedor: o marido da mulher que segue viva. Se as conjecturas são verdadeiras, o divórcio lhe será uma solução econômica, sem o prejuízo de responder à justiça por qualquer mal feito, ao passo que a solução encontrada pelo assassino não lhe traz a possibilidade de reparação dos males. A crônica funciona como espécie de desdobramento analítico do sensacionalismo da imprensa do período, que explora o caso à exaustão. Se, portanto, os jornais apresentam uma espécie de romance folhetinesco no

corpo noticioso do periódico, o analista faz as vezes de um crítico de literatura, avaliando os destinos de cada um dos personagens da trama.

Embora a crônica se dedique sobremaneira à reflexão sobre o caso da Rua do Mattoso, ela traz, como rezam os mandamentos implícitos do bom cronista semanal, comentários mais ou menos alentados sobre outros assuntos da atualidade, como os desdobramentos da ação da polícia contra o jogo do bicho praticado no Jardim Botânico, considerações sobre o almirante Custódio — líder da segunda Revolta da Armada, sobre os presidentes dos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul e tece comentários sobre a abundância da terra brasileira. Ainda que o cronista busque ampliar o alcance dos temas tratados, o resultado é que, na crônica em que supostamente tenta demonstrar uma técnica de flutuação entre os assuntos, sua atenção ainda se volta para o tema que se encontra “nos estreitos limites” dos *fait divers* do Rio de Janeiro.

A proposta do cronista parece ser a de equivaler os assuntos, sem estabelecer uma ordem de importância entre eles. As grandes questões geopolíticas do mundo obtêm o mesmo estatuto dos fatos mezinhos da cidade apurados em uma caminhada pela Rua do Ouvidor. Ocorre que, na própria crônica em que propõe essa equivalência, o narrador revela uma predileção por um deles — curiosamente o que resulta em matérias sensacionalistas nos principais jornais.

O que depõe a seu favor é o fato de que os comentários sobre o caso da Rua do Mattoso não se limitam a reproduzir a exagerada linguagem dos periódicos com discurso moralista e trágico. Os jornais reconstruíram a narrativa do fato carregando no contraste entre o cumpridor e zeloso marido e pai de família e a relapsa e adúltera esposa já morta. O cronista não ironiza ou critica esse expediente, mas se propõe a fazer uma leitura reflexiva acerca do tema.

Sobre esse caso, Machado de Assis dedica apenas um parágrafo, relacionando-o com a questão sino-japonesa. Ainda que não fosse o objeto principal de sua crônica, ele encontra um mecanismo que pudesse relacionar o crime da Rua do Mattoso com a questão oriental:

(...) Eu creio no Japão. Na tragédia conjugal que houve há dias na rua do Mattoso, até aí acho o meu ilustre valente Japão. Não é só porque tais peças têm lá o mesmo desfecho, mas pelo estilo dos depoimentos das testemunhas do caso. Segundo um velho frade que narrou as viagens de S. Francisco Xavier por aquelas terras, há ali diversos vocabulários para uso das pessoas que falam, a quem falam, de que falam, que idade têm quando falam e quantos anos têm aquelas a quem falam, não sabendo unicamente se há diferença de varões ou damas; o Padre Lucena é muito conciso neste capítulo. Pois depoimentos das testemunhas de cá usaram, quando muito, dois vocabulários, sendo um deles inteiramente contrário ao de Sófocles. Pão pão, queijo queijo. É claro que a justiça, sendo cega, não vê se é vista, e então não cora. (GN, 21 abr. 1895)

O cronista se refere ao “estilo dos depoimentos das testemunhas do caso”, anunciando que do episódio ele não apreende o seu enredo trágico, mas a linguagem. Chama a atenção do cronista o tratamento de ficção trágica que as reportagens dispensam ao noticiário sobre o crime, assim como o nível rebaixado de linguagem em que se dão os depoimentos sobre o ocorrido, também recuperados pela *Gazeta*: “Tudo quanto o cinismo de uma messalina de baixa classe pode imaginar, revelou Adelaide, confessando com o maior descaramento o seu crime e zombando da irmã que não quisera entregar-se ao companheiro de seu amante” (*GN*, 18 abr. 1895).

O cronista, reconhecido por disparar todas as suas críticas de forma tangencial, vale-se do já tradicional expediente machadiano de inserir uma pequena historietta exemplar no meio de sua narrativa, preparando o terreno para o arremate que, no caso, é um piparote destinado ao jornal. Há o aproveitamento do tema central da crônica, em que se recuperam elementos relacionados ao Japão para a alusão à figura de um certo frade que teria narrado uma viagem de S. Francisco Xavier ao país.

Destaca-se do relato a observação sobre os múltiplos vocabulários identificáveis em cada grupo. Ao evocar as múltiplas possibilidades de uso de uma língua, o narrador efetua o contraste com a reportagem da *Gazeta de Notícias*, em que se identificaria, “quando muito, dois vocabulários”. Efetivamente, para um cronista que se caracteriza por prezar pelo desenvolvimento de um texto elegante e cuidadoso, a reprodução do léxico rebaixado de determinados grupos sociais produz certo escândalo. O incômodo é potencializado pela falta de cuidado no tratamento dispensado ao assunto por parte do jornalista a quem coube o desenvolvimento da reportagem.

O outro contraste se dá entre a cegueira da justiça e a capacidade de ver do cronista. Sendo cega e, portanto, não podendo enxergar com clareza a sociedade, aquela não coraria; ao contrário do comentarista da semana que testemunha, além dos episódios ocorridos no cotidiano, o modo como são tratados pelos formadores da opinião pública, demonstrando seu embaraço com a situação. Esse posicionamento crítico do escritor em face da exploração de temas com potencial sensacionalista e que pouco acrescentavam ao debate público também pode ser observado no comentário feito sobre o assassinato de Maria de Macedo, cuja primeira reportagem estampa a capa da *Gazeta de Notícias* de 21 de setembro de 1892. O jornal dá à notícia o título de “Singular crime!”:

Era meio-dia quando entramos no necrotério. Uma atmosfera formada por gases pútridos e pelo cloro enchia o ambiente, sufocante, nauseabunda. Sobre uma mesa à direita, o cadáver mutilado de uma mulher de cor parda estava sendo autopsiado pelos médicos, que procuravam descobrir a causa da morte! No coração e nos grandes vasos não existia gota de sangue. A morte devia ter sido causada por abundante hemorragia. E aqui esbarrava a ciência dos médicos legistas, que iam cumprir sobre um pedaço de carne morta a obrigação do seu cargo, para apresentarem o relatório que a lei exige. (...) (GN, 21 set. 1892)

A linha fina apresentada em caixa alta apresenta dois elementos bastante apelativos. Da reportagem se enfatiza o assassinato de uma mulher com o agravante de que o corpo teria sido trucidado. Identificamos, com isso, o esforço dos editores em aproveitar ao máximo o potencial explosivo da notícia, considerando uma certa inclinação dos leitores para o relato de crimes com enredos instigantes.

O estilo da reportagem poderia ser enquadrado de acordo com a terminologia contemporânea na categoria de jornalismo narrativo ou literário, em que o repórter desenvolve um estudo mais apurado do caso, reunindo, para isso, elementos detalhados sobre o caso e posicionando o narrador a uma distância mais aproximada do caso em estudo, podendo, muitas vezes, executar o relato em primeira pessoa. O texto da *Gazeta de Notícias* parece abusar um pouco da aproximação dos elementos investigativos e da subjetividade do relato. John Gledson chega a avaliar que o material “parece um péssimo romance naturalista” (ASSIS, 1996, p. 126).

Há um desproporcional investimento nos aspectos mais impactantes do caso, como a ênfase na mutilação do cadáver, na descrição exaustiva e sinestésica do ambiente da morgue, reiterando a dificuldade de um indivíduo alheio à atividade médica de permanecer no espaço. Recuperar esses aspectos possibilita a valorização da própria atividade, de modo que o repórter se apresenta como um dedicado servo da notícia, superando as mais adversas condições de trabalho.

Com alta carga de subjetividade, sobra espaço para especulações. Diante da ausência de elementos de prova suficientes para a construção de uma narrativa verossímil que pudesse reconstruir o evento, a reportagem dá espaço para a repetição de conclusões a partir de uma lógica elementar, ao afirmar, por exemplo, que como não havia sangue no sistema circulatório da vítima, a morte deveria ter como uma de suas causas a hemorragia.

Em seu ensaio intitulado “Structure du *fait divers*”, Roland Barthes problematiza esse tipo de narrativa:

Voici un assassinat: s’il est politique, c’est une information, s’il ne l’est pas, c’est un fait divers. Pourquoi? On pourrait croire que la différence est ici celle du particulier et du général, ou plus exactement, celle du nommé et de l’innommé: le fait divers (le mot semble du moins l’indiquer) procéderait d’un classement de l’inclassable, il

serait le rebut inorganisé des nouvelles informes; son essence serait privative, il ne commencerait d'exister que là où le monde cesse d'être nommé, soumis à un catalogue connu (politique, économie, guerres, spectacles, sciences, etc.). (...) ¹⁹ (BARTHES, 2015, p. 196)

Barthes sugere, em síntese, a divisão das publicações dos fatos noticiosos segundo o critério de sua natureza essencialmente pública ou privada. O *fait divers* ostentaria esse aspecto privativo em oposição às notícias que seriam naturalmente classificáveis dentro de determinada rubrica cuja existência remete a elementos anteriores, cognoscíveis aos leitores. O *fait divers* teria, nesse sentido, natureza excepcional por bastar-se em si, prescindindo de quaisquer inter-relações com uma narrativa partilhada coletivamente.

As folhas do Rio de Janeiro dedicavam rubricas diárias à exploração de casos dessa natureza, em que se enquadra o assassinato de Maria de Macedo. Além da já mencionada “Singular crime!”, da *Gazeta de Notícias*; as do *Diário de Notícias e Jornal do Commercio* coincidentemente se chamavam “Crime horroroso”; o *Jornal do Brasil* apresentava os detalhes sobre o assunto na rubrica “Bárbaro e torpe”. O *Tempo* se permitia especular sobre a natureza do crime, estampando a seção “Canibalismo”; O *Paiz* anunciava “Um crime horroroso”.

Ao longo daquele ano, os detalhes do caso vinham à tona. Os responsáveis pelo crime teriam sido Pedro de Oliveira Leitão, conhecido como “cadete baleiro”, e José Valentim Sol Posto a mando de Timóteo Freire da Silva, vulgo João Creoulo, este último envolvido amorosamente com a vítima. Todos foram presos e condenados pelo assassinato e as circunstâncias do crime nunca foram bem esclarecidas.

Quatro dias depois da publicação da primeira reportagem, o cronista de “A Semana” responde ao evento:

(...) Aqui, meu bem, há de ter o desamor a murros, e o amor a beijos, mas a beijos grandes e sonoros.

Todavia, como há um limite para tudo, não ames como outros amaram aquela Maria de Macedo, cujo cadáver apareceu no Largo do Depósito. Digam o que quiserem; o homem gosta dos grandes crimes. Esta sociedade estava expirando de tédio. Uma ou outra sentença sobre negócios anônimos e ações nominais mal satisfazia a curiosidade, e não de todos, porque há muita gente que não conta de cem contos para cima; eu nem creio em milhares de contos. Ratonices de queijos e outras miudezas são como os biscoitos velhos e poucos; enganam o estômago, não matam a fome. E a fome vivia e crescia, sem nada que lhe pusesse termo, até que um gato descobriu no

¹⁹ Aqui está um assassinato: se é político, é uma informação, se não o é, é um *fait divers*. Por quê? Poderíamos crer que a diferença é aqui a do particular e do geral ou, mais exatamente, a do nomeado e do inominado: o *fait divers* (pelo menos a expressão parece indicá-lo) procederia de uma classificação do inclassificável, seria o refugio desorganizado das notícias informes; sua essência seria privativa, só começaria a existir onde o mundo deixa de ser nomeado, submetido a um catálogo conhecido (política, economia, guerras, espetáculos, ciências, etc.) Tradução nossa.

Largo do Depósito aquele tronco de gente. Foi um banquete pantagruélico. Um simples pedaço de cadáver, ensopado em mistério, bastou a fartar toda a cidade. Os mais gulosos pediam ainda a cabeça, as pernas e os braços. O mar, imensa panela, despejou esse manjar último (...)

Agora, o mal que resulta deste grande crime, é não sabermos se ficará bastante curiosidade para acudir à eleição dos intendentos. Talvez não. Eleitor não é gato de sete fôlegos. Deixa-se ficar almoçando; os intendentos vão ser eleitos a cinquenta votos. Poucas semanas depois, trinta mil eleitores sairão de casa murmurando que a intendência não presta para nada. (GN, 25 set. 1892)

Machado de Assis debruça-se sobre a repercussão do assassinato de Maria de Macedo da metade da crônica até o seu fim. Na introdução do assunto, o narrador apresenta a cena da mulher já morta e encontrada no Largo do Depósito. Como era de seu mister, o narrador se dirige aos leitores fazendo uma afirmação generalizante: “o homem gosta dos grandes crimes” e, portanto, um acontecimento daquela natureza, noticiado da maneira como vinha sendo até a publicação de sua coluna, atingiria em cheio os anseios dos leitores que valorizavam o acontecimento com potencial novelesco.

A avaliação presente no texto é a de que o cadáver encontrado por partes na região central do Rio de Janeiro traria um fôlego novo à leitura dos periódicos. Especificamente naquele ano corrente, segundo o cronista, os jornais deviam aos seus eleitores algo que efetivamente lhes atraísse a atenção, considerando o enfadonho noticiário das questões econômicas que as publicações estampavam diariamente.

O cronista ilustra a atuação dos periódicos utilizando a alegoria da refeição. O noticiário ordinário dos jornais serviria apenas como aperitivos, ao passo que um caso dessa natureza teria o potencial de se apresentar como grande refeição ao leitor faminto. Sob o disfarce do entusiasmo, o narrador acusa a armadilha que a imprensa constrói para si mesma: ao despertarem a sanha do leitor para os elementos mórbidos do evento noticiado, os jornais criam a demanda por mais detalhes, de modo que seria preciso entregar ao público não só a afirmação, mas miudezas adicionais e desnecessárias.

Prestar-se a esse papel faria da imprensa um mero instrumento sensacionalista disposto a estampar em suas páginas pílulas de entretenimento mórbido no lugar de informação. Machado de Assis enumera as partes mutiladas da vítima, apresentando a outra face do evento. Não apenas a vítima teria sido violentada no seu assassinato, mas continuava sendo desnecessariamente exposta ao escrutínio público.

A crítica aguda consiste na declaração de que a atenção convocada pelo periódico ao *fait divers* desviaria o olhar do leitor (e do eleitor) para temas que seriam verdadeiramente de interesse público, como as eleições municipais. Dessa forma, o narrador aplica dois piparotes ao custo de meia crônica: o primeiro nos periódicos que abrem espaço ao sensacionalismo em

vez de fomentar o interesse de seu público para a cena política. Em seguida, a repreensão é feita ao próprio público que, absentista, queixa-se frequentemente da administração pública.

Tantos foram os elementos do caso trazidos pela mídia ao longo do ano de 1892 que, no mês de outubro, anunciava-se o lançamento do romance “*Maria de Macedo ou o Crime do Largo do Depósito*, pelo Dr. M. L., fascículo 1º, da tipografia de A. Marques & C” (OT, 13 out. 1892). Ainda no ano de 1893 os periódicos falavam do famigerado crime por ocasião da publicação do romance. Sobre isso, Machado de Assis se manifestou mais uma vez:

(...) A invenção de crimes, para serem publicados à maneira de romances, vale bem o dinheiro que se gasta com a segurança e a justiça públicas. Algumas dessas narrativas são demasiado longas e enfadonhas, como a *Maria de Macedo*, cujo sétimo volume vai adiantado; mas isso mesmo é um benefício. Mostrando aos homens os efeitos de um grande enfado, prova-se-lhes que o tipo de maçante, — ou cacete, como se dizia outrora — é dos piores deste mundo, e impede-se a volta de semelhante flagelo. (...) (GN, 26 fev. 1893)

No trecho, há uma exemplar inversão de perspectiva na forma de compreender a função das instituições sociais, apresentando os departamentos de segurança e a justiça públicas como instituições de estado destinadas a contribuir para o fornecimento de matéria-prima aos escritores de ficção. Ora, resta produzido o efeito de estranhamento ao sugerir que há certo exagero no desdobramento do caso *Maria de Macedo* tal qual ele vinha sendo explorado pelos periódicos.

O fato de haver obras de ficção sendo produzidas tomando o triste episódio como inspiração ultrapassa alguns limites estabelecidos pelo juízo do cronista, seja do ponto de vista ético, considerando a exploração da morte de uma pobre mulher, seja pelo enfado que a exaustiva revisita ao episódio ocasiona nos espíritos menos excitados pelos detalhes mórbidos do noticiário policial.

Há ainda outros elementos na crônica que são objeto de distorção numa clara emulação do gesto realizado pelos periódicos. Nesse olhar, digamos, desvirtuado, crimes seriam invenções a serviço de narrativas romanescas não tão distintas das que já se produziam nas reportagens dos jornais. Assim, os fascículos que se publicavam à maneira dos antigos folhetins nada mais seriam do que o aproveitamento do serviço já iniciado pela imprensa.

Ainda como forma de fustigar a mídia, o arguto cronista sugere que uma boa maneira de prevenir a ocorrência de crimes na capital da República seria exatamente a utilizada pela mídia, qual seja, a de dar-lhes ampla divulgação. O motivo, contudo, é inesperado: tamanho enfado ocasionado pela cobertura da imprensa já seria o suficiente para dissuadir os seus leitores do cometimento de semelhantes delitos.

Note-se que em apenas um parágrafo o cronista de “A Semana” executa uma operação retórica que, elegantemente, escarnece do próprio mister jornalístico. A pretexto de depreciar o trabalho de ficção do Dr. M. L., o texto recupera criticamente quase um semestre de questionável cobertura jornalística, colocando em xeque a proposta editorial dos principais jornais da capital da República a partir da cobertura de um evento.

Mas não eram apenas os fatos alheios ao interesse público que recebiam destaque de maneira questionável pela mídia. O conflito entre o governo republicano e a população da comunidade residente na cidade de Canudos foi o assunto que mais ocupou espaço nas páginas dos jornais cariocas entre os anos de 1896 e 1897. As notícias sobre o embate chegavam ao Rio de Janeiro através de telegramas encaminhados por correspondentes no estado da Bahia. “A Guerra de Canudos, se não inaugurou, deve ter intensificado extraordinariamente no Brasil a praxe jornalística de dispor de enviados especiais no local dos acontecimentos” (GALVÃO, 2019, p. 120).

Nem por isso as informações eram mais detalhadas ou menos truncadas que as costumeiramente enviadas pelas agências de notícias em locais de conflitos, como a seguinte:

- São esperadas hoje à meia-noite 26 praças de linha, feridas no combate contra Antonio Conselheiro
- O inspetor da alfandega, Lacerda Macahyba, endereçou longa carta à redação do Correio de Noticias, órgão oficial e editada hoje, sobre ocorrências havidas na repartição, que tanto tem preocupado a imprensa. Desta publicação resulta ter o inspetor cumprido rigorosamente o seu dever.
- A questão do não aumento de preço do pão, apesar da diminuição de peso, tem levantado reclamações. A imprensa tratando do assunto chama a isto especulação dos padeiros. O Diário da Bahia diz que isso é brincar com fogo.
- O Questor do Estado de Pernambuco, Costa, telegrafou ao chefe de segurança daqui perguntando se é exata a notícia de ter Antonio Conselheiro invadido Petrolina. (GN, 6 dez. 1896)

As informações sucedem-se sem que haja efetivamente um fio condutor ou uma linha narrativa: dados sobre os feridos no conflito, a crise econômica e de fornecimento de produtos de primeira necessidade, a opinião da imprensa sobre fatos ocorridos e especulação sobre as ações de Antônio Conselheiro.

Havia certo consenso na imprensa. Ainda sob os efeitos das relações ruidosas estabelecidas entre a mídia e os dois primeiros presidentes militares, até mesmo os homens de letras e proprietários de jornais pareciam naturalizar as ações de força. Adicione-se a isso a percepção de que no cenário em que a forma republicana dava seus primeiros passos sob a égide de um governo civil, o temor de que houvesse levantes de viés monarquistas que viessem a

comprometer a estabilidade do país ou até mesmo a sua unidade territorial, os principais veículos formadores da opinião pública bradaram contra a ousadia sertaneja:

A imprensa admitiu a hipótese de uma grande conjura monarquista, agindo nos sertões baianos, por intermédio dos fanáticos do Conselheiro. A *Gazeta de Notícias* clama contra o “monarquismo revolucionário”; *O País* afirma que “o partido monarquista tinha crescido à sombra das tolerâncias”; o *Estado de S.Paulo* escreve que o caso é grave, “trata-se da Restauração; conspira-se. (SODRÉ, 1966, p. 269)

Ao longo do conflito e com periodicidade regular, a *Gazeta de Notícias* reservou uma coluna intitulada “Antônio Conselheiro” na sua primeira página. O espaço tinha o propósito de reunir as informações apresentadas pelos telegramas que chegavam diariamente ao Rio de Janeiro, em uma clara tentativa de atribuir certa ordem e facilitar a compreensão dos leitores sobre o conflito. Essa mesma rubrica era dedicada a publicar os raros telegramas mais extensos que chegavam da Bahia. No dia 4 de dezembro de 1896, a *Gazeta de Notícias* publica um deles, contendo um relato da primeira incursão:

Chegou hoje a força que daqui seguiu sob o comando do tenente Ferreira Pires contra Antônio Conselheiro; os feridos vieram transportados em padiolas. O tenente narrou o seguinte:
 Que na ocasião do ataque foi impossível o emprego de tática militar, em vista da fúria desordenada dos atacantes;
 [...] Que Conselheiro tem mais de três mil homens em armas, sendo preciso um número superior de praças para combater;
 [...] Que, apesar da grande mortandade dos fanáticos, Conselheiro continua a reunir adeptos e fâcinoras de todas as paragens, garantindo que no prazo de 15 a 60 dias ressuscitarão os fanáticos mortos na ação;
 Que o conselheiro batalha contra a instituição republicana, garantindo ir ao Rio de Janeiro. (*GN*, 4 dez. 1896)

Tendo como fonte um oficial das forças armadas do estado da Bahia, o relato do correspondente é totalmente enviesado. Nessa data, as tropas federais ainda não haviam marchado para combater a população sertaneja. Tratava-se, a rigor, de um conflito local. As autoridades de Juazeiro temiam que a cidade fosse invadida pelo grupo de Antônio Conselheiro por conta de uma encomenda de madeira não entregue no arraial de Belo Monte. Planejando atacar antes que Juazeiro fosse atacada, os dirigentes locais solicitaram tropas ao governo da Bahia para uma invasão ao povoado em Canudos.

O que se seguiu foi uma sucessão de rumores, testemunhos duvidosos e informações desencontradas acerca das características da comunidade que pretendia ser autônoma. As mais diversas acusações eram atribuídas à população liderada por Antônio Conselheiro, como a de

que se tratava de uma seita composta por fanáticos, de um grupo separatista, de uma organização de restauração monárquica, entre outras.

Os veículos de comunicação da capital federal deram grande repercussão a essas especulações, o que mobilizou a opinião pública contra o grupo de “fanáticos”. Machado de Assis tinha especial interesse na figura do líder da comunidade de Belo Monte, e tratou dele em suas crônicas. Assim como as informações trazidas pelas agências de notícias, os telegramas publicados nos periódicos eram pouco detalhados e não facilitavam o entendimento da complexidade da questão. Essas notícias também foram objeto de atenção de Machado de Assis em três crônicas nos dois últimos anos da série “A Semana”. Vejamos um trecho crônica de 6 de dezembro de 1896, na qual, segundo o cronista,

[os telegramas] diziam que Antônio Conselheiro bate-se para destruir as instituições republicanas. Neste caso, estamos diante de um general Boulanger, adaptado ao meio, isto é, operando no sertão, em vez de o fazer na capital da República e na Câmara dos deputados, com eleições sucessivas e simultâneas. É muita coisa para tal homem; profeta de Deus, enviado de Jesus e cabo político. (GN, 6 dez. 1896)

O excerto apresenta uma leitura abertamente crítica a respeito das notícias vindas da Bahia. Primeiramente, o autor questiona a afirmação de que Antônio Conselheiro pretendia golpear a recente República brasileira, o que colocaria em questão o envio de tropas à comunidade de Canudos. O cronista compara o líder cearense com o general Georges Boulanger — político catalisador das insatisfações de parte da população francesa com a III República, cuja popularidade levou parte da opinião pública a acreditar que ele lideraria um golpe de estado que nunca aconteceu.

Machado de Assis estabelece, inclusive, uma relação crítica entre a terminologia da teoria evolucionista, vista na expressão “adaptada ao meio”, à época bastante presente na linguagem dos jornais e da literatura, e o estatuto gozado por Antônio Conselheiro em sua comunidade. Os recursos estilísticos são manejados habilmente para colocar em xeque as afirmações categóricas da imprensa.

Assim, o cronista recorre a uma construção vaga para relatar os rumores acerca do líder da comunidade de Belo Monte. A forma “diziam que Antônio Conselheiro” emula a própria estrutura do boato:

É justamente nessa imprecisão que, para Machado, reside a força de Antônio Conselheiro e dos acontecimentos de Canudos, cercados de tom “misterioso, muita auréola, muita lenda”. Um mistério resultante da ignorância do que realmente se passa lá fora, ignorância reiterada nas crônicas em que trata do assunto, num registro que conjuga o cômico e o grave. (GUIMARÃES, 2019, p. 149)

A precariedade das informações trazidas pelos periódicos se relaciona diretamente com a composição imprecisa da figura de Antônio Conselheiro. Na crônica, Machado de Assis legitimamente questiona se o líder, apontado como mentor religioso, também teria pretensões seculares e, especificamente, políticas. Nesse sentido, Antônio Conselheiro se colocava em situação diametralmente oposta à de Boulanger, que teve posição bastante consolidada no centro de poder na França.

A escolha pela figura do general Boulanger, reconhecido símbolo de político de carreira e seguidas vezes eleito para o parlamento francês, para ilustrar a leitura do cronista, sugere que o líder de Belo Monte provavelmente não corresponda às expectativas do grande público. Em sua época, tido por muitos como possível líder de uma revolução, o político francês não se desviou da via institucional, frustrando muitos de seus seguidores. Conselheiro, por sua vez, sequer manifestou interesse direto nas questões nacionais. Estaria, portanto, mais distante ainda do enfrentamento político.

Utilizando-se do recurso estilístico da enumeração mista, no qual se encadeiam dois epítetos semanticamente coerentes — “profeta de Deus” e “enviado de Jesus” — e um totalmente dissonante — “cabo político” — o cronista produz um efeito humorístico, apontando para a inconsistência das afirmações que são feitas a respeito de Antônio Conselheiro. De acordo com essa lógica, a crônica parece sugerir que o líder sertanejo se enquadraria em qualquer papel que a imaginação dos colaboradores da imprensa e a do público pudesse atribuir a ele.

É, talvez, quando trata da questão de Canudos que Machado de Assis se posiciona de maneira mais diretamente oposta ao coro das vozes que se proliferam na imprensa. O cronista de se defrontava diariamente com comentários depreciativos direcionados a Antônio Conselheiro e seus seguidores. A desqualificação dos sertanejos promovida pelos colaboradores da imprensa estimulava as ações de força do governo federal e esse movimento foi problematizado em “A Semana”. Diferentemente de seus contemporâneos, Machado de Assis apresentava questões incômodas aos interesses que moviam as incursões em Canudos: “Esta é a celebridade. Outra prova é o eco de Nova York e de Londres onde o nome de Antônio Conselheiro fez baixar os nossos fundos. O efeito é triste, mas vê se tu, leitor sem fanatismo, vê se és capaz de fazer baixar o menor dos nossos títulos.” (*GN*, 14 fev. 1897)

O cronista traz para sua crônica uma dimensão mais ampla do problema, inserindo o conflito na perspectiva do capitalismo global. Ora, a ameaça à estabilidade da República representada pelo arraial de Canudos repercutia na bolsa de valores, comprometendo os

interesses da burguesia nacional. Dessa forma, a eliminação pura e simples do foco de rebelião devolveria restabeleceria a confiabilidade do poder central, provavelmente cioso de sua imagem perante o mundo.

Na forma como o cronista conduz a apreciação pouco entusiasmada do expediente da imprensa, revela-se muito do *humour* presente também nas suas obras de ficção. Em suas crônicas é possível identificar o desenvolvimento sofisticado dessa maneira machadiana “pela visão tragicômica do mundo, pelo agror de crítica humana, pelo incisivo do escárnio indireto, pelo talento no exhibir a sandice, pelo poder de irrisão e pela tristeza oculta no ataque” (MAYA, 2007, p. 23).

Sem embargo, todo esse movimento executado pelos cronistas do fim do século XIX em que se destaca Machado de Assis enseja uma reflexão sobre o modo como os cronistas concebem a sociedade em seus textos. Ao tratar dessa gente tão distante sob o comando de Antônio Conselheiro, aparentemente os periódicos parecem desconhecer a gente brasileira, como se fosse outro povo. Essa dimensão coletiva dos indivíduos tutelados pelo governo, massa amorfa, abstrata e heterogênea, tal qual representada na pena desses autores hebdomadários corresponde ao modo como o povo era enxergado pela república? E pelos periódicos? De que modo essa coletividade era representada nos textos dos cronistas durante essa quadra histórica? Era a esse grupo, efetivamente, a quem os comentaristas da semana se dirigiam ao produzir suas crônicas? Interessa-nos problematizar essa questão.

Dentre os tópicos de escrita que se verificam recorrentemente em “A Semana” e, paralelamente, nas séries de crônicas contemporâneas à coluna dominical da *Gazeta de Notícias*, está uma certa prefiguração do povo. Essa coletividade sem voz, cuja tentativa de definição ainda estava em curso pela classe dirigente no contexto da primeira República passa a ter bastante importância na construção dos símbolos do regime e se torna uma questão para os homens de letras no fim do século XIX.

Não apenas o léxico que dava conta de caracterizar os agentes da administração pública foi fundamentalmente alterado a partir dos acontecimentos do 15 de novembro, mas também a grande massa antes tida apenas por súditos do imperador D. Pedro II passou a ser objeto de uma nova forma de tratamento, reiterada *ad nauseam*, como para que não se esquecesse da sua nova condição. Afinal, seria necessário que os indivíduos se reconhecessem individualmente como cidadãos e coletivamente como povo. Esse movimento vertical foi observado pelos cronistas que, por sua vez, também empreenderam esforços para dar conta de distinguir em seus textos essa velha-nova figura social do Brasil.

Propomos que tal movimento se deu paralelamente de duas maneiras entre os escritores: primeiramente, no gesto de caracterizar esses tipos sociais que compõem a grande massa da população, fazendo deles personagens presentes no cotidiano da cidade, com suas percepções, questionamentos e ações no contexto republicano. Para isso, não raro foi verificado o expediente de criação de arquétipos e, inclusive, a apropriação de tipos inspirados em criações estrangeiras como o Zé Povo, de que já se tratou aqui.

Além disso, como parte de uma estratégia discursiva, os cronistas também buscaram estabelecer diálogo com o que consideraram ser esse tipo específico de interlocutor de seus textos, que de maneira indireta também ajudaram a idealizar. Dito de outro modo, consideramos possível sintetizar o movimento de aproximação do povo por parte dos cronistas de duas formas: tratando do povo e falando para o povo.

Mas, efetivamente, de que povo tratam os periódicos e, sobretudo, os cronistas ao escreverem na última década do século XIX? Para tratarmos dessa questão é importante compreendermos como se dava a construção dessa figura no campo ideológico-discursivo do grupo dirigente e dos formadores de opinião no período.

De acordo com José Murilo de Carvalho (2017), seria possível distinguir os republicanos que disputavam a hegemonia da formação do estado brasileiro em três grupos. Cada um deles tinha uma visão específica do papel do povo na sociedade. O primeiro deles, inspirado no modelo liberal e dos Estados Unidos, concebia o pacto social com face individualista, em que todos buscariam a satisfação de seus interesses particulares, prescindindo da participação popular na implantação e condução do governo. Teria sido essa a visão predominante no desenvolvimento da primeira Constituição Republicana, em 1891, conveniente à elite agrária.

Por sua vez, para os jacobinos, provenientes em sua grande parte do meio urbano, a solução liberal não era bem recebida, em face do antagonismo que estabeleciam com os grandes proprietários rurais, detentores do poder no Império e, de alguma maneira, ainda hegemônicos no início da República. Sugeria-se um padrão de austeridade com as finanças públicas, mas o povo seria apenas um conceito abstrato inspirado na Revolução Francesa, cuja transposição para a realidade nacional seria impraticável, de modo que não haveria projeto de país que incorporasse a elevação de patamar da massa desfavorecida. Por fim, os positivistas entendiam o Estado como força-motriz do desenvolvimento nacional, que deveria ser fortalecido. Eles propunham a incorporação do desenvolvimento do proletariado na ordem de prioridades do governo, mas sempre na perspectiva da tutela, e nunca na do engajamento e da participação efetivos.

Em suma, todas as visões privilegiavam um pequeno grupo na ordem de prioridades do estado. Houve, no início da República, sobretudo a partir do governo do Marechal Floriano Peixoto, a tentativa de desenvolvimento de um sentimento nacional, patriótico, a partir de elementos simbólicos e do estímulo ao imaginário da população, contudo ainda faltava liga suficiente que vinculasse os cidadãos a ponto de se desenvolver uma ideia de nação. Na formulação de Alberto Torres: “Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos” (1933, p. 297).

Esses eram os desafios enfrentados pela jovem República no campo simbólico e no da ação política. Seria inevitável que essa busca pelo desenvolvimento do povo político brasileiro encontrasse reverberação nas páginas dos principais periódicos. Daí a converter-se em matéria-prima dos cronistas seria algo previsível. Efetivamente os colaboradores dos distintos periódicos comentam a questão, mas como ela aparece nas crônicas?

Primeiramente, é preciso destacar que ao se referirem ao povo, via de regra, os cronistas excluem a si mesmos e aos seus leitores desse grupo. Esse aspecto é sintomático, porque daí se depreende uma caracterização do povo que se dá pela exclusão de determinados grupos detentores de voz e poder. Examinemos:

Comecemos pelo 15 de novembro, para não incorreremos na censura que bem merece a municipalidade, pelo pouco caso que ligou ao fato da comemoração dessa gloriosa data.

Em verdade, o que houve nesse dia quase não passou de festas oficiais, sendo que, entretanto, poderia ter havido mais entusiasmo popular, se a intendência, preocupando-se em tempo com o assunto, tivesse traçado e feito executar um bem combinado plano de festejos, afrouxando para isso os cordões à bolsa. (...) (*DN*, 20 nov. 1892)

Na rubrica “A semana passada” no final de 1892, A. G. trata dos festejos na cidade do Rio de Janeiro por conta do terceiro aniversário da instalação do governo republicano no Brasil. O cronista acusa a intendência de não ter dado a devida atenção à data, negligenciando os recursos necessários para a produção de uma festa que estimulasse a participação popular.

Daí se depreende que há, na leitura do cronista, uma marcada cisão entre os populares e a administração pública. Os motivos apresentados, contudo, não têm a ver com a relação entre os serviços essenciais prestados pela intendência e o bem estar daqueles a quem serve, mas com uma festa de agudo valor cívico.

Está ainda bem gravado na memória de todos o que foram as primeiras festas de 13 de maio, que correram em meio de maior animação do povo, que, diga-se a verdade, soube honrá-las com a sua afluência aos diversos pontos em que se efetuavam funções em honra da áurea data.

Mas — todos se lembram — os poderes públicos empenharam-se, tanto quanto puderam, para que aos festejos da lei libertadora não faltasse o brilho, o entusiasmo que a presença do povo traz sempre (...)

Que diacho de ideia pode fazer o povo da municipalidade que, sendo sua imediata representante, liga às festas públicas a mesma importância que o leitor à primeira camisa que vestiu?

(...) (*DN*, 20 nov. 1892) Grifo nosso.

Há, também, pelos olhos de quem relata os decepcionantes eventos do feriado pátrio, uma posição distanciada em relação ao seu objeto de observação, qual seja, o “povo”. Existe a dimensão de que este funcionaria como uma espécie de ornamento, elemento complementar do feriado republicano. Não há, em nenhum dos trechos apresentados, a referência à possibilidade de que o povo seria a própria razão de ser da celebração.

De tal modo, o cronista, em posição privilegiada em relação ao povo e à representação da municipalidade, não sugere fazer parte de nenhuma delas. Poder-se-ia apontar, entretanto, que a escrita para o jornal sugeriria esse tipo de abordagem em terceira pessoa, de modo que o cronista olharia com distanciamento os eventos que traz ao leitor, o que definitivamente não corresponde às possibilidades de inserção do narrador na cena, naturais no gênero. É recorrente no registro dos cronistas o uso da primeira pessoa, no singular e no plural.

Tratado de maneira elogiosa pelo narrador, o povo ocupa lugar apartado de todos os elementos que compõem o acontecimento e, num outro nível, o gesto narrativo. Em primeiro plano está a principal data do calendário republicano, digna de celebração. Em seguida vem a “municipalidade”, entendida na crônica como a intendência. Apartado disso estão “todos” aqueles que guardam na memória as celebrações do 13 de maio, em que podem ser incluídos o próprio narrador e seus leitores, mas não há qualquer sugestão que possa incluir o próprio “povo” nesse grupo. Nisso temos que o povo são os outros.

De acordo com essa leitura, há uma questão também espinhosa a se discutir. Sequer o leitor projetado pelo cronista parece reunir os elementos para ser considerado do “povo”, de maneira que haveria várias categorias de cidadãos da República que não pertenceriam a esse grupo, o que também deixa antever o conceito que se estabelece dessa parcela da população. O povo, de certa forma, não incluiria os leitores de jornais.

Esse modo de caracterização deriva, de certa maneira, de uma concepção negativa do povo, que se estabelece a partir da exclusão dos grupos dominantes. Inicialmente poderíamos conceber a figura do povo como toda a coletividade subordinada aos seus governantes ou, até mesmo, levar em conta uma concepção mais estratificada, que exclui desse rol também a elite econômica. Uma das definições do verbete “povo” encontradas no Dicionário Houaiss nos

auxilia a compreender essa dimensão: “um conjunto de pessoas que pertencem à classe mais pobre, à classe operária”.

José Murilo de Carvalho, ao discutir o processo que culminou na proclamação da República no Brasil, assevera que o movimento se deu pela união de proprietários rurais, oficiais das forças armadas e da comunidade letrada: “Povo mesmo, no sentido de trabalhadores rurais e urbanos, operários, artesãos, pequenos proprietários, funcionários públicos de nível inferior, empregados, não havia” (CARVALHO, 2003, p. 97).

Nesse diapasão, o autor revisita o conceito sociológico, definindo o povo idealmente como um grupo mais heterogêneo e representativo da sociedade. Dito de outro modo, seria o povo toda a coletividade formada por indivíduos que não pertencem à elite dirigente — nesse momento histórico, formada pelo consórcio entre forças armadas e grandes proprietários de terra — e os intelectuais — em síntese, os homens de letras. Há de se acrescentar que, não raro, na primeira década da República, fosse possível observar o trânsito de indivíduos que ocupam simultaneamente posições de destaque nas tipografias, casas editoriais, redações de periódicos e no serviço público, como é o caso do próprio Machado de Assis.

Nessa perspectiva, os escritores-jornalistas, que em regra se incumbem da tarefa de registrar o olhar do povo, dele não se consideram parte. Na crônica, seus narradores, invariavelmente construídos em primeira pessoa, apresentam-se mais como observadores da cena nacional, distanciados da grande massa de brasileiros. O encerramento de uma das crônicas de Olavo Bilac, escrita para *O Estado de S. Paulo*, é exemplo dessa leitura ao acusar a alienação do povo brasileiro em relação à política: “Povo! Eterna criança... Não queremos tomar juízo... quando a obra fica acabada, estragamos tudo... Decididamente, parece que o Brasil não quer ser governado pela tolerância e pela moderação...” (ES, 15 nov. 1897).

Conforme essa leitura, o povo brasileiro seria infantilizado e desprovido de autonomia política. O adjetivo “eterna”, além de sugerir um certo vício de origem da população brasileira, provavelmente relacionado ao seu passado imperial, em que a grande massa infantilizada de pessoas despolitizadas seria tutelada por seus monarcas, também revela pouco otimismo do cronista em relação a uma possível emancipação.

Ainda que, no período de radicalização jacobina, caracterizado pelas atitudes autoritárias e consequente culto à personalidade do marechal Floriano Peixoto, tenha havido um cisma entre as classes dirigentes, possibilitando a abertura de brechas por onde minimamente pôde-se verificar manifestações de camadas mais populares, naturalmente o povo não encontrava abertura no ambiente político, sendo este bastante refratário àquele. Em decorrência disso, de acordo com José Murilo de Carvalho (2003), as classes populares, não se

enxergando integradas nos mecanismos de organização do estado, passam elas mesmas a resistir a esse elemento estranho às suas vidas, por vezes opressor.

Tal resistência, contudo, não era uma exclusividade da então nova forma de governo. Antes, em 1881, o pesquisador francês Louis Couty, ao analisar o censo do Império, declarou: “a situação funcional da população brasileira pode ser expressa em uma só palavra: o Brasil não tem povo!” (COUTY, 1988, p. 102 apud STAHL, 2016, p. 216). O observador estrangeiro destaca a fragilidade da sociedade brasileira no que tange às questões coletivas, apontando também para a inexistência de um povo político.

Essa percepção encontra ressonância em parte relevante da intelectualidade brasileira e se estende ao longo da primeira República. Sílvio Romero a recupera em 1906, no célebre discurso de recepção a Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras:

Os governos, os chefes políticos, os diretores dos partidos, os grandes, os potentados, todos os que formam essa classe dirigente, que nada dirige, não têm querido cumprir o seu mais elementar dever para com as populações nacionais, inquirindo de seus mais inquietantes males, de suas mais urgentes necessidades. A literatura não o tem também cumprido, estudando-a, dizendo-lhes a verdade, educando-as, estimulando-as, corrigindo-as... Entretanto é urgentíssimo que nos aparelhemos. (ROMERO, 1906)

Em sua fala, Romero estabelece uma clara cisão entre duas classes: a dirigente, acusada de relapsa no trato com as necessidades da que lhe é subordinada — o povo. A esta, em grande medida, é negada a participação política, haja vista a restrição ao voto dos cidadãos não alfabetizados, estabelecida pela Constituição republicana de 1891, estes que seriam responsáveis pela força produtiva do país. O escritor insere a intelectualidade no primeiro grupo, o dos privilegiados, e declara que é igualmente culpada pelos males que afligem o país.

Nesse momento parece apropriado estabeleceremos uma distinção fundamental entre “população” e “povo”, baseada na perspectiva de classe social, de acordo com Nelson Werneck Sodré. Este apresenta o “povo” como um conceito fundamentalmente histórico, abrangendo uma parcela de determinada comunidade que não abrange a totalidade da população. Ainda de acordo com essa leitura, “os dois termos designam a mesma coisa apenas na fase inicial da história humana, a da comunidade primitiva, quando não existem classes” (2019, p. 234).

Refletindo a partir dessa perspectiva, é possível sugerir que boa parte dos cronistas do final do século XIX integram e — o que é mais importante para a nossa leitura — escrevem para uma classe composta por indivíduos socialmente distintos daquela a que pertence o povo. Seus textos parecem naturalizar essa barreira que os separa. Esse elemento transparece na leitura da crônica, em que a posição assumida pelos narradores afirma tais distinções.

Todas essas observações convergem para a percepção quase inevitável de que os homens de letras, de maneira geral, afirmando-se como superiores ao povo ordinário, considerariam a si mesmos como aptos para concluir que o povo brasileiro sofreria de um mal atávico, isto é, que não agia coletivamente em função de um bem comum. Essa é, por exemplo, a natureza da afirmação de Silvio Romero, por exemplo, em trecho supracitado. Por extensão e do ponto de vista prático, também não se verificaria um povo eleitoral, afinal, somada à legislação altamente restritiva no que tange ao direito ao voto, aqueles que poderiam exercê-lo já integravam uma parcela reduzidíssima e privilegiada da população e, ainda assim, não se sentiam inclinados a participar do sufrágio, considerando o baixo comparecimento às seções eleitorais.

Do outro lado, indivíduo pertencente a uma classe desfavorecida socialmente e sem direito a voz, era objeto de discursos sofisticados por parte da classe dirigente e dos homens de letras. Apresentado de maneira abstrata com base em noções tomadas de empréstimo a nações estrangeiras, sem que fossem consideradas as especificidades do contexto brasileiro, o povo passava ao largo da cena política.

Essa visão abstrata do povo brasileiro se refletia diretamente na escrita dos cronistas, mesmo que estes tentassem se apresentar imbuídos da defesa das massas sem voz. Assim, se de um lado, os intelectuais, imbuídos de um gesto pretensamente edificante, tomavam para si a responsabilidade de reivindicar em nome do povo, por outro lado apresentavam-no de maneira negativa, infantilizada, enfatizando uma certa imaturidade e incapacidade de agir coletivamente em nome de um interesse comum.

Relativizando essa perspectiva de superioridade dos intelectuais em relação à massa ordinária de brasileiros, Machado de Assis recupera a temática em outro registro. O trecho a seguir é a apreciação que o cronista faz de um dos discursos do senador Manuel Victorino. O congressista acusava a falta de zelo do governo brasileiro com o patrimônio público e apontava como contraponto a austeridade do ex-imperador em relação ao erário. Do episódio histórico, o cronista recupera sua procura por uma anunciada comissão de notáveis composta com o propósito de viabilizar uma estátua ao monarca:

(...) O imperador, lendo a notícia nos jornais, escreveu uma carta ao ministro do império, declarando o que o Sr. senador Manuel Victorino referiu agora. Mas o resto? Onde está o resto? Onde está o dinheirão que eu gastei depois em anúncios, pedindo notícias da comissão? Nem só dinheiro, gastei amigos, encomendei a uma dezena deles que fossem a todos os bairros, que interrogassem os lojistas, que levantassem as almofadas dos carros, que chegassem ao interior das casas, e espiassem por baixo das camas ou dentro dos armários. Pode ser que houvesse da minha parte algum excesso

de zelo; mas nem por isso mereço ficar no escuro. Não achei a comissão, é certo, mas podia tê-la achado.

Entretanto, não nego que há por aí edifícios bem arquitetados para escolas e por conta do Estado. Um chegou a destruir em mim certo erro político. Dizia ele, no alto, em letra grossa, como dedicatória: “O governo ao povo”. A minha ideia é que éramos, politicamente, uma nação representativa, e que tanto fazia dizer povo como governo, não sendo o governo mais que o povo governado. Demais o dinheiro da construção era dos próprios contribuintes, e... Mas vamos adiante, que o tempo escasseia. (*GN*, 18 set. 1892)

Dois exemplos dos mais reiterados procedimentos retóricos machadianos são verificáveis no trecho. No primeiro deles, o relato das ações perpetradas pelo zeloso narrador da crônica em nome do interesse público é estruturado na forma de uma enumeração gradativa de quatro ações: a demanda feita aos amigos para “que fossem a todos os bairros, que interrogassem os lojistas, que levantassem as almofadas dos carros, que chegassem ao interior das casas, e espiassem por baixo das camas ou dentro dos armários” é apresentada em construção formal repetitiva numa escalada absurda, de modo que a primeira e segunda missões — já um pouco exageradas — escalam para pedidos estapafúrdios, o que ressalta o caráter vago dos anúncios oficiais promovidos pelas elites dirigentes.

Esse procedimento, já observado por Castelar de Carvalho, é bastante caro a Machado de Assis. Nos capítulos posteriores, deparar-nos-emos com mais ocorrências dessa construção utilizada com vistas à ênfase: “Dir-se-ia que o autor tem verdadeira obsessão por ela, empregando-a sob as mais variadas formas. A gradação é geralmente ternária, raras vezes quaternária, terminando, muitas vezes, pela conjunção aditiva *e*, espécie de ponto culminante, de arremate do pensamento do autor” (2018, p. 193).

O segundo procedimento a ser destacado é o da litotes, verificável primeiramente em “não nego que há por aí edifícios bem arquitetados para escolas por conta do Estado”. A observação da inscrição em determinado edifício escolar que, na sua essência, estabelece uma cisão bastante marcada entre governantes e governados, serve como contexto para a apresentação de uma importante noção política, anunciada para o leitor como equivocada: “A minha ideia é que éramos, politicamente, uma nação representativa, não sendo o governo mais que o povo governado”.

A litotes, consistindo na afirmação de determinada ideia por meio de uma negação, está, no caso em tela, a serviço da ironia machadiana. Essa dicção sinuosa própria da frase machadiana (MARTINS, 2005, p. 322) coopera para a construção gradativa da perspectiva do cronista a respeito das relações de poder institucional travadas no Brasil. Nessa perspectiva, é possível visualizar o dedo acusador do observador da sociedade, apontando para uma falha fundamental do Estado na sua relação com o povo. Assim, em dois parágrafos de aparência

despretensiosa, Machado de Assis, recuperando uma memória dos tempos do Império, problematiza no presente em que escreve noções substanciais de construção do Estado que podem muito bem se aplicar à experiência republicana.

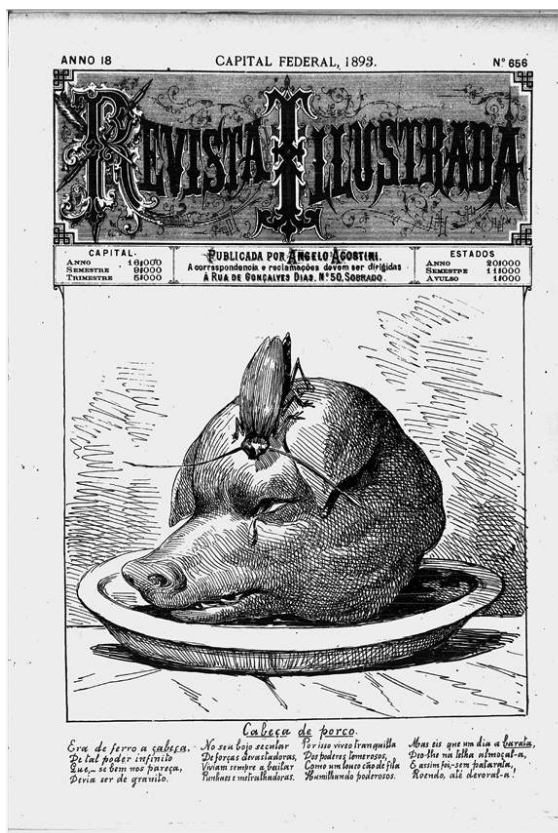
Mais uma vez a crônica machadiana denuncia uma certa incompatibilidade entre o discurso republicano e suas ações no trato com a sociedade. Dito de outro modo, o cronista escancara o vazio da linguagem que se esgota em si mesma, própria dos detentores do poder. A rigor, é possível produzir qualquer frase grandiloquente e publicizá-la sem que haja qualquer reflexão sobre a sua validade.

Na prática faria pouca diferença estampar no edifício público a frase “o governo ao povo”, uma vez que a própria noção do conceito povo é pouco clara no período. Ainda que haja certa romantização de um povo em abstrato no discurso da classe dirigente, sua definição carece de contornos mais bem definidos. Assim, Machado de Assis mais uma vez opera na contracorrente dos discursos de seu tempo na tentativa de apontar caminhos interpretativos para a sociedade. Essa operação se torna ainda mais complexa à medida que “A Semana” se consolida nas páginas dominicais da *Gazeta de Notícias*.

Ao tratar dos fatos reportados pelos periódicos, Machado de Assis coloca em operação uma máquina argumentativa altamente complexa para problematizar as vozes que proliferam na imprensa. Ao fazê-lo, ele inexoravelmente envia o seu discurso no sentido oposto do que normalmente fazem as linhas editoriais dos periódicos. Nessa perspectiva, além de marcar posição sobre determinado tema, também desenha para o leitor as feições do enquadramento e do agendamento praticados pela mídia de seu tempo, alertando — quase sempre indiretamente — o público para que lado esta normalmente se inclina.

A crônica da qual trataremos é emblemática da adoção desse expediente. No dia 27 de janeiro de 1893, os principais jornais da capital dedicaram ampla cobertura em suas páginas à demolição do célebre cortiço Cabeça de Porco, situado bem próximo da Estação da Estrada de Ferro Central, e que hospedava nas suas precárias construções em torno de quatro mil pessoas. A capa da *Revista Illustrada*, na sua edição de fevereiro do mesmo ano, dá amplo destaque ao evento. Há, inclusive, na base da página, quatro quadrilhas que se propõem a poetizá-lo.

Figura 12 — Frontispício da *RI*, fev. 1893, com ilustração dedicada à demolição do cortiço “Cabeça de Porco” *RI*, fev. 1893²⁰



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

²⁰ Transcrição das quadrilhas na base da página:

Cabeça de porco

Era de ferro a cabeça,
De tal poder infinito
Que, se bem nos pareça,
Devia ser de granito.

No seu bojo secular
De forças devastadoras,
Viviam sempre a bailar
Punhais e metralhadoras.

Por isso viveu tranquila
Dos poderes temerosos,
Como um louco cão de fila
Humilhando poderosos.

Mas eis que um dia a barata,
Deu-lhe na telha almoçá-la
E assim foi, sem patarata
Roendo, até devorá-la!

A capa da *Revista Ilustrada* traz a imagem forte da cabeça de um porco exposta em uma bandeja. Sobre ela, há uma barata mirando a face lacrimosa do suíno enquanto provavelmente o devora. A ilustração deixa clara a desproporção de tamanho entre os animais, entretanto a barata — em alusão ao sobrenome do intendente da cidade — é a grande vencedora da peleja simbólica estimulada pela mídia. Mais do que noticiar a demolição de um conjunto habitacional irregular, os periódicos parecem querer tripudiar da derrota da barbárie pela civilização, representada pelo estado. Efetivamente, observa-se o esforço de personificar o herói dessa “conquista” da municipalidade.

Os versos apostos no rodapé da página sem autoria parecem revelar a posição editorial da publicação. Eles dão conta de construir o cortiço como um personagem orgânico, poderoso e desafiador; contra o qual se fazia necessária uma intervenção enérgica. As três primeiras estrofes reconstróem a história do cortiço como fortaleza praticamente indestrutível — “De tal poder infinito” — que secularmente teria resistido às várias investidas do poder público graças à sua imensa capacidade de defesa. Não obstante, sua existência ao longo dos anos humilhava os “poderosos”.

Contudo, a última estrofe apresenta uma barata obstinada a derrotar a arrogante cabeça. Sem muitas explicações sobre como o artrópode teria alcançado o feito há anos tentado pelo poder público, o eu lírico se limita a relatar que “sem patarata” ou alarde, o inseto roeu a cabeça e a devorou lentamente, como sugere a ilustração. O diálogo entre a gravura e o poema constroem para o leitor, por meio de uma espécie de fábula, a imagem de que a municipalidade teria vencido um inimigo mais poderoso utilizando a sagacidade. Isso faria do prefeito Cândido Barata Ribeiro uma figura heroica ideal, visto que sua ação movida pela iluminação do espírito teria subjugado a irracional violência que caracterizava o cortiço.

Há nos jornais um consenso: alívio pelo desaparecimento do incômodo conglomerado imobiliário — construção que agredia os olhos da elite local e a fazia lembrar diariamente dos problemas estruturais da cidade. A *Gazeta de Notícias* no dia seguinte à demolição dá conta que viviam na propriedade cerca de quatro mil pessoas. Além do número de pessoas indesejáveis — e esse talvez seja o maior incômodo da municipalidade — a existência do cortiço escancarava a diferença entre a capital do Brasil e o ideal de metrópole europeia. O protagonista do evento era o prefeito Barata Ribeiro. O escolhido como herói da narrativa era reconhecidamente partidário de uma política higienista. Observemos o tom das publicações:

Ao Sr. Dr. Barata Ribeiro, prefeito municipal do Distrito Federal, cabe a glória de haver acabado com a porcaria da Cabeça de Porco: começou por intimar aos proprietários para que a demolissem e, como estes não entendessem a intimação,

mesmo depois de prorrogado o prazo, o Sr. Dr. Prefeito mandou que o pessoal da intendência, auxiliado pelo corpo de bombeiros, pusesse mãos à obra. Já não existe a Cabeça de Porco! (*JB*, 27 jan.1893)

O *Jornal do Brasil* utiliza o termo “glória” para se referir ao feito realizado pelo intendente do Distrito Federal. Em seguida relata, sinteticamente, os procedimentos utilizados pelo político para efetuar a demolição do cortiço: o prefeito teria intimado os proprietários para que demolissem as próprias residências e, diante do silêncio daquela gente, teria acionado o aparelho do estado para que o fizesse. O periódico denega aos moradores do cortiço qualquer voz, desconsiderando, inclusive, a possibilidade de que outros meios fossem utilizados que não a força.

A reportagem, de alguma maneira, opõe os fatos relatados à forma igualmente elogiosa com que a *Revista Ilustrada* também se referiu ao evento: se esta utiliza a imagem de uma barata roendo pouco a pouco a cabeça de porco, aquela apresenta uma ação aguda e agressiva, através da qual o prefeito avança energeticamente contra as miseráveis instalações.

No material publicado pelo *Jornal do Commercio*, o prefeito é mencionado sete vezes, seja em tom elogioso ou antecipando uma defesa à possível acusação de agressividade quanto aos métodos empregados na destruição do cortiço. Vejamos uma delas: “Caiu enfim esse foco de infecção, contra o qual há tantos anos se exclamava em vão, e este pelo empenho do Dr. Barata Ribeiro em sanear essa capital, cujo governo lhe foi confiado” (*JC*, 27 mar. 1893).

Os jornais, efetivamente, eram o espaço dos homens de letras. Isso comprova-se no traquejo literário da sinestésica notícia publicada pelo periódico *O Paiz*:

Acorda hoje o Rio de Janeiro livre daquele tremedal. Foi preciso iludir vigilâncias, a administração pública teve de ser estratégica, o bote, que não pôde ser dado terça-feira, realizou-se de surpresa ontem, quando ao ardente sol sucedia a fresca viração noturna.

Foi um espetáculo bonito!

Muitas gerações passaram inconsoláveis assistindo à resistência indômita que a todas tentativas sanitárias e decorosas oferecia a terrível Cabeça de Porco. Estava reservado para a nossa este prazer.

Regozijemo-nos. Não existe mais o famigerado antro. (*OP*, 27.jan.1893)

A primeira oração do texto afirma a posição editorial do periódico. O termo pelo qual o jornal se refere ao cortiço é de caráter extremamente pejorativo: a escolha se dá levando em conta aspectos exclusivamente morais. Um espaço degradado e de depravação não poderia existir no seio do Distrito Federal. Em seguida, a intendência é descrita como uma instituição articulada para a guerra, que ilude o seu oponente antes de efetuar o ataque, ou o “bote”, como

apresenta a reportagem, animalizando a situação. O parágrafo reafirma a satisfação de *O Paiz* com um certo grau de perversidade: “Foi um espetáculo bonito!”.

O texto avança ampliando o feito da prefeitura como sendo a realização de uma geração: a última que seria afrontada pelos incômodos da presença do cortiço. Se, de um lado, as construções representariam uma ameaça do ponto de vista sanitário, dada a precariedade das condições de vida de seus moradores; de outro escandalizavam pelos costumes, pelo modo de vida dos seus moradores que, a princípio, contrastavam com o recato e o “decoro” das famílias do Distrito Federal.

Por fim, um chamamento: “Regozijemo-nos”. A rigor, o convite à alegria é realizado pela municipalidade, desconsiderando os principais afetados pela ação do Estado: os moradores do cortiço. Portanto, há uma nítida cisão construída pelo discurso do jornal: nela opor-se-iam os leitores da reportagem aos moradores do cortiço. Em síntese, os primeiros representariam os cidadãos e os últimos o povo.

A rede midiática do período constrói o enredo de um valoroso e estrategista prefeito que leva a cabo a missão fracassada por um sem número de gerações, silenciando-se acerca das desventuras das pessoas despejadas de suas habitações. A própria *Gazeta de Notícias*, periódico mais moderno e progressista, adere à distribuição de adjetivos elogiosos à prefeitura. Nela, Barata Ribeiro é comparado à figura mitológica de Perseu, responsável por decapitar a Medusa, no célebre episódio recuperado pelo poeta Ovídio:

Achou-se afinal um Perseu bastante corajoso e forte para arcar com a fascinação da nova Górgona. Tendo por defesa, não o escudo de Minerva, mas a força soberana da lei, o Sr. Dr. Prefeito municipal não se arreceou de ameaças e enfrentou o monstro. O Sr. Dr. Barata Ribeiro, digno prefeito, que não sabe o que são embaraços, quando se trata de cumprir a lei, e que, se continua por este caminho, está destinado a prestar inolvidáveis serviços à nossa cidade, mandou há cinco dias intimar os habitantes do cortiço a despejá-lo, e ontem, expirado o prazo, procedeu-se à demolição da estalagem. (*GN*, 27 jan.1893)

Por sua vez, os cronistas do período, mais ou menos aderidos à linha editorial dos periódicos nos quais publicam seus textos, estabelecem diferentes olhares sobre o evento. Dito de outro modo, no plano do agendamento dos periódicos, foi apenas no espaço individual da crônica semanal que houve iniciativas de autores questionando o peso dado à notícia, bem como a virulência dos métodos, e a falta de planejamento de longo prazo em relação aos moradores que ficaram sem teto, no que diz respeito ao enquadramento do fato.

Assim o evento foi tratado na coluna “A Semana Passada”, do *Diário de Notícias*, geralmente assinada por Alcindo Guanabara, mas dessa vez sem indicação autoral:

(...) Os dois problemas palpitantes que especialmente preocupavam a prefeitura na atualidade eram a *Cabeça de Porco* e as cabeças de boi, que se esquivam a deixar se abater para alimento da população.

O primeiro já está resolvido e, repetimos, com espanto quase geral, porque poucos acreditavam que o sr. Prefeito levasse a cabo a sua enérgica resolução. Dizia-se que a famosa estalagem, cuja origem quase se perde na noite dos tempos coloniais, era fortemente protegida por grandes potentados, e isso que se dizia parecia ser confirmado pelo número de vezes que ela escapara à picareta, depois de condenada em última instância ao completo aniquilamento.

Pois não lhe valeram agora as alardeadas proteções; e a sua derrubada assumiu proporções de cerimônia festiva, com assistência da imprensa e grande massa popular. Foi a destruição eternamente memorável de uma cidade de miséria e de porcaria: foi a queda estrondosa de um estado no estado.

E ao contrário do que se receava, a *Cabeça de Porco* caiu pacatamente, não se constituindo cabeça de motim.

Quanto às cabeças de boi, a situação melhora sensivelmente. Há esperanças de dominar em breve o nobre animal, sujeitando-o a um preço que nos convenha. Verdadeiramente, a resistência não é dele, mas é sobre ele que atiram as culpas da crise alimentícia, visto que não aparecem outros culpados. Mas também toda a gente o sabe: o boi deixa-se abater, e não seria o que é se não curvasse a cerviz. (...) (DN, 29 jan. 1893)

O texto não assinado explora o assunto mais à maneira das reportagens do periódico do que na da crônica semanal regular que vinha sendo produzida até então no espaço. Costumeiramente, predominava uma voz narrativa identificada com a primeira pessoa do singular ou do plural, incluindo o leitor na reflexão. Especificamente nessa crônica, embora o grande destaque da semana tenha sido o bota-abaixo²¹ *avant la lettre*, promovido por Barata Ribeiro, o cronista comenta o evento relacionando-o com a crise de abastecimento de carne bovina que assolava a cidade: a questão do porco estaria resolvida, ao passo que a do boi, não.

Tecnicamente, a abordagem escolhida pelo narrador é a de recuperar uma certa mitologia da comunidade precarizada, trazendo a imagem de uma fortaleza impenetrável e que perdurava ao longo dos tempos. O cronista investe no uso de adjetivos, enfatizando a suposta grandiosidade que representava a queda da indesejável comunidade, nos moldes com que foi tratada pela imprensa. Os termos “memorável” e “estrondosa” adornam a “cerimônia festiva” apresentada pelos periódicos. De alguma maneira, à medida que o texto avança, a voz do cronista parece absorver as avaliações fornecidas pela imprensa, concluindo com a avaliação de que seria o fim de um estado dentro do estado. Há certa dose superlativa nessa construção, ao acreditar que uma quantidade de pessoas precariamente albergadas teria a capacidade de

²¹ A expressão designa originalmente a grande reforma urbana do Rio de Janeiro patrocinada pelo prefeito Pereira Passos, realizada em 1903, que consistia na demolição em massa dos antigos prédios do centro do então Distrito Federal com o propósito de modernizar a cidade aos moldes das grandes capitais europeias, sobretudo Paris.

medir forças com a estrutura do Estado brasileiro, sobretudo ao se considerar que este tinha, reconhecidamente, um viés militarizado.

Ainda assim, ao mesmo tempo que recupera essa visão, o cronista amarra o trecho de sua crônica dedicado à demolição do cortiço com um lacônico “caiu pacatamente, não se constituindo cabeça de motim”, seguindo imediatamente para a problematização da crise de abastecimento de proteína bovina no Distrito Federal. Por fim, é trazida certa dose de otimismo ao se avaliar que, ao contrário da cabeça de porco que não se curva, a cerviz do boi, esta sim, atenderia às necessidades da população carioca.

Fica evidente na crônica certa adesão à política higienista dispensada à comunidade do Cabeça de Porco, à medida em que o texto associa a existência da comunidade com um obstáculo atravancando o bem estar dos cidadãos, de maneira que ambos (obstáculo e comunidade) deveriam ser igualmente superados; no caso do cortiço, com sua eliminação, e no do fornecimento de carne, com uma negociação corriqueira entre a administração pública e os responsáveis pela cadeia de criação, abate e distribuição da proteína animal.

Diferente tratamento foi dispensado ao tema na coluna “Croniqueta”, assinada por O. DE, em *O Paiz*:

Com sucesso sem igual (falta-me uma rima em orco), por ordem municipal foi-se a *Cabeça de Porco!* Colchões, cadeiras, mobílias vão-se a golpes de chanfalho e ficam pobres famílias sem teto e sem agasalho; e tudo atirando ao ar, nem deixa o prefeito à gente o consolo de chorar na cama, que é lugar quente! (*OP*, 28 jan. 1893)

O comentário da semana é marcado pela inserção do cronista na apreciação dos fatos, caracterizando a construção de uma personalidade na escrita. De maneira irônica, o narrador apresenta a intenção de escrever o seu texto rimado, de forma a emular os versos publicados nas folhas diárias que tripudiavam do destino do cortiço e louvavam a ação da administração pública. Para melhor compreensão desse expediente, é preciso adicionar que, a exemplo da capa da *Revista Ilustrada* apresentada neste capítulo, outras publicações dedicaram espaço nas suas primeiras páginas à veiculação de versos simplórios com conteúdo proselitista.

Tratada como espécie de expedição punitiva a um território inimigo, haja vista o cenário de terra arrasada apresentado na enumeração articulada de itens descritivos, como “colchões, cadeiras e mobílias” destruídos pela espada dos oficiais do Estado, a operação é colocada em xeque na medida em que o cronista também apresenta a perspectiva da parte derrotada: em vez de inimigos da ordem pública, o leitor se defronta com “pobres famílias sem teto e sem agasalho”.

Há, na crônica, certa compensação em face da linha editorial da maior parte dos periódicos daquela semana, uma vez que o narrador humaniza os indivíduos diretamente afetados pela política repressiva da municipalidade. Ao mesmo tempo, do ponto de vista formal, o cronista toma a precaução de não fazer do seu texto um objeto panfletário ou declaradamente de protesto contra a medida, revestindo-o de humor irônico. Isso se verifica na paródia do adágio popular “chorar na cama que é lugar quente”, adaptada à triste realidade dos moradores do cortiço, ora destituídos de suas habitações.

Quatro dias depois do evento, Machado de Assis publica a sua crônica. Era praxe do cronista debruçar-se sobre o assunto que tivesse recebido maior espaço nas páginas dos periódicos durante a semana. Segundo o que o próprio autor relata ao longo da série — o que não se pode asseverar, considerando os artifícios retóricos do escritor — é no sábado que ele reúne os jornais do período e seleciona seus temas. Nesse mesmo dia escreveria o seu material para ser enviado à redação e publicado no dia seguinte na primeira página.

O início da crônica já apresenta o procedimento escolhido para comentar o assunto:

Gosto deste homem pequeno e magro chamado Barata Ribeiro, prefeito municipal, todo vontade, todo ação, que não perde o tempo a ver correr as águas do Eufrates. Como Josué, acaba de pôr abaixo as muralhas de Jericó, vulgo Cabeça de Porco. Chamou as tropas, segundo as ordens de Javé; durante os seis dias da escritura, deu volta à cidade e depois mandou tocar as trombetas. Tudo ruiu, e, para mais justeza bíblica, até carneiros saíram de dentro da Cabeça de Porco, tal qual da outra Jericó saíram bois e jumentos. A diferença é que estes foram passados a fio de espada. Os carneiros, não só conservaram a vida mas receberam ontem algumas ações de sociedades anônimas.

Outra diferença. Na velha Jericó houve, ao menos, uma casa de mulher que salvar, porque a dona tinha acolhido os mensageiros de Josué. Aqui nenhuma recebeu ninguém. Tudo pereceu portanto, e foi bom que percesse. Lá estavam para fazer cumprir a lei a autoridade policial, a autoridade sanitária, a força pública, cidadãos de boa vontade, e cá fora é preciso que esteja aquele apoio moral, que dá a opinião pública aos varões provavelmente fortes. (*GN*, 30 jan.1893)

Antes de passarmos à análise do trecho, é preciso destacar que a demolição do afamado cortiço não é o único tema de que trata o escritor. No restante da crônica, Machado ainda trata da procissão de São Sebastião, da mudança da capital fluminense para Teresópolis, de anúncios de medicamentos com potencial abortivo, da prisão de falsificadores de dinheiro e da fraude das debêntures da Companhia Geral.

Detenhamo-nos apenas nos dois primeiros parágrafos. A escolha do tom do comentário está diretamente relacionada ao modo como o acontecimento é valorado e reportado pelos jornais. Diante do recorte do noticiário do período, podemos sugerir que os jornais não estabeleceram uma relação fria com o evento, mas aderida ao herói que construíram à maneira

da ficção. O cronista detecta esse movimento e o traz para dentro da crônica, mas em vez do tom grandiloquente dos jornais para se referir ao chefe da administração pública, destaca os elementos que a mídia desconsidera: as suas pequenez e magreza.

O Perseu fluminense é apresentado apenas como um homem comum a exemplo de todos os mortais. Ainda assim, esse homem comum é vontade e ação. Aqui há a síntese de todos os elogios tecidos pela imprensa ao político. Afinal, Machado estaria fazendo coro com os jornais? A resposta mais provável é que o escritor estaria lançando mão do seu já conhecido expediente de expor os discursos que pareciam formar uma espécie de coro uníssono em torno do assunto com o propósito de desnaturalizá-los ou, ao menos, destacar as suas inclinações.

De acordo com James Wood (2017), a própria concentração do autor em torno de um objeto dá ensejo a uma certa fusão, quando determinado narrador assume a voz de um personagem. Passando para o caso machadiano, o cronista internaliza e reproduz em sua crônica as múltiplas vozes que praticamente dizem as mesmas coisas a respeito do assunto em voga. A essa espécie de simbiose, Wood dá o nome de estilo indireto livre.

É o estilo indireto livre que permite que estejamos simultaneamente com a linguagem do cronista e com a da maioria dos colaboradores dos periódicos. Aí reside a ironia dramática: vemos através dos olhos do jornalista e somos, também, incentivados a enxergar mais além. Levado a um alto grau de sofisticação na escrita de Machado de Assis, o estilo indireto livre redundava em um refinamento que é a ironia quando as distâncias entre a voz do cronista e as vozes presentes nos jornais aparentemente desaparecem.

Há, na intertextualidade, um papel preponderante no estilo da crônica de Machado de Assis, especialmente no que diz respeito ao diálogo com a mitologia bíblica. A relação estabelecida entre a narrativa do cerco de Jericó pelo exército de Josué, na narrativa bíblica, e a ação empreendida pelo prefeito reforça a nossa leitura. Assim como os jornais se valem de alusões à mitologia clássica para engrandecer o feito, Machado de Assis lança mão da mitologia judaico-cristã, prestigiada pela sociedade formalmente católica e leitora do jornal em que escreve, para estabelecer o contraponto.

Ocorre que, logo em seguida à narrativa de teor beligerante do Antigo Testamento, há notável rebaixamento do assunto, à maneira machadiana — a escolha pelo episódio do livro de Josué viabiliza ilustrar o tratamento dispensado a Barata Ribeiro pela imprensa, análogo ao de um general estrategista. Os animais passados a fio de espada no texto original dão lugar a carneiros que recebem ações de sociedades anônimas. Lembremos que este é um momento de intensa especulação no Rio de Janeiro, estimulado pela complexa política econômica que leva à crise do Encilhamento. Como foi bem observado por John Gledson (ASSIS, 1996, p. 188), o

escritor também faz referência às empresas que apoiavam a destruição do cortiço porque pretendiam lucrar com a utilização do terreno para o desenvolvimento de suas atividades.

A voz da narrativa bíblica também pode ser identificada no trecho “Tudo pereceu e foi bom que percesse”. Essa evidente evocação da passagem do Gênesis, em que o deus Javé avalia cada uma de suas criações, produz um humor ácido. Ora, a destruição empreendida pela administração pública vinha sendo avaliada como positiva pela imprensa, embora a crônica sugira que os relatos de destruição não pudessem, racionalmente, ser objeto de admiração, o que aponta para uma descrença nos bons efeitos da empresa levada a cabo pela intendência.

Utilizando do expediente estético da enumeração articulada, o narrador elenca os órgãos de Estado responsáveis por proceder com a demolição. Após fornecer uma lista de elementos pertencentes ao mesmo campo semântico, o cronista insere dois elementos destoantes: o primeiro deles bastante concreto, que consiste no grupo de “cidadãos de boa vontade” espectadores da destruição, e o segundo, de dimensão mais difusa, representado no texto por “aquele apoio moral, que dá a opinião pública aos varões provadamente fortes”.

Esses dois elementos, em síntese, parecem representar sobremaneira o interesse do cronista. O que se infere de sua abordagem é que, diante da ruína, há uma categoria de cidadãos que se compraz em ver aniquilada a possibilidade de existência de outro grupo, considerado um estorvo para a paisagem da capital da República. Ora, é justamente esse espectador privilegiado que dá à administração pública o apoio necessário para suas ações de caráter higienista. Por sua vez, a imprensa endossa e estimula esse comportamento. Está engendrada a opinião pública.

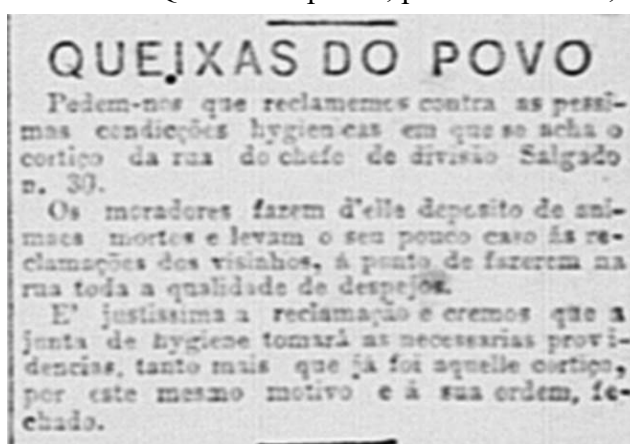
Machado de Assis perscruta as reais motivações da escolha política feita pela prefeitura. Ainda que superficialmente apresente um texto laudatório e reproduza, em parte, as menções elogiosas feitas ao prefeito, na camada mais profunda do texto está presente uma crítica corrosiva, comparável à lida na crônica de O. DE., publicada em *O Paiz* dois dias antes, dela se diferenciando na medida em que o faz de maneira mais discreta. Em síntese, tanto o cronista de “Croniqueta” quanto o de “A Semana” questionam as medidas a serem tomadas no dia após a ação da prefeitura.

Dessa forma, o cronista destaca a política higienista levada a efeito pela intendência. Embora muitas vezes que circulavam na imprensa parecessem aliviadas com o fim do cortiço tido como um embaraço para a paisagem urbana e, por conseguinte, para o progresso desejado por elas para o Rio de Janeiro, Machado de Assis lançou o seu olhar em direção aos interesses que concorriam para a realização dessa violenta operação: se de um lado havia os cidadãos incomodados com a vista da pobreza e da desordem no centro da cidade, de outro havia as

companhias interessadas em explorar o potencial imobiliário da região. O poder público parecia estar a serviço dessa gente.

Esse, definitivamente, não parecia ser um problema levantado pelo conjunto maior da mídia, que dava em suas páginas o assunto por encerrado. Para compreendermos melhor os efeitos da demolição do caloji, é possível analisarmos o comportamento futuro dos periódicos. Seria possível verificar nos anos subsequentes ao episódio o estímulo à repetição da medida, utilizando como pretexto uma suposta demanda popular por ações de força. O texto reproduzido a seguir está inscrito na rubrica “Queixas do povo”, irregularmente publicada no *Jornal do Brasil* ao longo da década de 1890:

Figura 13 — Rubrica “Queixas do povo”, publicada no JB, 5 dez. 1894²²



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A existência de um sujeito indeterminado na construção do texto atribui ao “povo” a suposta queixa a ser amplificada pelo jornal. Contudo, a publicação revela explicitamente a própria agenda do periódico. Analisemos: nos primeiro e segundo parágrafos, a reclamação acerca do comportamento de moradores de um cortiço remanescente da cidade é apresentada com certa pretensão de imparcialidade, a despeito de ser reproduzida em discurso indireto livre.

No último parágrafo, porém, a linha editorial do periódico se revela à medida que a demanda popular é avaliada no texto de maneira superlativa; o termo usado para apresentar a

²² QUEIXAS DO POVO

Pedem-nos que reclamemos contra as péssimas condições higiênicas em que se acha o cortiço da rua do chefe de divisão Salgado n. 30.

Os moradores fazem dele depósito de animais mortos e levam o seu pouco caso às reclamações dos vizinhos, a ponto de fazerem na rua toda a qualidade de despejos.

É justíssima a reclamação e cremos que a junta de higiene tomará as necessárias providências, tanto mais que já foi aquele cortiço, por este mesmo motivo e à sua ordem, fechado.

opinião da publicação é “justíssima”. Além disso, o periódico se vale do episódio para cobrar providências das autoridades, sugerindo medida análoga à tomada contra o Cabeça de Porco.

Voltando à crônica machadiana, é possível sugerir o que parecia ser o alvo da reflexão do cronista: o sistema que configura a formação de opinião. “Cá fora é preciso que esteja aquele apoio moral, que dá a opinião pública aos varões providamente fortes”. Ora, é possível notar que a opinião pública pode, em muitos casos, ser desenvolvida à força, assim como se verifica a dificuldade que representa partilhar harmonicamente uma opinião imposta de cima para baixo.

A construção da imprensa como elemento civilizatório sempre foi uma preocupação do autor desde os anos da juventude. A descrença nesse papel no momento de maturidade revela-se com força nessa crônica e, sobretudo, na série “A Semana” como um todo. O uso do espaço hebdomadário para discutir o *modus operandi* da imprensa é observado de maneira difusa entre os cronistas do fim do século XIX, mas, no caso do autor, é tornado como parte recorrente do mecanismo de escrita para além do mero comentário do noticiário. Nesse sentido, parece apropriado recuperar Granja e Andries: “Fazendo com frequência o papel de contraponto crítico às notícias evocadas pelo restante do jornal, as crônicas têm, no entanto, uma dívida com a atualidade do instante que passa” (2015, p. 16).

O cronista recolhe os fragmentos de realidade distribuídos pelos jornais, identificando os interesses que criam determinada visão hegemônica na sociedade. Seu texto, resultado desse processo, avalia o papel desempenhado pelo jornal no desenvolvimento da opinião pública. Nesse sentido, Machado de Assis parece discutir questões que seriam teorizadas apenas no século XX, com o desenvolvimento da ciência da comunicação: “Se bem que o paradigma da notícia enquanto narrativa e construção não defenda que as notícias sejam ficção, põe em causa que sejam um espelho da realidade” (TRAQUINA, 2002, p. 48).

A ironia presente na apreciação da demolição do cortiço Cabeça de Porco aponta para uma discordância frontal por parte do cronista da leitura de grande parte da imprensa. O movimento de apropriação e ressignificação do discurso do jornal que Machado de Assis realiza em sua crônica é bastante rico do ponto de vista artístico. Da fricção entre a linguagem do jornal e a do cronista emerge uma leitura que parece ocupar uma posição minoritária e necessária no espaço público, o que seguramente produz efeitos. Dito de outro modo, é na aparente indefinição das fronteiras entre o discurso do cronista e o do jornal que se marca a divergência entre a leitura realizada pelo periódico e a apresentada na crônica.

4.4. O PÉ ATRÁS COM AS NOTÍCIAS

Ainda no tempo do Império, as notícias vindas de fora da Corte percorriam várias léguas desde a província, além daquelas que, vindas do estrangeiro, embarcavam nos paquetes dos navios conformadas nos jornais europeus que eram repercutidos com algum atraso na imprensa brasileira. A fórmula encontrada pelos jornais para a fidelização do pequeno público leitor foi a de transformar a notícia em uma narrativa seriada cujos desdobramentos ganhavam amplitude nos dias seguintes. Sejam as de natureza local ou mesmo as vindas de fora da cidade ou do país, as notícias eram revisitadas durante semanas após a sua primeira veiculação, como uma trama narrada em episódios.

Contudo, o ritmo do jornal é alterado de maneira surpreendente na década de 1870. Em 1874, o *Jornal do Commercio* adota o serviço telegráfico ao expediente do jornal que imediatamente passa a ser utilizado como mecanismo de obtenção de notícias e obtém espaço cativo em rubrica própria, ao que é imediatamente seguido pelos principais jornais da Corte. A tecnologia, nesse caso, é instrumento para uma nova maneira de se praticar o jornalismo no período.

A agenda da imprensa se revela grandemente nas escolhas feitas para dividir as seções das publicações diárias e, sobretudo, no destaque dado a essas rubricas. Dentre todos os elementos partilhados pelas publicações do Rio de Janeiro no período sobre o qual nos debruçamos, certamente a atenção dada aos telegramas é o que mais se destaca. Essa especificidade certamente não passaria incólume pelo olhar machadiano.

Muitas vezes a repetição indica uma predileção. Dentre as 248 crônicas da série “A Semana”, Machado de Assis dedicou aproximadamente 40 delas à reflexão sobre conteúdo veiculado na seção “Telegramas” — rubrica diariamente publicada nos periódicos cariocas, que reportava sinteticamente os eventos ocorridos fora da capital federal e nas principais cidades do mundo. Tais ocorrências demonstram não apenas o interesse do cronista pelas curtas notícias vindas de pontos distantes do Brasil e do estrangeiro, mas pelas soluções encontradas pelas agências de notícias para fornecer material aos periódicos de maneira célere.

Com base na leitura desse material, sugerimos que ao comentar os fatos ocorridos na incipiente república brasileira e no mundo a partir do que lê nos telegramas, o cronista se propõe a problematizar esse tipo de gênero jornalístico, questionando a precisão e a densidade das informações reportadas através dele. A análise de excertos de crônicas representativas desse expediente sugere que sua escrita acusa as idiossincrasias do conteúdo dessa seção nos jornais:

“A agência Havas foi a primeira agência de notícias francesa, fundada em 1835, e dominava as notícias que encabeçavam as primeiras páginas dos melhores jornais” (GLEDSON, 2021, p. s-s). Instalada no Rio de Janeiro em 1874, era especializada na produção e distribuição de conteúdo enviado por telégrafo. No Brasil, foi a principal empresa responsável por trazer informações vindas do estrangeiro entre o fim do século XIX e o início do século XX.

As agências podiam enfrentar melhor do que os jornais o preço do telégrafo porque entregavam a mesma mensagem a vários clientes. Para reduzir os custos, criaram códigos telegráficos [...]

O uso de códigos e a compressão das notícias em poucas palavras para economizar as despesas telegráficas davam lugar a confusões e mal-entendidos. Na imprensa brasileira, a “tradução” deficiente desses telegramas sintéticos ocasionou a publicação de muitas notícias erradas a ponto de a informação telegráfica cair no descrédito. Ficou famosa a expressão “mentir como um telegrama”. (MOLINA, 2015, p. 407)

Em 1892, já no período republicano, a seção “Telegramas” estava consolidada. O desenvolvimento da rubrica acompanha o processo de profissionalização do jornalismo que se dá no período: “a imprensa artesanal estava sendo substituída pela imprensa industrial. A imprensa brasileira aproximava-se, pouco a pouco, dos padrões e das características peculiares a uma sociedade burguesa” (SODRÉ, 1966, p. 261).

Naturalmente, o recurso telegráfico se apresentava como um dos símbolos da modernização da imprensa, o que por si só poderia ser enxergado como um elemento positivo, como deixa entrever um artigo não assinado na *Gazeta de Notícias*:

O fio telegráfico é o fio de Ariadne da civilização moderna no labirinto do progresso. Logo que o homem civilizado põe o pé em lugar desconhecido, na Ásia, na África e na América, o seu primeiro cuidado é ir deixando atrás de si os postes telegráficos e o fio condutor, que o há de pôr em comunicação com o resto do mundo. (*GN*, 2 out. 1892)

O entusiasmo dos jornalistas com o recurso tecnológico, que possibilita uma comunicação ágil entre regiões distantes, não parece encontrar ressonância na pena machadiana. O cronista analisa os seus efeitos na imprensa de maneira crítica. No primeiro ano de sua série, pondera: “Vá um homem crer em telegramas! A mim custa-me muito; Bismarck não cria absolutamente, tanto que confessa agora haver alterado a notícia de um, para obrigar à guerra de 1870” (*GN*, 20 nov. 1892).

No excerto, o cronista refere-se à guerra franco-prussiana, ocorrida entre 1870 e 1871, estrategicamente provocada pelo chanceler Otto Von Bismarck, que tinha o intuito de apresentar o império francês de Napoleão III como uma potência agressora. No centro das

atenções do cronista, o suposto telegrama, apresentado exageradamente como o estopim para a guerra. Assim, de passagem, a crônica problematiza o gênero. Frequentemente, sob a pena de Machado de Assis, o elemento colateral se torna a questão central.

A confissão do cronista parece representar sua visão a respeito do serviço prestado pela tecnologia ao expediente jornalístico. A própria agência Havas é citada na crônica de 16 de abril de 1893, que trata da dissolução do Tribunal de Relação do estado de Santa Catarina por parte do governador Tenente Machado:

Os telegramas noticiam que o regozijo público e a indignação pública são enormes. O governador é objeto de aclamações e vitupérios. Gargalhadas e ranger de dentes enchem o ar do estado. Essas contradições só o movimento político as poderia fazer aceitar.

Convém notar que, a princípio, julguei que era gracejo dos empregados do telégrafo, e gracejo comigo. Cheguei a escrever cinco ou seis mofinas, com assinatura e estilo diferentes. Em uma delas cotejava essas notícias contraditórias com as da Havas, todas acordes, ainda quando esta agência passa da notícia à profecia, como fez agora, a propósito de dois presos políticos de Santiago, dos quais diz que “vão ser condenados à morte”. É ter muita ou nenhuma confiança nos tribunais. (*GN*, 16 abr. 1893)

A crônica sugere que os relatos apresentados pelos telegramas são contraditórios e não permitem saber, ao certo, qual foi a reação da população catarinense aos atos do chefe do executivo estadual. A escolha da construção paradoxal para dar conta da situação conflituosa do estado suscita comicidade e ironia, e coloca em xeque a relevância da notícia. A técnica é ainda mais sofisticada pelo uso do recurso estilístico da enumeração articulada, no qual se encadeiam pares de elementos descritivos com alguma aproximação entre eles — o conjunto “regozijo público/indignação pública”, “aclamações/vitupérios” e “gargalhadas/ranger de dentes”.

Ao apresentar relatos diametralmente distintos a respeito do mesmo fato, Machado de Assis aponta para a ambiguidade das informações trazidas pelos telegramas que, vistas em perspectiva, são capazes de suscitar graça e confusão. O cronista acentua essa percepção ao reunir no mesmo parágrafo as visões opostas sobre a questão política, oferecendo ao leitor um resumo do absurdo que consiste em assumir como relato fidedigno aquilo que os diferentes telegramas trazem a respeito do ocorrido.

A situação conflituosa verificada em várias regiões do Brasil no final do século XIX, potencializada pelo autoritarismo do incipiente governo republicano, dava azo a uma leitura pessimista do futuro do país. Existe uma percepção de desordem e fracasso institucional que se reproduz no noticiário, analisado atentamente pelo cronista. A respeito disso:

A crônica de Machado tende a radicalizar a tensão entre as exigências da realidade e as suas vias de representação. O texto ajusta uma forma literária à matéria fornecida pelo complexo meio, no qual os acontecimentos promovem constantemente a perda da elevação e da noção do absoluto. Se os disparates não são exclusividade da sociedade e da política brasileiras, temas privilegiados nas crônicas machadianas, a conformação deles permitiu um tratamento especial. (BETELLA, 2007, P. 183)

É nesse ambiente que Machado de Assis insere o seu comentário. Não obstante, o interesse no fato em si parece ser menos profundo do que a observação a respeito do modo como é feito o seu registro. Ademais, não é apenas para as informações trazidas pelos correspondentes nacionais que o cronista direciona seu olhar. O segundo parágrafo do excerto faz referência ao telegrama publicado três dias antes na própria *Gazeta de Notícias*:

Figura 14 — Telegrama publicado na *GN*, em 13 abr. 1893



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Sendo a principal agência de notícias internacional a atuar na América Latina, a Havas foi também objeto do comentário de Machado de Assis. Na crônica de 16 de abril de 1893, o cronista sugere que a empresa ultrapassa os limites do seu ramo de atuação ao realizar previsões ou, como afirma o cronista, “profecias” a respeito dos assuntos que reporta. Tomando como motivo o episódio de Santa Catarina, o escritor aproveita para tecer seus comentários a respeito do gênero “telegrama” e, por extensão, do modo como a empresa francesa supostamente distorceria as informações fornecidas aos jornais.

Se no primeiro caso é possível atribuir ao calor dos acontecimentos políticos as múltiplas versões dos fatos reportados, no que diz respeito ao relato trazido do Chile nada justificaria a afirmação categórica de que os revoltosos chilenos seriam condenados à morte antes de serem julgados. O dilema colocado no último parágrafo do excerto da crônica machadiana — “é ter muita ou nenhuma confiança nos tribunais” — propõe que a antecipação

do veredito revelaria um pretensioso transbordamento das atribuições da agência, ignorando as vias processuais da jurisdição chilena.

Discutir o expediente da empresa francesa também serve como motivo para comentar o ambiente do fim de século. O período marcado pela multiplicação de notícias vindas de diferentes recantos do mundo enseja reflexões do cronista. Na crônica de 6 de outubro de 1895, Machado de Assis pondera:

Quem põe o nariz fora da porta, vê que este mundo não vai bem. A Agência Havas é melancólica. Todos os dias enche os jornais, seus assinantes, de uma torrente de notícias que, se não matam, afligem profundamente. Ao pé delas, que vale o naufrágio do paquete alemão Uruguai, em Cabo Frio? Nada. Que vale o incêndio da fábrica da Companhia Luz Esteárica? Coisa nenhuma.
[...] Mas tornemos ao presente e à Agência Havas. São rebeliões sobre rebeliões, Constantinopla e Cuba, matança sobre matanças, China e Armênia. Os cristãos apanham dos muçulmanos, os muçulmanos apanham de outros religiosos, e todos de todos, até perderem a vida e a alma. (*GN*, 6 out. 1895)

Nessa crônica, questiona-se o volume de informações trazidas diariamente pelo telégrafo, algumas de lugares distantes, sem interesse imediato para o leitor carioca. Sugere-se no texto uma espécie de exaustão com a profusão de más notícias reportadas diariamente. Assim, ao estabelecer um sopesamento entre as crises locais e as estrangeiras, Machado de Assis aponta para uma hierarquização entre as notícias apuradas na cidade e no resto do mundo, como se o *status* alcançado pelo noticiário internacional, ainda que este seja exageradamente sucinto, suplantasse as apurações locais.

O cronista compartilha com seu público a aflição produzida pelas muitas notícias apresentadas nos poucos caracteres da rubrica “Telegramas”. O acúmulo de informações produz inquietação, a instantaneidade também sugere um sentido de urgência. Nesse sentido, o escritor parece pouco entusiasmado com a rubrica, e faz das suas idiossincrasias um dos temas principais de suas crônicas. Em 8 de maio de 1892, lemos:

Mato Grosso foi o assunto principal da semana. Nunca ele esteve menos Mato, nem mais Grosso. Tudo se esperava daquelas paragens, exceto uma república, se são exatas as notícias que o afirmam, porque há outras que o negam; mas neste caso a minha regra é crer, principalmente se há telegrama. Ninguém imagina a fé que tenho em telegramas. (*GN*, 8 mai. 1892)

Os dois primeiros períodos da crônica já apresentam um traço estilístico machadiano bastante reconhecível em seus textos: o humor irônico. No excerto, esse movimento se dá no desmembramento do nome do estado brasileiro, efetuando um ruído entre o paralelismo sintático e o semântico. Machado de Assis parece sugerir com essa troça que o longínquo estado

estava agora no centro das atenções do país em decorrência de sua situação conflituosa. Do contrário, seguiria na obscuridade.

O cronista repercute uma série de notícias trazidas pela agência Havas, pelos periódicos estrangeiros e pelos correspondentes em Corumbá. Os relatos veiculados nos principais jornais do Rio de Janeiro davam conta da instalação de uma República paralela no centro-oeste brasileiro. Pairavam suspeitas sobre a interferência de países estrangeiros na política brasileira, sobretudo a Inglaterra, o que justificava a repercussão do tema na mídia.

A seguir, um exemplo do impreciso noticiário:

MATO GROSSO

Lê-se em um jornal de Buenos Aires, de 26 do mês passado:

“A última hora resolveu-se que a canhoneira *República*, em lugar de ir a Mato Grosso, vá até Assunção e ali permaneça às ordens do ministro argentino, que a enviará a Mato Grosso, se for preciso.”

Para quê? (GN, 5 mai. 1892)

As primeiras informações dos eventos no Mato Grosso chegavam via imprensa estrangeira, mas logo os jornais cariocas voltaram seus olhares para a distante unidade da federação. O conflito remonta à interferência do governo federal nas eleições locais. No ano de 1891, o marechal Deodoro da Fonseca sobrepôs sua vontade ao resultado das eleições, nomeando o governador de sua preferência. Uma sucessão de dissoluções e convocações de assembleias legislativas seguiu-se a esse episódio, a partir do qual também ascenderam e caíram uma série de governadores, criando um ambiente político local bastante efervescente.

As informações se seguiam:

Mato Grosso
Montevidéo, 6

Notícias chegadas hoje de Corumbá confirmam as anteriormente recebidas sobre a insurreição no Estado de Mato Grosso.

O coronel Barbosa, chefe das forças revolucionárias, continua a empregar todos os meios para fazer frente ao contingente que o governo federal vai mandar.

Reina grande agitação e muita miséria.

A canhoneira *Taquary* está fundeada na baía Negra, com o fim de impedir que os navios com bandeira brasileira transitem livremente, e para proceder à rigorosa visita nos navios estrangeiros a fim de evitar que eles conduzam recursos aos revoltosos.

(GN, 7 mai. 1892)

Havia grande ênfase na possível participação de potências estrangeiras fomentando o conflito; contudo, diferentemente do que sugeria a imprensa internacional, tratava-se de uma questão doméstica, e não de um movimento separatista. O presidente Floriano Peixoto enviou

tropas do exército e conteve os revoltosos, fazendo prevalecer os desígnios do governo federal sobre os anseios dos movimentos políticos de oposição.

Efetivamente, Machado de Assis parece se importar pouco com o conteúdo da notícia, mas demonstra interesse pelo alcance dado a ela. Ele questiona a pretensão de verdade dos telegramas, considerando que em poucos dias outros se apresentariam produzindo uma sucessão de reparos e desmentidos. O escritor revela, dessa forma, a precipitação com que as notícias são dadas a conhecer.

Como é notável no expediente do escritor, a presença da ironia amplia o alcance do sentido de suas afirmações. Ao registrar que sua regra é crer no telegrama, o cronista aponta para a descrença. O uso do substantivo “fé” reforça nossa hipótese, posto que a fé não habita o universo da lógica, mas da crença. Além disso, se há telegramas que relatam determinado fato e outros que o negam, o cronista cria em todos, modificando diariamente a sua opinião? Machado de Assis, assim como o leitor, teria todas as razões para relativizar o teor das informações que lhe eram apresentadas.

Apenas um mês depois, o escritor questiona diretamente a relevância das informações trazidas na rubrica “Telegramas”:

Nesta semana, por exemplo, vimos todos um telegrama de um estado (não me ocorre o nome) resumindo a resposta dada pelo presidente a um ministro federal, que lhe recomendara não sei quê, em aviso [...] Não sei se é verdadeira a notícia, mas tudo pode acontecer debaixo do sol”. (*GN*, 5 jun. 1892)

O trecho parodia a estrutura dos telegramas publicados nos periódicos. O cronista redige o parágrafo na primeira pessoa do plural, incorporando o público na experiência de leitura, sugerindo a insuficiência dos elementos que compõem a notícia. Nesse sentido, percebe que “os acontecimentos deixam de existir desvinculados dos textos que os comunicam, sendo evidenciado o papel das convenções na sua veiculação” (CRUZ JÚNIOR, 2002, p. 69).

Na crônica, as informações-chave para a compreensão do fato são propositalmente suprimidas, mas obedecendo a uma certa lógica que já vimos ser do estilo de Machado de Assis, exprimida na forma da enumeração articulada: um telegrama, um estado de nome esquecido, a resposta dada, um ministro federal, a recomendação omitida. A repetição dos artigos indefinidos potencializa a percepção de que nenhum dos elementos fundamentais para a compreensão do suposto fato é esclarecido, o que chama a atenção para a forma do texto, apresentado quase como um antimodelo de construção da notícia.

O cronista constata que a repetição formal dos telegramas não desperta interesse do leitor nos eventos relatados. Tal é a tendência da informação trazida no curto espaço da rubrica: em cada pequeno texto há apenas a declaração de ocorrência de determinado sucesso, cujos desdobramentos podem, no máximo, serem intuídos pelo leitor e verificáveis (ou não) em um próximo telegrama.

Não se deve perder de vista que a brevidade do telegrama guarda relação direta com o seu custo operacional. Ora, quanto mais caracteres enviados via telégrafo, mais dispendiosa a mensagem se torna. Limitar a narração dos fatos ao mínimo necessário significaria, no limite, excluir os detalhes, que muitas vezes são quase tudo.

Se, por um lado, essa configuração produz agilidade na dinâmica da publicação, por outro torna o texto truncado. Esse desequilíbrio entre celeridade e apuro forçosamente obrigaria o leitor a ler a notícia relativizando as lacunas deixadas pelo periódico. O cronista parece sugerir que os telegramas diários produzem um efeito de repetição, uma vez que a sua forma padronizada obnubila o conteúdo que busca apresentar, como se o gênero fosse limitado a sua forma.

Ao longo da série, o cronista continuou comentando as notícias trazidas pelos telegramas. Em 20 de setembro de 1896, aproveita o ensejo do falecimento de Carlos Gomes para tecer mais comentários acerca do produto entregue pelo telégrafo:

Toda esta semana foi feita pelo telégrafo. Sem essa invenção, que põe o nosso século tão longe daqueles em que as notícias tinham de correr os riscos das tormentas e vir devagar como o tempo anda para os curiosos, sem essa invenção esta semana viveria do que lhe desse a cidade. Certamente, uma boa cidade como a nossa não deixa os filhos sem pão; fato ou boato, eles teriam algo que debicar. Mas, enfim, o telégrafo incumbiu-se do banquete.

A maior das notícias para nós, a única nacional, não preciso dizer que é a morte de Carlos Gomes. O telégrafo no-la deu, tão pronto se fecharam os olhos do artista e deu mais a notícia do efeito produzido em todo aquele povo do Pará, desde o chefe do Estado até o mais singelo cidadão (...) (*GN*, 20 set. 1896)

Machado de Assis pondera que o telégrafo é, àquela altura, o grande responsável pela aproximação entre as regiões geograficamente distantes entre si, a ponto de haver alguma semana, do ponto de vista jornalístico, inteiramente “feita pelo telégrafo”. Desse modo, as notícias locais parecem dividir a importância com aquelas cujos olhos do grande público antes não podiam alcançar sem algum atraso.

Existe uma dimensão subjetiva bastante explorada na crônica: a percepção das transformações ocorridas no seu tempo. Nesse sentido, o cronista sugere que a velocidade com que “o tempo anda para os curiosos” não deixará de ser lenta apenas por conta do advento do

telégrafo, mas que talvez os curiosos se tornem ainda mais apressados para recebê-las. Não obstante, pondera que há uma notícia realmente importante para os brasileiros, qual seja, o falecimento do compositor Carlos Gomes no Pará, esta sim merecedora de destaque. Dentre os muitos eventos reportados sobre o mundo, é ainda a nota local que parece indispensável ao cronista.

A rigor, o narrador não se apresenta como entusiasta ou opositor do uso da ferramenta tecnológica no expediente da imprensa, mas, assim como todos os elementos que a compõem, ela é objeto de um olhar analítico bastante agudo. Ainda nesse diapasão, destaca-se nos dois últimos anos de sua série, a atenção especial que dedicou às notícias vindas do interior da Bahia, dando conta da nascente animosidade entre a comunidade do arraial de Belo Monte e as autoridades baianas.

Em síntese, o excerto parece sugerir ao leitor que leia as notícias provenientes dos telegramas com certa reserva, assim como o próprio cronista as lê. Nesse sentido, o cronista faz da leitura dos periódicos uma experiência crítica e complexa. À vista disso, reforça o efetivo papel que cumpre de contraponto à própria mídia que ele integra.

É possível concluir que os telegramas publicados nos periódicos do século XIX foram perscrutados por Machado de Assis em perspectiva crítica. A característica predominante desse tipo de texto publicado pelos jornais, verificável tanto no material distribuído pela agência de notícias Havas, quanto no enviado pelos correspondentes dos periódicos, é a da compressão da notícia, da síntese, com pouco desenvolvimento.

Em face da imprecisão e da superficialidade dos relatos trazidos na rubrica “Telegramas”, o cronista desenvolveu na coluna “A Semana” a desnaturalização desses textos, apresentando ao seu leitor uma leitura crítica do material trazido diariamente ao consumidor dos periódicos.

A crônica machadiana acusa essas dificuldades, além de demonstrar determinada preocupação com o ritmo das novidades e o efeito que elas produzem no seu tempo. Contudo, criticar o expediente da própria mídia em que publicava requeria um certo cuidado do escritor. Ainda assim, o experiente cronista fez da sua desconfiança nos telegramas um dos motores para a escrita do seu texto semanal, discutindo o modo simplório como eram apresentados temas complexos.

5. Porosidade e projeção

Machado de Assis estabelece em “A Semana” uma relação crítica com os discursos postos em operação nas páginas dos periódicos. O modo de produção jornalística baseado em uma noção imediatista e profundamente especulativa que avoca estatuto de verdade é matéria para o discurso machadiano. O escritor parece ter plena consciência do aspecto artificioso da linguagem praticada rotineiramente pelas folhas diárias e que, pela sua repetição, ganhariam ares de naturalidade.

Dessa maneira, ao produzir o seu texto semanal, Machado de Assis dialoga com esses discursos, valendo-se de recursos estilísticos, como a paródia, a ironia e o sarcasmo produzindo um estranhamento para o leitor habituado a dividir em categorias os distintos gêneros que habitam o universo da escrita nos seus diferentes suportes. Lúcia Granja destaca o papel consciente do escritor na escrita hebdomadária:

Fica também evidente que o texto machadiano se nutre da extrema consciência de seu autor sobre os efeitos tipográficos, poéticos, retóricos e ideológicos do suporte sobre o qual se forma e ao qual se conforma. No final dos anos 1870 e início dos anos 1880, se a crônica mostra as contradições do modo de leitura do jornal, a ficção absorve plástica e parodicamente a Poética constitutiva daquele universo textual. Levando seus questionamentos ao paroxismo ou criando esteticamente por meio da leitura dos modos de operar textos e discursos que lhe eram contemporâneos, Machado de Assis, esse escritor monstruoso, afeito a construir literariamente em desproporções, usou como fonte para a modernidade de sua escrita literária as possibilidades todas que lhe ofereceram a escrita do folhetim-variedades dominical, assim como a variadíssima gama de formas que a crônica e o próprio jornal admitiam. (GRANJA, 2018. e-book)

A formulação de Lúcia Granja leva em conta diferentes aspectos da produção jornalística do século XIX que são recuperados, problematizados e incorporados criticamente na escrita semanal de Machado de Assis. O cronista não apenas escreve sobre a imprensa, mas em meio à imprensa; de alguma maneira todo absorvido pelo pequeno universo que circunda sua coluna hebdomadária na economia da publicação.

Nessa perspectiva, é possível relacionar a prática de escrita semanal do cronista com a profícua produção em outros gêneros em prosa, de maneira que a sua produção mais diretamente literária estabelece conexões estreitas com os motivos que orientam o exercício crítico-reflexivo do escritor feito no calor da hora.

Consoante esse entendimento, Silviano Santiago nos exorta a compreender os escritos machadianos como um projeto longo e coerente cujos alicerces fundados em textos

considerados menos pretensiosos já contêm a complexidade facilmente identificável em textos consagrados. Ainda, sobre o processo inventivo de Machado de Assis, o crítico afirma:

(...) depende quase exclusivamente da reelaboração de certas estruturas estabelecidas em trabalhos já escritos e/ou publicados anteriormente. Depende, pois, de uma revisão crítica do seu próprio esforço, do que já conseguiu realizar. Mais sofisticado é cada novo trabalho com relação ao anterior, melhor o romancista apanha a complexidade da ação e dos personagens. (SANTIAGO, 2006, pp. 434-5)

Segundo Santiago, estudar o autor a partir de estruturas dadas, revisitadas e reelaboradas ao longo de cada texto, considerando inclusive os distintos gêneros nos quais produziu, pode resultar em boa interpretação da obra machadiana. Há, na produção do escritor, elementos que se verificam pela primeira vez em um texto de determinado gênero que se agudizam em obras posteriores, por exemplo, o tema do ciúme, que é trabalhado tanto sincronicamente quanto diacronicamente em sua produção.

Alguns temas presentes nas obras de ficção são objeto de atenção do escritor também nas folhas hebdomadárias dos jornais. Como já bem demonstrado por Lúcia Granja (2000) nos seus estudos sobre a relevante presença de Machado de Assis no periodismo carioca do século XIX, o ofício de cronista trouxe inúmeros elementos para a escrita ficcional do escritor, estabelecendo uma interessante hibridez que recolhe os elementos cotidianos das páginas dos periódicos com o exercício ficcional.

Nesse sentido, é possível afirmar que as reflexões de ordem filosófica, psicológica e social suscitadas pelos textos de ficção possam ter sido previamente experimentadas nas páginas dos jornais. Entretanto, afirmar isso não significa dizer que da problematização engendrada nas crônicas não possam ser extraídas maiores repercussões e que, por isso, seja preciso dar tratamento mais sofisticado ao tema em outro gênero, de preferência o conto ou o romance. É possível, portanto, que a crônica tanto sirva como ponto de diálogo para os textos ficcionais como possa ser apreciado individualmente.

5.1. O VIÉS LITERÁRIO

Ao tratar sobre o regime discursivo identificável no periodismo do século XIX, Lúcia Granja enfatiza a característica da porosidade, que consiste na incorporação, pela escrita do folhetinista, da própria capacidade absorviva das seções do jornal, nas quais julga haver regular

interpenetração de características, derivada da estreita convivência no espaço físico que ocupam.

O fato de o jornal ser midiático, promover uma mudança de regime discursivo, ser cotidiano e coletivo, são as principais características que promoveram uma inflexão na Literatura e constituíram uma nova Poética, da qual se nutriu a moderna escrita literária, que, por sua vez, também alimentou literariamente as formas jornalísticas. (GRANJA, 2018, p. 75)

Lúcia Granja, tomando como referencial a pesquisa de Marie-Ève Thérénty (2007), pondera que, por também ser oriundo do espaço do folhetim, o cronista brasileiro é consciente da porosidade entre as rubricas do jornal e da incorporação de elementos de construção da narrativa literária no jornalismo que visa a alcançar o grande público. Esse movimento ganha vigor no final do século XIX, sobretudo na última década, período em que se destaca o jornalismo praticado pela *Gazeta de Notícias*.

Retomando os elementos que até aqui estabelecemos, temos que Machado de Assis constrói sua obra com profunda consciência, dimensão de projeto e pretensão de unidade. Sugerimos ainda que a presença de determinados procedimentos se estabelece com bastante complexidade em todos os gêneros aos quais o escritor se dedicava. Isso faz com que uma marca autoral seja reconhecível em seus textos.

O leitor atento pode identificar como característica marcante da obra de Machado de Assis a inquietante produção de estranhamento que realiza em suas obras, cujo principal efeito é o da desnaturalização de discursos previamente estabelecidos e bem assentados na sociedade. Associa a isso um profundo racionalismo, como estabelece o próprio Silviano Santiago (2000, p. 37).

No sentido de demonstrar esse mecanismo e seus desdobramentos na escrita machadiana, realizaremos um exercício distinto do que vem sendo feito ao longo deste trabalho. Faremos a análise de dois contos produzidos pelo autor, combinada com a de duas crônicas produzidas pelo autor de “A Semana” a eles contemporâneas. Os dois pares de textos guardam internamente entre si os mesmos motivos de escrita assim como desenvolvem desdobramentos relativamente semelhantes.

Como é da natureza do presente estudo, a análise também estabelecerá pontos de contato com as crônicas produzidas por outros autores contemporâneos a Machado de Assis, a fim de explorar com mais amplitude o contexto e de verificar o modo como a organicidade da obra machadiana se estabelece em face da dos demais cronistas.

“Ideias de canário” é um conto publicado na edição de 15 de novembro de 1895 da *Gazeta de Notícias* e publicado em livro em junho de 1899 em *Páginas recolhidas* — coletânea que abriga textos de diferentes gêneros produzidos por Machado de Assis. O texto começa com o narrador dando os créditos da história “extraordinária” que vai contar ao personagem “dado a estudos de ornitologia”, chamado Macedo. Segundo aquele, o que será reportado ao leitor nada mais é do que apenas o “resumo da narração”. Nesse momento temos o primeiro nível de complexidade do enredo. O narrador atribui narrativa bruta (a qual não temos acesso) ao próprio personagem que protagoniza a trama. Machado de Assis, a esse tempo, já estabelece como recorrente a problemática da instância da narrativa, de modo que ao leitor compete identificar com quem ele terá que se haver em nome da confiabilidade da matéria lida.

Escapando de um acidente de tálburi, Macedo salta providencialmente para dentro de uma loja de belchior, cujo dono nem se deu conta de sua entrada súbita. A loja é descrita como decadente, desorganizada. Muitos objetos se ladeavam e entulhavam o espaço sem que nenhum deles fosse objeto de interesse do visitante repentino.

Incomodado com o cenário e prestes a sair do estabelecimento, Macedo avista uma gaiola pendurada com um canário. Seu interesse se dirige à vida que destoa do espaço de ruínas, de fragmentos descartáveis de história que a circunda. Apresenta-se então o “absurdo” anunciado no primeiro parágrafo: o personagem entabula um diálogo com o canário.

Perguntado a respeito do seu histórico de propriedade e da sua presente situação, o canário apresenta surpreendente posicionamento:

— Que dono? Esse homem que aí está é meu criado, dá-me água e comida todos os dias, com tal regularidade que eu, se devesse pagar-lhe os serviços, não seria com pouco; mas os canários não pagam criados. Em verdade, se o mundo é propriedade dos canários, seria extravagante que eles pagassem o que está no mundo. (ASSIS, 2015, v. 2, p. 558)

Pensando estar diante de uma avassaladora descoberta — a de um canário falante com aspirações filosóficas — o “estudioso” adquire o animal para que possa registrar a sua linguagem e as suas ideias, sobretudo as suas ideias. O que mais se destaca nas reflexões do canário é a pretensão de domínio sobre o mundo, que se resume ao seu entorno. Além disso, a dose de convicção que tem sobre sua realidade sugere a posse de uma verdade. Atentemos para a intransigência do pássaro:

— O mundo — redarguiu o canário com certo ar de professor —, o mundo é uma loja de belchior, com uma pequena gaiola de taquara, quadrilonga, pendente de um prego; o canário é senhor da gaiola que habita e da loja que o cerca. Fora daí, tudo é ilusão e mentira. (ASSIS, 2015, v. 2, p. 558)

Na casa de Macedo o mundo do canário tem as suas fronteiras alargadas, fazendo com que o animal se esqueça da loja do belchior, que até então era tudo que ele tinha:

— O mundo — respondeu ele — é um jardim assaz largo com repuxo no meio, flores e arbustos, alguma grama, ar claro e um pouco de azul por cima; o canário, dono do mundo, habita uma gaiola vasta, branca e circular, donde mira o resto. Tudo o mais é ilusão e mentira. (ASSIS, 2015, v.2, p. 559)

Em determinada manhã, tomado pela enfermidade, o proprietário do canário (ou seu servo, a depender do ponto de vista que se assuma) incumbiu a um criado os cuidados da gaiola, até que por descuido o animal foge. Desolado e cansado de procurar pelo animal, Macedo se convence a sistematizar o material que já tinha e visita a chácara de um amigo para espairecer. Lá, o encontra pousado no galho de uma árvore. A seguir, o diálogo final:

(...) Falei ao canário com ternura, pedi-lhe que viesse continuar a conversação, naquele nosso mundo composto de um jardim e repuxo, varanda e gaiola branca e circular...

— Que jardim? Que repuxo?

— O mundo, meu querido.

— Que mundo? Tu não perdes os maus costumes de professor. O mundo — concluiu solenemente — é um espaço infinito e azul, com o sol por cima.

Indignado, retorqui-lhe que, se eu lhe desse crédito, o mundo era tudo; até já fora uma loja de belchior...

— De belchior? — trilou ele às bandeiras despregadas. Mas há mesmo lojas de belchior? (ASSIS, 2015, v.2, p. 559)

No derradeiro encontro, chama a atenção o alargamento das fronteiras do mundo do pássaro, posto que estava agora em liberdade, segundo a concepção rasa de liberdade, qual seja, a ausência de obstáculos físicos que impeçam a mobilidade. Ainda assim, esse conceito foi amplamente relativizado nas falas do animal. No primeiro e inóspito espaço em que fora encontrado, o canário dizia com tranquilidade a respeito do que era o seu mundo, ainda que circunscrito ao espaço da gaiola. Em uma gaiola maior e com visão mais alargada do jardim de Macedo, o pássaro imediatamente absorveu aquilo como o seu único mundo, sugerindo pelo discurso a capacidade de se manter em uma situação confortável e de poder em qualquer lugar que habitasse, a despeito da leitura feita pelos homens a respeito da sua condição.

Ao final, através da fuga, o pássaro alarga ainda mais as suas fronteiras, tratando com ironia o pesquisador que pretende devolvê-lo à sua gaiola e ao mundo que pretensamente era de seu domínio. Demonstra, assim, pela sua suposta falta de memória, que lhe interessa apenas a dimensão do aqui e do agora.

Machado de Assis parece propor uma reflexão acerca das visões bem assentadas e naturalizadas do homem sobre sua própria existência, tangenciando uma leitura irônica acerca das crenças nunca questionadas pelos homens, assim como faz mofa do perfil e dos discursos dos ditos homens de ciências.

Lúcia Granja, ao estudar os vários tipos de discursos presentes na imprensa brasileira do século XIX, aponta para uma visão específica de Machado de Assis sobre a pretensão de totalidade da ciência que atingia o imaginário do leitor no final do século XIX: “na verdade, como o narrador da ficção machadiana aproveita ironicamente o discurso científico, ele parece deslocado no ambiente ficcional e, por extensão, parodia a naturalidade com que é expresso no espaço do relato do ‘real’” (GRANJA, 2018, p. 157).

A propósito da relevância do periodismo na obra do escritor e avançando em nossa proposta de leitura conjunta de textos de distintos gêneros, tratemos da crônica publicada em 2 de abril de 1893, na *Gazeta de Notícias*. O cronista dedica sua coluna semanal à apreciação de um problema recorrente na sociedade carioca, que consistia na corrupção de jóqueis com o intuito de fraudar o sistema de apostas em corridas de cavalos na capital federal.

Acusações trocadas entre diretores de clubes esportivos e *book-makers* davam conta de que alguma dessas categorias (ou ambas) eram responsáveis pelo mal feito. O desdobramento do problema resultou, três anos depois, na proibição das apostas por força de lei municipal, como se vê na notícia veiculada na edição da *Gazeta de Notícias*, bastante próxima à data de publicação do texto de Machado de Assis.

O cronista parece pouco interessado em apurar na realidade quem são os verdadeiros responsáveis pelo sistema de corrupção. Em seu lugar, lança mão de uma estrutura ficcional que, mais uma vez, recorre ao absurdo para problematizar a questão que a ele se apresenta. Intrigado sobre como três dos piores cavalos puderam vencer três dos favoritos para determinado páreo, fabula um diálogo tendo um estrangeiro como interlocutor — o elemento externo — sendo que este teria a resposta que daria conta de tais indagações. Tal explicação se apresenta no intuito de substituir a dos apostadores derrotados. Segundo estes, frágeis animais apenas venceriam os de alto desempenho por meio de intervenção divina ou de corrupção dos homens.

Figura 15 — Rubrica “Frontões e Book-Makers, publicada na *GN*, em 15 jan. de 1895

FRONTÕES E BOOK-MAKERS

Apezar da intimação que, no sabbado, sofreram os proprietários dos estabelecimentos denominados *book-makers* e frontões, mandando respeitar a lei municipal, ainda, hontem o *Frontão Lavradio* abriu suas portas ao jogo, dando-se mesmo começo á 1.^a quinela.

Avisada a auctoridade, o Sr. Dr. chefe de policia mandou ao Sr. Dr. Lafayette que fizesse cumprir a lei.

Immediatamente o Sr. delegado da 7.^a circumscripção, acompanhado de 15 praças de policia, mandou terminar o jogo, fazendo restituir o dinheiro das *poites* e prendeu em flagrante o Sr. Dr. Joaquim Sarmiento, como desobediente á ordem legal.

Levado á secretaria da policia foi o mesmo director do *Frontão Lavradio* interrogado, lavrando-se o auto de flagrancia. Pouco depois o Sr. Dr. Sarmiento foi posto em liberdade. Duas praças ficaram de guarda á porta do *Frontão*, que foi evacuado.

Ao mesmo tempo que isso se dava na rua do Lavradio, o Sr. Dr. Leonidas de Sá, sabendo que a *Casa Bancaria*, do Sr. Manuel Ribeiro continuava a funcionar, para lá se dirigiu, intimando o proprietario da *Casa Bancaria* a cumprir a lei.

Os empregados então fecharam as portas. Mandou a auctoridade arrombal-as e convidou os empregados a retirarem-se, depois do que mandou lacrar e sellar as portas do estabelecimento.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O estrangeiro — crê o cronista que se trata de um polaco — adverte que sim, é possível que naturalmente três cavalos lentos vençam os velozes desde que entre eles haja o devido acordo. Para sustentar a sua afirmação lança mão de um suposto conhecimento de escritos antigos:

— Não mofe, que é imitar os ignorantes. Que os cavalos façam acordos entre si, é coisa sabida por todos os que folheiam livros antigos. Dicusius, op., lib. XXI, refere: ‘Os númidas contam que os seus cavalos combinam entre si, á imitação dos homens, a marcha que hão de ter, quando presumem que esta os fatigue em excesso, se forem pelo acordo dos cavaleiros’. Cneius Publius, confirmando essa versão, acrescenta que a espécie cavalari é daquelas em que mais se ajustam as vontades. Mas o primeiro que estudou detidamente esse assunto (não falando dos árabes), foi o filósofo Claudius Morbus; esse achou que os cavalos escarnecem dos homens: “Os ruins cavalos, diz ele em um dos seus tratados, são muita vez cavalos excelentes; para escarnecer dos homens, fazem-se ruins, empacam, afrouxam o passo, ou simplesmente os cospem de si, para que eles os não aborreçam mais...” (*GN*, 2 abr. 1893)

Presumivelmente, os sábios da antiguidade são invenções utilizadas retoricamente para dar credibilidade ao argumento. Isso parodia, conforme assevera Lúcia Granja, determinado discurso que estava muito em voga nas páginas dos jornais e se prestavam a dar ares de legitimidade a quaisquer posicionamentos que se pretendesse defender.

Assim como em “Ideias de canário”, a centralidade dada aos animais que se assenhoram das decisões críticas sobre as suas próprias vidas, ganha contornos de absurdo. Esse movimento nos transporta diretamente para o universo da ficção, de maneira que a crônica

imediatamente se distancia da realidade da qual deveria tratar justamente para problematizá-la. O cronista convida o leitor a ler a sua coluna de domingo com o mesmo esforço que espera que dedique a um texto ficcional. No conto, o convite parece óbvio. Ao sugerir a total precariedade e absoluta relatividade das nossas convicções através do trilar de um canário pretensamente senhor de um mundo bastante limitado, o narrador instiga o seu leitor a questionar as suas próprias certezas.

No diálogo construído na crônica a referência é ainda mais explícita: “— Os cavalos são homens; e não está longe o século em que os homens correrão também para recreio e lucro dos cavalos” (ASSIS, 1996. p. 219). Se os cavalos são homens, é muito provável que os homens, a exemplo dos cavalos, tenham combinado os resultados da corrida, e que na prática isso não faria diferença alguma, uma vez que tudo permaneceria como está. A explicação que pretende dar conta do resultado absurdo da corrida funciona como um consolo para ambos interlocutores que teriam perdido dinheiro no páreo:

— Seja como for, perdemos o dinheiro que estava ganho.
— Tem graça! Não se perde nada, porque assim como os que deviam ganhar, perdem, assim também os que deviam perder, ganham. Há compensação. É o que se pode chamar uma bela sociedade. (ASSIS, 1996. p. 220)

Tanto no conto como na crônica o narrador estimula a leitura em um nível mais profundo. Como não há explicação que racionalmente dê conta das crenças e do funcionamento da sociedade, o autor recorre à maneira da ficção. É através das crenças muito humanas dos animais que o narrador racionaliza o discurso dos homens.

Consoante essa leitura, concluir-se-ia que a corrupção seria inerente ao comportamento humano, que não seria possível esperar uma dimensão ética nos espetáculos públicos existentes à base de apostas e que o discurso científico pode se assemelhar ao da ficção. Como no conto, o procedimento que se utiliza é o da argumentação disparatada como contraface do que se deseja realmente dizer, o que consiste em mais uma forma do jogo de absurdo que Machado de Assis opera em seus textos.

Outro tipo de jogo — esse de repercussão pública — fazia sucesso no final do século no Rio de Janeiro e trazia matéria aos cronistas do período: o jogo do bicho. Havia na cidade uma profunda adesão às apostas promovidas pelo barão de Drummond em Vila Isabel. Inicialmente dirigida às classes mais populares, aos poucos a loteria alternativa foi alcançando grupos distintos da sociedade e diferentes classes sociais do Rio de Janeiro.

Debruçar-nos-emos doravante sobre outro par conto-crônica que versa diretamente sobre o mesmo tema. Se na análise dos dois textos anteriores nos dedicamos ao estudo de um procedimento machadiano, agora analisaremos o tratamento que o autor dá ao mesmo tema em diferentes gêneros. O conto “Jogo do bicho” foi publicado em 1904 no *Almanaque Brasileiro Garnier*.

O texto é contemporâneo à publicação do romance *Esau e Jacó*, penúltimo do autor. Nele não há maior problematização na instância narrativa. O clássico narrador em terceira pessoa apresenta a história de Camilinho, empregado de escrita nos arsenais da marinha, que se casa com uma jovem após relacionamento relâmpago de três meses, movido pela vantagem de receber no matrimônio não apenas uma esposa, mas também uma criada que viria com ela sem qualquer custo de salário.

Obcecado por uma promoção sempre anunciada, mas nunca consumada, o contador da repartição pública era movido pela esperança de ter uma vida mais confortável e consolava-se de suas frustrações usando jargão utilizado por todo o serviço público e que lhe dava uma sensação de pertencimento: “marcar passo”. A cada vez que repetia a frase “vivo marcando passo” (ASSIS, 2015, v. 3, p. 361), sentia que fazia parte do universo que admirava.

Não sendo apenas isso suficiente para satisfazê-lo experimentou jogar no bicho; foi premiado. O narrador toma o cuidado de explicar ao leitor desavisado o funcionamento do jogo do bicho. Talvez não fosse sequer preciso, uma vez que o tema já era assunto de conhecimento público desde pelo menos dez anos antes:

A recorrência com que o tema do jogo do bicho apareceu em diferentes espaços na Capital Federal, nos idos dos anos 1890, tem justificativa. Foi justamente num momento em que “o ar do Rio cintilava com a promessa de dinheiro fácil”, em função da febre de especulação financeira que assolou o país, conhecida pelo nome de Encilhamento, que o jogo do bicho por ela espraiou-se e colocou-se ao alcance de todos que dispusessem de poucos réis para fazer uma aposta.

O período que abrange de 1892 a 1895 foi pródigo em ações que colocaram o jogo do bicho na mira da ação judicial e da polícia. Nele foram proibidas as apurações do jogo e levou-se à Casa de Detenção os primeiros grupos de vendedores e compradores dos bilhetes do bicho. Neste tenso contexto, não surpreende que o assunto jogo do bicho tenha sido “debatido” em espaços informais da política. (SOUZA, 2018, p. 202)

Havia uma resistência entre a comunidade letrada a respeito da prática. Assim trata do tema o cronista J. Guerra na série “Humorismos”:

O povo é soberano, não tem dúvida, mas também é bobó.
Os antigos o cavalgavam à vontade, mediante pão e curro; cá entre nós ele submetia-se a tudo, desde que lhe dessem carne fresca e corridas.
Ultimamente já não se importa com carne nem com corridas; só quer Bellodromo e zoologia.

Outrora um cidadão não passava por certo quarteirão da rua do Ouvidor sem escutar de todos os lados:

— Sou Aventureiro e dou o resto!

— Maracanã à toa!

— Jogo firme no Guayanaz...Etc. Atualmente ouve-se o seguinte:

— Sou camelo!

— E eu peru!

— Jacaré na ponta!

— Vou comprar no touro, diz um anafado burguês, excelente pai de família.

Como todos os bichos têm iguais probabilidade de vitória, os apostadores os escolhem por simples palpites.

Ora eu, que sou um psicologista da breca, descobri nesses palpites o irrefletido impulso *similia similibus*. (...) (OP, 15 jan. 1893)

A crônica se inicia caracterizando o povo a partir de dois registros: o alto e o rebaixado. Há uma profunda cisão entre os dois, sendo a primeira de dimensão abstrata, que fundamenta o detentor da soberania do Estado e, em seguida, a avaliação particular do narrador ao observar as práticas populares. Há aí uma certa leitura de classe, verticalizada, segundo a qual o povo estaria inclinado aos temas do corpo, em contraste com o que seria esperado das classes mais abastadas, estas teoricamente voltadas aos temas do espírito.

J. Guerra insere o povo brasileiro em uma tradição popular originada no império Romano em que o controle das massas se dava pela conjunção alienante do pão e circo. Nessa perspectiva haveria um rebaixamento das classes mais populares do Rio de Janeiro em face da plebe romana: não haveria naquela a necessidade do Estado promover ações alienantes e sequer alimentá-la, considerando que boa parte da sociedade fluminense se satisfaria apenas com apostas.

Há, contudo, nessa leitura, a sugestão de que a sociedade carioca teria acrescentado um elemento a mais na cosmologia das diversões alienantes, por assim dizer. A novidade seria a que mesmo os indivíduos não pertencentes ao grupo que se convencionou denominar “povo” também teriam aderido ao jogo, ampliando a parcela da população apostadora e garantindo, dessa forma, certo respaldo à prática clandestina.

Associado à disputa de corridas, o jogo é objeto do julgamento do cronista. Isso se demonstra na sarcástica proposição de que os palpites dispensados às figuras de animais sem qualquer fundamento lógico teriam amparo em uma certa identificação pessoal dos apostadores com a natureza bestial das figuras que ilustravam os jogos. De maneira pretensamente elegante, o narrador encerra seu raciocínio recorrendo a uma expressão latina que pode ser traduzida de maneira direta, por “cada qual com seu igual”.

Custou a crer na vitória e perseverou apostando em diferentes bichos, após insistências frustradas no macaco, posto que “(...) o animal, meio-homem, falhou às esperanças do primeiro

dia” (ASSIS, 2015, v. 3, p. 361). O comentário preconiza uma posição que se revela diretamente no final do conto: o problema do macaco é se parecer com os homens, uma vez que a civilização dos homens, organizada por discursos com pretensão de totalidade e verdade absoluta é a causadora dos próprios infortúnios.

O homem insistia em racionalizar a sua fé, criando estratégias das mais variadas para antecipar o número e o bicho premiados. Chega ao extremo de convidar o seu bicheiro habitual para ser padrinho de seu filho com a esperança de que obteria algum benefício da banca, o que naturalmente não ocorre. Ao perceber que produz um déficit no orçamento familiar, estabelece o limite de setecentos mil-réis de gasto nas apostas. Finda essa quantia ele abandonaria a prática.

O conto se encerra quando Camilo, perto de esgotar a quantia estabelecida, finalmente acerta o número. Tal acontecimento o transporta para um momento de plena felicidade, mas o problema é que o prêmio auferido consistia em apenas cento e cinco mil-réis, valor bastante inferior ao já investido em apostas. Ainda assim não esmoreceu: feliz, levou para casa um pastelão, um pudim, um broche para a esposa e trinta e oito mil-réis.

Notadamente se verifica a construção de uma espécie de anatomia do vício, que consiste na substituição do pensamento racional pela submissão à fé — no caso, sustentada pela construção obsessiva de um pensamento legitimador da lógica do jogo. Camilinho foi refém do sistema de apostas, convencido de que havia alguma lógica subjacente ao jogo. Como muitos, sublimava a frustração de sua vida profissional mal sucedida recorrendo a uma esperança em algo profundamente frágil, criado pelos homens de “má intenção” para ludibriar e explorar os desafortunados. Não por acaso, sua primeira vitória ao jogar no macaco — animal que mais se aproxima em características biológicas dos homens — disparou o vício.

Ainda que se tratasse de um ser humano, o personagem parecia movido por instinto, como os animais do jogo que praticava. Reparemos aqui em certo eco proveniente de posições encampadas em textos facilmente encontrados nos periódicos. A fala do bicheiro-compadre sugere que a vitória nada mais é do que a manutenção do viciado no sistema: “— Ora, chegue-se, dê cá um abraço — disse-lhe o compadre, quando ele ali apareceu —. Afinal a sorte começa a protegê-lo” (ASSIS, 2015, v. 3, p. 365). A frase dá o tom do caráter cíclico do jogo, denunciado pelo narrador.

A combinação entre a profissão de contador e o formato do jogo baseado em números elevava a tensão do personagem, cuja vida consistia em calcular obstinadamente as possibilidades da vitória. Mais uma vez o cálculo, símbolo de uma racionalização, transborda para o campo da irracionalidade. Aí está a presença do autor-modelo Machado de Assis, em quem se identifica recorrentemente a escolha dessa temática. A fábula de um pequeno servidor

público insatisfeito com a sua vida e que dirige ao jogo as suas esperanças é apresentada com certa dose de humor, entretanto o narrador discretamente se afasta da matéria narrada para instigar o leitor a pensar sobre as causas do fenômeno.

O absurdo se revela na cena final em que o personagem retorna à casa com as esperanças renovadas na vida, mesmo tendo recuperado com o prêmio recebido apenas uma ínfima parte do valor despendido nas recorrentes apostas. Trata-se da lógica do absurdo novamente em ação. O discurso que constrói para si mesmo faz com que Camilinho se convença da eficácia da empresa em que se aventurou durante tanto tempo. Ao leitor fica evidente a falência de seu projeto e a certeza de um futuro de fracasso.

Vejamos como o mecanismo se dá quando Machado de Assis trata do assunto no gênero “menor”. Na crônica de 17 de março de 1895, publicada na *Gazeta de Notícias*, o hábil escritor se debruça sobre o jogo do bicho, o retorno dos jogos olímpicos e os acidentes de bondes. Em comum entre eles, um animal: o burro.

O cronista inicia o texto catalogando episódios marcantes em que o burro esteve presente na história da humanidade. Passa pela montaria de Sancho na obra prima de Cervantes e avança até o registro bíblico, lembrando também da sua presença no universo sertanejo e no transporte público da capital da República. Diferentemente da primeira crônica aqui tratada, o texto apresenta ficcionalização discreta, porém decisiva. Há a comparação do novo jogo em voga na capital às antigas corridas de cavalos. Comenta sobre a substituição do verbo “vencer” — comum à maioria dos jogos — por “dar”, o que de certa maneira caracteriza o aspecto popular do novo modelo de apostas. Contudo, diferentemente do tom praticado no início do comentário, defrontamo-nos com uma fabulação que contém quase toda a reflexão crítica:

Deu o burro, amanhã dará o macaco, depois dará a onça etc. Sexta-feira, achando-me numa loja, vi entrar um mancebo, extraordinariamente jovial — por natureza ou por outra coisa — e bradava que tinha dado a avestruz, expressão obscura para quem não conhece os costumes dos nossos animais. É mais breve, mais viva, e não duvido que mais verdadeira. Não duvido de nada. A zoologia corre assim parelhas com a loteria, e tudo acaba em ciência, que é o fim da humanidade. Também a arqueologia é ciência, mas há de ser com a condição de estudar as coisas mortas, não ressuscitá-las (...) (*GN*, 17 mar. 1895)

A cena de entrada do mancebo portando o resultado do sorteio introduz não apenas um personagem, mas, novamente, apresenta as particularidades do cronista. Segundo este, a ciência e a loteria correspondem uma à outra. Haveria, segundo a leitura, algo de lotérico na ciência e algo de científico na loteria. Tudo isso redundava no óbvio: o fim da humanidade, ou o inexorável fim de cada indivíduo que a compõe.

Diferentemente do conto, na crônica não se propõe o estudo do viciado, mas da lógica subjacente ao vício. A existência de um universo totalmente movido pelo acaso, pelo lotérico, mas ainda assim marcado pela possibilidade de intervenção. Quando o narrador sugere que tudo redundará para a ciência, provavelmente faz alusão ao que farão os homens com a estrutura viciante que se lhes apresenta. O resultado? O fracasso com ares de esperança, como o de Camilinho.

A alusão à zoologia, relacionando-a ao jogo do bicho e à arqueologia, a “ciência das coisas mortas”, dá ensejo à resistência ao retorno dos jogos olímpicos, nos quais, segundo o cronista, os homens substituem os animais nos espetáculos supostamente irracionais e alienantes para diversão de outros homens. Lembremos que, na crônica de 1893 aqui estudada, o autor já temia pelo emprego de homens nos espetáculos públicos, o que, segundo a ótica do cronista, tenderia a acontecer nos jogos olímpicos da era moderna. A opinião se manifesta diretamente, mas de maneira elegante:

Está marcado o espetáculo para abril de 1896. Não há lá burros nem cavalos; há só homens e homens. Corridas a pé, luta corporal, exercícios ginásticos, corridas náuticas, natação, jogos atléticos, tudo o que possa esfalfar um homem sem nenhuma vantagem dos espectadores, porque não há apostas. Os prêmios são para os vencedores e honoríficos. Toda a metafísica de Aristóteles. Parece que há ideia de repetir tais jogos em Paris, no fim do século, e nos Estados Unidos em 1904. Se tal acontecer, adeus, América! Não valia a pena descobri-la há quatro séculos, para fazê-la recuar vinte. (*GN*, 17 mar. 1895)

Para o leitor apressado do periódico, há uma visão leve sobre três assuntos, mas para aquele que aceita o desafio de compreender a dinâmica complexa do texto machadiano, há a possibilidade de penetrar em um pensamento crítico sobre a sociedade carioca que pode, inclusive, estender-se para uma leitura a respeito dos homens e suas relações.

Camilinho é, provavelmente, a representação do incômodo manifestado na crônica, demonstrando uma conexão íntima entre os dois textos. A matéria tirada das páginas dos jornais é objeto de elaboração que opera em níveis profundos do texto. Na crônica, o comentário direto se reveza com a fabulação própria da ficção, de modo que a opinião se apresenta também por meio da construção ficcional.

No conto, a construção bem estabelecida no diapasão do humor poderia apenas tratar das desventuras de um viciado no jogo. Bom entretenimento, diga-se. A crítica machadiana, entretanto, habita em todos os níveis. Entra em cena o recurso do narrador interferente, antecipando e influenciando a leitura do texto: “Qualquer pessoa atilada já descobriu que a ideia de Camilo (...)” (ASSIS, 2015, v. 3, p. 360).

A partir de indícios como esse, o narrador sugere a construção de uma certa anatomia do indivíduo viciado, e por meio de uma investigação orientada por uma certa moral muito particular, estabelece uma posição crítica acerca da existência desse tipo de sistema em uma sociedade que pretenda ser civilizada.

Nos textos analisados, identificamos um movimento recorrente em Machado de Assis: na crônica, em face de uma questão relevante pinçada do cotidiano da sociedade carioca, o “comentarista da semana” se afasta da matéria do real e estrutura o seu comentário com base em uma fabulação aparentemente despropositada, para daí então possibilitar a construção de determinada opinião. Esta não vem de maneira gratuita, exige a participação sagaz do leitor.

Nos contos, por sua vez, o movimento se dá de maneira inversa. Uma situação ficcional se oferece *a priori* como desdobramento direto de uma questão que o autor pinça da realidade. “Ideias de canário” e “Jogo do bicho” tratam respectivamente das certezas absolutas estabelecidas no discurso científico que contaminam a sociedade e de um fato mais comezinho: o sistema de apostas em jogos de azar populares na capital da República. A partir das situações dadas, seja a do apostador inveterado, seja a do pesquisador que se defronta com o canário “dono do mundo”, Machado de Assis apresenta o seu universo do absurdo.

Com base na análise dos textos, propomos que o leitor abandona a realidade da qual o texto machadiano parte e na qual se inserem ele e as personagens da trama, viaja até o universo disparatado criado pelo autor e retorna à realidade trazendo na algibeira uma boa leitura crítica sobre o mundo que é também o seu.

Verificamos, assim, que tal estrutura recorrente no texto machadiano funciona de maneira coerente nos dois gêneros estudados, consolidando a ideia de um projeto articulado diacrônica e sincronicamente. Tanto na crônica, como no conto, existe uma variação do mesmo expediente com o objetivo de construção de uma leitura crítica amparada pela lógica irracional do absurdo.

5.2. O DEBATE PÚBLICO

Parece haver uma compreensão coletiva por parte dos cronistas dos periódicos de que falta qualidade no debate público. Especialmente nas crônicas de Machado de Assis, é possível verificar uma atenção especial pelo tema na sua produção ficcional, o que se verifica, por exemplo, no romance *Esau e Jacó*, em que a incompreensão da cena política e a reprodução

acrítica de bandeiras ideológicas são retratadas em cenas absurdas, disparadas por insípidos personagens que não parecem ser verdadeiramente conscientes da complexidade do contexto em que se inserem. Em síntese, a triste constatação de Machado de Assis é que no Brasil “a esfera pública não conta para nada”, como afirma John Gledson (2018, p. 327).

É bastante curioso o aproveitamento realizado na ficção dos eventos em que se insere essa crônica. O conto “Pílades e Orestes” sai primeiramente no *Almanaque Garnier*, em 1903, antes de ser publicado em *Relíquias de Casa Velha*. A história é ambientada nos eventos da Revolta da Armada, período relevante da República em que se situam as crônicas sobre as quais nos debruçamos até aqui. O enredo gira em torno dos personagens Quintanilha e Gonçalves, sujeitos diferentes entre si, mas que nutrem uma amizade desde os anos de juventude.

Ambos com poucas relações familiares, amparam-se um no outro, cultivando uma amizade tão íntima a ponto de produzir estranhamento no grupo social em que estão inseridos. O primeiro converte-se em milionário por herança e é generoso a ponto de compartilhar os seus recursos e dedicar esforços pessoais em benefício do outro. Este, por sua vez, tem uma personalidade mais retraída, de algum modo se constrange e resiste ao amor (mas não ao dinheiro) dispensado pelo amigo. Obviamente, como clássico personagem machadiano, discretamente coloca seus interesses à frente das sentimentalidades.

Em dado momento, Quintanilha pensa estar apaixonado por uma prima tida por ele como uma moça digna a receber sua corte e pretende, por isso, desposá-la. Mas seus planos encontram óbice numa certa resistência injustificável do amigo — já, nessa época, legatário de sua fortuna. Confuso entre a atenção aos seus interesses e aos interesses de seu amigo, aos de sua pretendida e às aspirações de seu coração, o milionário elabora sucessivas alterações em seu testamento até que, ao cabo, decide estabelecer que Camila, a amada, case-se com Gonçalves, acomodando, assim, fortuna e amor entre os que lhe eram mais caros e assumindo o papel acessório de padrinho dos dois filhos do casal.

Gonçalves, aparente vencedor da trama, cuja ação se dá de maneira oblíqua, termina o conto milionário após a morte absurda e injustificável de Quintanilha atingido por uma bala dos revoltosos da Armada simbolicamente na praça Quinze de Novembro, logradouro tido como símbolo do regime republicano contra o qual se insurgiam os rebeldes.

O destino não é generoso com Quintanilha. Se a deliberada cessão da amada para o melhor amigo já poderia ser um final melancólico para o personagem, sua morte em ocasião absurda desloca o conto para o universo do acaso. Considerando que nenhuma solução nesse sentido é preparada no decurso da narrativa, poderíamos associar o desfecho a uma solução desleixada do autor ou reconhecer que é essa a síntese possível para a trama inserida no cenário

que estava. Se assumimos a segunda hipótese, o conto transborda do universo ficcional para os eventos do tempo de sua produção:

Está enterrado no cemitério de São João Batista; a sepultura é simples, a pedra tem um epitáfio que termina com esta pia frase: "Orai por ele!" É também o fecho da minha história. Orestes vive ainda, sem os remorsos do modelo grego. Pílates é agora o personagem mudo de Sófocles. Orai por ele! (ASSIS, 2015, p. 671)

O narrador encerra o conto com a repetição do imperativo “Orai por ele!”. A frase inscrita na lápide do túmulo de Quintanilha por referência também é o fecho da peça *Electra*, de Sófocles, e da crônica de 1894. Em face do absurdo dos episódios e da sequência de derrotas consignadas nos textos, depreende-se a sensação coletiva que o período engendra: a de desolação e incontornável melancolia.

É possível associar o trecho ao da crônica de “A Semana”, de dezoito de fevereiro de 1894, já apresentada no capítulo 1:

AQUI JAZ
UMA CRÔNICA DA SEMANA
TRISTÍSSIMA,
BREVÍSSIMA.
ORAI POR ELA! (*GN*, 18 fev.1894)

Quintanilha é um personagem dividido entre dois desejos mal definidos e conflitantes. São duas forças antagônicas: a primeira, centrífuga, corresponde ao amor que tem pelo amigo e à plenitude que desfruta em satisfazer as exigências cada vez mais recorrentes e despropositadas de Gonçalves. Tal dedicação, para a sociedade que circunda essa felicidade quase conjugal, rende olhares de estranhamento. Essa mesma sociedade corresponde à força centrípeta que determina a atitude do confuso milionário de buscar uma noiva virtuosa a quem possa desposar.

Há artificialidade na apreciação que Quintanilha faz de Camila. A ausência de paixão no trato com a moça corresponde ao cálculo do casamento que se apresenta como necessário a um homem de sua posição. O ruído, entretanto, reside na rivalidade velada que se constrói na figura de Gonçalves em relação à pretendida. Essa resistência, que poderia ser explicada por ciúmes ou interesse, paralisa as ações de Gonçalves que, na impossibilidade de se dividir entre seus amores, une-os, deixando a si mesmo de fora e é vitimado pela casualidade da morte — o que, mais uma vez, surpreende o leitor.

Ora, não é esse o mesmo destino da personagem Flora, em *Esau e Jacó*? Diante da impossibilidade de se decidir pelo amor de algum dos irmãos gêmeos, o monarquista Pedro ou o republicano Paulo, a morte dá conta da impossibilidade de opção da heroína, que, no limite, nunca conseguiu distinguir os seus pretendentes.

Não há novidade nos enterros. Aquele teve a circunstância de percorrer as ruas em estado de sítio. Bem pensado, a morte não é outra coisa mais que uma cessação da liberdade de viver, cessação perpétua, ao passo que o decreto daquele dia valeu só por 72 horas. Ao cabo de 72 horas, todas as liberdades seriam restauradas, menos a de reviver. Quem morreu, morreu. Era o caso de Flora (...) (ASSIS, 2015, p. 1180)

A localização da morte de Flora durante o estado de sítio do Brasil merece interpretação. É esse o pano de fundo adequado para a morte tida como fim possível para o estado de espírito caótico da personagem e para a convulsão política que se testemunhava no Rio de Janeiro. Por outro lado, como o narrador deixa entrever, o antagonismo caprichoso e de superfície entre os dois não lhes traz nenhuma consequência. Seus destinos são cômodos, ajustáveis ao contexto, assim como os personagens dos contos de Machado de Assis.

O salto que a crônica de “A Semana” dá em face da de seus contemporâneos que tratam dos mesmos eventos é a solução criativa de seu encerramento com um epitáfio. Vejamos: os tristes fatos que escapam à possibilidade de serem tratados de maneira leve, como o restante do noticiário cotidiano, obrigam os cronistas a saltarem para o tema da eleição. Essa, sim, pode ser pensada apenas no diapasão do humor. Os tiros desferidos contra a capital não podem ser explicados no curto espaço dedicado aos cronistas e por si só (aparentemente) fogem da compreensão do escritor. Machado de Assis condena, então, a sua crônica à morte pela impossibilidade de harmonizar a lógica eleitoral do regime republicano e a barbárie instalada por ele e contra ele. Tal gesto, por si só, dá conta da gravidade do tempo em que vive.

A referida solução revela a coerência adotada por um escritor maduro em todas as frentes nas quais atua. Em três gêneros textuais distintos, a morte foi o motivo escolhido para amarrar o tempo de absurdos que testemunhou. Por outro lado, nas colunas do *Diário de Notícias* e de *O Paiz*, os cronistas limitam-se a fazer troça do processo eleitoral. Tal procedimento também fazia parte do expediente literário de Machado de Assis. Mas, nessa crônica, ele ultrapassa seus contemporâneos atentando para a gravidade em face dos acontecimentos, potencializando a sua leitura pela chave do drama.

A indefinição acerca do destino da República, o endurecimento do regime do marechal de ferro, os atos de violência praticados por ambas as partes do conflito são a matéria sobre a qual se debruçam os “historiadores de coisas leves” — o que, no caso do cronista de “A

Semana”, necessariamente resulta num texto denso e com ar soturno, como parece ser inevitável.

Segundo John Gledson (1996), Machado de Assis advoga no sentido de que a discussão pública conviria às democracias. Daí, a justificativa de interpretar as suas crônicas à luz do modo como eram tratados os eventos pela mídia de seu tempo. Também disso decorre o interesse de se estabelecer um debate acerca do papel dos cronistas dos jornais brasileiros do período, verificando em que medida levavam adiante a tarefa de enriquecer a cena literária e produzir reflexões tidas como minimamente edificantes para os leitores de sua época.

A crônica de 18 de fevereiro de 1894 parece apresentar-se como símbolo da desolação do cronista em face dos tristes acontecimentos que tomavam o noticiário e absorviam os cuidados e preocupações da sociedade fluminense. Ou seja, o cronista prescinde da leveza que, segundo ele, caracteriza o teor do texto que produz. Estaria Machado de Assis interessado em colocar a sua pena a serviço dessa tarefa edificante ou, como se apresenta numa leitura inicial, limita-se a fazer troça da ausência dessa discussão?

Tal indagação suscita questões a respeito do lugar do público e do privado que são tratadas de maneira mais alentada a partir de Jurgen Habermas, no século XX. Para Habermas (2011), o estudo do desenvolvimento da imprensa moderna tem a ver diretamente com o que chama de mudança estrutural da esfera pública, inserida na transformação do Estado e da economia liberais nos séculos XVIII e XIX. Segundo o autor, “são considerados ‘de esfera pública’ os órgãos do Estado ou também os dos meios de comunicação de massa, que, como a imprensa, servem à comunicação no público” (2011, p. 95).

Na esfera pública, o indivíduo deixa de lado parte de seus interesses particulares para entrar em relação comunicacional com o outro, mormente pela via do debate e da troca de ideias e informações. Este consubstancia-se no domínio público, por vezes também chamada de opinião pública, que pode, inclusive, contrapor-se ao Estado. Para a sua construção cooperam o Estado e a imprensa, medindo forças ou se complementando, criando consensos.

O domínio privado que, em regra, se regula por leis e dinâmicas próprias de convivência, em que há negócios, interações particulares e construções consuetudinárias, também é abastecido por aflusos provenientes da esfera pública, o que a torna fundamental. A mídia, segundo essa proposição teórica, é produto e exteriorização dessa complexa dinâmica. O jornal seria seu prolongamento sofisticado.

Segundo Vaillant (2019, p. 1), o jornal serve de extensão para o fenômeno que no século XVIII fazia transbordar o espaço de convivência dos salões para os cafés e outros lugares semipúblicos. Essa proposta teórica apresenta-se como um modelo ideal e que toma como base

o referencial da imprensa europeia, sobretudo a inglesa, a francesa e a alemã. É preciso, contudo, considerar que a imprensa brasileira, embora vinculada e inspirada diretamente no formato dos jornais de além-mar, sobretudo os franceses, guarda diferenças relevantes que relativizam o seu modo de inserção na discussão da esfera pública.

Geralmente, as discussões instaladas nas páginas dos jornais dão-se num modelo sem mediação, como as polêmicas insossas instaladas na seção “A pedidos” ou, em outro extremo, em seções que não particularizam o discurso, cuja noção de autoria é difusa, sobretudo se analisarmos a inúmera série de rubricas nas quais não se identificam o autor, ou até mesmo quando este assina através de pseudônimos, muitas vezes por receio de se indispor contra determinados setores influentes da sociedade.

É nessa complexa teia de relações, entre o texto e o seu contexto, o trabalho da redação e as estratégias comerciais do jornal, o suporte midiático e a sua base real, a ideologia e a sua possibilidade de manifestação, as vozes e os silêncios dos periódicos, que está o efervescente caldo cultural a ser enfrentado pelos cronistas brasileiros do final do século XIX. Obviamente eles já são herdeiros de uma rica tradição que, no Brasil, remonta ao trabalho apurado dos cronistas do tempo do Império, como José de Alencar e Martins Pena, por exemplo.

O ambiente autoritário dos primeiros anos da República produziu na imprensa um certo efeito unificador do discurso, uma reprodução da ideologia dominante, ainda que sob a máscara do comprometimento com a “isenção, neutralidade, imparcialidade e veracidade” (BARBOSA, 2010, p. 121). Levando em conta que o jornalismo da segunda metade do século XIX é extremamente narrativo, naturalmente muito do expediente da ficção praticada pelos colaboradores dos periódicos, na sua maioria escritores, transborda o espaço inicialmente reservado ao *rez-de-chaussé*, lugar do entretenimento, “contaminando” a maneira como a matéria noticiosa era reportada ao leitor. Trata-se do *modus operandi* do folhetim orientando o espaço “sério” do jornal.

Aquele espaço vale-tudo suscita todas as formas e modalidades de diversão escrita: nele se contam piadas, se fala de crimes e de monstros, se propõem charadas, se oferecem receitas de cozinha ou de beleza; aberto às novidades, nele se criticam as últimas peças, os livros recém-saídos – o esboço do *Caderno B*, em suma. E, numa época em que a ficção está na crista da onda, é o espaço onde se pode treinar a narrativa, onde se aceitam mestres e noviços do gênero, histórias curtas ou menos curtas e adota-se a moda inglesa de publicações em série se houver mais textos e menos colunas. (MEYER, 2005, p. 58)

Nesse sentido, essa interpenetração entre espaços distintos do jornal também inclui a crônica, cuja forma no período em que Machado de Assis produz “A Semana” se define na

maioria das ocorrências pelo comentário fluido acerca de qualquer elemento presente no corpo do periódico, sem que seja feita uma hierarquização de assuntos.

Há, contudo, nas crônicas de Machado de Assis um mecanismo bastante particular de apropriação do corpo noticioso do jornal. Em vez de simplesmente absorvê-lo e comentá-lo, o cronista repassa o noticiário. Por vezes revela um certo fastio do noticiário e cataloga o material e a linguagem que o periódico costuma apresentar.

(...) Em verdade, que posso eu dizer das cousas pesadas e duras de uma semana, remendada de códigos e praxistas, a ponto de algarismo e citação? Prisões, que tenho eu com elas? Processos, que tenho eu com eles? Não dirijo companhia alguma, nem anônima, nem pseudônima; não fundei bancos, nem me disponho a fundá-los, e, de todas as cousas deste mundo e do outro, a que menos entendo, é o câmbio. Não é que lhe negue o direito de subir; mas tantas lástimas ouvi pela queda, quantas ouço agora pela ascensão, — não sei se às mesmas pessoas, mas com estes mesmos ouvidos.
 (...) Conheço já o vocabulário, mas não sei ainda todas as ideias a que as palavras correspondem, e, quanto aos fenômenos, basta dizer que cada um deles tem três explicações verdadeiras e uma falsa. Melhor é crer tudo. A dúvida não é aqui sabedoria, porque traz debate ríspido, debate traz balança de comércio, por um lado, e excesso de emissões por outro, e, afinal, um fastio que nunca mais acaba. (*GN*, 09 out.1892)

O rol de assuntos que o cronista tem à disposição é, ao mesmo tempo, diverso e repetido. Os noticiários policial, econômico, financeiro, internacional, além das seções publicitárias e “A pedidos” revezam entre si o destaque nos periódicos, o que sugere a ilusão de dinamismo e variedade. No trecho, o cronista estabelece uma distinção entre a repetição diária dos vocábulos e o sentido que eles carregam. Esse leitor de jornais inquieto parece se queixar de que os conceitos postos e repostos na esfera pública são vazios de ideias: muito se fala sobre os temas, mas pouco se reflete sobre eles.

Por fim, o escritor parece entregar uma chave de leitura para a sua crônica. Três explicações verdadeiras possíveis e uma falsa para os acontecimentos do mundo selecionados e trazidos à luz pelos veículos de comunicação. Se aplicamos essa lógica para todos os tópicos que se apresentam no noticiário, temos a versão de um lado, a versão do outro, a (utópica) verdade factual e uma falsidade.

O escritor passeia por todas essas possibilidades narrativas e, diferentemente do que afirma, não crê em tudo; ao contrário, desconfia do que se apresenta sobre qualquer tema. Ter o pé atrás é, no limite, o conselho que ele outorga ao leitor. Em um nível mais profundo, refletir criticamente sobre as ideias que circulam na República é o motor da série.

6. Conclusão ou o cronista se despede do leitor de “A Semana”

Em 11 de novembro de 1900, Machado de Assis escreveu sua última crônica para a *Gazeta de Notícias*. O texto foi produzido contingencialmente para substituir o novo titular da coluna do periódico: Olavo Bilac. Bilac viajara à Argentina junto da comitiva que acompanhava o presidente Campos Sales na qualidade de representante do jornal, desfrutando do prestígio de ser um membro da Academia Brasileira de Letras. O período de substituição foi curto. Houve tempo apenas para que Machado produzisse duas crônicas e, ao fim dessas pontuais intervenções, o antigo cronista da *Gazeta* cessaria definitivamente sua contribuição para o periódico de Ferreira de Araújo. Não sem antes:

Eu gosto de catar o mínimo e o escondido. Onde ninguém mete o nariz, aí entra o meu, com a curiosidade estreita e aguda que descobre o encoberto. Enquanto o telégrafo nos dava notícias tão graves como a taxa francesa sobre a falta de filhos e o suicídio do chefe da polícia paraguaia, coisas que entram pelos olhos, eu apertei os meus para ver coisas miúdas, coisas que escapam ao maior número, coisas de míopes. A vantagem dos míopes é enxergar onde as grandes vistas não pegam (...) (*GN*, 11 nov.1900)

O texto, mais diretamente pessoal do que os que produzia semanalmente quase sem interrupções até o ano de 1897, estabelece a preferência temática do narrador construído por Machado de Assis e o ponto de vista que assume ao comentar os fatos da semana. Esse olhar para as coisas miúdas pôde ser acompanhado pelos leitores do jornal no período em que o veterano escritor foi o responsável pela rubrica dominical.

A escolha pela perspectiva míope permitiu ao autor potencializar os sentidos das coisas efêmeras do cotidiano, escrutinar o conteúdo de grande parte das rubricas dos periódicos, friccionar o “mínimo escondido” das pequenas seções e das *hard news* das publicações com os meandros do mister jornalístico. Em síntese, o cronista solicita o olhar do leitor para distintas camadas existentes nos periódicos.

Não obstante, priorizar elementos menores das publicações não significa fechar os olhos para as notícias “graves”. Estas não são simplesmente ignoradas, mas colocadas em perspectiva, afinal, todas as coisas “entram pelos olhos”. A idiosincrasia do cronista machadiano se verifica no esforço de pinçar elementos que podem cooperar para uma visão menos panorâmica e mais minuciosa sobre os fatos da semana, ainda que para isso tenha que declarar enfado com o noticiário, deslocando seu olhar para o conteúdo aparentemente menor.

Ora, é exatamente esse movimento que pode permitir a interpretação da semana a partir de uma nova luz. Sendo a crônica um gênero necessariamente mais fluido, faz bastante sentido o exercício empreendido pelo cronista de “A Semana”, sobretudo ao se considerar que a crônica ocupa uma rubrica de natureza bastante heterodoxa, ainda que muitos escritores façam do espaço um ambiente de comentário sisudo e análise séria de conjuntura.

Esse breve retorno à antiga casa, contudo, não consiste no fim de “A Semana”. A rubrica fora extinta havia mais de três anos, especificamente em 28 de fevereiro de 1897, cedendo lugar à coluna “Crônica”, de Olavo Bilac. A despedida não tinha sido tão clara, embora o cronista tivesse compartilhado com seu leitor alguns sinais de desgaste em função de sua saúde e de algum inconfessado dissabor no último parágrafo da crônica publicada uma semana antes, em 21 de fevereiro:

Domingo próximo é possível que te explique esta confusão da minha alma. Estou certo que me entenderás e aplaudirás. Além da confusão da alma, imagina que me dói a testa em um só ponto escasso, no sobrolho direito; a dor, que não precisa de extensão grande para fazer padecer muito, contenta-se às vezes com o espaço necessário à cabeça de um alfinete. Também esta reflexão é banal, mas tem a vantagem de acabar a crônica. (GN, 21 fev. 1897)

Raimundo Magalhães Júnior (2008, 4: p. 35) propõe explicações para a “confusão da alma” que atingia o escritor. Segundo o biógrafo, Machado de Assis teria analisado a conjuntura política do período e julgado que seria melhor se preservar da exposição a que sua crônica semanal lhe submetia. Efetivamente, havia certa conturbação no período: seu amigo e correspondente Magalhães de Azeredo tinha sido exonerado do corpo diplomático brasileiro tendo seu “espírito republicano” sido posto em dúvida por parte dos periódicos aderidos ao governo de turno; testemunhava-se o recrudescimento da ação federal em Canudos, que açulava certo gesto de perseguição jacobina a antigos simpatizantes da monarquia; além de haver preocupante indefinição nos rumos do poder executivo, administrado temporariamente pelo vice-presidente Manuel Victorino durante longo período de convalescença de Prudente de Moraes.

De temperamento contido e perfil discreto, possivelmente Machado de Assis julgou ser o momento de sair dos holofotes sem muito alarde. O escritor estava profundamente envolvido nos atos preparatórios para o estabelecimento da Academia Brasileira de Letras, cuja sessão inaugural viria a ocorrer em 20 de julho daquele ano. Em meio a esse cenário, o futuro presidente da novel Academia ensaia, em 28 de fevereiro, uma despedida sem declarar a extinção da coluna:

(...) Vamos ao que importa. Se Deus descansou um dia, depois de seis dias de trabalho, força é que eu descanse algum tempo depois de uma obra de anos. Há cerca de cinco anos que vos digo aqui ao domingo o que me passa pela cabeça, a propósito da semana finda, e até sem nenhum propósito. Parece tempo de repousar o meu tanto. Que o repouso seja breve ou longo, é o que não sei dizer; vou estirar estes membros cansados e cochilar a minha sesta. (...) (GN, 28 fev. 1897)

A menos que o descanso de “algum tempo” fosse um eufemismo para sua aposentadoria das páginas da *Gazeta*, o primeiro parágrafo do trecho sugere que o cronista comunica ao leitor apenas uma pausa. Ainda assim, a lembrança dos quase cinco anos em que escreveu “A Semana” sugere a despedida. O cronista reconhece que nem todos os seus textos disseram respeito diretamente aos temas que pululavam nas páginas dos periódicos e que talvez alguns deles não tiveram “nenhum propósito”. Contudo, é preciso fazer modulações entre o que Machado de Assis afirma na sua despedida e o que efetivamente praticou na sua escrita semanal.

As reflexões contidas em seus textos semanais invariavelmente faziam referência a temas da semana, ainda que para haver essa identificação tenha sido necessário que seu leitor penetrasse em uma camada mais profunda do texto. Dessa forma, é possível identificar na última crônica a manutenção da retórica sinuosa do autor que blinda as suas intervenções com afirmações despretensiosas, dando ao seu texto uma aparência modesta, a despeito do seu alto grau de complexidade.

No último parágrafo da crônica, Machado de Assis parece relaxar a ambiguidade do texto e se despede do leitor:

Adeus, leitor. Força é deitar aqui o ponto final. A mim, se não fora a conveniência de ir para a rede, custar-me-ia muito pingar o dito ponto, pelas saudades que levo de ti. Não há nada como falar a uma pessoa que não interrompe. Diz-se-lhe tudo o que se quer, o que vale e o que não vale, repetem-se-lhe as coisas e os modos, as frases e as ideias, contradizem-se-lhe as opiniões, e a pessoa que lê, não interrompe. Pode lançar a folha para o lado ou acabar dormindo. Quem escreve não vê o gesto nem o sono, segue caminho e acaba. Verdade é que, neste momento, adivinho uma reflexão tua. Estás a pensar que o melhor modo de sair de uma obrigação destas não difere do de deixar um baile, que é descer ao vestiário, enfiar o sobretudo e sumir-se no carro ou na escuridão. Isto de empregar tanto discurso faz crer que se presumem saudades nos outros, além de ser fora da etiqueta. Tens razão, leitor; e, se fosse tempo de rasgar esta papelada e escrever diversamente, crê que o faria; mas é tarde, muito tarde. Demais, a frase final da outra semana precisava de ser explicada e cumprida; daí todos estes suspiros e curvaturas. Falei então na confusão da minha alma, e devia dizer em que é que ela consistia e consiste, e cuja era a causa. A causa está dita; é a natural melancolia da separação. Adeus, amigo, até a vista. Ou, se queres um jeito de falar mais nosso, até um dia. Creio que me entendeste, e creio também que me aplaudes, como te anunciei na semana passada. Adeus! (GN, 28 fev. 1897)

O cronista manifesta cansaço — ilustrado na figura da rede — e o apresenta como o principal motivo para sua retirada, mas não encerra a crônica sem antes comentar a relação estabelecida com o seu público. De alguma forma, a imagem do leitor como figura passiva cujas reações não são apreensíveis, mas apenas especuladas pelo narrador, apresenta-se como conveniente. Nesse sentido, o exercício da escrita de maneira mais ampla é objeto de reflexão.

Há oportunidade para uma última especulação a respeito do seu leitor. Essa figura difusa, continuamente objeto de tanta atenção do cronista, ainda serve de amparo para que Machado de Assis justifique o longo circunlóquio a respeito de sua despedida. Seu leitor estaria aborrecido com as longas reflexões promovidas na crônica, o que reafirma a natureza dialógica do gênero, a tentativa de aproximação, o rebaixamento do discurso em direção a uma conversa mais próxima do interlocutor e, sobretudo, a informalidade do gênero, ainda que praticado por um escritor de texto reconhecidamente elegante.

O cronista distribui ao longo do texto por três vezes a palavra “adeus”, o que dificilmente sugeriria um retorno, a despeito da explicação promovida por Ferreira de Araújo quatro dias após a despedida do cronista. Em 4 de março de 1897, Ferreira de Araújo encerra sua crônica tentando justificar a interrupção da colaboração de Machado de Assis aos domingos, desconhecendo ou dissimulando que “A Semana” seria interrompida definitivamente:

(...) E, para fechar, tenho uma cousa abracadabrante. Parece esquisito que seja preciso explicar o que Machado de Assis escreve; no entanto, houve quem lesse em seu artigo de domingo último que o mestre da palavra escrita em nossa terra deixava esta folha. As palavras de pesar com que o fato era comentado revelaram uma certa satisfação que muito nos lisonjeia; mas eu é que não posso deixar de quebrar a castanha na boca. Machado de Assis está adoentado, fatigado; com dois ou três meses de repouso fora desta cidade em que se trabalha sem cessar trezentos e sessenta dias no ano, estará restabelecido e virá de novo ocupar o lugar em que ninguém o pode substituir. (...) (GN, 4 mar. 1897)

O comentário de Ferreira de Araújo consiste em elogio e louvação à escrita e ao tamanho da figura do escritor. Em face da comoção gerada pela cessação da contribuição de Machado de Assis nas páginas da *Gazeta de Notícias*, o editor do periódico e colega das seções de crônicas parece deixar as portas abertas para o retorno do escritor. Essas considerações públicas podem ter sido estrategicamente inseridas na crônica com o propósito de demover publicamente o colunista de “A Semana” de sua decisão, o que, sabemos, não prosperou.

Em 14 de março de 1897, Olavo Bilac assume a crônica domingueira da *Gazeta de Notícias*, coincidentemente no mesmo dia em que Euclides da Cunha começa a publicar a rubrica “A nossa Vendaia”, no jornal *O Estado de S. Paulo*, a cerca de cinco meses de partir

para a cobertura dos eventos em Canudos. No primeiro texto da nova seção “Crônica”, Bilac presta uma homenagem a Machado de Assis:

Quis o Destino que o mestre, a quem a *Gazeta de Notícias* devia *A Semana*, aqui não estivesse agora, para dizer, naquele estilo que é a glória maior da nossa literatura, o que foram estes dolorosos dias de luto e cólera, bandeiras em funeral, olhos ainda marejados de lágrimas, almas ainda fervendo na sede da desafronta... Naquele estilo conciso, que tem a nitidez e a precisão de uma gravura de Goupil, é que ficaria bem a narração da grande desgraça. (...)

Mas o mestre descansa, doente. E quem vem substituí-lo sai das baixas e fúteis regiões do Rodapé, em que é permitido ser prolixo e inconsequente, leviano e paradoxal. (...) (*GN*, 14 mar. 1897)

O cronista se apresenta ao trabalho tendo que tratar do incontornável conflito que se acirrava em Canudos, sobre o qual assumiu postura similar ao do grande conjunto da mídia, da qual definitivamente destoava seu antecessor. Antes, porém, de se solidarizar com as tropas federais que sofriam baixas em abundância, Bilac reverencia Machado de Assis, atribuindo metonimicamente a seu estilo o mérito de ser a “glória maior da nossa literatura”. Na avaliação do autor de *Poesias*, o que caracteriza a grandeza de estilo de seu antecessor são a concisão, a nitidez e a precisão, em contraste com a prolixidade, a inconsequência, a leviandade e o paradoxismo oriundos do espaço do rodapé, no qual ele mesmo, Bilac, voltara a escrever como um certo exercício nostálgico desde o ano anterior.

É sintomático que para tratar da escrita de Machado de Assis, Olavo Bilac desenvolva uma dicotomia em que se oponha a crônica-folhetim e a crônica-coluna. Tendo ele mesmo produzido nessas duas dinâmicas espaciais dos periódicos e, digamos assim, nas duas espécies desse gênero, o escritor reconhece a contribuição decisiva de “*A Semana*” para o prestígio da *Gazeta de Notícias* e conseqüente estímulo a que essas seções também fossem produzidas com igual esmero em todos os periódicos.

De alguma maneira, é possível sugerir que Machado de Assis, emprestando ao gênero menor o seu próprio prestígio e produzindo crônicas de nível análogo aos consagrados contos e romances de sua carreira literária, colabora para a consolidação desse tipo de rubrica na dinâmica dos periódicos, além de dotá-lo de certa autonomia.

Neste estudo investigamos as relações estabelecidas entre Machado de Assis e a imprensa de seu tempo. Nosso principal propósito foi o de verificar o diálogo intertextual instaurado entre o cronista da *Gazeta de Notícias* e os cronistas das principais folhas que

circulavam no Rio de Janeiro entre os anos de 1892 e 1897 — período pródigo em acontecimentos e debates que marcaram o início da República, durante o qual foi publicada a série “A Semana”.

Inscrevemos nosso trabalho entre os estudos machadianos como uma tentativa de compreensão desse ambiente constituído do intercâmbio de discursos e ideias presentes nas crônicas publicadas na imprensa carioca. Compreendemos que Machado de Assis não esteve alheio ao coro das vozes que repercutiam os acontecimentos de seu tempo; ao contrário, integrou ativamente essa rede de cronistas e tinha plena consciência da sua agência no debate público.

A multiplicidade de periódicos circulando no Rio de Janeiro ao longo do período selecionado exigiu-nos a realização de uma seleção que teve como principais critérios a relevância de cada publicação e sua influência no debate público. Desse recorte resultou o levantamento das séries de crônicas publicadas especialmente na *Gazeta de Notícias*, em *O Paiz*, no *Diário de Notícias* e no *Jornal do Brasil*, inobstante termos recorrido em situações específicas a periódicos com menor projeção.

Ainda assim, muitas eram as séries de crônicas publicadas regularmente em cada uma dessas folhas, o que nos levou a privilegiar a análise daquelas que mais se assemelhavam ao tipo de crônica escrita por Machado de Assis em “A Semana”. Dessa seleção destacaram-se “A semana passada” e “Teatro político”, do *Diário de Notícias*; “Crônica”, do *Jornal do Brasil*; “A Semana”, “Às segundas”, “Croniqueta”, “Humorismos”, “Notas da semana” e “Reminiscências”, de *O Paiz*; “Às quintas”, “Crônica”, “Crônica livre” e “Rodapé”, da *Gazeta de Notícias*.

Outras séries foram mencionadas pontualmente ao longo do trabalho e constam de uma tabela no apêndice. Provavelmente é a primeira vez que muitas dessas crônicas foram extraídas dos periódicos em que foram originalmente publicadas e esperamos que a recuperação desses textos quase desconhecidos possa estimular o desenvolvimento de novos estudos a respeito do gênero nesse período.

Na análise da série de crônicas machadianas, buscamos ressaltar o fato de que os cronistas do Rio de Janeiro integravam um conjunto. Os textos produzidos por esses homens de letras respondiam não apenas à linha editorial e à posição política dos periódicos nos quais atuavam, mas também às crônicas de seus pares, que desdobravam os fatos da semana cada qual ao seu modo.

Essa rede formada por cronistas que se liam mutuamente constituía o contexto em que também se produzia “A Semana”. É nesse cenário no qual multiplicavam-se as leituras a

respeito da sociedade brasileira, no qual conviviam as diferentes posições partidárias, em que se travava a luta política e se configurava o ambiente de competição e colaboração entre os jornais, que se estabelecia a singularidade do cronista Machado de Assis.

Consideramos ser possível compreender com maior amplitude a dinâmica das crônicas machadianas, em que se destacam a obliquidade no manejo com os assuntos, o deslizamento entre distintas temporalidades, a flutuação entre os temas, a exposição dos discursos em circulação e o questionamento dos interesses em competição na sociedade, se as analisarmos em relação ao contexto da produção cronística no Brasil durante o período de sua produção.

Nesse sentido, podemos afirmar que foi para a própria mídia de seu tempo que o escritor direcionou o seu olhar arguto. Machado de Assis detectou com bastante propriedade as idiosincrasias dos principais veículos de comunicação e soube identificar os seus vieses. Ele discutiu os modos de construção dos discursos em circulação na imprensa, expôs o desenvolvimento das disputas políticas e ideológicas na sociedade, bem como perscrutou o conjunto de interesses subjacentes entre os seus atores. Não sendo o único precursor da estrutura da crônica-coluna, cujas origens se apresentam de maneira difusa, entre os anos de 1880 e 1890, Machado de Assis desenvolveu, a partir do diálogo com seus pares, procedimentos que se tornaram referências no modo de escrita do gênero. Nesse sentido, a singularidade de “A Semana” emerge da relação estabelecida conscientemente com o seu entorno.

Como últimas palavras, podemos concluir que Machado de Assis, através de suas intervenções hebdomadárias entre 1892 e 1897, integrou de maneira decisiva a rede de cronistas da imprensa carioca, estabelecendo-se como importante referência para seus leitores, entre os quais se incluíam os cronistas dos jornais concorrentes e do próprio periódico em que escrevia.

7. Referências bibliográficas

PERIÓDICOS

Diário de Notícias

Gazeta de Notícias

Ilustração Brasileira

Jornal do Brasil

Jornal do Commercio

Le Petit Journal

O Álbum

O Paiz

O Tempo

Revista Ilustrada

Rio News

OBRAS DE MACHADO DE ASSIS

ASSIS, Machado de. **A Semana**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1914. Edição coligida por Mário de Alencar.

_____. **A Semana - 175**. In: Machadiana Eletrônica. Vitória, v.4. n. 8., p. s-s, jul.-dez. 2021. Edição, apresentação e notas de John Gledson.

_____. **A Semana: crônicas (1892-1893)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. Edição, introdução e notas de John Gledson.

_____. **Bons dias!: crônicas (1888-1889)**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. Edição, introdução e notas de John Gledson.

_____. **Correspondência de Machado de Assis: Tomo III, 1890-1900**. Rio de Janeiro: ABL, 2011. Coordenação e orientação Sergio Paulo Rouanet; reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério.

_____. **Dispersos de Machado de Assis.** Rio de Janeiro: INL, 1965. Coligidos e anotados por Jean-Michel Massa.

_____. **Machado de Assis: crítica literária e textos diversos.** São Paulo: Editora Unesp, 2013. Organização de Sílvia Maria Azevedo, Adriana Dusilek e Daniela Mantarro Calino.

_____. **Machado de Assis: obra completa em quatro volumes.** 3. ed. São Paulo: Editora Nova Aguilar, 2015. 4 v. Organização editorial Aluizio Leite, Ana Lima Cecilio, Heloisa Jahn.

_____. **O jornal e o livro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Páginas recolhidas.** Rio de Janeiro: Livraria Garnier. 1990. Texto estabelecido pela 2ª. Ed., de 1900, e notas por Adriano da Gama Kury.

_____. **Quincas Borba.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975. (Edições críticas de obras de Machado de Assis, v. 14)

_____. **Quincas Borba: apêndice por Machado de Assis.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975. (Edições críticas de obras de Machado de Assis, v. 14-A).

OBRAS SOBRE A CRÔNICA, MACHADO DE ASSIS, E A CRÔNICA DE MACHADO DE ASSIS

ARRIGUCCI JR, Davi. **Fragmento sobre a crônica.** In: ARRIGUCCI JR, Davi. Enigma e comentário. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 51-66.

ABREU, Márcia. DEAECTO, Marisa Midori. (Orgs.). **A circulação transatlântica dos impressos: conexões.** Campinas, SP: UNICAMP/IEL/Setor de Publicações, 2014.

BETELLA, Gabriela Kvacek. **Narradores de Machado de Assis: a seriedade enganosa do Conselheiro (*Esau e Jacó* e *Memorial de Aires*) e a simulada displicência das crônicas (*Bons dias!* e *A semana*).** São Paulo: Edusp/Nankin, 2007.

BRAYNER, Sonia. Machado de Assis: um cronista de quatro décadas. In: CANDIDO, Antonio et al. **A crônica. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp/FCRB, 1992. pp. 407-418.

CÂMARA JR., Mattoso. **Ensaio Machadianos.** Rio de Janeiro: Ao livro Técnico S/A – Indústria e Comércio/MEC. 1979.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: CANDIDO, Antonio et al. **A crônica. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp/FCRB, 1992. pp. 13-22.

CANO, Jefferson et al. Narradores do ocaso da monarquia (Machado de Assis, cronista). **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 55, pp. 289-316, 2008.

CARVALHO, Castelar de. **Dicionário de Machado de Assis: língua, estilo, temas.** Rio de Janeiro: Lexikon, 2018. 2ª edição revista e ampliada.

CHALHOUB, Sidney. A crônica machadiana: problemas de interpretação, temas de pesquisa. **Remate de Males**, Campinas, v. 29, n. 2, pp. 231-246, 2009.

COELHO NETO. **Melhores crônicas Coelho Neto.** São Paulo: Global, 2009. Seleção e prefácio Ubiratan Machado.

CRUZ JÚNIOR, Dilson Ferreira da. **Estratégias e máscaras de um fingidor: a crônica de Machado de Assis.** São Paulo: Nankin Editorial/Humanitas FFLCH/USP. 2002.

GLEDSON, John. Introdução às notas. In: **Machadiana Eletrônica.** Vitória: Ufes, v. 1, n. 2, Jul-dez. 2018. pp. 15-22. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/machadiana/article/view/22885/16621>>. Acesso em: 12 mar. 2022.

_____. **Machado de Assis: ficção e história.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **Por um novo Machado de Assis: ensaios.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. “Machado de Assis e a República – a crise de 1890-91 e os prelúdios de “A Semana””, **Revista Brasileira**, fase VIII, ano IV, jan.-mar. 2015, pp. 103-112.

GRANJA, Lúcia; ANDRIES, Lise (Org.). **Literaturas e escritas da imprensa: Brasil-França.** Campinas; São Paulo: Mercado de Letras, 2015.

_____. Crônica. Chronique. Crónica. **Revista da Anpoll**, Florianópolis, v. 1, n. 38, pp. 86-100, jan/jun 2015a.

_____. Das páginas dos jornais aos gabinetes de leitura: rumos dos estudos sobre as crônicas de Machado de Assis. **Teresa: Revista de Literatura Brasileira**, São Paulo, n. 6/7, pp. 385-399, 2006.

_____. Domínio da boa prosa: narradores e leitores na obra do cronista. **Cadernos de Literatura Brasileira: Instituto Moreira Salles**, São Paulo, n. 23/24, pp. 252-272, jul. 2008.

_____. Poética e espaço: Dos jornais às telas (Machado de Assis). **Miscelânea**, Assis, v. 18, pp. 21-36, jul.-dez. 2015b.

_____. No rodapé dos jornais: casos do romance-folhetim. Floema: **Caderno de Teoria e História Literária**, Vitória da Conquista, v. 9, n. 7, pp. 147-158, jun. 2011.

_____. **Machado de Assis – antes do livro, o jornal: suporte, mídia e ficção.** São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018. E-book.

_____. **Machado de Assis, escritor em formação: (À roda dos jornais).** Campinas: Mercado de Letras, 2000.

GUIDIN, Márcia Lúcia; GRANJA, Lúcia; RICIÉRI, Francine Weiss (Org.). **Machado de Assis: ensaios da crítica contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. **Machado de Assis, o escritor que nos lê**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

_____. **Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura do século 19**. São Paulo: Nankin/Edusp, 2004.

_____. Antes de Euclides. In: **Serrote, uma revista de ensaios, artes visuais, ideias e literatura**, n. 33. São Paulo, pp. 147-159, 01 nov. 2019.

KALIFA, D.; RÉGNIER, Ph.; THÉRENTY, M.-È. & VAILLANT, A. (dir.). **La civilisation du journal – Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIXe siècle**. Paris: Nouveau Monde éditions, 2011.

LIMA, Mariana da Silva. Um eu todo retorcido: a voz enunciativa nas crônicas machadianas da série “A Semana”. In: **Machado de Assis em Linha**, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 14, pp. 1-17, 2021.

LOPES DA SILVA, Marcos Fabrício. **Machado de Assis, crítico da imprensa: o jornal entre palmas e piparotes**. 2005. 151 f. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

MAGALHÃES JR., Raimundo. **Vida e obra de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008. 4 v.

MARTINS, Hércio. A litotes em Machado de Assis. In: **A rima na poesia de Carlos Drummond de Andrade & outros ensaios**. Rio de Janeiro: Topbooks. 2005.

MASSA, Jean-Michel. **A juventude de Machado de Assis (1839-1870): Ensaio de biografia intelectual**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MAYA, Alcides. **Machado de Assis: algumas notas sobre o *humour***. Porto Alegre: Movimento/UFSM. 2007.

MEYER, Marlyse. **As mil faces de um herói canalha**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

_____. **Folhetim: uma história**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Literatura em movimento: Coelho Netto e o público das ruas. In: CHALHOUB, Sidney.; Neves, Margarida de Souza.; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em cousas miúdas*. Campinas: Editora da Unicamp. 2005. pp. 199-236.

SANTIAGO, Silviano. “Jano, janeiro”. **Teresa – revista de literatura brasileira**. São Paulo: USP, Editora 34, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, pp. 429-52.

_____. “Retórica da verossimilhança”. In: **Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SOARES, Maria Nazaré Lins. **Machado de Assis e a análise da expressão**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro – MEC. 1968.

SOUZA, Silvia Cristina Martins de. “Uma crônica sobre os fatos do momento”: o jogo do bicho nas poesias de monólogos interpretados e publicados no Rio de Janeiro entre 1892 e 1894. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, pp. 200-212, jan-abr. 2018.

THÉRENTY, Marie-Ève. La crónica en el periódico francés del siglo XIX: ¿caso irónico, rúbrica mediática o taller literário. **Boletín**, México, v. 11, n. 1, pp.131-160, 2006b.

_____. **La littérature au quotidien. Poétiques journalistiques au XIXe siècle**. Paris: Seuil, 2007.

VAILLANT, Alain. A crônica no século XIX: as metamorfoses midiáticas de um gênero literário. **Revista da Anpoll**, Florianópolis, n. 38, pp. 186-194, jan/jun 2015. Artigo traduzido por Pablo Simpson.

VERÍSSIMO, José. **Teoria, crítica e história literária**. São Paulo: Edusp, 1978. Seleção e apresentação de João Alexandre Barbosa.

OBRAS GERAIS

ABRÃO, Janete Silveira. O Brasil de Max Leclerc. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto-Alegre, v.38, supl., pp. S116-S128, nov. 2012.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil – 1800 – 1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARTHES, Roland. **Essais critiques**. Paris: Editions du Seuil, 2015.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República, de 1889 a 1930**. São Paulo: Fulgor, 1968.

BILAC, Olavo. **Sonetos completos**. Rio de Janeiro: [s.n.]. Coordenação de M. Telles Rabelo. 1934. 295 f.

CARONE, Edgar. **Socialismo e anarquismo no início do século**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. Os três povos da República. In: Revista USP. São Paulo, n. 59, pp. 96-115, setembro/novembro 2003.

CRUZ E SOUSA. **Broquéis**. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. s.d.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais (4ª expedição)**. Recife: Cepe, 2019.

GOMES, Amanda Muzzi. Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 42, jul-dez. 2008, pp. 284-302.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

HUGO, Victor. **Les orientales**. Paris: Imprimé pour les amis des libres par Georges Chamerot. 1882.

JOLLES, André. **Formas simples**. São Paulo: Cultrix, 1976.

LECLERC, Max. **Cartas do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1942. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Milliet.

LECLERCQ, Pierre-Robert. **Les destins extraordinaires de Timothée Trimm et de son *Petit Journal***. Paris: Éditions Anne Carrière, 2011.

MOLINA, Matías M. **História dos Jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500-1840)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 1 v.

MOTA, Maria Aparecida Rezende. Modelo de cidadania no projeto da geração de 70/Brasil-Portugal, século XIX. In: **Varia História**, Belo Horizonte, n. 20, mar. 99 pp. 85-96.

PERELMAN, Chaim. **O império retórico: retórica e argumentação**. Porto: Edições Asa, 1993. Trad. Fernando Trindade e Rui Alexandre Grácio.

POVO. In: HOUAISS, Dicionário Houaiss Corporativo. Rio de Janeiro. Instituto Antônio Houaiss. 2022. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-0/html/index.php#1>. Acesso em: 08/04/2022.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

RESENDE, Beatriz. Em caso de desespero, não trabalhem: A política nas crônicas de Machado de Assis. In: CANDIDO, Antonio et al. **A crônica. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp/FCRB, 1992. pp. 419-435.

RIBEIRO, Pedro Krause. **Usos do povo no discurso político da charge: Zé Povo e Zé Povinho na imprensa luso-brasileira (1875-1912)**. 2011. 210 f. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ROMERO, Sílvio. **Discurso de recepção**. 1906. Discurso pronunciado aos 18 de dezembro de 1906, por ocasião da recepção do Dr. Euclides da Cunha [Academia Brasileira de Letras]. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/euclides-da-cunha/discurso-de-recepcao>. Acesso em: 23 mar. 2022.

SAMINADAYAR-PERRIN, Corinne. **Les discours du journal. Rhétorique et médias au XIXe siècle (1836-1885)**. Saint-Étienne: Publications de L`université de Saint-Étienne, 2007. (Le XIXe siècle en représentation(s)).

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 2ª ed.

SCHWARCZ, Lilia M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEVCENKO, Nicolau; NOVAIS, Fernando A. (Org.). **História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Quem é o povo no Brasil?**. Marília: Lutas Anticapital. 2019.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary del. (org.); BASSANEZI (coord.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Editora Unesp, 2004.

STAHL, Moisés. **Louis Couty e o Império do Brasil: o problema da mão de obra e a constituição do povo no final do século XIX (1871-1891)**. São Bernardo do Campo. Editora UFABC. 2016.

TORRES, Alberto. **A organização nacional**. Rio de Janeiro : Cia. Editora Nacional, 1933. 2a ed.

TRAQUINA, Nelson. Uma comunidade interpretativa transnacional : a tribo jornalística. In : **Media e Jornalismo – Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo**. Coimbra : 2002. Vol. 1. N. 1. 2002. pp. 45-64.

VAILLANT. Alain. Le double jeu du journal, entre communication médiatique et correspondance privée. In: **Médias 19**. Disponível em: <<http://www.medias19.org/index.php?id=341>>. Acesso em: 18. out. 2019.

WOOD, James. **Como funciona a ficção**. São Paulo: SESI, 2017.

8. APÊNDICE

Dados sobre as principais séries de crônicas contemporâneas a “A Semana”, de Machado de Assis

Série	Jornal	Assinatura	Autor	Início da publicação	Fim da publicação
A semana passada	<i>DN</i>	A.G. ²³	Alcindo Guanabara	06/01/1890	10/12/1894
Por alto (espécie de crônica)	<i>OT</i>	V. de Algerana	Fonseca Moreira	07/06/1891	08/01/1893
Reminiscências	<i>OP</i>	José Fino	Coelho Neto	25/01/1892	25/07/1892
A Semana	<i>OP</i>	Marcello	Alcindo Guanabara	15/08/1892	05/12/1892
Humorismos	<i>OP</i>	J. Guerra	*	24/10/1892	01/02/1893
Croniqueta	<i>OP</i>	O.D.E.	J. Osório Duque Estrada	21/01/1893	30/12/1893
Os sete dias	<i>CR</i>	O.B.	Olavo Bilac	12/02/1893	12/06/1893
Crônica livre	<i>GN</i>	O.B./Olavo Bilac	Olavo Bilac	22/08/1893	09/09/1894
Notas da semana	<i>OP</i>	Marcello	Alcindo Guanabara	29/01/1894	24/12/1894
Teatro político	<i>DN</i>	G.B.	Gastão Bousquet	23/02/1894	09/03/1894
Crônica	<i>JB</i>	E.P.	*	16/11/1894	24/02/1895
Cousas por aí	<i>DN</i>	Manuel de Souza	Manuel de Souza	10/12/1894	20/03/1895
Às quintas	<i>GN</i>	Lulu Sênior	Ferreira de Araújo	13/12/1894	09/09/1897
Crônica	<i>OP</i>	Braz-Cubas	*	22/04/1895	06/05/1895
Crônica	<i>OP</i>	Magriço	*	13/05/1895	30/12/1895
Às segundas	<i>OP</i>	Pojucan	Domingos Olímpio	06/01/1896	08/06/1897
Rodapé	<i>GN</i>	Fantasio	Olavo Bilac	01/12/1896	06/03/1897
Crônica	<i>GN</i>	Sem assinatura / O.B. ²⁴	Olavo Bilac	14/03/1897	01/11/1908

*Autor não identificado

²³ Entre 1892 e 1893. A partir de 1894 sem assinatura.

²⁴ O cronista passa a assinar O.B. a partir de 21 jun. de 1903, tendo assinado Olavo Bilac em 07 jun. 1903.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): RODRIGO SILVA TRINDADE

Data da defesa: 31/08/2022

Nome do Prof. (a) orientador (a): HÉLIO DE SEIXAS GUIMARÃES

Nos termos da legislação vigente, declaro ESTAR CIENTE do conteúdo deste EXEMPLAR CORRIGIDO elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me plenamente favorável ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no Portal Digital de Teses da USP.

São Paulo, 07 / 08 / 22

(Assinatura do (a) orientador (a))